UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUTORADO

ARISSANE DÂMASO FERNANDES

IGNÁCIO RANGEL:
HISTÓRIA, POLÍTICA E TECNOCRACIA NO BRASIL (1930-1960)

Goiânia, 2011.

ARISSANE DÂMASO FERNANDES

IGNÁCIO RANGEL:
HISTÓRIA, POLÍTICA E TECNOCRACIA NO BRASIL (1930-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração.

Goiânia, 2011.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

Fernandes, Arissane Dâmaso.

F363i Ignácio Rangel [manuscrito]: história, política e tecnocracia no Brasil (1930-1960) / Arissane Dâmaso Fernandes. - 2011.

278 f. :figs.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.

Bibliografia.

1. Ignácio Rangel. 2. Tecnocracia. 3. Estado. 4. Teoria da Dualidade. I. Título.

CDU: 930.2”1930/1960”

ARISSANE DÂMASO FERNANDES

IGNÁCIO RANGEL: HISTÓRIA, POLÍTICA E TECNOCRACIA NO BRASIL (1930-1960).

Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Doutora em História.

Aprovada em ____ de _____ de _____, pela seguinte Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (UFG)
(Presidente)

_____
Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF)
(Membro)

_____
Profa. Dra. Maria Letícia Correa (UERJ)
(Membro)

_____
Prof. Dr. Cláudio Maia (UFG- Catalão)
(Membro)

_____
Prof. Dr. David Maciel (UFG)
(Membro)

_____
Prof. Dr. Fábio Maza (UFS)
(Suplente)

_____
Prof. Dr. Barsanufo Gomides Borges (UFG)
(Suplente)

Aos meus pais, Dulce e Vilmar.

Pelo seu apoio e por seu amor incondicional.

Ao Márcio, por seu singelo amor.

À Maria Dâmaso, minha saudade.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto, pela orientação dedicada e por sua amizade.

À Capes, pelo financiamento de grande parte desta pesquisa.

À todos os meus amigos e familiares.

À Deus, minha força para continuar lutando.

RESUMO

Ignácio Rangel desempenhou um papel fundamental na consolidação das chamadas condições de produção capitalistas no Brasil, essencialmente nos anos 1950-1970. Como assessor econômico do presidente Getúlio Vargas (entre 1952 e 1954), ele participou da elaboração dos projetos da Petrobrás e da Eletrobrás, ele também chefiou o Departamento de Economia do BNDES (que, na época, desempenhava o papel que, anos depois, caberia ao Ministério do Planejamento) e participou da elaboração do Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek. Entretanto, ele permanece desconhecido por grande parte dos historiadores (e dos acadêmicos de maneira geral). A intenção deste estudo é a de justamente resgatar o aspecto histórico da teoria rangeliana, a qual, ao apresentar uma interpretação da realidade brasileira tinha um objetivo concreto: intervir nessa realidade através de uma análise que buscava proposta efetiva de ação. O objetivo central deste estudo é, portanto, compreender a atuação político-institucional e o significado da trajetória de Ignácio Rangel para a história do Brasil.

Palavras-chave: Ignácio Rangel. Estado. Tecnocracia brasileira. Teoria da dualidade.

ABSTRACT

Ignácio Rangel played an important role in the consolidation of so-called conditions of capitalist production in Brazil, mainly in the years 1950-1970. As economic adviser of President Getúlio Vargas (between 1952 and 1954), he participated in the elaboration of projects of Petrobras and Eletrobras, he also headed the Economics Department of the BNDES (which at the time, played the role that years later would be of the Ministry of Planning) and participated in the drafting of the Plan of Goals in government of Juscelino Kubitschek. However, he remains unknown by most historians (and academics in general). The intent of this study is precisely to rescue the historical aspect of the theory rangeliana, which, while presenting an interpretation of Brazilian reality had a specific goal: to intervene in reality through analysis that sought effective proposal of action. The central objective of this study is, thus, understand political-institutional performance and the significance of the trajectory of Ignacio Rangel to the history of Brazil.

Keywords: Ignacio Rangel. State. Brazilian technocracy. Theory of duality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 09

CAPÍTULO 1 - A MILITÂNCIA POLÍTICA E A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DE IGNÁCIO RANGEL 16

1.1 Os anos de formação de Ignácio Rangel 17
1.2 O início da militância política 20
1.3 Os anos de Prisão 26
1.4 A saída do Partido Comunista 29
1.5 A produção teórica e os primeiros contatos de Ignácio Rangel com o grupo do ISEB, da CEPAL e da Assessoria Econômica do presidente Vargas 33
1.6 As últimas produções teóricas 47

CAPÍTULO 2 - ESTADO, SOCIEDADE E ECONOMIA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DUALISTA DE IGNÁCIO RANGEL 51

2.1 A realidade brasileira sob a perspectiva teórica de Ignácio Rangel: uma aproximação inicial 53
2.2 A História do Brasil segundo a teoria rangeliana da dualidade 61
2.2.1 A configuração do pacto de poder segundo as dualidades brasileiras..... 73
2.2.2 As dualidades brasileiras e suas leis 78
2.3 A questão agrária em Ignácio Rangel..... 80
2.4 A dinâmica da industrialização brasileira segundo a teoria rangeliana..... 91
2.4.1 As "anomalias" do processo de industrialização no Brasil 94
2.4.1.1 A inflação brasileira 96
2.4.1.2 A formação de capacidade ociosa 97
2.5 O Estado na sociedade dualista rangeliana 102
2.6 Considerações finais 106

CAPÍTULO 3 - IGNÁCIO RANGEL NA ASSESSORIA ECONÔMICA (1951-1954) DO PRESIDENTE VARGAS 108

3.1 A composição da Assessoria 109
3.2 O conhecimento técnico como pré- requisito aos cargos de poder 120
3.3 A organização interna da Assessoria 127
3.4 A "pauta" da Assessoria 145
3.5 A trajetória dos principais assessores de Vargas após o fim da Assessoria 155
3.6 Considerações Finais 160

CAPÍTULO 4 - IGNÁCIO RANGEL E A TECNOCRACIA BRASILEIRA .. 163

4.1 O processo de consolidação da tecnocracia brasileira..... 165
4.2 CEPAL e ISEB 173
4.2.1 O Papel do Estado no Debate Político-Ideológico dos anos 1950 180
4.2.2 O Nacionalismo 185
4.2.3 O Processo de Industrialização 189
4.3 O Papel dos Intelectuais 197
4.4 O ISEB, a CEPAL e a Retórica do Não-Conflito 205
4.5 Considerações Finais 208

CAPÍTULO 5 - IGNÁCIO RANGEL E O CORPORATIVISMO NO BRASIL 212

5.1 O modelo corporativista e sua adaptação no Brasil 216
5.2 Princípios Gerais do Corporativismo de Azevedo Amaral e Oliveira Vianna 219
5.3 A ideologia corporativista e sua influência política no pós-1930 237
5.4 Princípios da Ideologia Corporativa em Ignácio Rangel 251
5.5 Considerações Finais 256

IGNÁCIO RANGEL E A "REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICO-BURGUESA" NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS 261

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 266

Introdução:

Ignácio Rangel é reconhecido, mesmo que por um círculo restrito de estudiosos, por sua originalidade e independência teórica. Para Ricardo Bielschowsky, por exemplo, ele foi "o mais criativo e original analista do desenvolvimento econômico brasileiro"[1]. Para Bresser Pereira e José Márcio Rego, Rangel foi um economista que "sempre se distinguiu pelo pioneirismo, pela criatividade, pelo pensamento independente"[2]. Essa "independência intelectual" também foi enfatizada por Armen Mamigonian[3], Paulo Davidoff Cruz [4] e por Fernando Cardoso Pedrão[5].

Essas análises, que em grande medida discutem a teoria rangeliana sob um viés econômico, esclarecem aos leitores que desconhecem a existência de Ignácio Rangel, que ele foi um economista que, na maior parte da sua vida, esteve vinculado a instituições burocrático-administrativas fundamentais para a economia brasileira, como foi o caso do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do qual Rangel foi funcionário por mais de 20 anos, e da Assessoria Econômica do presidente Vargas. Além disso, tais análises também destacam o fato de que Rangel produziu uma interessante teoria para explicar a "realidade brasileira".

Entretanto, tais análises são insuficientes, na medida em que elas não demonstram, de fato, quem foi esse importante economista e qual o significado de sua participação no aparelho de Estado e de sua produção teórica, para a história brasileira. Essa é justamente a proposta deste estudo[6].

Não obstante o fato de ser ignorado por grande parte dos historiadores, Rangel desempenhou um papel fundamental na consolidação das chamadas condições de produção capitalistas no Brasil, essencialmente nos anos 1950-1960. Como assessor econômico do presidente Getúlio Vargas (entre 1952 e 1954), ele participou da elaboração dos projetos da Petrobrás e da Eletrobrás, ele também chefiou o Departamento de Economia do BNDES (que, na época, desempenhava o papel que,

[1] - Bielschowsky, 2000a:209.
[2] - Bresser Pereira e Rego, 1998:13.
[3] - 1998:131.
[4] - 1980:01.
[5] - No artigo "Ignácio Rangel", publicado em 2001.
[6]- Bhering (2006) chegou a apontar essa intenção, mas as suas análises foram encaminhadas em outro sentido.

anos depois, caberia ao Ministério do Planejamento) e participou da elaboração do Plano de Metas[7], no governo de Juscelino Kubitscheck.

Essa trajetória político-institucional se demonstra ainda mais interessante se for levado em consideração o fato de que, anos antes, especificamente nas décadas de 1930 e 1940, Rangel foi um militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), tendo inclusive participado de uma luta armada ocorrida no Maranhão no contexto da chamada Revolução de 1930. Além disso, no período de sua militância política[8], após ter adotado o programa da ANL (Aliança Nacional Libertadora), ele organizou uma "guerrilha" que, segundo a sua percepção, culminaria com a "revolução agrária"[9] (enquanto pré-requisito para a revolução democrático-burguesa[10]), fato que lhe rendeu 10 anos de prisão (entre o presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro e 8 anos de prisão domiciliar).

O que se constata, portanto, é que de opositor a Vargas, Ignácio Rangel se tornou um de seus principais assessores e, a partir daí, se consolidou nos cargos burocrático-administrativos do Estado. Uma vez inserido nesses cargos e tendo participado de cursos na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e, também, composto o quadro de professores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) - um dos "apêndices ideológicos" do governo JK – Rangel desenvolveu um modelo teórico de fato original o qual representava não somente sua percepção sobre a realidade brasileira, mas a defesa de seus próprios interesses (enquanto integrante de uma classe social) no aparelho de Estado.

Dessa maneira, a intenção deste estudo é a de justamente resgatar o aspecto

---

[7] - enquanto chefe do Departamento de Economia e do Conselho de Desenvolvimento, ambos do BNDES.

[8] - A militância política de Ignácio Rangel ocorreu entre 1930 e 1947, ano em que ele se desvinculou do Partido Comunista.

[9] - *Revista Geosul*, 1991/92:117.

[10] - A revolução democrático-burguesa constitui, na ótica comunista, uma etapa da revolução socialista na qual se consolidaria a chamada ditadura do proletariado, quando os trabalhadores assumiriam o controle do Estado. Naquela etapa os "entraves" para um desenvolvimento capitalista autônomo seriam eliminados, essencialmente o imperialismo e, com ele, o latifúndio e a burguesia vinculada ao capital estrangeiro, tidos como os seus "sócios internos". Essa etapa da revolução seria realizada por uma associação entre camponeses, operários e a burguesia *nacional*. Assim, as duas etapas fundamentais desse programa nacional democrático da revolução brasileira seriam a "revolução agrária" (suprimindo as relações de produção baseadas no monopólio latifundiário da terra e instaurando relações de produção em que os trabalhadores assumissem o controle da terra) e a "revolução nacional", que visava suprimir a dominação imperialista. Juntas, essas duas "revoluções" eliminariam os obstáculos à produção nacional e ao progresso social, condições tidas como essenciais para que a "ditadura do proletariado" pudesse ocorrer (Moraes, 2000: 151-157). As discussões sobre a revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal, foram reverberadas no Brasil a partir da década de 1920, através do PCB, advindas da teoria leninista e da Internacional Comunista. A partir daí essa temática passou a ser discutida por vários intelectuais (como Astrojildo Pereira, Otávio Brandão, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender) os quais se empenharam em definir as bases desse processo dentro das condições brasileiras.

histórico da teoria rangeliana a qual, ao apresentar uma interpretação da realidade brasileira tinha uma intenção concreta: intervir nessa realidade, através de uma análise que buscava propostas efetivas de ação.

Além dessa característica, a teoria desenvolvida por Ignácio Rangel, reconhecida por sua originalidade e independência teórica (como já foi pontuado), apresenta uma abordagem interessante da história econômica brasileira, uma leitura da denominada "revolução brasileira". Nela, Rangel não apenas demonstrou sua interpretação acerca desse processo como defendeu que a *tecnocracia*, grupo ao qual ele pertenceu, deveria ocupar uma posição privilegiada na condução (ou assessoria) das decisões políticas do país.

Sendo assim, uma análise que se proponha a compreender a atuação político-institucional e o significado histórico da teoria de Ignácio Rangel deve necessariamente resgatar o contexto no qual ele atuou, bem como as relações institucionais que ele desenvolveu as quais, inegavelmente, influenciaram a sua produção teórica, na medida em que seu autor ocupou um espaço de "observação" privilegiado: dentro do aparelho de Estado. Nele, Rangel integrou um grupo específico de intelectuais, os denominados "nacionalistas"[11], num período de consolidação da chamada tecnocracia brasileira nos cargos de poder, processo o qual, conforme será discutido, foi impulsionado pela política corporativista, implantada nos anos 1930.

A priori, como as colocações feitas até aqui aludem, destaca-se que Ignácio Rangel foi um importante *tecnocrata* brasileiro o qual a partir de seus conhecimentos técnicos, essencialmente em economia do pós-guerra e em planejamento, foi convidado (em 1952) a integrar a Assessoria Econômica do presidente Vargas, sua porta de entrada para os cargos administrativos do Estado.

Deve-se ressaltar que a utilização do termo *tecnocracia*, neste estudo, parte dos esclarecimentos feitos por Lourdes Sola (1998), a qual explicou que essa terminologia passou a ser utilizada nos anos 1950 em referência aos ocupantes de cargos de poder que buscavam influir nos rumos da economia a partir de critérios exclusivamente

[11] - Deve-se ressaltar que esse nacionalismo, em geral, não significava um repúdio ao capital estrangeiro, mas a busca de um modelo econômico que privilegiasse o capital nacional. Foi nesse sentido que, no contexto dos anos 1950-60, Rangel fez a seguinte afirmação: "Então você tem um período em que o nacionalismo era a idéia, a ideologia dominante no governo, que se espalhava pela linha do Iseb, essas coisas assim, mas na realidade se realizava um projeto que, embora tendo um conteúdo nacionalista profundo, do ponto de vista formal não era nacionalista" (Rangel, 1991: 28). Entretanto, é necessário registrar que havia ainda os "nacionalistas radicais", como foi o caso dos isebianos Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto os quais afirmavam não haver lugar para o capital estrangeiro na economia brasileira, conforme Boschi (1979:81) destacou.

técnicos. De acordo com a autora, a utilização dessa expressão refletia uma "auto-imagem cercada de uma aura ética" que contrastava com a percepção negativa da política "convencional"[12].

Ainda de acordo com Sola (1998), a emergência do termo "tecnocrata" se remete à construção e afirmação de uma identidade, frente aos "técnicos" de então[13]. Mas, essencialmente, ambos os grupos (técnicos e tecnocratas) eram legitimados pelo mesmo elemento: um "tipo de saber" considerado superior o qual lhes garantiria a "objetividade e neutralidade" para agir. Sendo assim, a utilização do termo "tecnocrata" se remete ao pós-1950, em contraposição ao "técnico", embora ambos fossem ocupantes de cargos no aparelho de Estado, "empossados" a partir do saber técnico que possuíam.

Outro referencial teórico utilizado nesta análise foi Rene Dreifuss, especificamente sua concepção de *elite orgânica*. Visando compreender como uma classe econômica dominante se organiza politicamente, com o objetivo de assegurar seus interesses e influenciar a direção política e ideológica da sociedade, é que Dreifuss (1986) propôs a utilização do termo "elite orgânica".

Essa elite (composta por empresários, tecno-empresários intelectuais (ou tecnocratas), burocratas e militares) é formada pelos "agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe"[14], ou seja, sujeitos que exercem o poder de classe através da sua atuação. Eles se diferenciam do conjunto da classe dominante, uma vez que configuram um "núcleo organizacional" responsável pela formulação (e desenvolvimento) de um "discurso político-ideológico" para as classes dominantes, o qual é afirmado como sendo um interesse da Nação. Em suma: a elite orgânica é a "pensadora de uma classe" ou ainda, a "parcela esclarecida da burguesia", cuja ação contribui para a homogeneidade de classe[15].

Ainda segundo a perspectiva analítica proposta por Dreifuss, em sua atuação, os integrantes da elite orgânica estabelecem a mediação entre a classe dominante e o conflito de classes, já que as suas "armas de combate" (discursos, artigos, interferência nas instituições), utilizadas justamente com o intuito de "controlar" esses conflitos, são

---

[12] - Sola, 1998:152.

[13] - A respeito dessa diferenciação entre "técnicos" e "tecnocratas", Sola apresentou uma entrevista que ela fez a Celso Furtado na qual ele fez as seguintes afirmações: "Não, não diga tecnocratas [...], técnicos é correto. Tecnocratas não existiam naquele tempo [...], é um fenômeno dos últimos anos [...]. Foi só em 50 [e não durante o primeiro governo Vargas] que se formaram técnicos em fins [ou tecnocratas]" (SOLA, 1998:152).

[14] - Dreifuss, 1986:24.

[15] - *Id.*, *ib.*: 26.

articuladas com o objetivo de expor um argumento que pareça "lógico", como uma exigência da sociedade (uma "expressão da consciência nacional"), e não como uma demanda da sua própria classe[16].

Nesse sentido, deve-se esclarecer que a utilização do termo "ideologia" faz referência a uma "percepção da realidade", por determinada classe social, através da qual se busca exercer a hegemonia sobre as demais, ou seja, enquanto um produto da luta de classes. Além disso, faz-se referência à ideologia enquanto produção teórica, ou a sistematização de um "saber", com a finalidade de utilizá-lo em "ações efetivas", que se destinem a participar do processo de decisão política.

Estes foram os parâmetros utilizados para analisar a teoria e a atuação de Ignácio Rangel. A partir deles, foram estruturados os cinco capítulos que compõem este estudo. No primeiro deles, intitulado *A militância política e a trajetória institucional de Ignácio Rangel*, foram retomados os acontecimentos mais relevantes da trajetória política de Rangel, visando identificar as instituições das quais ele participou e o núcleo dos intelectuais com os quais ele atuou.

Já o objetivo do segundo capítulo (*Estado, Sociedade e Economia Brasileira na perspectiva dualista de Ignácio Rangel)* foi demonstrar quais são as bases da teoria rangeliana e a leitura que Rangel apresentou sobre a história do Brasil e de como a chamada revolução democrático-burguesa se processaria nas "condições nacionais".

No terceiro capítulo (*Ignácio Rangel na Assessoria Econômica (1951-1954) do presidente Vargas*) buscou-se, fundamentalmente, demonstrar a influência da Assessoria Econômica no desenvolvimento da teoria rangeliana enfatizando o fato de que essa instituição foi um dos "espaços ideológicos" encontrados por Rangel, enquanto tecnocrata do Estado, para a defesa de seus interesses de classe. Nesse sentido, pode-se afirmar que a reconhecida "independência intelectual" de Ignácio Rangel, apontada inicialmente, deve ser relativizada, uma vez que foi a partir das temáticas discutidas pelo grupo da Assessoria, do ISEB e da CEPAL que Rangel desenvolveu as bases da sua teoria.

Já o quarto capítulo (*Ignácio Rangel e a tecnocracia brasileira*) tem como objetivo central resgatar a participação política de Ignácio Rangel no contexto de consolidação da chamada tecnocracia brasileira. Objetiva-se abarcar a sua participação política nesse contexto e, sobretudo, identificar nela a existência de uma ideologia que o

[16] - *Id*., *ib*.: 27.

vinculava a um grupo específico de intelectuais.

Dentre os atores políticos que se destacaram no contexto de consolidação da tecnocracia nacional, este estudo destaca os industriais (através de órgãos como a CNI - Confederação Nacional da Indústria - e a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - ou instituições vinculadas ao Estado, como o CNPIC – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial), os intelectuais agrupados em torno do ISEB e da CEPAL e os comunistas filiados ao PCB.

Através dessas instituições, esses atores (dentre eles o próprio Rangel) buscaram viabilizar seus projetos políticos, a partir da abertura do aparelho (corporativista) de Estado e a consequente agregação de representantes de diferentes classes sociais nos quadros de poder. Sendo assim, intenciona-se retomar a articulação desses grupos a fim de justamente compreender a dinâmica política e ideológica na qual Rangel estava inserido.

Por fim, o último capítulo (*Ignácio Rangel e o corporativismo no Brasil*) demonstra que os princípios corporativistas, presentes no projeto ideológico do Estado desde os anos 1930 (e que possibilitaram a participação de classe nos quadros da burocracia de Estado), também foram teorizados por uma *elite orgânica* nos anos 1950-60, visando à inserção de seus próprios interesses, enquanto classe, na ação política do Estado. Essa análise completará o quadro político-institucional no qual Ignácio Rangel estava inserido, evidenciando que a sua teoria foi a sua "arma de combate" no conflito de classes, como parte de uma visão estratégica da elite orgânica (nesse caso, da tecnocracia) da qual ele fez parte[17].

A partir dessas questões acredita-se ser possível demonstrar quem foi Ignácio de Mourão Rangel, o economista maranhense que é praticamente desconhecido dos historiadores e de grande parte do meio acadêmico do país, mas que ocupou importantes cargos no aparelho de Estado e propôs um modelo teórico complexo: a teoria da dualidade brasileira a qual, para além da sua interpretação da história do Brasil e das condições em que a revolução democrático-burguesa poderia ser processada, foi a sua "arma" na luta ideológica que se processava no aparelho de Estado naquele contexto.

O objetivo deste estudo, portanto, é retomar o contexto político no qual Ignácio Rangel estava inserido e atuou. Nesse sentido, deve-se ressaltar que se optou por uma análise que privilegia o "geral" em detrimento do "particular", ou seja, a amplitude do

[17] - Dreifuss, 1986:23.

quadro político da época ao invés de um “detalhamento documental” da participação de Rangel no contexto de consolidação da tecnocracia no Brasil. Essa opção foi feita após ter se chegado ao entendimento de que uma apresentação mais minuciosa da atuação político-institucional do economista em questão seria comprometida sem a apresentação do contexto no qual essas ações se deram e que as propiciou.

Sendo assim, acredita-se que as análises que se seguem são um requisito para que se possa compreender quem de fato foi Ignácio Rangel e o que ele significou para a história brasileira. Não há dúvidas de que essas análises estão muito longe de encerrar a questão, elas são apenas um ponto de partida para novas discussões.

Capítulo 1 – A militância política e a trajetória institucional de Ignácio Rangel.

Com o objetivo de compreender o significado histórico da atuação político-ideológica de Ignácio de Mourão Rangel é essencial retomar a sua trajetória política, a fim de identificar, essencialmente, a sua militância, as instituições das quais ele participou, os projetos por ele realizados e o ciclo de intelectuais ao qual ele pertenceu.

O ponto de partida para essa retomada, que se completará com os capítulos seguintes, será o resgate biográfico de Ignácio Rangel o qual dará os subsídios iniciais para uma análise que possibilite a sua inserção dentro de um grupo de intelectuais que apresentaram um projeto ideológico comum, os tecnocratas nacionalistas dos anos 1950.

Esta parte do trabalho se aterá a contextualizar a vida e obra de Rangel, destacando-se os principais acontecimentos de sua história política. Além disso, será feita uma primeira aproximação com a sua teoria rangeliana, a qual será especificamente abordada no capítulo 2, a fim de tentar contextualizá-las dentro de sua trajetória político-institucional.

O mapeamento dessa trajetória partirá das próprias obras do autor, das análises de alguns de seus estudiosos (dentre eles destacam-se Márcio Rego, Bresser Pereira, Sylvio W. Ribeiro, Paulo Davidoff Cruz, Ricardo Bielschowisky e Armen Mamignon) e de entrevistas dadas por Rangel, como a do *Projeto Memória do BNDES*[18], realizada no início da década de 1980, uma entrevista publicada na *Revista Geosul* (primeiramente em 1988 e, depois, em 1992) e a série de entrevistas realizadas pelo CPDOC[19], publicadas em 1991, sob o título *Memória do setor de energia elétrica: fase pré-operacional da Eletrobrás.*

Já que essas informações, sobre a vida política e a trajetória institucional de Ignácio Rangel, encontram-se difusas em diversas obras, a intenção deste capítulo é

[18] - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
[19] - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

justamente reunir as principais informações existentes a esse respeito, a fim de que se tenha um panorama inicial a partir do qual se buscará realizar uma análise do papel desempenhado por esse economista.

Este capítulo está dividido em cinco tópicos: *O início da militância política de Ignácio Rangel; Os anos de Prisão; A saída do Partido Comunista; A produção teórica e os primeiros contatos de Ignácio Rangel com o grupo do ISEB, da CEPAL e da Assessoria Econômica do presidente Vargas* e *As últimas produções teóricas* que darão os subsídios a partir dos quais será erigida a análise da atuação político- administrativa de Ignácio Rangel (cujo ápice se deu nos anos 1950), a fim de que se possa compreender o significado, em termos históricos, da passagem de Rangel em cargos fundamentais de poder e de sua teoria, bem como a sua vinculação a um grupo de intelectuais, a chamada tecnocracia[20] brasileira.

1.1- Os anos de formação de Ignácio Rangel:

Ignácio de Mourão Rangel, nasceu na cidade maranhense de Mirador no dia 20 de fevereiro de 1914. Ele era o mais velho entre cinco irmãos e integrava a quarta geração de uma família de magistrados na qual seu pai, seu avô e seu bisavô foram juízes de Direito que fizeram oposição ao Governo.

De acordo com Rangel, o desejo de seu pai (José Lucas de Mourão Rangel) era que ele seguisse a tradição da família e por esse motivo é que, ainda na sua infância, ele teria recebido os primeiros ensinamentos acerca da legislação brasileira, "em termos próprios para a sua idade"[21]. Com o passar dos anos, pai e filho passariam a discutir as sentenças que seriam dadas pelo Dr. José Lucas (RANGEL, 1991:29-30).

[20] - Como foi apresentado na introdução geral deste estudo, a utilização do termo tecnocracia para definir os "técnicos" vinculados ao Estado nos anos 1950, se pauta em uma entrevista de Celso Furtado à Sola (1998:152) na qual, se referindo aos anos 1930-40, ele fez as seguintes afirmações: "Não diga tecnocratas [...] sim, técnicos é correto. Tecnocratas não existiam naquele tempo [...]. É fenômeno dos últimos anos [...]. Foi só nos anos 1950 que se formaram [*os tecnocratas, ou o que ele chamou de*] técnicos em fins". Considerando esses argumentos, constata-se que o termo "tecnocracia" foi utilizado como forma de distinguir esses intelectuais dos anos 1950, dos técnicos que os precederam.

[21] - RANGEL, 2005a: 552.

Na concepção de Rangel, esse "culto da lei", transmitido desde o seu bisavô, estava "lastreado, política e socialmente, e seu conteúdo real era a construção dessa extraordinária nação. (...) A lei não passava de uma encarnação da razão, e o seu culto era, de fato, um racionalismo" (RANGEL, 2005a: 552).

Mas a "conexão entre o direito e a economia", que se tornaria fundamental para a sua consolidação nos cargos administrativos do Estado, como o próprio Rangel esclareceu, coube ao seu professor de Introdução à Ciência do Direito, Antônio Lopes da Cunha. A partir daí, segundo ele: "descobrir o fundo econômico de nossas leis passou a ser meu objetivo central (...) e a dualidade básica da economia brasileira estava no desfecho lógico dessas cogitações" (RANGEL, 2005a: 553).

Voltando aos anos de sua formação escolar, Rangel também declarou que, por conta da oposição política assumida por seu pai, sua família tinha que mudar de residência constantemente. Segundo suas afirmações: "Meu pai vivia sendo removido de um lugar para outro, era juiz, e juiz de oposição, fazia política contra o governo, estava sempre se deslocando daqui para acolá (...)[22].

Por esse motivo, Rangel teria vivido em várias localidades no interior do Maranhão até que, aos 12 anos de idade, teria se estabelecido na capital São Luís onde fez o curso "ginásio" e iniciou a faculdade de Direito, a qual seria interrompida em 1935 (em meados do segundo ano de curso) e finalizada somente anos depois, no Rio de Janeiro[23].

Nesse meio tempo, de interrupção do curso de Direito, Ignácio Rangel atuou no comércio e no jornalismo. Foi na empresa Martins Irmãos & Cia., na década de 1940, onde ele obteve as primeiras experiências de administração industrial[24].

Ainda na área comercial, Rangel foi nomeado delegado da Associação Comercial do Maranhão, e como ocupante desse cargo, ele participou da I Conferência das Classes Produtoras (CONCLAP), realizada em Teresópolis/ RJ, em 1945. Segundo o autor, essa foi a primeira manifestação pública dos empresários, dentre eles o industrial Roberto Simonsen, buscando garantias políticas para seus interesses comerciais[25].

---

[22] - Entrevista concedida à *Revista Geosul*, 1991/92:105.

[23] - *Revista Geosul*, 1991/92:103.

[24] - Essa informação foi apresentada por Mamigonian (1995:20) e por Ribeiro (1995:69), amigo de infância de Rangel, o qual destacou que a importância dessa empresa de exportação, onde Rangel teria tido seu primeiro emprego, podia ser ilustrada pelo fato de que sua sede, na Rua Praia Grande, possuía o único elevador do Maranhão.

[25] - Essas informações foram dadas por Rangel, em uma das entrevistas que compôs o *Projeto Memória do BNDES*, de 1981.

De acordo com ele, sua opção pela Economia teria sido feita já na faculdade de Direito. Sobre essa opção, em uma de suas entrevistas, Rangel (1991:82) esclareceu que quando ele foi aprovado no vestibular para a Faculdade de Direito, em 1934, a Economia já era sua matéria preferida[26] e desde o início do curso ele já afirmava que seria economista[27]. Nesse sentido ele afirmou: "Formei-me em Direito, mas já na escola de Direito eu tinha escolhido economia como a matéria da minha predileção e depois fiz curso de pós-graduação de economia na CEPAL, em Santiago do Chile, em 54" (*Revista Geosul*, 1991/92:103).

Ainda a respeito de sua formação, é interessante destacar que Rangel estudou com o economista Evaldo Correia Lima, seu primo, como atestam as seguintes palavras de Rangel (1991: 55): "[...] encontrei lá [na faculdade de Direito do Maranhão] meu primo, estudante, que depois seria diretor do Banco Interamericano, do BID – está aqui [no Rio de Janeiro], trabalhando com o Celso Furtado, é o Evaldo Correia Lima. Nós entramos juntos".

Essa "parceria" entre os dois se estenderia à Confederação Nacional da Indústria, na qual Rangel participou do Departamento Econômico, ao final dos anos 1940. Em meados dos anos 1950, essa convivência entre os dois primos permaneceria no ISEB, juntamente com Hélio Jaguaribe (secretário-geral), Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, José Ribeiro de Lira e Fábio Breves (Rangel, 2005a:130). Além disso, Evaldo Correia Lima integrou a equipe do BNDE (enquanto diretor executivo).

Em 1945, quando Rangel decidiu se fixar no Rio de Janeiro, ele teria trabalhado como redator de algumas agências de notícias: "[...] Reuters, United Press – que naquele tempo era UPI, depois UP só –, France Press, trabalhei em todas elas. [...] Fui redator da Overseas News Agency [...]. Na United Press foi onde eu realmente me firmei, comecei a fazer uma carreira" (RANGEL, 1991:64).

Tendo interrompido o curso de Direito no Maranhão, em 1935 (no primeiro ano do curso) e voltado, em 1937, Rangel teria parado, mais uma vez o seu curso (em 1939),

---

[26] - Nos anos 1930 e 1940, as teorias econômicas eram ministradas no curso de Direito (e também de Engenharia).

[27] - Sobre essa questão Rangel fez os seguintes comentários: "Lembro que na chopada em que festejamos a aprovação no vestibular, alguém teve a idéia de que cada um dissesse o seu plano, o que pretendia fazer na universidade, na faculdade. 'Eu vou ser civilista, vou ser comercialista, vou ser...' Começava a haver direito trabalhista na época. Quando chegou a minha vez: 'Vou ser economista'. Não havia essa especialidade. Eles disseram: 'Economia não é especialidade de jurista no Brasil'. Eu disse: 'Não é, mas eu vou ser economista'. Então eu falei como realmente... mostrei que na França a economia era ensinada na Faculdade de Direito, e que eu tencionava fazer isto".

o qual teria sido retomado em 1946, no Rio de Janeiro, onde ele concluiria o quarto e quinto ano. Segundo ele, seu trabalho o impossibilitava de continuar a faculdade, tendo que abandoná-la, em 1946. Mas, por ser um "aluno excepcional que, não obstante, perdeu o ano porque tinha suprimido o curso noturno", houve uma "luta interna na congregação" e ele foi chamado para fazer o quarto ano na "segunda época", com uma semana de antecedência.[28]

Ele concluiu a faculdade no Rio de Janeiro, cidade onde ele também se desvinculou do Partido Comunista (em 1947- ano em que o partido, a exemplo de 1922, foi posto na ilegalidade), fato que se tornaria fundamental para a consolidação da sua carreira de economista. Mas antes de retomar esse acontecimento, é importante resgatar o início da sua militância política.

1.2- O início da militância política:

Dentre as informações referentes à vida de Rangel, chama a atenção o início prematuro de sua militância política. Como ele mesmo teria relatado em entrevista à *Revista Geosul* (1991/92:115-116):

> A minha militância política foi muito precoce, nos anos vinte ainda. (...) Eu às vezes pensava que tipo de armas poderia usar sendo menino ainda e não sabia que não havia uma resposta para isso. Bom, mas isso era uma coisa que ficou. Depois vim para a cidade e a coisa foi sendo mais ou menos esquecida, mas veio a campanha da Aliança Liberal, no comando de Getúlio Vargas, e meu pai militava na oposição ao Governo local e portanto na Aliança Liberal. (...) Pouco tempo depois eu estava com um grupo de sargentos e cabos conspirando. No dia oito de outubro, lá estávamos nós assaltando o batalhão. Meu pai não ficou sabendo de nada disso e quando soube ficou muito orgulhoso. Com isso deu-se a minha entrada para a política, pelo portão das armas do vigésimo quarto batalhão de caçadores.

[28] - Rangel, 1991:76.

Segundo esse depoimento, o "orgulho" de seu pai, em relação à tomada do 24º BC, e as leituras do *Manifesto Comunista* teriam sido as grandes motivações para que Rangel entrasse na militância política "para valer" (1991/92: 116).

Referindo-se aos seus ascendentes (um bisavô e um "tio-bisavô"), Rangel destacou que a militância política era uma prática antiga na sua família. A esse respeito, em uma das entrevistas realizadas pelo CPDOC, Rangel (1991:26) afirmou que ambos participaram da Revolução de 1817, sendo que o mais velho foi fuzilado e o outro foi posto em liberdade, poupado por ser "muito jovem".

Essas questões também se encontram no prólogo de *A inflação brasileira,* obra que mais sinaliza detalhes de sua formação política. Ali, Rangel reafirmou que as raízes dessa "militância familiar" eram antigas e remontavam ao século XIX. Segundo suas declarações, seu tio-bisavô foi fuzilado, em 1817, em Recife (na Revolução Pernambucana) e seis anos depois, seu bisavô, que também era magistrado, fora libertado pelo 2 de julho na Bahia, no movimento da Independência Baiana (RANGEL, 2005a:552).

Influenciado por seu pai, nos seus primeiros anos de militância, Rangel se afirmava um admirador do tenentismo (e por Luís Carlos Prestes). Tal admiração teria advindo dos relatos contados pelo Dr. José Lucas sobre as estórias da Coluna Prestes, que "andava pelos sertões" e aguçava a imaginação do pequeno Rangel, o qual se dizia "impaciente para crescer e poder partir para a Coluna"[29].

Considerações semelhantes podem ser observadas no prefácio de *A inflação brasileira (1963)* no qual Rangel escreveu*:* "Os relatos de meu pai sobre as proezas da Coluna Prestes deixavam-me impaciente por crescer, para poder segui-la, como tantos maranhenses o fizeram, com Manoel Bernardino e [o tenente] Euclides Neiva[30] à frente" (RANGEL, 2005a:552)[31].

Detalhando o início da sua militância, Rangel (1991:1) afirmou que em 1930, seu pai militava na Aliança Liberal e, por estar doente, não pode participar da revolução que "estava chegando com Getúlio Vargas" [32]. Assim, aos 16 anos, no dia 8 de outubro de

[29] - *Revista Geosul* (1991/92:115).
[30] - Os maranhenses Manoel Bernardino e Euclides Neiva integraram a Coluna Prestes quando da sua passagem pelo estado do Maranhão e eram vistos com admiração pelos jovens militantes da região, dentre eles, o próprio Rangel.
[31] - Ainda sobre a Coluna Prestes, Rangel (1991:31) afirmou: "Meu desejo maior era crescer para poder me engajar na Coluna. A Coluna era qualquer coisa meio mística, não sei... Eu estava enterrado na política há muito tempo e continuava a sonhar com ela".
[32] - Essas afirmações foram feitas em uma entrevista realizada no dia 20/06/1987 a qual foi inserida no projeto *Memória do setor de energia elétrica: fase pré-operacional da Eletrobrás.*

1930, Rangel estava na capital maranhense, com um grupo de sargentos (que ele conhecia por participar do Tiro de Guerra[33]) "assaltando" o 24º BC[34]. Sua vida política teria começado justamente desse episódio e, no ano seguinte, ele consolidaria o início de sua militância política a partir da fundação da primeira célula da Juventude Comunista do Maranhão[35].

O referido Batalhão, 24º Batalhão de Caçadores (BC)[36], onde Rangel, aos 16 anos, teria participado de um motim (fato que significava sua "adesão" à Revolução de 1930) teria sido o palco de um dos acontecimentos mais importantes da história maranhense o qual marcaria definitivamente a vida do jovem Rangel.

Nesse contexto revolucionário o estado do Maranhão (e o país de uma forma geral) estava diante de uma crise econômica devido a redução das exportações de seus produtos. Somava-se a isso um acirramento da disputa política na região.

No que se refere aos grupos presentes na cena política maranhense daquele período, Caldeira (1981:25-43) destacou os denominados *magalhãesistas,* grupo que era composto por grandes proprietários rurais, que integravam o Partido Republicano situacionista (cujo líder era o oficial da Marinha, José Magalhães), os *marcelinistas* (liderado por Marcelino Machado, que representava o Partido Republicano oposicionista e possuía o apoio das classes médias) e os *tarquinistas* (liderado por Tarquínio Lopes Filho, integravam o Partido Democrático e eram apoiados por parte da burguesia e uma pequena parcela das classes médias).

---

[33] - Tiro de Guerra era a instituição militar responsável pela formação de reservistas para o Exército.

[34] - Considerando as afirmações apresentadas por um amigo de infância de Rangel, Sylvio Ribeiro percebe-se a importância que a tomada daquele Batalhão teve no contexto político da época. De acordo com ele, na capital São Luís havia poucas agências bancárias e além dos correios existia apenas uma repartição federal, a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional a qual coordenava todos os serviços federais (civis) no Maranhão, como os pagamentos e recebimentos. Nela eram guardadas cópias das chaves dos cofres do Banco do Brasil, onde ficava todo o dinheiro do governo e, por isso, sua sede era diuturnamente vigiada pela tropa do 24º BC (RIBEIRO, 1995:65- 66).

[35] - Informações referentes à participação de Rangel no levante no 24º BC também podem ser encontradas em uma entrevista publicada pelo CPDOC, realizada em 11/02/1988. Nela Rangel (1991:33-34) afirmou: "Um dia, meu pai estava conversando com uns amigos e disse: 'A revolução está próxima. E eu, que preguei esta revolução, não vou poder participar dela, porque estou doente' – e estava de fato muito doente, tinha vindo a São Luís para se tratar e ficou comigo, ele vinha e eu ficava com ele. 'E meus filhos são muito pequenos ainda'. Eu ouvi, e aquilo veio como uma ordem".

[36] - De acordo com o site do Exército Brasileiro esse batalhão, inicialmente denominado Batalhão Barão de Caxias, foi criado pelo decreto n.30 de 22 de fevereiro de 1839, em Belém – PA. Após diversas mudanças de nomenclatura (9º BC, 5º Batalhão de Fuzileiros, 5º Batalhão de Infantaria Pesada, entre outras), passou a adotar sua atual denominação, 24º BC, em 1919. Ainda segundo aquele veículo de informação, "o termo CAÇADOR teve sua origem em 1714, quando o Brigadeiro Fisher, após o cerco de Praga, organizou uma Cia. de voluntários, composta por 60 infantes e 40 cavaleiros, cuja tática era combater nas vanguardas e intervir com prontidão em qualquer lugar que fosse necessário. Esses elementos ligeiros na ação foram chamados de CAÇADORES" (www.exercito.gov.br).

As eleições de 1º de março de 1930 foram vencidas pelos magalhãesistas, resultando na permanência de fortes práticas coronelísticas na região. Entretanto, apesar de sua pouca influência nas decisões de poder, e provavelmente por isso mesmo, os *tarquinistas* (que se identificavam com o pensamento tenentista, e com a Coluna Prestes, portanto, e faziam oposição aos dois Partidos Republicanos oligárquicos), sob o comando de José Maria dos Reis Perdigão[37], se amotinaram em 08 de outubro de 1930. Esse fato teria culminado com a derrubada do então governador magalhãesista José Pires Sexto.

Mas antes disso, após alguns desencontros, planos frustrados e a prisão e soltura de Reis Perdigão, teria sido levantada a suspeita, por parte do governador Sexto, de conspiração no 24º BC. O major Luso Torres, que era o comandante daquele Batalhão, teria saído em busca dos possíveis rebelados e precipitado então (uma vez que não se cumpriram as etapas antes determinadas no plano dos *tarquinistas*) o movimento revolucionário no Maranhão, com o início de uma rebelião no próprio quartel (CALDEIRA, 1981:.86-89).

Com a adesão de trabalhadores e de alguns oficiais militares, teria sido formada uma Junta Governativa, que ocupou o palácio do governo. Teria sido iniciada, assim, uma nova etapa na vida política maranhense e, a partir desses mesmos acontecimentos, tinha início também a militância política de Ignácio Rangel.

De acordo com Rangel (2005a:553), ao seu lado, na oposição ao governo, teriam lutado muitos alunos, colegas de escola da época: "[…] entrei na lida política, não pelo caminho usual, mas pelo portão das armas do 24º BC, quando este sublevou-se a 8 de outubro, como o fizeram muitos outros colegas, alunos do Liceu Maranhense".

Detalhando a tomada do 24º Batalhão, Ignácio Rangel (1991:35) esclareceu que:

> Houve o seguinte: havia o batalhão federal, de 350 homens e uma porção de sargentos já meio caquéticos, meio velhos e tal, e havia a polícia, que tinha talvez uns quinhentos homens e que tinha sido engrossada para mil e tantos homens com a capangada chegada do interior. Mas quando nós tomamos o batalhão, atrás de nós vinham os voluntários: entraram correndo, pegaram as armas e voltaram para a rua. Quer dizer, dentro de duas horas nós éramos a maioria. [...] Eu entrei na primeira onda, mas houve outros que vieram logo depois. Foi uma coisa popular. Alteramos rapidamente o balanço, inclusive o Tiro de Guerra ao qual eu pertencia praticamente todo aderiu.

[37] - José Maria dos Reis Perdigão, que viria a se tornar governador do Maranhão entre 1930 e 1931.

No ano seguinte ao levante no 24º BC, Rangel teria tomado conhecimento do *Manifesto Comunista*, reforçando-lhe a idéia de que a história se pautava em movimentos dialéticos, tal como ele já teria lido nas obras acerca da Revolução Francesa. Segundo uma de suas entrevistas, a leitura daquele livro foi uma "explosão" que lhe esclareceu algumas idéias que "estavam confusas na sua cabeça"[38]. A partir dali Rangel, entre os seus 17 e 18 anos, participou da formação da primeira célula da Juventude Comunista[39] (RANGEL, 1991:39-40).

Em 1935, Rangel teria adotado o programa político da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e organizado cerca de 200 camponeses maranhenses os quais, imbuídos do ideal de uma reforma agrária, teriam buscado amenizar a desigualdade que os subjugava[40]. Acerca dessa tentativa de revolução, é interessante retomar as palavras do autor:

> Quando veio esse movimento da Aliança Libertadora, eu disse: "Bem, é o caso. Realmente o que nós vamos fazer é a revolução burguesa que não está feita". Como fui um garoto que aos 16 anos tomou armas para derrubar o governo, tudo eu tinha de fazer, tudo eu tinha de enquadrar naquela visão; tinha-se que agir, agir mesmo! E agir significava tomar armas e sair lutando. Então, quando veio o movimento, eu compreendi a industrialização e a reforma agrária. A Revolução Francesa tinha feito uma reforma agrária; a Revolução Americana tinha feito uma reforma agrária; a inglesa tinha feito; a Revolução Russa também já era minha conhecida nessa época. De maneira que eu dizia: "Nós não industrializaremos esse país sem a reforma agrária". (...) Fui eu que tomei aqueles papéis que estavam parados nas mãos dos velhos, do pessoal do comitê regional, reuni o pessoal da Juventude e disse: "Olha, nós temos isso aqui, vamos para a rua". Na semana seguinte estávamos com a campanha na rua. Aí eles vieram atrás de nós – os velhos – e fizeram uma campanha rapidamente. (...) A campanha foi em 35, foi uma campanha nos primeiros meses de 35, de março a... Foram poucos meses. Rapidamente aquilo estava crescendo que era uma coisa! Aí o governo ficou em pânico e fechou a Aliança Libertadora. Fechou a Aliança Libertadora. E eu tinha feito relações com um ex-tenente da Coluna Prestes [Euclides Neiva], maranhense, que me disse: "Olha, eu vou para o sertão" (Rangel, 1991:43). [...] Ele disse: "Eu vou, quem quiser

[38] - Rangel, 1991:36.

[39] - A esse respeito Rangel (1991/92:116-117) declarou: "O manifesto arrumou a minha cabeça, deu o estalo! E eu resolvi militar, não tinha mais dúvidas. E a militância naquela época para um menino de 17 anos, era a juventude comunista. Eu entro nela e começo a lutar e a participar de movimentos operários e estudantis, de greves e o diabo à quatro. Geralmente o 1º de maio eu passava na cadeia (risos...). Já era uma rotina, porque na véspera do 1º de maio eu saía para distribuir boletins, panfletos, e naturalmente eu era preso por aí. Depois a polícia nem esperava mais que eu saísse, ela me prendia de véspera (risos...).

[40] - Essa informação também pode ser observada em Mamigonian, 1995, p.19.

> ir comigo, eu vou". Eu disse: "Eu vou contigo". Aí larguei a faculdade e fui para o interior com ele, para tentar...levantar o interior. [...] Aí nós fomos para o interior tentar encontrar camponeses. Camponeses em luta contra os fazendeiros era fácil mobilizar. Inclusive eu, pessoalmente – em 35 eu tinha 21 anos, o Euclides tinha ido ao Recife e eu tinha ficado sozinho –, fui chamado a uma região que estava conflagrada. Então, assumi o comando de duzentos homens, camponeses que estavam em luta desesperada.... (RANGEL, 1991:44).

Como o próprio Rangel esclareceu, a idéia era "institucionalizar" o país a partir de uma "revolução agrária" (um dos capítulos da revolução socialista) ou, nos termos propostos pelo autor, realizar uma distribuição de terras "na marra". Visando organizar a "guerrilha", Rangel abandonou a faculdade de Direito, no meio do segundo ano, e foi para o sertão maranhense com a idéia de que "descer para o Sul" quando a revolução "arrebentasse" por lá. Mas quando a luta começou, em Natal e no Rio de Janeiro, com a chamada Intentona Comunista, ela foi derrotada[41].

Conforme as afirmações apresentadas em outra entrevista (Rangel, 1991:44), a intenção daquele grupo teria sido a de organizar uma "nova" Coluna Prestes, já que o movimento da ANL havia sido destituído em 1935, após quatro meses de criação. Essas informações destacam também que não teria havido um confronto direto entre os camponeses, organizados pela juventude comunista maranhense, e os fazendeiros daquele estado. Sobre essa situação Rangel (1991:46) esclareceu o seguinte:

> Já que eu estava com duzentos homens na mão, pedi autorização [ao comitê regional] para ocupar algumas cidades, para desarmar os fazendeiros. Eu precisava de armas. [...] O comitê regional não me respondeu, e eu fui obrigado a descer para Mirador [sua cidade natal] para poder fazer contato. Então, quando fui fazer contato em Mirador, nesta viagem fui preso. Mas a essa altura a coisa já tinha virado. [...] Foi a melhor coisa que podia acontecer Eu procurei, porque, inclusive, vi que, se a polícia subisse, ela faria um massacre! Era preferível que ela me prendesse longe de lá. [...] Aí eu fui preso e tive dois anos de prisão. [...] Aí, eu me encontrei com o Euclides [Neiva] e mais um grupo, mas este grupo foi cercado, fomos presos e passamos dois anos na prisão. Dois anos extremamente ricos na minha vida.

[41] - *Revista Geosul*, 1991/92:117.

1.3 - Os anos de Prisão:

De acordo com as informações dadas por Rangel, após esse episódio ele (e mais 93 pessoas) foi preso no Rio de Janeiro. Os operários foram para a Ilha Grande e ele, como tinha na lapela um distintivo da Faculdade de Direito (embora ainda não tivesse curso superior) foi para o presídio de Frei Caneca. Lá, segundo palavras do próprio autor, ele encontrou "meia dúzia de homens da melhor qualidade" com os quais realizava estudos (dentro da cadeia) através de um esquema (não detalhado) de "contrabando" de livros (RANGEL, 1991:48).

Rangel esclareceu ainda que permaneceu no presídio de Frei Caneca por sete meses e depois foi enviado para o interior do Maranhão, devido a um sério problema de saúde. Segundo ele, sua liberdade ocorreu em 1936, por "medo de que ele morresse na prisão". Depois disso, seu pai o teria enviado para uma aldeia de pescadores em uma pequena cidade maranhense, onde ele havia sido juiz, até que se recuperasse. Após seu restabelecimento, cerca de dois meses depois, Rangel foi preso novamente e voltou ao presídio no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1937[42].

Ainda de acordo com Rangel, os oito anos seguintes à sua saída do presídio Frei Caneca (de 1937 a 1945, portanto) ele permaneceu em "liberdade vigiada", em "domicílio coacto", sendo proibido de sair da cidade de São Luís com a sua carteira de identidade retida pela justiça[43]. Foi justamente nesse período que ele retomou a faculdade de Direito[44].

Após esse retorno à faculdade, na vigência do Estado Novo, especificamente em

---

[42] - Rangel deu o seguinte depoimento em relação a esse fato: *"*Um dia, a polícia chegou e cercou a casa onde eu estava. Eu não estava só, estava com uma mulher. Mandei-a sair e o sargento disse: "O senhor está preso!" Eu disse: "Eu sei." "Não sei se o senhor sabe o que significa isso." Eu disse: "Não. Eu provavelmente serei fuzilado, não é? Isso significa que vai haver um golpe de Estado e que desse golpe de Estado eu não sairei vivo." Isso depois que eu fui posto em liberdade em 36. [...] Aí voltei – já estava forte e tal – mas já havia uma quebra da moral do grupo que estava preso. Quando cheguei lá, já estava desmoralizado; o pessoal tinha saído, encontrado suas famílias arrebentadas..." (RANGEL, 1991: 49).

[43] - Sobre essa situação Rangel (1991:53) declarou o seguinte: "fui posto em liberdade, mas fiquei proibido de sair da *cidade* de São Luís, não do estado do Maranhão, da *cidade* de São Luís – domicílio coacto. E como naquele tempo ninguém podia viajar sem carteira de identidade e eles não me davam a carteira, eu não podia viajar mesmo. Só uma vez saí dos confins da cidade de São Luís para uma cidadezinha próxima".

[44] - Embora Rangel tenha voltado para a faculdade no Maranhão, ele só concluiu o quarto e quinto ano no Rio de Janeiro. De acordo com Ribeiro (1995:71), pelas "arbitrariedades" do novo governo, a faculdade de Direito maranhense foi fechada pelo Estado Novo, sendo reaberta anos depois.

1939, Ignácio Rangel teria organizado um concurso para eleger a "rainha dos estudantes". Em uma de suas entrevistas, divulgada pelo CPDOC, Rangel afirmou que dada a situação política daquele período, no qual as manifestações democráticas foram suspensas, aquela eleição (na qual teria havido inclusive comícios) teria provocado algumas divergências políticas. Retomando as suas palavras:

> Durante o Estado Novo, passamos vários anos sem comícios, sem eleição, sem nada disso, e a única eleição que havia lá a nosso alcance, era a de rainha dos estudantes. Eu, já de volta da prisão, consegui persuadir meus colegas do diretório acadêmico – eu não era eleito para coisa alguma – a fazer, a dirigir uma eleição séria de rainha dos estudantes. Eleição secreta, séria, com campanha e tudo. [...] Nossos comícios eram comícios políticos, a população enchia a sala! Foi isso a eleição de rainha dos estudantes. Acontece que nessa eleição de rainha dos estudantes houve um movimento profundo, popular, que entrou em conflito com os integralistas [que também haviam lançado uma candidata a "rainha"], que tentaram empastelar a banca eleitoral. Nesta hora nós criamos, improvisamos, uma brigada da ordem, porque a pancada impôs a ordem mesmo. [...] Essa brigada teve tal atuação que o chefe de polícia fez um ofício ao diretor da faculdade, pedindo, em nome do governador, que desse parabéns ao diretório acadêmico por uma coisa tão... Ele não sabia que era eu. Se soubesse, evidentemente não teria feito. Foi um sucesso aquilo lá. Quando eles souberam, inverteram. Foi ao contrário: eles exigiram que a faculdade me desligasse, me expulsasse. [...] Mas a congregação se reuniu e, por unanimidade, resolveu que não (RANGEL,1991:38).

Deve-se ressaltar que, em 1939, período em que esse concurso teria ocorrido, Ignácio Rangel estava cumprindo prisão domiciliar (até 1945) e ainda militava no Partido Comunista[45]. Do outro lado, naquela mesma eleição, alunos adeptos ao integralismo também teriam lançado uma candidata para a disputa. Sendo assim, o fato de as divergências entre os dois grupos terem extrapolado os limites do concurso se tornam inteligíveis ao se considerar a rivalidade política existente entre eles e o contexto autoritário em que estavam inseridos.

Esse contexto de controle autoritário, ainda segundo essa mesma entrevista, inviabilizava que Ignácio Rangel assumisse os cargos para os quais ele teria sido teoricamente apto, mediante concursos públicos. Em referência a essa condição, Rangel

[45] - Rangel foi preso em São Luís, em 1935, e enviado para o presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Devido a um problema de saúde, ele passou cerca de 2 meses em uma aldeia de pescadores no Maranhão. Após a sua recuperação, foi novamente preso e enviado ao presídio Frei Caneca, onde permaneceu até 1937. Depois disso , ele cumpriu prisão domiciliar, durante oito anos, ou seja, entre 1937 e 1945.

informou:

> Eu me candidatava a todos os concursos que se abriam e tirava invariavelmente primeiro lugar, mas não era nem nomeado. Mas já em 40 a coisa estava melhorando. Eu tinha me candidatado a um lugar modesto de correspondente de uma empresa comercial, e naturalmente ganhei o primeiro lugar, como de costume. Mas o próprio patrão procurou meu pai e disse: "Dr. Rangel, o senhor sabe que eu não posso nomear o Inácio. Bem que eu gostaria de nomeá-lo, mas não posso. Se o senhor tem outro filho, me dê o outro filho" – e um dos meus irmãos mais moço foi trabalhar lá. Quando ele fez concurso para o Banco do Brasil e saiu, aí a coisa estava mais folgada, e eu fui admitido, apesar da pressão da Igreja, que exigia que eu fosse demitido (RANGEL, 1991:53-54).

Mas, pouco tempo depois, em 1945, Rangel teria tido a possibilidade de ir para o Rio de Janeiro e lá ele resolveu se estabelecer. Já que ele ainda estava em prisão domiciliar e sem os seus documentos (os quais estariam retidos na polícia) a ajuda, segundo Rangel, lhe foi dada por um de seus colegas de prisão, que era secretário-geral do Estado o qual lhe avisou que um chefe de polícia interino assumiria por dois dias e ele lhe entregaria seus documentos. Com essa ajuda, Rangel abandonou seu emprego e foi voltou para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceria[46].

Conforme já destacado, Rangel considerou os anos que passou na prisão profundamente frutíferos, já que durante aquele período ele teria iniciado uma revisão das teorias comunistas, das quais ele havia sido adepto desde a infância, conforme os relatos apresentados anteriormente. Ainda de acordo com Rangel, nas condições de prisão e de domicílio coacto ele começou a perceber "certas verdades" que seriam teoricamente aprofundadas nos anos seguintes. A mais importante delas é que, diferente do que ele até então acreditava, era possível industrializar o Brasil sem uma reforma agrária, idéia que, segundo Rangel, "chegava a ser um pecado para uma pessoa que se dizia de esquerda naquela época" mas, como ele mesmo constatou, "o país estava próspero e essa prosperidade significava uma descoberta fundamental" [47].

Considerando o fato de que, em 1935, Ignácio Rangel havia abandonado a faculdade para organizar um levante de camponeses no sertão maranhense, acreditando que assim ele faria, juntamente com outros movimentos no país, uma "revolução

[46] - Rangel, 1991:02-03.
[47] - *Revista Geosul*, 1991/92:117-118.

agrária" naquele estado (conforme as informações apresentadas anteriormente), torna-se compreensível essa "revisão teórica" que ele teria feito nos anos de prisão. Tendo fracassado os ideais nos quais ele até então acreditava, e que o teriam levado inclusive à luta armada, é natural que Rangel os tenha repensado. Sobre essa questão, em uma de suas entrevistas, ele destacou o seguinte:

> [...] eu tinha me lançado a uma luta política convencido de que o país ia mergulhar numa crise profunda, da qual só poderia sair para uma revolução. Depois, ainda na prisão, pude ver que o país havia saído da crise sem que ninguém explicasse como, mas já havia saído – eu tinha a intuição clara de que ele havia saído. Foi aí que comecei a desenvolver essa tese de anarquia e catastrofismo do desenvolvimento, mas sempre preocupado em achar a *lógica* desse crescimento. Esse catastrofismo significava apenas que o nosso modelo não era o mesmo dos países de vanguarda (RANGEL, 1991:84).

O que inicialmente Ignácio Rangel denominou de "anarquia e catastrofismo do desenvolvimento", anos depois, com os colegas do ISEB (conforme se verá adiante) ele chamaria de dualidade econômica, a qual seria o centro de sua teoria mais original: a teoria da dualidade básica da economia brasileira. Essa teoria constitui o núcleo de um modelo teórico que resultou da busca desse ex-integrante do Partido Comunista que, vendo a realidade contrariar seus antigos ideais, buscou respostas para essa situação e, a partir dessa busca, construiu o seu próprio modelo de *revolução nacional*.

Essa questão será mais bem explorada nos capítulos seguintes. Por ora, considera-se importante que sejam retomados os acontecimentos que resultaram na saída de Ignácio Rangel do Partido Comunista, a qual culminaria com o aprofundamento daquele modelo teórico que, naquele contexto, estava apenas sendo esboçado.

1.4 - A saída do Partido Comunista:

Tendo conseguido recuperar os seus documentos com um dos seus colegas de prisão (o qual teria se tornado secretário-geral do estado, conforme destacado há

pouco)[48], Rangel teria abandonado seu emprego na empresa Martins Irmãos & Cia. e ido para o Rio de Janeiro, em 1945.

Nesse sentido, é importante ressaltar que há uma divergência quanto aos fatos ocorridos nesse período. No sub-tópico deste estudo, sobre os anos de formação de Rangel, destacou-se a informação (dada por ele mesmo, em uma entrevista[49]) de que quando trabalhava na Martins Irmãos & Cia., ele teria sido nomeado delegado da Associação Comercial do Maranhão, para participar da I Conferência das Classes Produtoras (CONCLAP), realizada em Teresópolis/ RJ, em 1945.

De acordo com Bresser Pereira & Rego (1995:15)[50], a participação de Rangel nessa Conferência (das Classes Produtoras) é que o teria possibilitado a recuperar seus documentos na polícia, autorizando-o a sair da cidade de São Luís e, depois desse evento, ele teria se decidido ficar no Rio de Janeiro, decisão que teria sido comunicada à sua esposa (Aliette Martins Rangel) por meio de uma carta.

O fato, que deve ser registrado, é que em suas (já citadas) entrevistas ao CPDOC, também publicadas em 1991, Ignácio Rangel (1991:61-62) apresentou as seguintes explicações:

> Vim para cá [para o Rio de Janeiro] em 45. [...] Já com mais experiência, militando...eu vim para participar de uma reunião do comitê, um congresso, uma conferência nacional aqui, em 45, com o Prestes em liberdade. Apresentei um texto, que eu não tenho – ou talvez tenha, não sei onde –, sobre a questão agrária; dizia que nós tínhamos andado equivocados quando achávamos que não se poderia fazer a industrialização sem a reforma agrária, que se poderia, sim. E discutia o por quê.

Ainda sobre esse acontecimento, nas páginas anteriores dessa mesma entrevista, Rangel informou que "por acaso" (já que ele não era secretário geral, mas secretário de propaganda) ele foi representar a juventude comunista maranhense na reunião do comitê regional e que "nós, aqui no Brasil, tínhamos que participar do movimento

---

[48] - Rangel (1991: 02-03).

[49] - Essas informações foram dadas por Rangel, em uma das entrevistas que compôs o *Projeto Memória do BNDES*, de 1981.

[50] - Retomando as palavras dos referidos autores: "Em abril de 1945, os jornais do Maranhão publicam o programa da 1ª Conclap – Conferência das Classes Produtoras, que seria realizada em Teresópolis, Rio de Janeiro. Rangel, além de escrever dois trabalhos para a conferência, é chamado para chefiar a assessoria da Associação Comercial do Maranhão, que representaria esse estado no evento. A participação no evento das classes produtoras em Teresópolis faz o chefe de polícia de São Luís lhe fornecer [a Rangel] uma nova carteira de identidade e permitir, enfim, a saída de Rangel do Maranhão".

revolucionário, mas que os objetivos eram a industrialização do país. E se a industrialização tivesse que ser feita no regime capitalista, pois que fosse" (RANGEL, 1991: 41-42).

A importância em retomar esses acontecimentos está no fato de que essa perspectiva levou Ignácio Rangel a se desvincular do Partido Comunista. De acordo com ele:

> Prestes veio e disse: "Rangel, você não volte sem conversar comigo. Tem muita coisa interessante naquele trabalho". Mas o pessoal aqui do comitê nacional achava que aquilo era uma coisa imprudente, porque a idéia era sair para a revolução, sair para o pau, porque o caminho tinha de ser pela reforma, pela revolução agrária. De maneira que um dia houve uma reunião e o secretário-geral disse: "Olha, você precisa se convencer do seguinte: para nossas necessidades teóricas o camarada Prestes nos basta". Eu levantei, rasguei minha carteira e fui embora (RANGEL, 1991:62).

Em outra entrevista, Rangel declarou que essa mudança de percepção em relação às teorias comunistas foi reforçada no decorrer de sua permanência no Rio de Janeiro, já que lá ele teria compreendido que a esquerda e o Partido Comunista não o "satisfaziam" naquele momento, já que o Brasil estava próspero, sua industrialização prosseguia mesmo sem ter havido uma reforma agrária.

Mas essas constatações não significaram uma negação ao socialismo, o qual permaneceu (como modelo econômico a ser alcançado) nas análises rangelianas. O que mudou, em relação aos anos de vinculação à teoria comunista, foi que Rangel passou a afirmar que o socialismo não deveria ser encarado como "matéria imediata, mas como uma coisa futura" e que todos tinham que "participar do desenvolvimento do capitalismo da época em que vivíamos", ou seja, nas condições de prosperidade industrial mesmo sem a propalada reforma agrária. Esse foi o motivo fundamental para o seu afastamento do PCB[51], em 1947 (*Revista Geosul*, 1991/92: 118).

Ainda a esse respeito, Rangel também declarou:

[51] - Sobre seu afastamento do Partido Comunista, Rangel (1991, p. 78) informou o seguinte: "eu me afastei do partido em 47. Aí me afastei, está acabado. Foi um trabalho difícil, porque naquelas condições... Deixar o Partido Comunista sem se tornar anticomunista é uma coisa complicada. Eu tive que fazer isso. O resultado é que tive uma vida apertada".

> O partido imaginou que através do famoso *Manifesto de agosto* nós íamos partir para uma crise aguda que desembocaria na revolução. Era uma questão de quanto pior, melhor, e tudo isso. [...] A primeira coisa que vi quando cheguei em 45 foi os operários, cujos interesses eu julgava estar defendendo quando me opunha ao direito trabalhista naquela época, irem para a rua gritando "Queremos Getúlio". E pensei: "Eles é que conhecem seus interesses, e eles estão de acordo com isso." Quer dizer, nós estávamos equivocados, e era preciso ter coragem de dizer isso (RANGEL, 1991:66).

Logo após sua saída do Partido, Rangel teria sido chamado para integrar a Assessoria do presidente Dutra, convite o qual ele teria recusado[52]. Segundo Rangel, esse convite se deu 15 dias após o seu afastamento do PCB e, para ele, a explicação estava no fato de que provavelmente as discussões que suscitaram sua saída do partido foram de "pleno conhecimento do DOPS", da polícia política. E cinco anos depois, ele foi chamado para redigir uma lei sobre o babaçu[53], como integrante da Assessoria Econômica do presidente Vargas[54]. Nesse meio tempo, ele teria trabalhado em algumas revistas, como *Panfleto*, *Revista do Comércio* e *Revista Terra*, publicações que já tinham deixado de existir na década de 1990 (RANGEL, 1991:78).

Como os depoimentos de Rangel demonstram, foi buscando respostas para o porquê de a economia brasileira não ter seguido a dinâmica de uma industrialização precedida de reforma agrária (tal como previam as postulações da ANL e do PCB), que ele desenvolveu a base de suas análises, a teoria da dualidade básica da economia brasileira. Os estudos intensivos que teriam sido realizados na prisão (entre os anos de 1935 e 1937) teriam propiciado Rangel a rever as teses em torno da idéia de que uma industrialização efetiva seria impossível sem a precedência de uma reforma agrária e, a partir daí, ele teria formulado a sua teoria da dualidade básica da economia brasileira.

---

[52] - Rangel (1991:65) informou que não aceitou o convite do então presidente da República pois "Dutra na realidade era um antiindustrialista".

[53]- É interessante destacar que o babaçu, já no período em que Rangel morava no Maranhão, era dominante na economia extrativista da região. Certamente adveio daí seus primeiros conhecimentos sobre a extração e possíveis formas de utilização desse fruto.

[54] - Essas informações estão contidas na *Revista Geosul* (1991/92:118).

1.5- A produção teórica e os primeiros contatos de Ignácio Rangel com o grupo do ISEB, da CEPAL e da Assessoria Econômica do presidente Vargas:

Conforme Rangel (1991:67) informou em uma de suas entrevistas ao CPDOC, provavelmente o documento mais antigo sobre a teoria da dualidade tenha sido uma prova de Direito Civil, feita em 1947 na Faculdade de Direito. Segundo essa mesma entrevista:

> [...] esta prova causou sucesso na faculdade. O professor Arnaldo de Medeiros, ao examinar, na prova oral, disse: "Esse jovem" – eu já não era jovem na época dele, em 47, eu tinha 33 anos – "fez uma prova que eu diria que foi colada, se não tivesse a obrigação de saber que nunca ninguém escreveu isso". Ele descreveu, fez um resumo da minha prova. Falou *15* minutos sobre ela. Resultado: isso fez com que eu que achava que aquilo estava na ordem natural das coisas, que todo mundo tinha a obrigação de saber – reavaliasse o meu próprio trabalho.

Ainda de acordo com as informações divulgadas na referida entrevista, naquela prova, Ignácio Rangel ainda não teria utilizado o termo "dualidade" ou "duplicidade", ao qual ele teria chegado a partir de uma conversa com Alberto Guerreiro Ramos.

Segundo essa entrevista, Rangel (1991:70) destacou que Guerreiro Ramos, "que era uma cabeça excepcional", lhe apresentou um de seus trabalhos, uma adaptação de uma teoria alemã para a realidade brasileira, a chamada "pseudomorfose" e pediu a opinião de Rangel a respeito dessa adaptação, ao que Rangel teria respondido: "Acho que não é isso. Não é pseudomorfose. A pseudomorfose é uma forma falsa. Não é isso; [...] Então, o que você tem não é uma pseudomorfose, mas uma dualidade ou duplicidade". Teria surgido daí o termo "dualidade", o qual se tornaria a base da teoria rangeliana. Depois disso, impulsionado por Ramos e pelos colegas do ISEB, Rangel escreveu *Dualidade básica da economia brasileira* (1957).

Segundo informações dadas por Rangel, a partir daquela conversa com Guerreiro Ramos é que ele teria tomado consciência de que não estava "chovendo no molhado,

estava realmente caminhando para terrenos novos [...]. Foi Guerreiro quem disse: "Não, isso aqui é novo"'. E assim como Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, também o teria auxiliado nessa discussão, como Rangel teria esclarecido: "[...] naquele tempo [final dos anos 1940], eu não dizia *dualidade*, dizia *duplicidade*. Depois, Hélio Jaguaribe [já no ISEB[55]] sugeriu que não estava bem, que seria mais próprio utilizar *dualidade* (RANGEL, 1991:73).

Assim, a partir dessa perspectiva teórica que gravitava em torno do materialismo histórico e dialético, é que Ignácio Rangel conseguiria respostas para o "caso brasileiro", cujas especificidades teriam, nessa perspectiva, direcionado o país a um modelo diferenciado do discutido nos referenciais russos. Essa perspectiva teórica o acompanharia durante toda a sua carreira de intelectual ocupante de importantes cargos no poder, dentre eles, o de assessor econômico de Getúlio Vargas.

Sobre sua presença nessa instituição, Ignácio Rangel afirmou que no pós-Segunda Guerra, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), através de Rômulo de Almeida (que integrava o Departamento Econômico da CNI), lhe encomendou um trabalho sobre o desenvolvimento da África o qual lhe possibilitaria um convite por parte da presidência da República brasileira, para compor a Assessoria de Vargas[56].

Especificamente sobre esses trabalhos, Rangel esclareceu que:

> [...] a Confederação da Indústria me encomendou certos trabalhos. Depois da guerra começaram a aparecer alguns trabalhos das Nações Unidas, da antiga Liga das Nações, que eram o material que nós tínhamos para estudar. A Cepal não havia produzido nada ainda. Então, eu levava para casa o material que me davam, estudava e fazia um resumo de cada um daqueles trabalhos. Foi o primeiro dinheiro que eu ganhei como economista. Eu levava da Confederação da Indústria aquele trabalho e fazia um resumo do que aparecia por lá (RANGEL, 1991:85).

Sendo assim, Rômulo Almeida[57], que a partir de 1951 se tornou o presidente da Assessoria, teria tomado conhecimento dos trabalhos de Rangel lá na CNI e, quando

[55]- Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
[56]- Essas informações foram dadas por Rangel no *Projeto Memória do BNDES*.
[57]- Rômulo Barreto de Almeida, assim como Ignácio Rangel, formou-se em Direito, mas dedicou-se à economia, sobretudo na área de planejamento econômico. Em 1946 foi assessor da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte, ao lado de Jesus Soares Pereira e

convidado a compor uma equipe de trabalho, indicou Ignácio Rangel ao presidente Vargas. Rangel (1991:04) disse que, em novembro de 1952, recebeu um telegrama da Casa Civil o convidando para compor o grupo da Assessoria e quando chegou lá, encontrou "uma pilha" de artigos dele, uma coleção mais completa que a sua. Por fim, ainda sobre esse convite, Rangel declarou: "[...] fui chamado por Getúlio Vargas para um fim específico: redigir uma lei sobre o babaçu. Fui, então, trabalhar na redação da tal lei e me integrei à equipe, depois não houve mais meio de eu me descolar dela (*Revista Geosul*, 1991/92: 118)".

Já acerca das relações mantidas na Assessoria Econômica do presidente Vargas, Rangel ressaltou: "Fizemos boas amizades, Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira[58], pessoas assim, e são amizades que ficaram para o resto da vida e que me enriqueceram enormemente"[59].

No mesmo ano em que Rangel foi inserido no grupo da Assessoria, em 1952, ele participou das reuniões de um grupo de intelectuais que começava a se reunir semanalmente em Itatiaia, no Rio de Janeiro[60]. No ano seguinte, esses intelectuais fundaram o Ibesp (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), órgão vinculado ao Ministério da Educação e que, em 1955, foi convertido em ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

---

ao final da década de 1940, ele participou da Missão Abbink (Carneiro, 2001:149). Entre 1951 e 1953, ele foi assessor econômico da presidência da República a qual realizou estudos da economia e da elaboração de política energética. Dentre esses projetos estava o da criação da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro (Petrobrás). Dentre as funções desempenhadas por Rômulo Almeida pode ser citada também a criação e presidência da I Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia, em 1955, e a de deputado federal, também na Bahia, entre os anos 1955-1957. Além disso, entre 1980 e 1988, ele foi nomeado diretor de planejamento industrial do BNDES.

[58]- Jesus Soares Pereira também foi um integrante importante da corrente de intelectuais que se destacaram nos anos 1950. Reconhecido por Ignácio Rangel (2005a: 559) como um de seus "mestres", Pereira foi técnico assessor da Assembléia Nacional Constituinte onde, pela primeira vez, em 1946, teria atuado com Rômulo Almeida, ao lado do qual (juntamente com Rangel) compôs a Assessoria Econômica do presidente Vargas, entre 1951 e 1954. Soares Pereira foi diretor do Departamento de Recursos Naturais e Energia nos anos de 1964 a 1968. Em 1956 Soares tornou-se coordenador da assessoria técnica do Ministério da Viação e Obras Públicas (atual Ministério dos Transportes), chefiado pelo Almirante Lúcio Meira, com quem trabalhou na equipe econômica do segundo governo de Getúlio Vargas. Em 1962 foi indicado a diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) pelo mesmo Almirante, que era o então presidente da empresa (Calicchio, 2001:4553-4554). Além disso, Jesus Soares foi um dos coordenadores técnicos do Conselho de Desenvolvimento do Plano de Metas.

[59] - *Revista Geosul*, 1991/92: 118.

[60] - De acordo com Rangel (1991:06): "Depois, junto à Assessoria, foi formado um grupo, sob a chefia de Hélio Jaguaribe, com o nome de Ibesp – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política –, que reunia o pessoal de nível assessoral do Rio, não só da Presidência da República como de vários ministérios: Ministério da Justiça, da Fazenda e outros. E também do governo de São Paulo, empresa privada – foi lá que conheci Roland Corbisier [...]".

As publicações dos primeiros livros de Ignácio Rangel datam justamente desse período. Sua primeira obra, *O Desenvolvimento Econômico no Brasil,* foi publicada em 1954. Ela consistiu em um trabalho apresentado em espanhol, com o título "El desarrollo económico en Brasil", ao final do curso de capacitação que Rangel fez na CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)[61].

Nessa publicação, o autor situou a discussão que seria retomada em todos os outros livros e artigos que viriam a ser escritos por ele até a década de 1990: o processo de formação de preços na economia brasileira, a necessidade de abertura do complexo rural (nome dado às atividades desenvolvidas no setor agrícola) e as especificidades da industrialização em uma realidade "dual", como seria o caso da brasileira.

Essa obra demonstra bem a perspectiva assumida por Ignácio Rangel após seu rompimento com o PCB, já que ao perceber que o Brasil continuava se "desenvolvendo", mesmo não tendo seguido os parâmetros postulados pelos pecebistas (os quais destacavam a necessidade de uma reforma agrária que criasse as condições necessárias para as alterações nas relações de produção, que culminariam com o processo de industrialização), Rangel buscou compreender a ocorrência desses fatos no Brasil. De acordo com ele, "a tarefa é saber por que e como o país se desenvolve" e o objetivo daquele livro era justamente o de "traçar a história do desenvolvimento econômico brasileiro" (RANGEL, 2005a: 41).

A ênfase da abordagem de Rangel em seu *O Desenvolvimento Econômico no Brasil,* recaiu sobre a necessidade de criar um setor manufatureiro nacional o qual, a partir do processo de substituição de importações[62], alteraria a divisão do trabalho e aumentaria a produtividade, algo que, conforme o autor, não ocorreria se a maioria da população permanecesse nas atividades agrícolas. Tal processo, dentro dessa perspectiva, estava vinculado ao interesse de "reordenar" o setor agrícola, a partir de um planejamento efetivo. De acordo com Rangel (2005a: 122), a "gradual transferência de recursos de produção do setor agrícola para os setores não agrícolas" é que garantiria o capital necessário à consolidação da indústria nacional.

O referido planejamento, portanto, era apresentado como indispensável para a consolidação desse processo o qual deveria ser pautado no intervencionismo estatal, já

---

[61] - Esse curso de capacitação organizado pela CEPAL, foi dirigido por Jorge Ahumada, em Santiago do Chile e a participação de Ignácio Rangel nesses estudos se deu enquanto funcionário interino do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

[62]- Simplificadamente, o processo de substituição de importações visava produzir internamente os produtos que eram importados, impulsionando assim a indústria nacional a partir do mercado interno.

que esse desenvolvimento, conforme Rangel (2005a: 40) "não teve a gentileza de esperar que o preparassem bem, antes que começasse", era, portanto, um desenvolvimento "espontâneo" o qual vinha ocorrendo sem o devido controle.

Essa mesma preocupação com o "desenvolvimento" brasileiro foi demonstrada por Rangel em seu segundo livro, *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Essa obra foi resultado da tese de mestrado que Rangel teria apresentado ao final do curso da CEPAL, em 1954[63], além da reunião do material apresentado em quatro palestras pronunciadas em atividades do Ibesp, as quais teriam sido organizadas em 1955 e publicadas dois anos depois[64]. Nesse livro, Rangel retomou grande parte das questões apresentadas na obra de 1954, já que ambas as obras apresentam um objetivo semelhante: compreender o processo de desenvolvimento econômico brasileiro[65].

A esse respeito Rangel (2005a: 132), no livro *Introdução ao Desenvolvimento Econômico (*1955*)*, destacou: "a questão capital para a qual aqui se busca resposta é a seguinte: Por que se desenvolve o Brasil?" Nesse sentido, Rangel chamou a atenção para a necessidade de se compreender como o sistema econômico brasileiro opera, a fim de que não se continuasse a implantar políticas desenvolvimentistas em "forças estranhas" (teorias e modelos estrangeiros). Somente assim, conforme essa análise, o desenvolvimento deixaria de ser *espontâneo*, como estava sendo.

Assim como a obra de 1954, *Introdução ao Desenvolvimento Econômico* chama a atenção para a necessidade da participação do Estado na condução desse processo econômico. Afinal, de acordo com Rangel (2005a: 133): "quanto mais avulta o papel do Estado, menos espontâneo e mais consciente deve ser o nosso comportamento". Observa-se assim, a defesa de um intervencionismo planejado.

Sobre essa questão do planejamento, aliás, Rangel afirmou que enquanto esteve na CEPAL, ele teria buscado a reorganização do curso para uma análise mais adequada do "projetamento". Nesse aspecto, Rangel se considerava "provavelmente o primeiro

---

[63] - Rangel ,2005a:199.

[64] - De acordo com a nota explicativa inserida nas "Obras Reunidas" (de Ignácio Rangel), a primeira edição de *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro* foi publicada pela Livraria Progresso, em 1957 e a segunda edição, pela Bienal, em 1990 (RANGEL, 2005a: 129).

[65]- Ignácio Rangel explicou a semelhança entre os dois livros (*O Desenvolvimento Econômico no Brasil* e *Introdução ao Desenvolvimento Econômico*). Segundo ele, este último livro era um "apanhado" da tese apresentada na CEPAL a qual fora publicada em seu primeiro livro, portanto, ambos tratavam dos mesmos temas. Rangel esclareceu também que *Introdução ao Desenvolvimento Econômico* resultou de um pedido feito pelo seu amigo do ISEB, Alberto Guerreiro Ramos, o qual lhe teria solicitado escrever não um "modelo teórico, mas o processo concreto que o nosso país estava vivendo (...), como se estava, efetivamente, desenvolvendo" (RANGEL, 2005a :198).

economista a buscar uma formação especial na área de análise de projetos"[66].

Dois anos depois do seu curso de capacitação na CEPAL, as análises feitas por Rangel sobre a teoria de "projetamento" resultaram no longo artigo *Desenvolvimento e Projeto* (1956). Esse artigo foi publicado na *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas* da Universidade de Minas Gerais[67].

Nesse trabalho, Rangel definiu o que é um projeto e seus efeitos (a longo prazo) sobre a produtividade e retomou a questão da dualidade. Trata-se de um texto mais técnico, voltado para economistas, no qual Ignácio Rangel retomou idéias já apresentadas nas suas obras anteriores (*O Desenvolvimento Econômico no Brasil* e *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*), tais como: a divisão do trabalho como requisito para aumentar a produtividade, a necessidade de "reordenação" do setor agrícola, o processo de constituição da economia brasileira (e a influência do comércio exterior na dinâmica dessa economia), além de questões técnicas sobre planos e projetos.

Tal como em *O Desenvolvimento Econômico no Brasil (1954),* o artigo *Desenvolvimento e Projeto* (1956) apresenta uma defesa da necessidade de transferir a mão-de-obra do setor agrícola (tida por Rangel como uma mão-de-obra empregada em condições "pré- capitalistas") para a economia de mercado, ou seja, sua "incorporação ao esquema nacional da divisão de trabalho" e a "expansão do setor capitalista à custa do pré-capitalista" (Rangel, 2005a: 264). Em suma, assim como nos livros anteriores, em *Desenvolvimento e Projeto* Ignácio Rangel buscava caminhos para impulsionar o desenvolvimento da economia brasileira.

Ao final desse artigo, Rangel apresentou um "balanço da economia nacional", demonstrando qual seria o papel do "projetista" (economista responsável pela elaboração de projetos visando o desenvolvimento do país) nas condições da economia brasileira.

Nas palavras do próprio Ignácio Rangel (2005a: 204- nota1), esse artigo "[…] foi inspirado pelos problemas que a análise de projetos no Departamento Econômico do BNDE suscitou no espírito do autor, razão pela qual o subordinamos ao item do programa de prova monográfica: 'Critérios para a seleção de investimentos prioritários'".

---

[66] - Informações apresentadas na entrevista concedida ao Projeto Memória do BNDES, em 1982.

[67]- Ano 5, nº 9, jan-jun de 1956, conforme nota acrescentada pelo autor das "Obras Reunidas" de Ignácio Rangel (RANGEL, 2005a: 203).

A monografia à qual Rangel fez menção foi a tese que ele apresentou no concurso do BNDE, em 1954 (Projeto Memória do BNDES, 1981). Essa tese foi a sua prova para a entrada no banco, onde Rangel permaneceria vinculado para o resto de sua vida, uma vez que mesmo tendo se aposentado, ele permaneceu vinculado àquela instituição, prestando-lhe consultorias sem nenhuma remuneração.

A respeito dessa prova, perguntado se ele teria entrado no BNDE por concurso, Ignácio Rangel (1991:133-134) respondeu:

> Não. Naquela época não havia concurso. Entrei antes do concurso, mas me comprometi a fazer o concurso. Quando veio o concurso, fiz e passei. E aí veio a notícia de que eu tinha perdido o concurso, porque não tinha atestado de ideologia[68]. Apesar das relações que eu tinha lá dentro – todo mundo ficou mobilizado – o Dops não me dava o atestado. Eu perdi o atestado no governo Café Filho. Aí o Roberto [*Campos*] me chama: "Você parece que vai perder o concurso." Eu disse: "Já sei, Roberto." "Não se preocupa, não. [...]"Se você me fizer um requerimento, eu mando dispensar essa exigência." "Mas eu não faço." "Por que não faz?" "Porque eu assinei um requerimento pedindo a minha inscrição no concurso justamente por debaixo dessa cláusula que eu conhecia. De modo que não posso falsear a minha própria assinatura.[...] No dia seguinte ele tinha obtido do presidente da República um ato tornando sem efeito aquela cláusula, não apenas para mim, mas para todo mundo. Compreende-se. Eu criei uma exceção. [...] queria justamente um ato como esse. Que viesse um ato do presidente da República que tornasse sem efeito, simplesmente. Então todos, uma dúzia dos que tinham perdido o concurso foram chamados. E é uma coisa que eu devo a Roberto.

A entrada de Rangel para o BNDE, como ele mesmo explicou, havia se dado imediatamente após o fim de seus trabalhos na Assessoria Econômica do presidente Vargas. Segundo ele, naquele contexto, a Casa Civil o perguntou, em nome do presidente, se ele "desejava alguma coisa do serviço público", ao que ele respondeu: "o BNDE está se formando, está recebendo funcionários interinos com o compromisso de fazerem concurso quando vier", "se o Banco quiser me aceitar nessas condições, ficarei muito feliz" (RANGEL, 1991: 15).

Rangel ficaria no BNDE até o final de sua vida, mesmo após a sua aposentadoria.

[68] - Esse "atestado ideológico" ou "atestado negativo de ideologia" foi criado no Estado Novo e extinto em 1952 e novamente retomado pelo regime militar, tendo sido definitivamente extinto com a Constituição de 1988. Esse documento informava a vida profissional, política, religiosa, civil, criminal dos "candidatos" a ocupar cargos públicos.

Sua relação com o BNDE foi explicada por uma de suas colegas de trabalho, Maria do Rosário Pizzo, a qual declarou:

> Lembro que colocávamos as questões para o professor e ele ficava entusiasmado. Voltava para a casa… no dia seguinte tinha um artigo analisando aquela questão e pensando numa solução. [...] Ele costumava dizer também que chegara a uma fase em que o trabalho era efetivamente um prazer. Nesse último trabalho que nós desenvolvemos no banco a partir de 87 ele estava freqüentemente conosco; desenvolveu todo o trabalho como consultor, sem receber absolutamente nada. Para ele, o trabalho era um prazer naquele momento (PIZZO, 1998: 114).

Analisando a produção teórica e a trajetória institucional de Ignácio Rangel, observa-se que a década de 1950 constituiu um marco na carreira desse economista. Foi naquele contexto que ele ingressou na Assessoria Econômica do presidente Vargas (1952) e no BNDE (1954) e aprofundou as discussões em torno do desenvolvimento nacional, sobretudo a partir de suas relações com o grupo do ISEB, com a teoria da CEPAL e com os demais assessores do governo varguista. Por fim, foi naquele período que Rangel começava a aprofundar suas teses sobre a teoria da dualidade, fato que resultaria, em 1957, em um dos seus mais importantes livros.

Esse livro foi publicado através do ISEB (na série "Textos Brasileiros de Economia"), com o título *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, no qual Ignácio Rangel desenvolveu de maneira mais detalhada a sua teoria da dualidade[69]. No prefácio dessa obra, Rangel alertava para o fato de que o conceito de dualidade da economia brasileira (e da latino-americana) não era algo novo, já que vinha sendo muito explorado pela CEPAL, mas acreditava que ela ainda merecia algumas releituras.

Nas palavras desse intelectual, havia a necessidade de "salientar um aspecto próprio de nossa economia, a fim de facilitar o emprego dos instrumentos científicos tais quais os importamos e que, não raro, nos são inúteis sem essa precaução" (Rangel, 2005a: 286). Essa peculiaridade brasileira, de acordo com a perspectiva rangeliana, seria justamente a dualidade.

[69] - Conforme informações dadas por Rangel em uma entrevista, a qual já fora retomada nas páginas anteriores, esse foi escrito a partir de um pedido feito pelos seus colegas do ISEB. De acordo com Rangel (1991:70): "quando trabalhava no Iseb, os colegas de lá me pediram que escrevesse um trabalho específico sobre esse assunto. E eu escrevi *A dualidade básica da economia brasileira"*.

Novamente, de forma semelhante ao que fizera nas obras anteriores (sobretudo em *O Desenvolvimento Econômico no Brasil* -1955 e *Desenvolvimento e Projeto* -1956), Rangel discutiu a questão da dualidade brasileira. A diferença é que em *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, essas questões foram aprofundadas, demonstrando o processo de formação dessa "duplicidade" da economia brasileira e, por conseguinte, de todas as estruturas sociais do país. Assim, tendo definido que a dualidade seria a base, ou a essência, da economia brasileira, nessa obra Ignácio Rangel (2005a: 286) se propôs a "determinar as leis desse comportamento".

Foi em *Dualidade Básica da Economia Brasileira (*1957*)* também que, pela primeira vez, Rangel apresentou o termo "contemporaneidade do não coetâneo" como forma de definir a singularidade da economia brasileira a qual seria, segundo essa análise, simultaneamente antiga e moderna, ou seja, a idéia de que a dualidade se constitui pela união de realidades de tempos históricos distintos, que não se sobrepõem, mas que mutuamente se influenciam. Retomando as palavras do autor:

> Já observou alguém que o Brasil é um país no qual se pode estudar a história universal simplesmente viajando do litoral para o interior. À medida que avançamos, instituições similares às que caracterizaram, em outras épocas, os países mais avançados, vão-nos aparecendo, às vezes, vivas e florescentes. [...]. Nosso trabalho consiste, em grande parte, em combinar essas peças de culturas importadas com outras igualmente importadas mas não coetâneas com elas em vista da dualidade básica de nossa sociedade, como de nossa economia. Dessa combinação resulta um edifício original (RANGEL, 2005a: 299-300).

Igualmente, foi nessa mesma obra que Ignácio Rangel apresentou, pela primeira vez, embora de forma breve, a idéia de que a adoção da teoria dos ciclos de Kondratiev[70] poderia ser um instrumento fecundo para a previsão das fases recessivas da economia nacional. Essa percepção seria enfim detalhadamente aprofundada no

[70] - Segundo informações apresentadas por Rangel (2005b: 261), no pós- segunda guerra, as teorias sobre os comportamentos da economia a longo prazo, como o era a dos ciclos de Kondratiev (desenvolvidas nos anos 1920), "voltaram à tona". Nikolai Kondratiev foi um economista russo, que teria sido nomeado por Lênin para a chefia de um órgão de planejamento da economia soviética (Rangel, 2005b: 741). Mas ele teria sido destituído desse cargo, e inclusive preso (e mandando para a Sibéria, em condições não esclarecidas- Rangel, 2005b: 742) por conta de suas teorias apontarem que a depressão mundial do capitalismo ao contrário de significar o início de uma crise geral do capitalismo (como queriam os comunistas) era algo momentâneo e cíclico. Rangel afirmou ainda que "de nossa presente perspectiva, entretanto, é difícil não admirar o gênio que, partindo de tão pobres evidências, conseguiu traçar um quadro que, meio século mais tarde, tão luminoso se afigura".

artigo *A história da dualidade brasileira* (1981)[71], no qual Rangel apresentou um quadro com as datações e as dualidades da economia brasileira.

Com base no que fora exposto até aqui, fica perceptível que o aspecto econômico, base da abordagem de Rangel, constitui (dentro do seu modelo teórico) o elemento definidor de toda a sociedade brasileira. Seriam as relações econômicas, e não as políticas ou culturais (definidas a partir daquelas relações), que decretariam os fundamentos da Nação Brasil. Era a relação com o comércio exterior (ou as relações externas de produção), em outras palavras, que teria permitido o desenvolvimento da economia nacional.

Retomando as afirmações do autor, pode-se ter uma noção mais exata dessa questão:

> [...] o Brasil, se não era uma nação do ponto de vista interno [à época do Império], porque a nação é uma estrutura que nasce com o capitalismo e com ele se desenvolve, o era do ponto de vista externo, porque, tendo que tratar, no plano mundial, com nações, tinha que criar para si um arcabouço que o assimilasse às entidades com as quais precisava lidar (RANGEL, 2005a: 320).

As teses rangelianas a respeito dos conceitos Nação e Estado serão retomadas no capítulo seguinte, por hora, a intenção é apresentar um panorama geral das obras de Ignácio Rangel, com a finalidade de inseri-las no contexto em que foram escritas.

Nesse sentido, falta ressaltar que a obra *A Dualidade Básica da Economia Brasileira* possui, dentre seus capítulos (o intitulado "O problema do comércio exterior brasileiro"), uma análise que Rangel escreveu em 1953, para um debate na Assessoria Econômica da Presidência da República (Rangel, 2005a: 338); evidenciando-se assim, que o intelectual era indissociável do "homem de governo". Em ambos, conforme já destacado, havia uma mesma preocupação: desenvolver análises de fundo político, análises voltadas para a ação.

Como já citado, Ignácio Rangel fez parte de um importante círculo de intelectuais, muitos dos quais foram ocupantes de cargos no poder. Dentre esses intelectuais estava

[71]- Conforme nota explicativa inserida nas "Obras Reunidas" (de Ignácio Rangel), esse artigo foi inicialmente publicado na *Revista de Economia Política*, São Paulo, 1 (4):5-34, jan-mar, 1981 (RANGEL, 2005a: 655).

Roland Corbisier[72], Hélio Jaguaribe[73] e os já citados Rômulo Almeida e Jesus Soares Pereira. Sendo assim, no contexto dos anos 1950, Ignácio Rangel estava inserido entre os intelectuais que se destacaram na formulação da ideologia nacional-desenvolvimentista[74].

Visando formular essa ideologia, Ignácio Rangel enfatizou que devido às particularidades da economia brasileira, marcada por modos de produção duais (ou seja, a combinação de dois modos de produção, um interno e outro externo)[75], o intervencionismo estatal e a prática do planejamento deveriam ocupar posição de destaque nas decisões políticas do país. Esses dois elementos estiveram presentes, direta ou indiretamente, em todos os livros e artigos escritos por Rangel.

O planejamento, aliás, foi objeto específico de uma de suas análises, o livro *Elementos de Economia do Projetamento (1960).* Esse livro resultou de algumas aulas proferidas por Rangel no curso de Desenvolvimento Econômico na Universidade da Bahia, no ano de 1959, cuja primeira edição foi publicada no ano seguinte e a segunda edição data de 1987[76].

A referida obra constitui, basicamente, uma defesa da atuação do economista (em

---

[72] - Corbisier, assim como Rangel, formou-se advogado, ao que somou a carreira de jornalista. Tal como Rangel, Corbisier também colaborou com o jornal "Estado de São Paulo". Em 1955, ano de criação do ISEB, Corbisier foi o diretor executivo do instituto e um dos grandes divulgadores da ideologia nacional-desenvolvimentista. Em 1960 elegeu-se deputado pelo PTB, quando fora substituído por Álvaro Vieira Pinto na direção do ISEB, o qual fora extinto com o AI- 1 (1964).

[73] - Hélio Jaguaribe, como grande parte dos intelectuais do período, formou-se em Direito. Ele foi secretário-geral do ISEB e, em 1958, publicou "O nacionalismo na atualidade brasileira", obra essa que teria deflagrado uma crise interna no Instituto e que o levaria a se exonerar no ano seguinte. A divergência principal entre os isebianos estava na questão da participação de capital estrangeiro no desenvolvimento, tese essa que causou embates dentro do grupo, sobretudo por parte de Corbisier e Guerreiro Ramos, que defendiam com veemência o trabalho militante (PAIVA, 2001:2828).

[74] - Ainda considerando os *tecnocratas* que estiveram presentes na vida profissional de Ignácio Rangel, deve-se enfatizar o militar Lúcio Meira o qual constituiu um elo importante da política corporativista de Vargas, questão que será retomada nos capítulos 3 e 4. Para o momento, deve-se ressaltar que Lúcio Meira foi um participante "voluntário" da Assessoria Econômica de Vargas, foi ministro da Viação e Obras Públicas entre 1956 e 1959 e presidente do BNDE dos anos de 1959 a 1961 (em 1959 ele substituiu Roberto Campos na presidência do BNDE, acumulando o cargo de diretor-superintendente e de secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento).

No governo Vargas, Meira foi subchefe do gabinete militar e participou da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) como representante da Marinha, órgão então responsável pela planificação do desenvolvimento industrial. Nessa comissão, dirigiu o grupo responsável pela implantação da indústria automobilística. Como ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira presidiu a Comissão de Povoamentos dos Eixos Rodoviários. Em 1963, após ter deixado o BNDES, ele se tornou presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia. Fora da vida pública ocupou cargos em algumas empresas, como a Volkswagen, por exemplo (KORNIS, 2001: 3699-3701).

[75] - Essa questão será explorada no próximo capítulo.

[76]- Essas informações encontram-se em uma nota explicativa inserida nas "Obras Reunidas" (de Ignácio Rangel) (RANGEL, 2005a: 355).

lugar do engenheiro) na elaboração de projetos (base do planejamento econômico)[77]. Nesse sentido Rangel (2005a: 364) defendeu a necessidade de "melhorar o projetamento público, que hoje se caracteriza, quase universalmente, pela ausência do cálculo econômico".

É um texto técnico, dividido em tópicos numerados nos quais Ignácio Rangel apresentou as "categorias fundamentais do projetamento": definição de projeto, análise de custo/ benefício e o objetivo de um projeto, dentre outros pontos.

Questões referentes à temática do planejamento também foram discutidas por Rangel na obra *Recursos Ociosos e Política Econômica* a qual reuniu textos escritos entre os anos 1960 e 1980[78]. Na introdução dessa obra (retirada de uma aula inaugural do ISEB, em 01/04/ 1960), Rangel demonstra otimismo frente à situação brasileira, já que, segundo ele, o país estaria tomando consciência da necessidade de "progredir". Nesse sentido, Rangel (2005a: 449) escreveu que: "(...) o Brasil, apesar ou talvez por causa de suas angústias presentes, deixou de ser uma simples expressão geográfica e começou irreversivelmente sua épica aventura como nação, como comunidade capaz de protagonismo e de vontade".

Rangel buscava, nessa e na maioria das suas obras, "convencer" a sociedade brasileira quanto à irremediável necessidade de condução do processo de *desenvolvimento* do país por parte do Estado (e dos intelectuais que o assessoravam). Entretanto, conforme o título desse livro indica, o centro da análise rangeliana recaiu sobre a questão da capacidade ociosa, ou seja, da capacidade produtiva existente no país a qual não estaria sendo plenamente utilizada.

Sobre os recursos ociosos, Rangel (2005a: 495-497) destacou que havia um "potencial oculto" existente nas economias subdesenvolvida, uma capacidade produtiva não identificada, cuja utilização elevaria a renda e criaria recursos necessários a novos investimentos. Sendo assim, uma programação "realista e nacional" deveria necessariamente considerar essa questão.

Nesse sentido, autor propôs modos de utilização dessa capacidade ociosa, tais como a expansão do comércio exterior, mudança na estrutura da oferta e da procura, que

[77]- Trata-se, como será discutido nos capítulos 4 e 5 deste estudo, da defesa que um grupo social específico, no caso os economistas, em prol da sua posição profissional.

[78]- Conforme nota explicativa presente em "Obras Reunidas" (de Ignácio Rangel), *Recursos Ociosos e Política Econômica* foi publicado pela editora Hucitec em 1980 na coleção Economia e Planejamento, dirigida por Tamás Szmerecsányi. A introdução seria uma reedição de *Recursos ociosos na economia nacional*, publicada pela primeira vez pelo ISEB, em 1960 e os capítulos 1 a 5 seriam uma reedição de *Apontamentos para o Segundo Plano de Metas*, editado pela Condepe, em 1960. Somente o último (6º) capítulo seria inédito (RANGEL, 2005a, p.447).

constituíam, conforme o seu parecer, "os grandes meios práticos de ação contra a ociosidade e a inflação" os quais seriam alcançados mediante a intervenção do Estado nos mecanismos cambiais (na tarifação de determinados produtos) (Rangel, 2005a: 468).

Por fim, *Recursos Ociosos e Política Econômica* apresentou uma das críticas que seriam desenvolvidas em um de seus livros mais conhecidos, *A inflação brasileira* (1963): a idéia de que a poupança seria um "resíduo deixado pelo consumo", a qual levaria à concepção equivocada de que para intensificar a formação de capital, bastaria comprimir o consumo[79].

A questão inflacionária, aliás, era tema recorrente nas análises rangelianas e havia sido demonstrada por Rangel (a partir do processo de formação dos preços no Brasil) já na sua primeira obra: O *Desenvolvimento Econômico no Brasil.* Entretanto, indubitavelmente *A inflação brasileira* foi a obra que apresentou uma discussão mais completa da situação inflacionária no país. Ela foi, provavelmente, a publicação de Ignácio Rangel que conseguiu maior relevância, tendo alcançado 5 edições (a última, em 1986).

Conforme Rangel (2005a: 553) destacou no seu prefácio, esse livro seria "uma aplicação concreta da teoria da dualidade". Nele, Rangel apresentou a inflação como um "fenômeno característico de uma economia capitalista, que se desenvolve sob a influência de uma economia feudal em crise, em desagregação"[80].

Em síntese, em *A inflação brasileira* Ignácio Rangel retomou a dinâmica da acumulação de capital na economia dualista brasileira (tal como o fizera em O *Desenvolvimento Econômico no Brasil,* em *A dualidade básica da economia brasileira e* em *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*), destacando a polêmica tese de que nessas condições, a inflação desempenharia um papel diferenciado, ela seria um mecanismo de defesa da economia diante da tendência à depressão ou à recessão econômica.

Simplificadamente, a questão pode ser resumida da seguinte maneira: a inflação (ou a desvalorização dos "ativos monetários") gera a busca por uma "imobilização dos ativos" ou por novas "inversões" (investimentos) ou ainda, simplificadamente, ela leva a uma "corrida aos bens materiais" enquanto forma de "investir" o dinheiro que seria corroído pela inflação. Sendo assim, ela forçaria um aumento da "taxa de imobilização"

[79] - Rangel, 2005a: 492.
[80] - Rangel, 2005a: 574.

da economia, ou seja, ela provocaria um aumento "forçado" dos investimentos (mesmos especulativos) em bens duráveis o que significa um aumento de consumo o qual frearia a recessão econômica. Em termos econômicos, nas palavras de Rangel (2005a: 602):

> A inflação é necessária porque provoca uma "corrida aos bens materiais", para usar a expressão do autor marxista acima citado [M. Draguilev], ou, para usarmos a terminologia keynesiana, porque "deprime a preferência pela liquidez do sistema". Noutros termos, uma parcela ponderável da mais-valia retida em poder das classes de mais altas rendas, em vez de ser conservada em forma monetária, como recurso líquido, como seria natural e lógico que acontecesse, é, apesar de tudo, aplicada na aquisição de ativos imobilizados, embora estes não correspondam a nenhuma necessidade real, visto como correspondem, em grande parte, à criação de instalações novas em atividades já no comando da capacidade ociosa [capacidade produtiva não utilizada].

Entendendo que esse processo era impulsionado pela existência de um "exército industrial de reserva", Rangel apontava que a elevada taxa de exploração existente na economia brasileira estava na raiz do processo inflacionário. De acordo com ele, essa oferta excessiva de mão-de-obra caracterizava uma economia que, por sua dualidade, ainda estaria sob a influência de uma economia feudal, ainda que em crise.

Em *A inflação brasileira* (1963), com base na teoria da dualidade, Rangel traçou um quadro completo da economia no qual ele destacou o processo de formação dos preços no Brasil (a partir da atuação dos monopólios), a crise no setor agrícola e, com ela, a formação do referido exército industrial de mão-de-obra e a baixa propensão ao consumo (devido à péssima distribuição de renda). E, a partir desse quadro, Rangel criticou as bases da teoria estruturalista e "monetarista" (liberal), bem como as (errôneas, a seu ver) políticas que estavam sendo desenvolvidas para conter a inflação.

No mesmo período em que *A inflação brasileira* foi publicada, início dos anos 1960, Ignácio Rangel também escreveu diversos artigos para a coluna "Do ponto de vista nacional", que integrava o jornal carioca *Última Hora.* Em 1992, esses artigos foram reunidos e publicados, pela Bienal- BNDES, em um livro que teve o mesmo título da coluna daquele jornal.

Em 1965, Rangel sofreu um enfarte[81] e se licenciou do BNDE, ao qual voltou ao

[81] - A esse respeito, Rangel (2005b: 410) escreveu: "Felizmente o cardiologista que, em 1965, prognosticou-me, na seqüência (*sic*) de um enfarte, uma vida muito breve, estava equivocado, porque

final daquela década, embora nunca tivesse tido alta médica. Nesse mesmo período em que voltou ao banco, Rangel também retomou sua produção teórica e escreveu vários artigos. Dentre as revistas nas quais esses artigos foram publicados, destacam-se *Encontros com a Civilização Brasileira* e *Mundo Econômico.* Esses textos resultaram em uma coletânea intitulada *Ciclo, Tecnologia e Crescimento* a qual reuniu artigos publicados entre os anos de 1969 e 1981.

1.6 - As últimas produções teóricas:

Rangel se aposentou em 1976, mas continuou a prestar serviços de consultoria ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até a segunda metade dos anos 1980[82].

Seu último livro publicado foi *Economia: milagre e antimilagre,* de 1985. Nele, seguindo a linha de *A inflação brasileira* (1963), Ignácio Rangel, mais uma vez levantou uma solução polêmica para a crise que abatia a economia nacional, nesse caso, a solução estaria na "redistribuição das atividades entre o setor público e o setor privado, com a privatização de certos serviços muito importantes – isto é, com a conversão de serviços públicos concedidos a empresas públicas, em serviços públicos concedidos a empresas privadas" (RANGEL, 2005a: 729)[83].

Essencialmente, *Economia: milagre e antimilagre* é uma análise (pautada na teoria da dualidade) do desenvolvimento da economia brasileira durante o período da ditadura a qual, conforme o modelo teórico rangeliano, se inseriu num contexto de transição: a passagem entre a *fase A* (de expansão da economia) e a *fase B (*de retração) do 4º ciclo de Kondratiev (ou a 4ª dualidade)[84]. A crise, segundo esse modelo, estaria justamente localizada nesse período da transição.

---

hoje, quase um quartel de século depois, aqui estou, com uma sobrevida ainda razoavelmente saudável e laboriosa, não obstante meus 73 anos intensamente vividos".

[82] - Informação apresentada por Bresser Pereira e Rego (1998:17).

[83] - Essa questão será explorada no capítulo 2.

[84]- A 4ª Dualidade, conforme o modelo teórico rangeliano (o qual será detalhadamente explorado no próximo capítulo) tem a seguinte datação: fase A(1958-73) e fase B (1973-88).

Seguindo essa perspectiva, Rangel retomou ainda as fases de transição dos *ciclos* anteriores visando demonstrar que a cada mudança de ciclo havia uma alteração no pacto de poder, ou seja, uma alteração da composição de classes do Estado. Assim, analisando a Ditadura Militar a partir de seu modelo teórico dualista, Rangel (2005a, p. 696) destacou que "essa ditadura não implicou novo regime, mas uma tentativa, muito bem sucedida, de sustentação do velho regime feudal burguês".

Nessa ótica, os militares teriam sido convocados para assegurarem a unidade de um regime que estaria perdendo as suas bases de sustentação a partir da emergência de uma nova dualidade a qual marcava a ascensão de uma nova classe hegemônica, a dos capitalistas industriais. Em suma, com base na teoria rangeliana, a Ditadura Militar foi uma tentativa de manutenção de um grupo social no poder (os "capitalistas agrícolas") o qual vinha perdendo espaço político e econômico com a ascensão dos capitalistas industriais.

Esse modelo teórico, desenvolvido por Rangel, o teria possibilitado a antever a crise econômica de 1973. A esse respeito, Bresser Pereira, o qual teria testemunhado essa "previsão", deu as seguintes informações:

> Em 1972, em uma reunião da SBPC, onde um pequeno grupo de economistas, entre os quais Antônio Barros de Castro e eu, discutíamos a economia brasileira, reapareceu o velho Rangel. Notei que os novos economistas não lhe deram muita importância, inclusive porque vinha com uma previsão surpreendente. Baseado na teoria das ondas longas de Kondratieff [*sic*], ele nos disse que a economia mundial estava prestes a mergulhar em uma grande crise. Em meio à grande prosperidade daqueles anos, ninguém lhe prestou atenção. E no entanto, no ano seguinte, a primeira crise do petróleo levou ao final dos 30 'anos dourados' do desenvolvimento capitalista. (BRESSER PEREIRA, 2005:92)

Essa originalidade teórica, a qual parece ter sido reconhecida ao final da vida de Ignácio Rangel[85], teria levado Bresser Pereira, em 1980, a elegê-lo (ao lado de Caio

[85] - No prefácio de uma coletânea composta por artigos seus, publicados sobretudo na Folha de São Paulo, entre 1983 e 1987, Rangel (2005b: 410) escreveu: "Mas de par com a ciência médica [depois de ter 'sobrevivido' a um enfarte e contrariado um diagnóstico médico que lhe teria previsto poucos anos de vida] Eis que a história, nada menos, brindou-me com outro régio presente: o prazer de conhecer e de conviver com a geração que se supunha perdida por efeito do golpe de Estado de 1964 e da ditadura militar. Ora, trata-se de uma safra excelente de homens e mulheres agora em plena maturidade. Muitos deles me desvanecem apresentando-se como meus discípulos e estão atentos ao que eu digo e escrevo, na imprensa, nas universidades e em outras entidades onde haja quem se interesse por coisas de economia. Coletâneas de artigos meus, especialmente da *Folha de S. Paulo*, as tenho encontrado nos lugares mais

Prado Jr. e Celso Furtado) a um dos patronos de uma importante publicação na área de Economia, a *Revista de Economia Política*.

Em 1987, a editora Bienal publicou a coletânea de artigos (basicamente referentes à questões como inflação, recessão e dívida externa) publicados por Ignácio na Rangel, principalmente na *Folha de São Paulo* e na *Revista de Economia Política*, sob o título *Economia Brasileira Contemporânea (1983-1987)*[86].

Nos últimos anos de sua vida, Rangel manteve-se vinculado ao BNDES (como o fora desde sua aposentadoria, em 1976) e sua produção intelectual foi publicada basicamente em revistas especializadas em economia e na questão agrária e em jornais, sobretudo a *Folha de São Paulo*, no qual ele foi colunista de 1983 a 1987.

Rangel morreu em 1994, aos 80 anos, após ter trabalhado em algumas das mais importantes instituições do Governo brasileiro e ter publicado oito livros, quatro coletâneas e dezenas de artigos.

Na época da sua morte, a Universidade Federal de Santa Catarina (sob a coordenação, dentre outros, do professor Armen Mamigonian) organizava um simpósio em homenagem àquele intelectual. E naquele mesmo ano, os professores José Márcio Rego e Mamigonian publicaram a obra *Rangel: um pioneiro*.

Um ano depois, o nono volume da *Revista Archétypon* foi dedicado a Rangel. Composta por seis artigos, sendo que dois deles seriam republicados numa coletânea de 1998[87], a revista enfatizou a originalidade do pensamento rangeliano.

Em 1997, também sob a iniciativa e organização do professor Mamigonian, realizou-se o Seminário *Ignácio Rangel e a Conjuntura Econômica* no anfiteatro de Geografia da Universidade de São Paulo[88]. Desse evento foi publicada uma coletânea de artigos sobre a teoria de Rangel, denominada *O pensamento de Ignácio Rangel* (1998), também sob a coordenação dos referidos professores.

No ano 2000, José Graziano da Silva publicou uma coletânea de artigos, intitulada *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil,* os quais Rangel havia escrito sobre a temática agrária. Esses artigos foram republicados em 2005, nas

---

inesperados. Estou tendo, pois, a alegria de conhecer o julgamento irrecorrível dos meus pósteros, sem ter-me dado ao trabalho e ao desprazer de morrer". Dentre esses "discípulos", Rangel citou Ricardo Bielschowsky e Márcio Henrique de Castro.

[86] - A nota explicativa anterior faz referência justamente a essa coletânea, a qual foi organizada por Artur Câmara Cardoso e Márcio Henrique Monteiro de Castro e editada por José Márcio Rego.

[87] - Essa coletânea recebeu o título: *O pensamento de Ignácio Rangel*.

[88] - Dentre as apresentações de trabalhos realizadas nesse seminário estava a conferência de Milton Santos sob o título "O pensamento de Ignácio Rangel", a qual encontra-se disponível em : http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/santos_01.pdf.

Obras Reunidas de Ignácio Rangel, organizadas por César Benjamin em dois volumes, uma iniciativa louvável do editor, já que não se teria fácil acesso a grande parte desse material.

Dentre as homenagens póstumas a Rangel pode-se citar também a fundação de uma escola no ano de 2006. Conforme noticiou o portal do Gabinete Militar do estado do Maranhão, o governador José Reinaldo inaugurou, na capital São Luís, o Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Ignácio Rangel[89] .

Os conterrâneos de Rangel, através do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), publicaram (em 2008) o segundo volume da Coleção Ignácio Rangel, intitulado *A singularidade do pensamento de Ignácio Rangel*, cujo primeiro volume foi intitulado *Um fio de prosa autobiográfica com Ignácio Rangel*, composto por entrevistas publicadas em 1991.

Observou-se também manifestações particulares de admiração pela teoria rangeliana. Tal é o caso de um aluno do curso de geografia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que muito provavelmente teve acesso as obras de Rangel através do professor Armen Mamigonian, que criou um blog especialmente para demonstrar seu respeito por essas análises[90].

Reitera-se esse reconhecimento, sobretudo à originalidade teórica de Ignácio Rangel a qual, sem dúvida, foi o estímulo inicial para a decisão de explorar melhor o modelo teórico rangeliano. A ele, somou-se a instigante tarefa de inserir o intelectual Ignácio Rangel no contexto no qual ele mais se destacou: de consolidação dos tecnocratas nos quadros governamentais brasileiros. Mas para que essa análise possa ser realizada, é fundamental que sejam retomadas as bases do pensamento rangeliano, o que será feito no próximo capítulo.

[89] - Essa informação encontra-se no site: http://www.gabmilitar.ma.gov.br/pagina.php?IdPagina=1478
[90] - O endereço virtual de acesso ao blog é: http://br.geocities.com/f6mrs2000/night_vision.html

Capítulo 2 – Estado, Sociedade e Economia Brasileira na perspectiva dualista de Ignácio Rangel.

Ao realizar um resgate biográfico de Ignácio Rangel, chama a atenção o fato de que a sua militância (prematura) teria terminado a partir de uma discordância teórica com a direção do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro[91].

Esse desacordo teria emergido, anos antes, de constatações surgidas após uma tentativa fracassada de "revolução agrária" no Maranhão, da qual Rangel teria sido um dos dirigentes. Após esse episódio, em 1935, ele teria sido preso e, ainda no presídio Frei Caneca, no Rio Janeiro, Rangel teria iniciado uma espécie de revisão das bases do pensamento comunista, do qual ele teria sido adepto até ali[92].

A dissidência de Rangel em relação à teoria comunista, como já apontado, estaria na idéia de que, ao contrário do que o PCB postulava, a reforma agrária não necessariamente deveria preceder o processo de industrialização e esse, na perspectiva rangeliana, seria o caso do Brasil, uma realidade *sui generis* na história universal (RANGEL, 2005a: 537).

O fracasso da referida "revolução" intentada por Ignácio Rangel (e o ex-tenente da Coluna Prestes, Euclides Neiva), teria sido o ponto de partida para a construção da teoria rangeliana cujas idéias iniciais teriam sido mal recebidas por parte de alguns comunistas, em uma reunião do Comitê Central do PCB, em 1945. O resultado da não aceitação dessas idéias teria sido o desligamento de Rangel do Partido, por iniciativa dele, dois anos depois desse episódio[93].

No mesmo ano desse rompimento, Rangel teria feito o primeiro esboço do que viria a ser a base da sua *teoria da dualidade básica da economia brasileira*. De acordo

[91] - Rangel, 1991:62-63.
[92] - *Revista Geosul,* 1991/92: 117-118.
[93] - Rangel, 1991:62.

com ele, essa primeira aproximação teria sido apresentada em uma prova na faculdade de Direito, já no Rio de Janeiro, em 1947[94].

Anos depois, os conhecimentos técnicos apresentados por Ignácio Rangel, em sua leitura dualista do Brasil, lhe abriram as portas de importantes órgãos governamentais, propiciando sua consolidação nos cargos de poder. Dentre esses órgãos estava a Assessoria Econômica do presidente Vargas e de Juscelino Kubitscheck e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de instituições fundamentais na formulação da ideologia desenvolvimentista, tais como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Mas a sua participação nessas instituições, bem como sua saída do PCB, não significou um rompimento com a esquerda. Ao contrário, com base nas temáticas discutidas naquelas instituições, Rangel aprimoraria suas análises sobre a dualidade brasileira, as quais constituem a sua "leitura" da realidade nacional e, mais do que isso, seu projeto político-ideológico.

A finalidade ao retomar esses acontecimentos é a de ressaltar as condições em que a teoria dualista de Ignácio Rangel emergiu, uma vez que o objetivo deste capítulo é justamente destacar as bases sobre as quais essa teoria foi escrita, ou seja, os seus fundamentos e sua abordagem sobre a realidade brasileira.

Não se almeja realizar uma análise particularizada de cada obra escrita por Rangel, mas buscar no conjunto dessas obras a perspectiva analítica do autor, enfatizando a linearidade desse modelo teórico e, também, buscando identificar alterações relevantes nesse pensamento, que possam ter ocorrido com o decorrer dos anos.

Essencialmente, o que se propõe é retomar a perspectiva rangeliana em torno da sociedade e da economia brasileira, bem como o papel que caberia ao Estado e sua relação com o setor agrário e o urbano-industrial, a partir da sua teoria da dualidade básica, a qual constitui a interpretação de Rangel sobre a história brasileira e sobre as condições em que a revolução democrático-burguesa[95] se processaria no Brasil.

---

[94] - Rangel, 1991:67.

[95] - Os princípios dessa revolução foram pontuados na introdução geral deste estudo.

2.1 – A realidade brasileira sob a perspectiva teórica de Ignácio Rangel: uma aproximação inicial.

As análises apresentadas por Rangel, ao abordarem a economia sob uma perspectiva histórica, traçam um interessante e detalhado panorama da realidade brasileira o qual é arregimentado pela teoria da dualidade. Sendo assim é de fundamental importância para a compreensão do seu modelo teórico (e de sua trajetória institucional também), retomar os fundamentos dessa perspectiva analítica.

Nessa abordagem, seguindo os pressupostos básicos da teoria cepalina, Rangel (2005a: 225) via o Brasil como um país subdesenvolvido e, por conseguinte, a economia brasileira era tida como uma economia complementar ou um "complemento de outras economias muito mais desenvolvidas, aquelas que compram produtos em bruto e vendem produtos elaborados". Seguindo esses parâmetros, ele afirmou que: "originariamente, as unidades econômicas aqui surgidas como um prolongamento da economia européia, relacionavam-se diretamente com o mercado europeu e eram, a rigor, parte dele".

Sendo assim, Rangel (2005a: 448) via o Brasil como "uma formação social periférica, que toma algum tempo para se aperceber de certos fatos ocorridos no centro dinâmico em torno do qual gravita, muito embora sofra muito precocemente e amplificadamente, suas consequências". Nesse sentido, Rangel explicou que, justamente por ser dependente das economias centrais, a dinâmica da economia brasileira, seria marcada por movimentos que alternavam uma intensificação das exportações ou uma intensificação do processo de substituição de importações, conforme a conjuntura externa. Conforme explicações do próprio Rangel:

> Ao longo de nossa história econômica, o movimento mais elementar de nossa economia tem sido esse: segundo a conjuntura externa, através das mudanças induzidas nos termos de intercâmbio e na capacidade para importar, o Brasil realça seus fatores entre a produção para exportação e a produção para o consumo interno. No primeiro caso, substitui produção nacional por importações; no segundo, importações por produto nacional (RANGEL, 2005a: 209).

O Brasil, de acordo com essa análise, possuía uma *duplicidade* a qual Rangel resumiu da seguinte forma: "como parte da economia mundial, ou seja, pelo seu comércio exterior, é parte de um complexo econômico, enquanto o mesmo Brasil, por sua produção orientada ao mercado interno, é uma economia capitalista pouco desenvolvida" (Rangel, 2005a: 55). Haveria, portanto, uma:

> contradição entre a posição da economia dependente, vista em si mesma (ou seja, como economia capitalista não desenvolvida e dotada de pré-requisitos para uma pronta recuperação), e a mesma economia vista como parte do mercado mundial (situação em que esses pré-requisitos não aparecem). A substituição é a forma como se resolve essa contradição (RANGEL, 2005a: 56).

Essa situação, ainda de acordo com essas premissas, só teria indicado sinais de mudança a partir da Crise de 1929, quando, diante da redução da demanda externa por seus produtos (e com ela a redução de sua capacidade de importação) a economia brasileira teria começado a "reagir", com uma industrialização incipiente, pautada na substituição de importações.

Na análise rangeliana, portanto, a dinâmica da economia brasileira (até a o início da industrialização nacional) teria sido completamente definida por sua relação com o comércio exterior[96] e, inclusive, o início do processo de industrialização no país teria sido uma resposta da economia brasileira diante da crise nas economias centrais, a qual resultou em uma diminuição da demanda externa pelos produtos brasileiros, diminuindo, em consequência, a sua capacidade de importação (dentro daquele sistema de trocas de matérias- primas por produtos elaborados).

Nas palavras de Rangel (2005a: 42): "só em certo momento, quando a demanda externa por seus produtos começou a reduzir-se, essa situação precisou mudar, pois a economia brasileira converteu-se então em um complemento maior do que necessitavam as economias que ela complementava", ou seja, "confrontada com a diminuição, absoluta ou relativa, da capacidade para importar, a economia reage com a substituição

[96]- De acordo com Rangel (2005a:296): "[...] a história do Brasil não retrata fielmente a história universal, especialmente a européia, porque nossa evolução não é autônoma, não é produto exclusivo de suas forças internas. Nossa economia nasceu e se desenvolveu como complemento de uma economia heterogênea e sempre esteve sujeita às suas vicissitudes".

de importações"[97].

Sendo assim, segundo essa análise, "o comando de todo o processo de desenvolvimento está, portanto, no mecanismo de substituições" e a "chave de tudo está em sustentar o processo de substituições, uma vez iniciado"[98]. Isso porque a industrialização, inicialmente a partir da substituição de produtos que até então eram importados, criava condições para que a economia brasileira começasse a se desvincular de uma situação de completa dependência aos movimentos (de ascensão e depressão) do comércio exterior[99].

O desenvolvimento da economia brasileira estaria, essencialmente, na *indução* da transferência de fatores (mão-de-obra e capital) do setor agrícola aos setores não agrícolas (manufatura e serviços), ou seja, na substituição da divisão familiar do trabalho pela "social ou nacional", a qual geraria um aumento de produtividade e, por fim, desenvolvimento (Rangel, 2005a:48). Essa seria a condição para que a economia dualista brasileira alcançasse um nível mais elevado de crescimento.

Buscando respostas às "particularidades brasileiras"[100], Rangel (2005a:92-94) definiu a economia brasileira como sendo resultado da combinação de "três zonas" (ou *stracta*)[101], definidas de acordo suas formas de organização:

---

[97]- Essa situação foi explicada por Ignácio Rangel (2005a:252) a partir da adoção do método dialético. De acordo com ele, "toda a marcha do nosso desenvolvimento em forma mais abstrata" poderia ser resumida no seguinte "*processus* dialético":
"Tese: uma contração da capacidade para importar e do volume físico de nossas exportações rompe o equilíbrio anterior nas relações interindustriais de nossa economia.
Antítese: a economia nacional reage por um esforço de substituição de importações que implica aumento das inversões capitalistas e crescimento do setor capitalista da economia.
Síntese: aumenta a produtividade *per capita,* modifica-se a estrutura da procura nacional, expande-se a procura de importações, impelindo o sistema a repetir o processo, em nível superior".

[98] - Rangel, 2005a:46.

[99] - Nas análises de Celso Furtado, semelhantemente, a consolidação da indústria brasileira resultaria em uma *internalização do centro de decisão*, o qual modificaria a situação de dependência da economia do Brasil em relação às economias externas. A partir desse processo, de acordo com Furtado, o país deixaria de ser uma "economia reflexa". Essa discussão foi apresentada, de maneira mais pontual, na obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.*

[100] - Essas particularidades seriam resultantes do fato de a economia brasileira ser essencialmente dualista. Daí, a industrialização ter ocorrido sem uma reforma agrária prévia a qual, na percepção de Rangel (2005b:82), suprimiria ou, ao menos, limitaria as instituições herdadas das (arcaicas) estruturas feudais. Dentre as "particularidades" ou "anomalias" advindas desse processo, podem ser citadas: a crise agrária (com a alternação de superpopulação/ superprodução e escassez (sazonal) de mão-de-obra e de matérias-primas; a atuação dos monopólios de produtos agrícolas; o preço da terra e todos os efeitos gerados pelo êxodo rural), a inflação brasileira (que agravaria ainda mais a crise agrária) e uma industrialização "as avessas", iniciada pelo Departamento II da Economia (de bens de consumo) e não pelo Departamento I (de bens de produção) , como ocorreu com as economias centrais.

[101]- A tese dos 3 níveis (*strata*) econômicos distintos que coexistem na economia brasileira foi apresentada já na primeira obra de Rangel, *O Desenvolvimento Econômico no Brasil – 1954 (Rangel, 2005a:*92 - 94), no ano seguinte ela foi retomada em *Introdução ao Desenvolvimento Econômico*

1- A "*zona natural" da economia* (ou a *economia natural*): nela, a produção que seria consumida pelo próprio produtor e, para alcançar um maior nível de desenvolvimento econômico, deveria haver uma "alteração no modo de distribuição do tempo de trabalho no interior da própria unidade".[102]

2- A "*zona capitalista privada*" (ou a *economia de mercado*) – nessas áreas dominaria um capitalismo, mas semelhante ao capitalismo europeu do século XIX;

3- A "*zona do capitalismo de Estado*" (ou a *economia capitalista de monopólio*)[103] – essas relações econômicas seriam dominantes no campo do comércio exterior.

A existência dessas três estruturas superpostas, as quais estariam "submetidas as suas próprias leis específicas" podem ser consideradas como o "recurso didático" que Rangel inicialmente utilizou para explicar as bases de sua teoria da dualidade, a qual seria mais bem elaborada ao final dos anos 1950. Assim, Rangel (2005a:147) definiu que:

> [...] uma viagem através do Brasil é como uma viagem através dos tempos. Encontramos aqui, lado a lado, formações socioeconômicas da mesma índole das contemporâneas dos países mais desenvolvidos e outras que não podemos encontrar senão recuando no tempo. Noutros termos, no Brasil, coexistem e se condicionam mutuamente a Idade Moderna e a Idade Média [...].

Ao considerar que a economia brasileira não seria "uma simples superposição das três zonas, mas sim uma combinação das três, que permanentemente interferem umas sobre as outras, cada uma delas reagindo ao seu modo"[104], Rangel estabeleceu que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro (que se consolidaria a partir da industrialização), ocorreria a partir de dois princípios básicos: um aumento da

---

Brasileiro (Rangel, 2005a:147-148 e 165-166) e, em 1956, ela pôde ser igualmente visualizada em *Desenvolvimento e Projeto* (p.213). Mas foi no livro *Dualidade Básica da Economia Brasileira* (Rangel, 2005a:305-307), de 1957, que essa questão foi aprimorada, demonstrando melhor as dualidades da estrutura econômica brasileira, ou seja, a idéia de que essas três formações se opõem duas a duas, dando origem a duas dualidades diferentes - os *stratas* 1/2 e 2/3. O desenvolvimento, nessa ótica, estaria na segunda dualidade: a passagem da economia de mercado para o comércio externo. Ao que tudo indica, essa tese consistiu em uma prévia do quadro das dualidades, apresentado de maneira realmente detalhada em um artigo publicado em 1981, intitulado *A História da Dualidade Brasileira.*

[102] - Rangel, 2005a:92.

[103] - Em *Desenvolvimento e Projeto (1956)*, Rangel (2005a:213) chamou esse setor de "resto do mundo".

[104] -Rangel, 2005a:93.

produtividade, principalmente da mão-de-obra inserida nas zonas 2 e 3; e a absorção, por essas duas zonas, de uma "mão-de-obra adicional" concentrada na zona 1, ou seja, no setor agrícola.

Sucintamente, essa análise defendia a idéia de que o desenvolvimento econômico brasileiro resultaria da transferência da população da economia natural (rural) para o nível da segunda "zona", da economia de mercado. Nas palavras do próprio Rangel:

> O nosso desenvolvimento tem resultado e provavelmente resultará cada vez mais no futuro previsível, da transferência dessa população para o nível da segunda formação, daquele onde domina o capitalismo privado - razão porque prognosticamos um prolongado desenvolvimento capitalista para o Brasil (RANGEL, 2005a:148).

Essas colocações deixam explícitas duas questões importantes: primeiro, que a idéia de *processo* está na base da teoria rangeliana e, segundo (sob a influência da teoria cepalina)[105], que o desenvolvimento da economia brasileira se daria a partir de *mudanças estruturais*.

A respeito desse último aspecto, aliás, Rangel (2005a:107) afirmou que para as economias não desenvolvidas, o "estudo dos problemas do desenvolvimento" seria "inseparável das mudanças estruturais", uma vez que "não há desenvolvimento sem essas mudanças". E a "mudança estrutural básica" seria a "transferência de fatores do setor agrícola para o resto da economia".

Essa mudança, processual, deveria acabar com o *feudalismo* que ainda existiria no Brasil, onde ele "tomou a forma específica de latifúndio". A idéia, presente na teoria rangeliana, era que, embora o latifúndio brasileiro apresentasse aspectos de uma "empresa comercial", ele não poderia ser dissociado de um feudo medieval. Nesse sentido Rangel definiu que:

> O latifúndio brasileiro distingue-se do feudo europeu ou asiático pelo fato de ser, ao contrário deste, uma empresa comercial, como já o fora antes da fazenda brasileira de escravos. Enquanto os barões europeus cobravam tributo aos seus servos para atender diretamente às suas próprias necessidades de alimento, de moradia, de luxo, o latifundiário

[105] - Essa influência, aliás, foi reconhecida pelo próprio Rangel o qual, no prefácio da primeira edição do seu livro *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955)* afirmou: "Não seria justo passar sem uma palavra de gratidão para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e, em especial para *don* Jorge Ahumada, diretor do curso de capacitação, em Santiago do Chile. Foi aí que metodologicamente fui informado das modernas teorias sobre desenvolvimento econômico, e que, encontrei também contradita sábia e fecunda, dessas que apuram o espírito e o animam a prosseguir.

> brasileiro apropriava-se desse tributo na intenção de vendê-lo, de auferir uma renda monetária. Mas o modo de organizar a produção dentro da fazenda era essencialmente o mesmo do feudo medieval, embora, muitas vezes, o tributo assumisse formas diferentes, isto é, se disfarçasse em lucro comercial ou industrial (RANGEL, 2005a:150).

Nessa perspectiva analítica, as relações de produção que prevaleciam no setor agrícola (ou na economia natural), já nos anos 1950, ainda mantinham esses "elementos feudais". Sendo assim, pelo fato de Rangel não identificar princípios capitalistas (mas "condições pré-capitalistas")[106] nas relações econômicas que ocorriam naquele setor, ele os definiu enquanto uma estrutura cuja base não era capitalista, mas que estaria bem próximo das práticas presentes no feudalismo. Como ele mesmo explicou:

> Se observarmos o modo de produção que corresponde a essa estrutura jurídica, vamos descobrir que só uma parte do tempo de trabalho e dos meios de produção ao dispor do camponês se aplica na produção de bens destinados ao mercado. Uma parte desses bens é entregue ao proprietário da terra – como aforamento ou como lucro comercial, pouco importa – e a outra parte é vendida pelo próprio camponês. Da parte recebida pelo latifundiário uma parcela variável é vendida e outra consumida diretamente por ele. A parte que o latifundiário vende, assim como a parte que o próprio camponês vende, converte-se em "mercadoria" e dá origem a uma renda monetária. A parte que o camponês e o latifundiário consomem diretamente não é mercadoria e não resulta em renda monetária. Note-se bem: ao contrário do que ocorre numa economia monetária, onde a cada produto corresponde uma renda, razão pela qual ao medirmos a renda nacional estamos medindo o produto nacional, aquela parte do produto do meeiro, que ele próprio e o latifúndio consomem, não corresponde renda alguma, senão no sentido figurado (RANGEL, 2005a:151).

Longe de haver, por parte da teoria rangeliana, um interesse em ressaltar a questão da exploração dos trabalhadores rurais, a ênfase dessa teoria recaía sobre o fato de que esses camponeses destinavam grande parte do seu tempo em "atividades não agrícolas", como a construção de casas, moinhos e a "semi-manufatura" de alguns produtos, atividades que não caberiam a esse setor. Por esse motivo, Rangel (2005a:153) afirmou que: "o característico das atividades não agrícolas da agricultura é o fato de resultarem, do ponto de vista das necessidades que satisfazem, na produção dos mesmos bens que,

[106] - Rangel, 2005a:173.

numa economia desenvolvida, saem de indústrias, de fábricas"[107].

Considerando que para Rangel (assim como para o ISEB e para CEPAL, como será demonstrado no capitulo 4) o desenvolvimento econômico estava associado à consolidação da indústria nacional, fica clara a intenção da sua argumentação, retomada há pouco: defender a necessidade de transferir fatores (essencialmente mão-de-obra e capital) do setor agrícola para os demais setores da economia (ou o que ele chamou de passagem da "zona1", de economia natural para o nível 2, da economia de mercado).

Rangel resumiu esse argumento da seguinte maneira:

> O Brasil, repitamos, é uma economia subdesenvolvida, o que significa que, ao lado de um pequeno setor capitalista, tem enormes reservas de mão-de-obra empregadas em condições pré-capitalistas, parte dentro da economia e parte, a maior, fora dela. O desenvolvimento da economia brasileira supõe, pois: primeiro, a gradual transferência da mão-de-obra empregada em condições naturais para a economia de mercado (incorporação ao esquema nacional da divisão do trabalho); segundo, a expansão do setor capitalista a custa dos pré-capitalistas (RANGEL, 2005a:264).

Em *Dualidade Básica da Economia Brasileira* (1957), o autor deixou explícito que a dualidade brasileira não se resumia a coexistência de atividades econômicas capitalistas e pré-capitalistas, mas, "aspectos bem definidos de todas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana". Sendo assim, nessa percepção, a economia brasileira seria composta pelo:

> comunismo primitivo, nas tribos selvagens; certas formas mais ou menos dissimuladas de escravidão,em algumas áreas retrogradas, onde, sob a aparência de dívidas, se compram e se vendem, não raro, os próprios homens; o feudalismo, em diversas formas, um pouco por todo o país; o capitalismo em todas as suas etapas, mercantil, industrial e financeiro. Além de tudo isso, o capitalismo de Estado que, do ponto de vista formal, pode ser confundido com o socialismo (RANGEL, 2005a:293).

[107]-Deve-se destacar que essa perspectiva é observada nas análises rangelianas desenvolvidas entre os anos 1950 e 1960. Nos anos seguintes, conforme será retomado posteriormente (no subtópico designado a tratar especificamente da questão agrária), Ignácio Rangel apresentaria uma espécie de revisão dessa perspectiva analítica.

Diante dessas circunstâncias, das particularidades da realidade brasileira, Rangel chamou a atenção para o fato de que as teorias estrangeiras não deveriam ser meramente importadas pelas análises que se empenhassem em compreender essa realidade[108] "sui generis". Sendo assim, justamente por perceber a economia brasileira ser constituída por "aspectos de todas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana" é que o autor propôs uma "explicação sistematizada" dessa realidade.

Nas palavras dele:

> Houve quem pretendesse também explicar a história do Brasil como importação de formas e culturas estrangeiras, sem atentar para o fato de que realmente vamos construindo um edifício original e que, se aqui ressurgem institutos de outras eras que a história clássica registra, a única razão disso está em que a história da civilização não é nem milagre nem acaso. (RANGEL, 2005a:293).

Seguindo esse raciocínio, o autor afirmou ainda que as leis da economia brasileira são "peculiares" e agem "umas sobre as outras" em um processo de constante conflito a fim de se estabelecer qual dessas leis imporá sua "dinâmica específica" ao sistema. O resultado desse conflito, dessa "união dialética" (ou "unidade de contrários"), seria um "sistema original", dotado de dinâmica própria (Rangel, 2005a:294). Sobre essa dinâmica ele esclareceu: "Mudam os termos em conflito – e a história dessa mudança é o que há de específico na história do Brasil – embora o próprio conflito continue"[109].

Nesse sentido, ele deixava bem claro qual era a sua intenção: ordenar e sistematizar a "idéia preliminar" que ele tinha desse processo a fim de que "nos torne capazes não apenas de prever a marcha dos acontecimentos, mas nela intervir para dirigir o próprio processo" (Rangel, 2005a:294). Esse, aliás, é um princípio visivelmente presente na teoria rangeliana o qual pode ser resumido na idéia de *conhecer para intervir.* Ou seja, como ficará mais claro nos próximos capítulos, a teoria desenvolvida por Rangel foi sua "arma de combate" no conflito de classes, já que a

[108]- Esse tipo de afirmação pode ser observado em grande parte dos intelectuais dos anos 1950, notavelmente nos isebianos e cepalinos.

[109]- Retomando as palavras de Rangel: "As leis da economia brasileira são, em certo sentido, próprias, peculiares. As diferentes economias que nela coexistem não se justapõem mecanicamente. Ao contrário, agem umas sobre as outras, acham-se em constante conflito, a ver qual imporá sua dinâmica específica ao sistema. Noutros termos, estão em unidade dialética, unidade de contrários. A resultante não é nem um nem outro dos termos do conflito, mas um sistema original, dotado de dinâmica própria" (RANGEL, 2005a:294).

partir dela ele estabeleceu parâmetros de intervenção na sociedade brasileira os quais delimitavam os papéis a serem desempenhados por cada uma das classes sociais.

Partindo desse princípio, e com base na teoria da dualidade é que Ignácio Rangel escreveu sua compreensão da história brasileira. E na sua tentativa de "historicizar as leis econômicas" ele definiu que a história do Brasil teve início com a passagem de um "comunismo primitivo" (que dominava com os indígenas) para o regime escravista.

Uma vez que a teoria da dualidade é o modelo explicativo que Ignácio Rangel desenvolveu para abordar as transformações econômicas no Brasil (as que estariam em curso e as que deveriam ocorrer) e, a partir dela, a história do país, com a explícita finalidade de nela intervir, a compreensão da análise rangeliana deve, necessariamente, partir da *teoria básica da dualidade brasileira* e esse é justamente o objetivo das próximas seções.

2.2 – A História do Brasil segundo a teoria rangeliana da dualidade:

Para Rangel, na época do "descobrimento" do Brasil, a economia européia era uma economia "fundamentalmente feudal", embora tivesse "apêndices capitalistas" (como as cidades italianas e, mais tarde, Portugal). Mas, "mesmo nas condições do feudalismo", esse capital comercial "abria caminho para novas formas de produção", essencialmente capitalistas[110].

Sendo assim, a partir das primeiras relações comerciais com os colonizadores, o comunismo primitivo dos indígenas brasileiros teria entrado em contato com o feudalismo português (decadente, mas ainda em vigor, já que o capitalismo mercantil estava apenas emergindo) e, depois disso, Rangel afirmou (sem ter dado maiores detalhes do processo) que teria sido estruturada uma sociedade de "novo tipo", que a "história não conhecia": uma sociedade pautada no comércio e na escravidão[111]. Dessa

[110] - Rangel, 2005a:296.

[111] - A esse respeito Rangel afirmou que o senhor de escravos era um personagem original, "solicitado simultaneamente por duas ordens de interesses diferentes". Nas palavras do próprio Rangel: "O senhor de escravos brasileiro era ao mesmo tempo um *dominus,* no sentido romano, e um comerciante, no sentido holandês do século XVI, ou um industrial, no sentido inglês dos séculos XVIII e XIX. Com isso

maneira, a fazenda de escravos brasileira, por suas relações com o *exterior*, era tida por Rangel como uma "empresa comercial de um tipo novo"[112].

Seguindo essa argumentação tem-se o fato de que, com a extinção das *corn laws* (leis protecionistas que regulavam o comércio de cereais na Grã- Bretanha) no século XIX (1846) e a ascensão do liberalismo, as relações com o comércio exterior passaram a exigir um aumento de produção por parte dos países agrícolas e uma ampliação de mercado. Esses fatos, de acordo com Rangel (2005a:311), teriam sido determinantes para crise final da escravidão no Brasil, a qual teria sido um reflexo do *segundo Kondratiev*.

De acordo com Rangel (2005b:662-663), a economia brasileira, por ser um "complemento das economias centrais", seria extremamente sensível aos acontecimentos internacionais, aos "impulsos partidos do centro dinâmico em torno do qual gravita". Esses impulsos seriam movimentos periódicos ou cíclicos que, ao alternar fases de ascensão (as fases A) e de recessão (fase B) das economias centrais, definiriam a intensidade da participação da economia brasileira no mercado internacional.

Dentre os movimentos cíclicos impulsionados pelo exterior estaria o "ciclo longo" (ou onda longa), ou os ciclos de Kondratiev os quais teriam uma duração média de 50 anos, e cada fase (A e B) duraria aproximadamente 25 anos. Considerando essa periodização, Rangel (2005b:262) formulou uma tabela com a datação dos quatro "Kondratiev brasileiros", os quais serão retomados adiante. Mas o que interessa nesse momento é destacar que nas fases A (de expansão das economias centrais) a economia brasileira seria "chamada" a aumentar sua participação na divisão internacional do trabalho, intensificando suas exportações e nas fases B (recessivas), dada a diminuição dessa participação (e, em consequência, da capacidade de importar) a economia brasileira se voltaria ao mercado interno, engendrando um "esforço de substituição de importações".

Essas "fases B", por reduzirem a capacidade de importar, evidenciariam uma "demanda insatisfeita", abrindo assim oportunidades de inversão ou investimentos (justamente para satisfazer a demanda interna), mas, ao mesmo tempo, submeteria a

---

queremos dizer que a fazenda de escravos brasileira estava sujeita a duas ordens de leis: as do escravismo e as do capitalismo, e podemos passar a uma observação da máxima importância, porque comum a todas as fases de evolução da economia brasileira, isto é: que essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia. Assim, não basta dizer que o latifúndio é uma economia mista, feudal-capitalista, mas é necessário compreender que é *internamente* feudal e *externamente* capitalista" (Rangel, 2005a:296-297 - grifos do original).

[112] - Rangel (2005a:308-309).

"dura prova as instituições historicamente formadas, sob a influência de um comércio exterior em expansão". Isso porque, nessas fases B, a economia brasileira teria que se "adaptar" às novas técnicas de produção implantadas no centro dinâmico, a fim de que pudesse retomar sua participação na divisão internacional do trabalho a partir do novo ciclo que se inauguraria com uma fase expansiva (A) das economias centrais. Foi nesse sentido que Rangel destacou que a fazenda de escravos brasileiros entrou em crise no segundo Kondratiev, especificamente na fase B, tendo que se adaptar às novas técnicas de produção emergidas das economias centrais. Por fim, deve-se ressaltar que a passagem de uma fase B para uma nova fase A, nessa transição, resultaria no início de uma nova dualidade.

No referido contexto de crise final da escravidão no Brasil, teria ocorrido, portanto, a passagem da primeira para a segunda dualidade, como se retomará adiante. Na ótica de Rangel, a crise que culminaria com o fim do sistema escravista teria sido um reflexo das relações com o comércio internacional, demonstrando a influência que as economias centrais possuíam sobre a realidade brasileira.

Sendo assim, dadas as exigências das economias centrais, seria necessário mudar as relações externas de produção e criar um novo tipo de comércio internacional, o que somente ocorreria com uma "estrutura política adequada", ou seja, a partir da Independência do Brasil em relação a Portugal[113].

Nessa perspectiva, a Abertura dos Portos e a Independência do Brasil significavam modificações nas relações externas de produção. Entretanto, a nova divisão mundial do trabalho (imposta a partir do fim das citadas *corn laws* e a ascensão do liberalismo), entre países industriais e países agrícolas, "iria exigir de nós um esforço que a nossa estrutura interna se revelaria, finalmente, incapaz de suportar"[114]. Ou seja, o mercado internacional, ao exigir do Brasil um aumento na quantidade de matérias-primas "reclamaria de nós um tipo de produção mais capaz de aumentar o rendimento e mais 'aberto'[115] do que a fazenda de escravos"[116].

O resultado desse processo seria a abolição da escravidão e, um ano depois, a

[113] -Rangel, 2005b: 312.
[114] -Rangel, 2005b: 311.
[115] - De acordo com Rangel (2005b: 315-316): "a fazenda de escravos, com efeito, era uma economia muito mais fechada que o latifúndio. Precisava atender, com sua própria produção, a toda uma extensa gama de necessidades de seus membros, de tal sorte que os excedentes levados ao mercado eram inevitavelmente reduzidos". Dadas as novas necessidades do comércio exterior, advindas com a Revolução Industrial, tornava-se necessária uma "estrutura agrária mais produtiva, mais dinâmica e mais mercantil", e essa nova estrutura seria o latifúndio "monoculturista".
[116] - Rangel, 2005b: 314.

instauração da República. Sendo assim, a crise final da escravidão teria sido um reflexo das relações com o mercado internacional.

Assim, para a teoria rangeliana, as mudanças na economia, e na sociedade brasileira em geral, seriam sempre parciais. Como Rangel (2005b: 556) afirmou: "este tem sido um traço característico de todas as revoluções brasileiras; a mudança de apenas um dos pólos da dualidade[117], que transforma o regime, ora por suas relações externas, ora, [...], por suas relações internas".

Nessa ótica, o processo revolucionário no Brasil também demonstrava características particulares: ele seria movido por uma "meia revolução", nas relações externas de produção, que se completaria por outra "meia revolução", nas relações internas de produção. Assim, diferente do que ocorre na história dos países dominantes, onde as revoluções "se processam simultaneamente nos dois campos", no Brasil elas se dividem em "dois processos que normalmente não coincidem no tempo". Rangel exemplificou essa situação da seguinte forma:

> Se a abertura dos Portos e a Independência foram meia revolução, pois modificaram apenas nossas relações externas de produção, a Abolição [e, com ela a passagem da fazenda de escravos para o latifúndio] e a República foram a outra metade da revolução porque alteraram as relações internas que caracterizavam o regime herdado do período colonial. Só em 1889, portanto, encerramos o ciclo iniciado em 1808, versão brasileira da revolução democrático-burguesa na Europa (RANGEL, 2005a: 314).

A teoria da dualidade proposta por Rangel explicou ainda o fato de após a Independência o Brasil não ter se tornado uma República, como os demais países latino-americanos e, também, o porquê da coroação de um príncipe português. Segundo suas análises, haveria duas ordens de explicação para se compreender essa situação. A primeira causa seria de ordem externa: a influência econômica que Portugal ainda exercia sobre o Brasil. Retomando os argumentos de Rangel (2005a: 313):

[117]- Como ficará claro mais adiante, cada dualidade seria composta por dois pólos: um interno (determinado pelas relações internas de produção) e outro externo (determinado pelas relações de produção estabelecidas com o comércio exterior) e, em cada um deles, haveria dois lados: um interno e outro externo (sendo um deles mais avançado que o outro). Assim, uma dualidade seria constituída por dois pólos e quatro lados, conforme as relações de produção presentes no contexto de sua formação.

> Até a nossa independência, os reis de Portugal sempre foram os chefes naturais da comunidade de comerciantes, sendo portanto natural que, num país em que o novo arcabouço comercial era, afinal, composto essencialmente de capitais e quadros portugueses e, em si mesmo, parte destacada do velho aparelho comercial lusitano, fosse escolhido um príncipe português para rei.

Já a segunda causa, de ordem interna, referia-se à circulação de capital. Nesse sentido, Rangel destacou o fato de que os países da América espanhola seriam "muito mais latifundiários que escravistas", mesmo havendo escravidão desenvolvida em alguns deles. No caso dos escravistas, o capital fundamental é "móvel", o escravo, enquanto que no latifúndio o capital fundamental é "imóvel", a terra. Sendo assim, a circulação de capital num regime escravista, como era o caso brasileiro, tenderia a ser muito mais intensa que nos países feudais. Em suma: "a circulação intensa do capital cria condições propícias ao aparecimento de formas políticas *unitárias*, ao passo que a ausência dessa circulação conduz ao exclusivismo regional que, entre nós, encontrou expressão no *federalismo*"[118].

Por esse motivo, segundo esses argumentos, é que os países latino-americanos de colonização espanhola tenderam "espontaneamente" para a República federal, ou para o "exclusivismo regional" enquanto o Brasil "se fez monárquico e unitário". Por fim, quando o Brasil se tornou latifundiário, após a abolição da escravidão, tornou-se também republicano e federalista.

Nessa ótica, o latifúndio é visto como um empreendimento de maior rentabilidade do que a fazenda de escravos, haja vista que o "investimento na compra de trabalhadores para o latifúndio é gratuito, ou quase". Desse modo, a passagem da fazenda de escravos para o latifúndio resultaria em uma "considerável liberação de recursos" os quais poderiam ser utilizados em novos investimentos[119].

Mas é necessário frisar que a dualidade da economia brasileira naquele período não estaria presente somente na coexistência de dois modos de produção (predominantes) distintos, um do lado interno e outro do lado externo. Cada "instituto", no caso a fazenda de escravos e o latifúndio, era também *dual*, ou seja, nem a fazenda de escravos era "puramente escravista" e nem o latifúndio era "puramente feudal", ambos eram também, ao mesmo tempo, capitalistas, dadas as relações que estabeleciam

[118] -Rangel, 2005a: 313 – grifos do original.
[119] - Rangel, 2005a*:* 316.

com o mercado externo.

Sendo assim, além dos dois pólos (o interno –definido pelas relações de produção que predominavam internamente e o externo – definido pelas relações de produção advindas do comércio com as economias centrais), cada um desses pólos se desdobravam em dois lados: um interno e outro externo. Desse modo, "trata-se de examinar quais as relações dominantes dentro e fora de cada unidade da economia, isto é, de pôr em evidência as *duas economias dominantes* – porque cada uma delas, em seu próprio campo, é dominante". A isso Rangel (2005a: 298) chamou dualidade básica da economia.

Por isso é que, para Rangel, as mudanças institucionais no Brasil (que culminariam com o "desenvolvimento" das relações de produção) eram sempre processuais. Desse modo, a passagem de um modo de produção para outro seria um processo muito lento e gradativo no qual o modo de produção anterior continha, em si mesmo, "fulcros"[120] do modo de produção seguinte[121].

No período da "descoberta" da América, o modo de produção característico da Europa seria uma dualidade, já que "no seio de uma sociedade feudal, haviam-se desenvolvido fulcros de capitalismo". Segundo essa concepção, este seria o estágio inicial do capitalismo mercantil europeu. Desse modo, o feudalismo estaria perdendo seu domínio, e passava a ocupar o *lado externo* da referida dualidade, enquanto o nascente capitalismo mercantil europeu, em ascensão, passava a ocupar o *lado interno* dessa mesma dualidade[122].

Já o Brasil, naquele mesmo período, como já destacado, seria "pré-escravista" e ao se tornar colônia portuguesa, ele teria entrado em contato com o *lado externo* das relações de produção que predominavam em Portugal naquele momento, ou seja, o feudalismo em decadência. Desse modo, o Brasil "nascia, pois, como uma formação feudal, que associava, em união dialética, um lado feudal [das relações com Portugal] com outro pré-feudal [relações internas de produção]"[123].

Mas teria sido somente com a Abertura dos Portos (1808) e, com ela, uma maior aproximação com o capitalismo industrial nascente, sobretudo o inglês, que teria

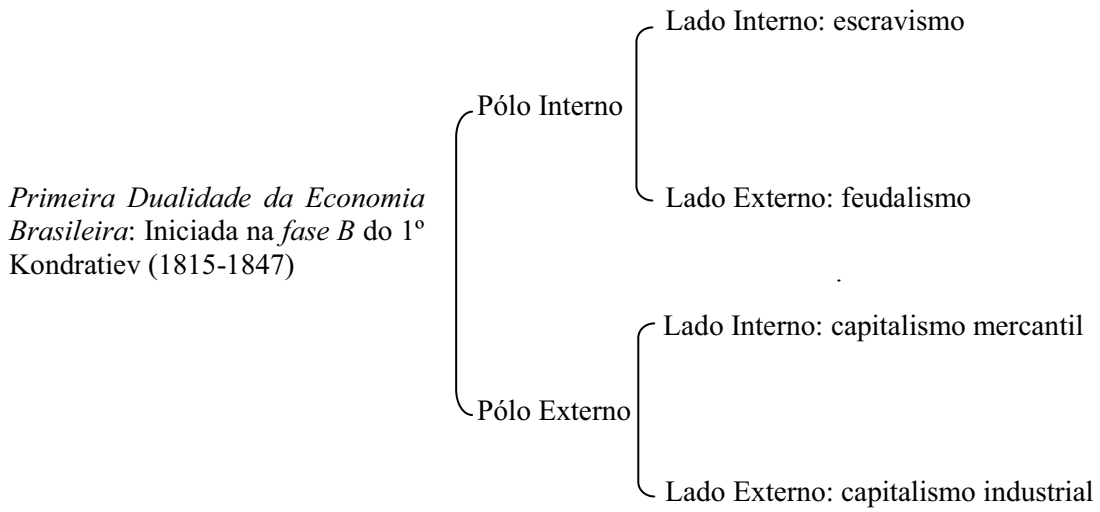
[120] - Nesse sentido, Rangel (2005b: 669) afirmou que "sob a pressão das forças produtivas em expansão, o escravismo tende para o feudalismo, este para o capitalismo mercantil, este para o capitalismo industrial e, num futuro ainda imprevisível, na época da primeira dualidade, o capitalismo industrial daria origem ao capitalismo financeiro, além do qual está o socialismo".
[121] - Essa questão foi mais bem discutida em um artigo publicado na *Revista de Economia Política*, em 1981, sob o título "A História da Dualidade Brasileira" (Rangel, 2005b: 655- 685).
[122] - Rangel, 2005b: 655.
[123] - Rangel, 2005b: 658.

emergido o "edifício da dualidade brasileira". Desse modo, teria sido construída uma "estrutura" a qual, a partir das relações com o exterior, agrupava quatro modos de produção, "distribuídos dois a dois" e cada uma dessas "duplas" formava os "pólos" da dualidade (o interno e o externo). Essa estrutura ia sendo modificada, no que se refere às suas relações de produção, com o processo de desenvolvimento econômico, mas permaneceriam seus quatro "lados" (dois internos e dois externos) e seus dois "pólos" (um interno e um externo)[124].

Deve-se ressaltar ainda que, também com a Abertura dos Portos, para além da emergência do pólo externo da primeira dualidade brasileira, teria emergido também a classe dos comerciantes, a qual se tornaria uma das classes dirigentes do Estado brasileiro[125]. No pólo interno, predominaria o poder político dos senhores de escravos.

Nesse contexto, o feudalismo já teria sido "extinto" na Europa e em seu lugar, no *lado externo (*do *pólo externo* – o do comércio exterior*)*, estaria o capitalismo industrial. Já o capitalismo mercantil, continuaria ocupando o *lado interno* da dualidade, tal como teria ocorrido no período de sua coexistência com o feudalismo (época do "descobrimento").

Desse modo, a *primeira dualidade brasileira*, surgida após a Abertura dos Portos, teria tido a seguinte configuração[126]:

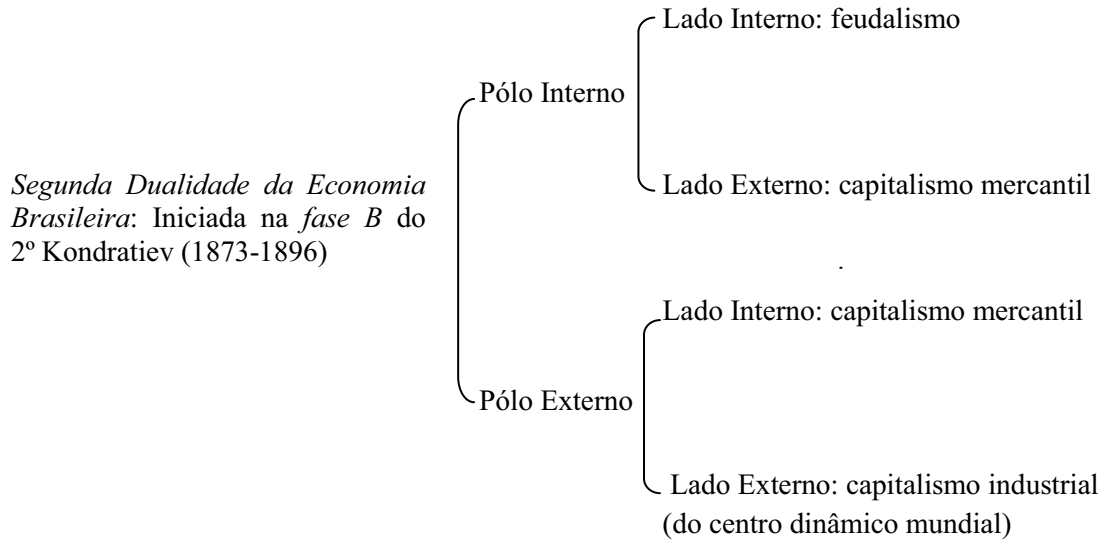


[124] - Rangel, 2005b*:* 660.
[125] - Rangel, 2005b: 668.
[126] - Ilustração retirada de Rangel (2005b: 660).

De acordo com Rangel (2005b: 673), a passagem da primeira para a segunda dualidade, a qual teria ocorrido na *fase B* do segundo Kondratiev, foi um processo "demorado", o qual teria resultado das "contradições que minavam o pólo interno da primeira". Como as mudanças nos pólos não eram simultâneas, mas alternadas, o pólo externo da primeira dualidade teria passado "intacto e muito amadurecido e fortalecido" para a segunda dualidade. Isso teria ocorrido porque o estágio de desenvolvimento em que as forças produtivas do sistema teria alcançado, até aquele momento, não entrava em contradição com as relações de produção daquele pólo (externo).

O resultado dessas mudanças teria sido a conversão do *senhor de escravos* em *comerciante*, dadas as relações comerciais que passaram a ser mantidas, sobretudo com a Inglaterra, após a Abertura dos Portos. A partir desses acontecimentos, como Rangel (2005b:674) pontuou, o capitalismo chegava "não mais indireta, mas agora diretamente, à fazenda, por onde, no advento da primeira dualidade, havia chegado à economia nacional, isto é, pelo lado externo".

Alterava-se, portanto, o lado interno do pólo interno das relações de produção: o escravismo era substituído pelo feudalismo (em decadência) e o lado externo (mais "desenvolvido"), antes ocupado pelo feudalismo, agora estaria a cargo do capitalismo mercantil o qual, até então, só fazia parte das relações de produção estabelecidas com o exterior. A partir desse momento ele seria "internalizado", passando a fazer parte do pólo interno. É o que demonstra a seguinte ilustração[127]:



[127] - Essa ilustração foi retirada de Rangel, 2005b: 674.

Como todas as dualidades, essa teria emergido em uma fase de recessão (*fase B*) das economias centrais. Sendo assim, como ocorreria em todas as *fases B*, tendo diminuído a demanda por exportações e, com ela a capacidade de importação, seria necessário que a economia brasileira, para se manter, realizasse um esforço de substituição de importações (forma mediante a qual, segundo a teoria rangeliana, as economias periféricas se desenvolviam).

Diante desse quadro econômico, de acordo com Rangel (2005b:675), os fazendeiros - que haviam mudado para as cidades durante a fase de expansão da economia (*fase A* do segundo Kondratiev), levando consigo sua "criadagem escrava remanescente" - tiveram que "refluir para as fazendas", diante da crise econômica, e acabaram libertando seus escravos[128].

Dessa forma, segundo a teoria rangeliana, a "velha fazenda de escravos, antes de ceder o passo ao latifúndio feudal-mercantil" teria facilitado o novo esforço de substituição de importações[129] (o qual seria realizado pelo capital mercantil). Isso teria ocorrido porque a libertação dos escravos teria possibilitado a diversificação da produção nacional através do desenvolvimento de atividades artesanais e de "transformação" (uma pequena produção de mercadorias) a qual teria sido uma "preparação para a industrialização substitutiva de importações", que seria estabelecida na *fase B* do terceiro Kondratiev. De acordo com a teoria rangeliana, a República seria a "homologação" das mudanças ocorridas nessa segunda dualidade[130].

Já a *fase A* da terceira dualidade, a qual teria se iniciado em 1896, teria sido marcada por um "surto cafeeiro" que elevou o crescimento econômico naquele contexto, o qual foi barrado pela crise mundial ocorrida ao final da década de 1920. De acordo com Rangel, a Grande Depressão marcou a passagem da *fase A* para a *fase B* da terceira dualidade e, assim como teria ocorrido nas demais dualidades, a crise no comércio exterior (que resultou numa "contração sem precedentes da nossa capacidade para importar") exigia da economia brasileira, um esforço de substituição de importações[131].

Mas, o que a teoria rangeliana destacou foi que a própria crise, ao mesmo tempo

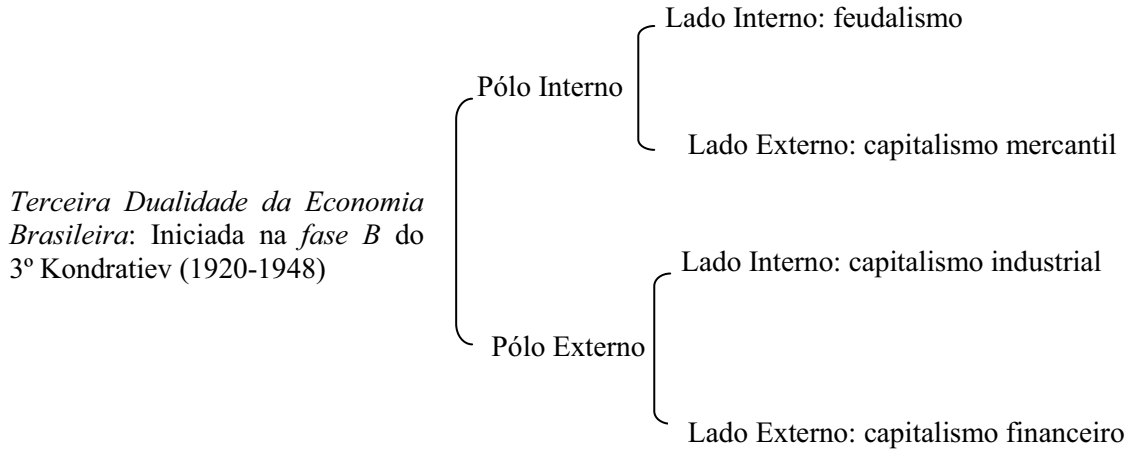
---

[128] - Note-se que a fase B do Segundo Kondratiev coincidia com o período de Abolição da Escravidão.
[129] - Na primeira dualidade, de acordo com Rangel (2005b:671), esse esforço de substituição de importações teria ocorrido mediante o comércio de escravos com outras economias periféricas. Assim, mesmo sendo um "segundo comércio exterior" ele era visto como "parte do esforço periférico de substituição de importações", pois não era feito com o centro dinâmico.
[130] - Rangel, 2005b: 675- 676.
[131] - Rangel, 2005b: 677.

em que "comprimia a capacidade para importar do país, estabelecia uma reserva de mercado para uso dos substituidores de importações" (Rangel, 2005b:680). Sendo assim, a pequena produção (artesanal) de mercadorias que teria sido iniciada na *fase B* da dualidade anterior (a segunda) teria sido impulsionada, nessa terceira dualidade, pela abertura do mercado externo, advinda da crise de 1929.

Tinha início a industrialização no Brasil e, com ela, a emergência de "ciclos próprios" (internos), diferentes dos ciclos longos advindos do centro dinâmico mundial (os quais refletiam a "gestação e propagação de tecnologia nova" nessas economias centrais)[132]. Rangel (2005b: 681) esclareceu que aqueles ciclos que emergiam com o processo de industrialização eram ciclos "médios", "aparentemente da família dos ciclos de Juglar", com duração de aproximadamente 10 anos[133].

De acordo com essa análise, as mudanças ocorridas nesse contexto se deram no pólo externo e o início da industrialização brasileira, a partir de uma substituição de importações, teria sido possibilitada justamente por essas mudanças. Desse modo, não teria havido, em relação à segunda dualidade, uma alteração das relações de produção do pólo interno as quais teriam permanecido feudais e capitalistas (mercantis). É o que pode ser visto na figura[134] abaixo:



[132]- Como Rangel (2005a: 200) explicou: "é nas fases recessivas dos ciclos longos que os países da vanguarda amadurecem uma tecnologia que, via investimentos em sua implantação, inverterá a conjuntura, isto é, abrirá uma fase A do novo Kondratiev".

[133]- A respeito dos "ciclos médios", surgidos com o início do processo de industrialização (via substituição de importações) Rangel (2005b: 681) explicou: "nossa experiência, nos quadros da terceira dualidade, nos ensina que, periodicamente – por períodos aproximadamente decenais, como os dos ciclos de Juglar -, a economia, após uma fase ascendente (de aproximadamente um lustro [5anos]), entra em crise, a qual acaba por induzir certas mudanças institucionais (no fisco, no câmbio, no direito do trabalho, nos meios de acesso à nova tecnologia e, em especial, no aparelho de intermediação financeira), as quais sensibilizam novos grupos de atividades econômicas ainda não modernizadas, pondo em marcha uma vaga de investimentos, cujos efeitos se propagam a todas as partes do sistema econômico, o qual é impelido, afinal, para nova fase ascendente".

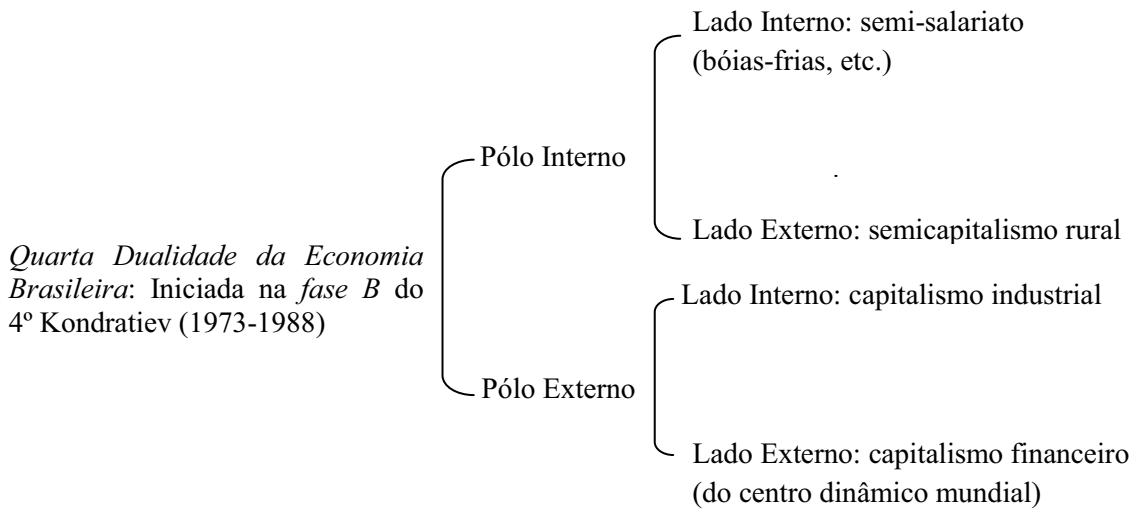
[134] - Essa figura foi retirada de Rangel, 2005b: 679.

Por fim, a quarta dualidade era apresentada por Rangel, até o início dos anos 1980[135], com uma datação indefinida, já que estaria "obviamente no futuro"[136]. Foi somente no artigo "A história da dualidade brasileira" (também datado de 1981) que Rangel demarcou a data final da *fase B* da quarta dualidade (Rangel, 2005b: 682). Até então essa data era representada através de um ponto de interrogação[137], justamente por não ter sido definida com precisão.

A transição da terceira para a quarta dualidade (ocorrida na *fase B* do terceiro Kondratiev) teria se dado em 1973, com a crise do petróleo. A crise no comércio exterior, a qual exigiria um esforço de substituição de importações por parte da economia brasileira (situação característica das *fases B*, como já foi destacado), teria se manifestado por um grande endividamento externo. Esse déficit comprometia a importação de bens de produção por parte do Brasil e, por esse motivo, o esforço de substituição de importações nessa fase deveria se orientar para o Departamento I da economia, justamente os de bens de produção[138].

Essa situação, conforme Rangel, demonstrava a necessidade essencial daquele período: a formação do capital financeiro nacional, o qual possibilitaria a continuidade do processo de industrialização brasileira, agora no Depto. I. Além disso, seria fundamental a redefinição do preço (especulativo) da terra o que além de criar condições para que os trabalhadores rurais tivessem acesso a ela, levaria os proprietários capitalistas, que até então alimentavam essa especulação, a se desfazerem das suas terras excedentes, "destruindo o monopólio latifundiário da terra, sem o qual nenhum feudalismo será possível"[139]. Dessa forma, a quarta dualidade teria as seguintes configurações[140]:

[135] - Explicitamente nos artigos: A história da dualidade brasileira (1981), Dualidade e ciclo longo (1984)
[136] -Rangel, 2005b: 682.
[137] - Como se observa no artigo "O Brasil na fase B do quarto Kondratiev" (1981).
[138] - Rangel, 2005b: 682-683.
[139] - Rangel, 2005b: 684-685.
[140] - Essas informações estão contidas em Rangel, 2005b: 685.



Para Rangel (2005b: 685), essa aproximação dos modos de produção nos quatro lados da dualidade, a partir da efetiva penetração do capitalismo no campo, era um prenúncio de que o fenômeno da dualidade estaria chegando ao fim, já que a economia e a sociedade brasileira estariam prestes a se "homogeneizar".

Entretanto, não se pode deixar de citar que as dualidades, de acordo com a teoria rangeliana, não se restringiam às relações econômicas, já que elas eram apontadas como a *essência* da sociedade brasileira. Nas palavras de Rangel (2005a: 286): "[…] todos os nossos institutos, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e a nossa própria economia nacional – são mistos, têm dupla natureza, e se nos figuram coisas diversas, se vistas do interior ou do exterior, respectivamente"[141].

Assim, com base na idéia de que a da dualidade estava presente em todos os aspectos da sociedade brasileira, Rangel (2005a:457) definiu que as "nossas revoluções" têm um caráter "homologatório", ou seja, elas apenas confirmam (ou homologam) um

[141]- Deve-se acrescentar que o Direito brasileiro, nessa interpretação, também foi apresentado como sendo "dúplice". De acordo com Rangel (2005a:300): "tínhamos uma sociedade escravista, de sorte que o direito romano exercia sobre nós duplo prestígio, pelo fato de corresponder a uma sociedade também escravista e de ser o repositório mais precioso da técnica do direito, repositório ao qual todos recorrem, ainda hoje. Mas não podíamos aceitar o direito romano tal como está nos documentos, porque nossa economia era, ao mesmo tempo capitalista. Nossas fazendas de escravos concorriam no mercado mundial com as manufaturas européias, pelos produtos dos quais os nossos se trocavam. [...] tínhamos que combinar o direito romano com o direito comercial contemporâneo. A laboriosa elaboração do nosso Código Civil atesta a dificuldade da tarefa. Faltou-nos a compreensão de que nenhum direito pode reger outra sociedade além daquela que lhe deu origem ou lhe seja em tudo análoga. [...] O direito, como a economia, deve ser dúplice, e a esse resultado chegamos pelo conflito entre um direito civil que tende a tudo imobilizar, à semelhança da terra, e um direito comercial que tende a tudo mobilizar, inclusive a própria terra".

fato dado, advindo de um processo de mudanças que vinham gradualmente ocorrendo na sociedade brasileira. Nas palavras do próprio Rangel:

> Em certos momentos, a atitude das classes dirigentes e de toda a sociedade começa a modificar-se até que, em dado momento, todas as transformações ocorridas no período, geralmente em caráter de exceção, são homologadas e então tomamos consciência de que o regime mudou. Mas as elites dirigentes permanecem fundamentalmente as mesmas – perdendo alguns contingentes de elementos mais retrógrados e ganhando outros mais progressistas (RANGEL, 2005a:457).

Dessa maneira, a exemplo do que ocorreria na economia, as relações políticas também seriam *duais*. Sendo assim, a "sociedade política" também seria representada por quatro classes dirigentes, uma para cada "lado" da dualidade (dois internos e dois externos). Entretanto, o Estado brasileiro seria resultado da "aliança de apenas duas classes dirigentes" as quais estariam associadas num "pacto de poder implícito" o qual só mudaria com a mudança de dualidade[142].

Sendo assim, é importante que sejam retomados os pactos de poder presentes em cada uma das dualidades definidas pela teoria rangeliana, o que será feito em seguida.

2.2.1- A configuração do pacto de poder segundo as dualidades brasileiras:

A composição das classes dirigentes do Estado brasileiro, segundo a teoria rangeliana seria a seguinte: haveria uma classe dirigente representante do pólo interno e outra, representante do pólo externo. Mas cada uma dessas classes, seria "solicitada por duas ordens diferentes de interesses" (uma "progressista" e uma "retrógrada"), conforme os modos de produção presentes nos lados da dualidade[143].

Desse modo, conforme Rangel (2005a:457): "em cada momento em que

[142] - Rangel, 2005b:665.

[143]- Segundo as explicações dadas pelo próprio Rangel (2005a:695): "em cada dualidade, o poder é exercido por uma classe que passou da anterior dualidade, e por outra que está tendo acesso ao poder, pela primeira vez. Esta última, entretanto, não surge por acaso, mas como dissidência da classe hegemônica anterior, apeada do poder como conseqüência da última crise do ciclo longo".

observemos a economia brasileira, veremos que se orienta simultaneamente por duas ordens de interesses, ambas dominantes e consagradas como tais, pelo fato de serem interesses, das classes dirigentes".

No caso da primeira dualidade (pautada no escravismo e no feudalismo, no pólo interno; e no capitalismo mercantil e no industrial, no pólo externo), por seu poderio econômico e político, a classe dominante nas relações internas seria o senhor de escravos. De acordo com a teoria rangeliana, essa classe, assim como todas as outras, não seria homogênea, mas composta pela união de interesses distintos: uma fração interessada em manter seu *status quo* (os conservadores) e outra "progressista", no caso, interessada em aprofundar as relações capitalistas. O mesmo ocorreria com a classe dominante nas relações externas, a burguesia comercial e com as demais dualidades.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a dualidade e o conflito de interesses se tornariam mais nítidos e a classe "dual" dirigente seria dividida em uma "dissidência progressista" (partidária dos interesses correspondentes ao lado externo do pólo da dualidade o qual, nessa perspectiva, é sempre o mais desenvolvido) e uma "facção retrógrada ou conservadora", empenhada em preservar a ordem vigente. Em condições de crise (as *fases B* dos ciclos longos) [144] haveria uma ruptura da aliança até então existente entre as duas classes dirigentes a qual resultaria em uma mudança da identidade da classe e, por consequência, uma mudança do pólo, da dualidade e, por fim, do regime produtivo[145].

Nesse sentido Rangel (2005b:554) afirmou que: "a transição [de um regime para outro] se faz por cooptação, isto é, pela exclusão, pelo próprio grupo dirigente, dos elementos mais arcaicos, e sua substituição por outros, representativos das novas forças sociais, em ascensão", um constante conflito entre as forças retrógradas e as forças avançadas no qual a disputa pelo poder se dá dentro do grupo dominante (que se desintegra formando subgrupos *arcaicos* e *modernos*). Nessa dinâmica, o "sócio maior" (dominante) seria sempre o "mais antigo" da dualidade[146].

---

[144] - Para Rangel, as *fases B* marcariam as mudanças institucionais. Justamente nessas fases é que teriam sido identificados os principais acontecimentos da história brasileira: a Independência, a Abolição e a República e a Revolução de 1930, ocorridas nas *fases B* da primeira, segunda e terceira dualidades, respectivamente. Nas palavras de Rangel (2005b:665): "a fase B dos ciclos longos, portanto, abre, nos países periféricos, oportunidades de inversão, ao mesmo tempo em que submete a dura prova as instituições historicamente formadas, sob a influência de um comércio exterior em expansão. Em princípio, uma forma qualquer de substituição de importações torna-se necessária e possível, mas, para isso, faz-se mister certa medida de mudanças nas instituições preexistentes".

[145] -Rangel, 2005b:666.

[146] - Rangel, 2005b:677.

Ainda a esse respeito Rangel (2005b:640) esclareceu que, no processo de expansão das forças produtivas no Brasil, "a opção final tende sempre a ser feita pela ordem de interesses representativa das relações de produção mais avançadas", que no caso brasileiro são as relações de produção externas.

O desenvolvimento das forças produtivas seria, portanto, a base dessas mudanças (de grupos dirigentes) as quais alterariam a dualidade e, conseqüentemente, o pacto de poder, a partir de uma relação direta com os ciclos de Kondratiev (especificamente em suas *fases* B), como se pode perceber nas quatro dualidades apresentadas anteriormente.

Sendo assim, as duas classes dirigentes que compunham cada uma das dualidades brasileiras seriam as seguintes:

1º Kondratiev: fase A: 1790-1815
fase B: 1815-1847 (**1ª Dualidade**)

Sócio maior: senhores de escravos (classe dominante no pólo interno)
Sócio menor: burguesia comerciante (classe dominante no pólo externo)

De acordo com a análise de Rangel, sob o impulso do capitalismo industrial em escala mundial (não só a partir da Revolução Industrial, mas também da Francesa e da America – Independência dos EUA), "deslanchou uma onda longa" (as *fases A* e *B* da primeira dualidade) a qual exigiria que a "periferia subdesenvolvida" (da qual o Brasil fazia parte) se "ajustasse" aos impulsos partidos do centro[147].

A Abertura dos Portos (1808) teria feito parte dessa "tentativa de ajuste" a qual seria "homologada" pela Independência do Brasil e pela abdicação de D. Pedro I (1831), a partir daí, conforme essa análise, "a novel sociedade [brasileira] saía dos seus cueiros portugueses". Nesse processo, o capitalismo mercantil português teria sido alijado e, em seu lugar, teria emergido uma "dissidência" dele, "o novel capitalismo mercantil do Brasil". Esse processo teria definido o pólo externo da primeira dualidade brasileira, do qual a classe dos comerciantes seria representante[148].

Do lado interno, a fazenda de escravos detinha o poder e a Independência "não podia significar outra coisa senão a hegemonia" dessa classe. Já a nova classe dos

[147] -Rangel, 2005b:668.
[148] - Rangel, 2005b:668.

comerciantes, emergida das relações com o exterior, cuja maioria era estrangeira, "estavam ainda politicamente despreparada para o exercício do poder"[149].

2º Kondratiev – fase A: 1847-1873

fase B: 1873-1896 **(2ª Dualidade)**

Sócio maior: burguesia comerciante (pólo externo)

Sócio menor: fazendeiros - que ao mesmo tempo seriam latifundiários feudais e por outro lado, comerciantes - (pólo interno)

Rangel afirmou que a classe dos comerciantes, emergida com a primeira dualidade, ao se voltar (gradativamente) ao mercado interno, assumiam uma posição "propícia ao progressivo esvaziamento das relações de suserania- vassalagem" presentes no escravismo. Ou seja, com a penetração do capitalismo na fazenda a tendência era a de que o senhor de escravos também se tornasse um comerciante[150].

A essa altura, a classe dos comerciantes (emergida da Abertura dos Portos-Independência, na primeira dualidade) e "em unidade com a burguesia industrial do centro dinâmico", seria uma "formação madura, politicamente capaz de conduzir os negócios de Estado" enquanto os outros integrantes do poder, a classe dos fazendeiros (que estariam começando a se tornar comerciantes) seria "politicamente imatura", já que se tratava de uma "formação social nascente"[151]. Mudava-se, portanto, o pacto de poder e a dualidade.

3º Kondratiev – fase A: 1896-1920

fase B: 1920-1948 **(3ª Dualidade)**

Sócio maior- fazendeiros comerciantes (pólo interno)

Sócio menor- burguesia industrial nascente (pólo externo)

Nessa dualidade, os fazendeiros comerciantes, que na dualidade anterior teriam ocupado uma posição secundária no pacto de poder, teriam ocupado uma posição

[149] - Rangel, 2005b:669.
[150] - Rangel, 2005b:674.
[151] - Rangel, 2005b:675.

dominante, de "sócios maiores". Nesse contexto de industrialização do Brasil, o capitalismo industrial, que antes estaria presente somente no lado externo do pólo externo, agora comporia o lado interno desse mesmo pólo, substituindo o capital mercantil.

Esse capitalismo industrial emergente teria que "abrir caminho em luta porfiada contra o seu homônimo – o capitalismo industrial do centro"[152]. E dada justamente sua emergência, e impossibilidade de domínio naquele contexto, seus representantes, a burguesia industrial nascente, teria que ocupar uma posição secundária no pacto de poder que então se estabelecia.

Tal como ocorreria com cada uma das classes em ascensão, essa burguesia industrial teria surgido (em um momento de crise econômica, a *fase B* do terceiro Kondratiev, que dava origem a terceira dualidade) do fechamento do mercado externo às exportações brasileiras.

A partir daí, teria se estabelecido uma distinção clara entre os dois grupos que compunham a classe dos comerciantes: um deles não teria vocação para a substituição de importações. Desse modo, "politicamente, a crise debilitava os primeiros e fortalecia os segundos, na medida em que conferia a estes uma incumbência de estratégica importância para a economia nacional como um todo [liderar o esforço de recuperação da economia através da substituição de importações]"[153]. Este grupo comporia a nova classe em ascensão: a burguesia industrial nascente, que na próxima dualidade ocuparia a posição de "sócio maior" na direção do Estado, como se verá em seguida.

4º Kondratiev - fase A: 1948-1973
fase B: 1973-1988 **(4ª Dualidade)**

Sócio menor: nova burguesia rural (pólo interno)
Sócio maior: burguesia industrial (pólo externo)

A quarta dualidade foi a última a ser teorizada por Rangel. Por acreditar que ela estaria "obviamente no futuro", conforme já ressaltado, ele só se deteve nela nos seus

[152] - Rangel, 2005b:677.
[153] - Rangel, 2005b:680.

últimos artigos, escritos entre os anos de 1980 e 1990[154]. Ainda assim, ela foi tratada somente como uma espécie de "previsão" do que ainda estava se consolidando dentro da dinâmica da economia brasileira.

Desse modo, Rangel (2005b:697) escreveu que: "também como das outras vezes, a dualidade deve mudar, com a passagem do 'sócio menor' da anterior, para a condição hegemônica – a burguesia industrial". Quanto ao latifúndio feudal, este teria definitivamente "esgotado sua mensagem" e se "desqualificado para o exercício da hegemonia", já que ele teria se "cindido de alto a baixo", com o aparecimento, "em seu seio", de um latifúndio não feudal, desinteressado no monopólio da terra: a burguesia agrícola[155].

Por fim, é importante destacar que ao analisar as mudanças no pacto de poder, e de um modo mais amplo nas próprias dualidades, Rangel teria observado um comportamento semelhante no decorrer de todos aqueles anos e, a partir daí, ele buscou sistematizar esse comportamento através das leis que o "regiam", como será retomado em seguida.

O fim desse processo seria a consolidação do socialismo. Nesse sentido, considerando a dinâmica das dualidades brasileiras, Rangel (2005a:705) escreveu: "o socialismo está presente, por certo, mas como superação de um capitalismo que tem ainda muito chão a palmilhar". Nesse mesmo sentido, Rangel (2005a:742), afirmou: "dia virá em que esse modo de produção estruturado na fazenda capitalista terá que ceder o passo a algo mais progressista ainda [...] a fazenda coletiva ou a fazenda de Estado".

2.2.2 - As dualidades brasileiras e suas leis:

É importante retomar essas "previsões" que Rangel fez a respeito da quarta dualidade, pelo fato de que a teoria rangeliana foi uma tentativa de sistematizar o comportamento da economia brasileira, a partir do estudo de suas fases (A) de expansão

[154] - Esses artigos, ao menos os que foram reproduzidos nas suas "Obras Reunidas", foram: *A quarta dualidade* (1980), *O Brasil na fase B do quarto Kondratiev* (1981), *Dualidade e ciclo longo* (1984) e *O quarto ciclo de Kondratiev* (1990).

[155] - Para Rangel, a inserção de tecnologia no campo, ao intensificar a produção sem a necessidade de ocupação de novas terras (ou de grandes quantidades dela) e de possibilitar a utilização de terras antes improdutivas, levaria ao uso produtivo, e não meramente especulativo (ou associado ao poder) da terra.

e de recessão (as fases B). Nesse modelo teórico, ao definir as *dualidades brasileiras,* Rangel buscava demonstrar que a sociedade brasileira, assim como qualquer outra, muda de modo de produção a partir do crescimento de suas forças produtivas, passando a um modo de produção superior, mas de forma diferente.

A diferença essencial estaria no fato de que essas mudanças, no Brasil, teriam um "modo peculiar de mudar". A fim de sistematizar essas peculiaridades, Rangel definiu as "leis específicas" presentes nesse processo de mudança[156]. Seriam cinco, as leis da dualidade brasileira[157]:

Primeira lei: os pólos interno e externo da dualidade não se modificam simultaneamente mas, ao contrário, essa mudança ocorre alternadamente;

Segunda lei: essa mudança nas relações de produção nos pólos é apenas parcial e sempre há transferência para o lado interno das relações de produção antes vigentes no lado externo;

Terceira lei: a mudança de um pólo ocorre quando há a passagem para o lado interno (desse pólo) do modo de produção que estava presente no lado externo;

Quarta lei: como consequência dessa mudança, o lado externo do pólo em mudança passa a "adotar instituições características de um modo de produção mais avançado" o qual comporá nova união dialética com o lado interno recém- criado;

Quinta lei: as mudanças da dualidade brasileira, uma vez que essa economia é uma "formação periférica", são provocadas por mudanças no centro dinâmico, ou seja, nas relações com o comércio exterior.

Entendendo a economia brasileira enquanto um complemento das economias centrais, Rangel considerava necessária uma análise mais apurada dos acontecimentos internacionais justamente com o intuito de perceber os reflexos desses acontecimentos no Brasil e buscar sistematizar seu comportamento diante das situações de crise e ascensão das economias centrais.

Nesse sentido, Rangel destacou que "o centro dinâmico engendra movimentos

[156]- Essas mudanças ocorreriam, de acordo com Rangel (2005a:662), quando as forças produtivas da sociedade crescem e entram em conflito com as relações de produção existentes, criando-se assim as "precondições" para a passagem a um "estágio superior".
[157] - Essas leis se encontram em Rangel 2005b:634-636.

periódicos ou cíclicos[158] que, do nosso ponto de vista, assumem as formas de fluxos e refluxos" e a economia brasileira, justamente por "complementar" aquelas economias, seria "extremamente sensível" aos "impulsos partidos dos centros dinâmicos"[159].

2.3- A questão agrária em Ignácio Rangel:

As análises acerca da problemática agrária estão no centro da teoria rangeliana, essencialmente porque o Brasil era apresentado como "um país subdesenvolvido", ou seja, "grande percentagem de sua população está na agricultura"[160].

Nesse sentido, no seu primeiro livro (*O Desenvolvimento Econômico no Brasil* - 1954), Rangel (2005a:89) apresentou a seguinte argumentação:

> Considerando que na estrutura da economia que precede a industrialização quase toda a população está na "agricultura", é preciso estudar[161] detidamente a organização desse setor. Em outras palavras, se o problema da "agricultura" não foi entendido, tampouco será possível compreender o problema da "indústria", ou manufatura, nem o papel que os serviços desempenham. Falando de modo sucinto, a "manufatura" e os serviços são novas formas de aplicação de parte do tempo de trabalho da população que antes estava na "agricultura".

Já nesse primeiro livro, Rangel destacou o eixo que conduziria todas as suas discussões posteriores em torno da temática agrária: a ocupação de grande parte do

---

[158] - Esses movimentos cíclicos advindos das economias centrais seriam de dois tipos: o ciclo longo (ou onda longa, ou ainda, ciclos de Kondratiev), com duração média de 50 anos (25 para a fase expansiva, A, e 25 para a fase recessiva, B) e os ciclos curtos (ou ciclos de Juglar e de Kitchin), com duração média de 10 anos, 5 para cada fase (A e B). Cada um desses ciclos seria marcado por dois momentos distintos: as *fases A (*de maior participação no mercado mundial) e as *fases B* (de intensificação do processo de substituição de importações). De acordo com Rangel, a atenção maior deveria ser voltada para os ciclos de Kondratiev, justamente por sua longa duração e pelos efeitos que eles causariam nas economias periféricas.

[159] - Rangel, 2005a:662.

[160] - Rangel, 2005a:42.

[161]- Para Rangel (2005a:151,152): "todas as teorias correntes entre nós sobre a agricultura ignoram inteiramente, ou apenas lhes prestam uma atenção superficial, as atividades não agrícolas de população agrícola".

tempo de trabalho dos camponeses[162] em atividades "não necessariamente agrícolas"[163].

Mas deve-se ressaltar que, ao longo dos anos, essa análise (referente à "produção de produtos não agrícolas pela agricultura"), adquiriria novas feições. Essas modificações, para além de demonstrarem a dinâmica ou a trajetória que a teoria rangeliana assumiria nas décadas seguintes, demonstram mudanças importantes pelas quais a agricultura brasileira estava passando, e que incidiam na reestruturação das discussões em torno da consolidação de um "projeto de reforma agrária viável".

Essencialmente, a teoria rangeliana (nos anos 1950) afirmava a necessidade de "organizar" o setor agrícola a fim de que ele não desempenhasse funções que caberiam ao setor industrial. Para Rangel (2005a:158), a estrutura do setor agrícola, ou o "complexo das mil atividades", era um "imenso oceano de força de trabalho à espera de melhor ocupação" e nele, o trabalho era "fantasticamente improdutivo".

Na sua concepção[164], o setor agrícola (ou a "zona natural", conforme a sua definição dos 3 *stractas*[165] que comporiam a economia brasileira) teria duas características essenciais: ela seria uma "unidade combinada" de produção e consumo, a qual deveria estar separada, numa economia "desenvolvida"; tal unidade seria "combinada"[166] pois não se ocuparia "apenas de um bem específico", mas de muitos e, por esse motivo, ela seria uma unidade complexa, um "complexo rural"[167]. Nele, o camponês se empenharia não só na produção de matérias-primas, como também da elaboração de vários produtos finais (como "semimanufaturas", moinhos, a casa da sua família, roupas, etc.)[168].

---

[162] - O termo "camponês" é utilizado por Rangel em sentido genérico, se referindo aos trabalhadores rurais, ou pequenos produtores agrícolas.

[163] - Como a construção de moradias e a produção de alguns bens de consumo, como vestuário e alimentos artesanalmente manufaturados.

[164] - Rangel, 2005a:99.

[165] - A definição dos *stractas* que comporiam a economia brasileira, de acordo com a análise de Rangel, foi apresentada na seção 2.1 deste capítulo.

[166] - Como Rangel (2005a:95) explicou, a utilização do termo "unidade combinada" teve, como referencial teórico, a obra *The Structure of American Economy*, de Leontiev, para o qual a unidade agrícola seria "a combinação, na mesma unidade, das funções produção (que, em sua sistematização corresponde à 'unidade de negócios') e consumo (que corresponde à 'família'ou *household*)".

[167]- Em "Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955)", Rangel chamaria esse "complexo rural" de "complexo de mil atividades", onde a agricultura seria somente uma, das múltiplas atividades desse complexo. (Rangel, 2005a:157-158).

[168]- É importante enfatizar que essa idéia (de que nas economias pouco desenvolvidas, a agricultura desempenha funções da indústria) foi retomada, segundo o próprio Rangel (2005a:99 e 218) demonstrou, das obras de Lênin e nos estudos do economista ucraniano Simeon Kuznets (seu livro "Long Term Changes in the National Income of the USA, since 1870" – como foi explicado por Rangel (2005a:218 – nota 7)[168]. Em uma das passagens extraídas da obra de Lênin, especificamente do livro "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia", pode-se ler o seguinte: "A população de um país de economia mercantil debilmente desenvolvida (ou não desenvolvida de todo) é quase exclusivamente

Sendo assim, o que a teoria rangeliana defendia, era a necessidade de transferência de fatores (mão-de-obra e capital) do setor agrícola para o urbano-industrial (indústria e serviços)[169], situação que poderia ter sido impulsionada por uma reforma agrária. Dessa maneira, na proposição de Rangel (2005a, p.99): "o problema central da industrialização pode ser pensado como o do rompimento do 'complexo rural'"[170]. A essência de toda essa argumentação pode ser resumida nas seguintes palavras de Rangel:

> [...] quase todo o labor não agrícola da população agrícola é trabalho de elaboração de produtos primários, para adaptá-los ao consumo; ora, essa elaboração é também a função das indústrias urbanas, de modo que podemos afirmar que o desenvolvimento econômico resulta essencialmente do desligamento do complexo rural de uma atividade após outra: em vez da camponesa elaborando o algodão para convertê-lo em pano, com a ajuda de primitivos instrumentos manuais de madeira, teremos a operária fazendo a exatamente a mesma coisa, só que muito melhor e com imensa economia de tempo, em fábricas modernas, comandando o equipamento semi-automático, tendendo para a total automatização. Este é o sentido último do desenvolvimento (RANGEL, 2005a:158).

Tomando esses pressupostos como base de sua análise sobre a questão agrária, nos anos 1950, Rangel defendeu a abertura desse "complexo rural"[171] visando um

---

agrícola. Todavia, não se deve deduzir daí que ela se ocupa só da agricultura. Significa apenas que a população ocupada na agricultura transforma, ela mesma, os produtos da terra, sendo quase inexistentes o intercâmbio e a divisão do trabalho" (Citação apresentada por Rangel, 2005a:99).

[169] - Além disso, é inegável que havia um interesse em inserir esses trabalhadores rurais em um mercado de consumo de produtos industrializados.

[170]- No seu empenho em "promover a indústria nacional", Rangel foi além, e definiu que o complexo rural teria lançado bases no setor urbano. Tratava-se dos denominados "serviços domésticos não remunerados" (como, por exemplo, o conserto de roupas feito pela dona-de-casa) que, assim como as atividades não agrícolas desenvolvidas pela economia natural (agricultura), competiam com a economia de mercado no que se referia ao uso de fatores (mão-de-obra e capital). Segundo a definição de Rangel (2005a:220): "os 'serviços domésticos' são, na verdade, uma forma decadente da economia natural, tal como ela se apresenta no complexo rural, como se esse complexo se houvesse reconstituído nas condições urbanas. Em outros termos, temos novamente a economia natural, sob uma nova roupagem, competindo com a economia de mercado pelo uso de fatores". Em suma, a tese defendida por Rangel (2005a:122) era a de que: "a expansão da economia de mercado se faz com recursos sacados do setor agrícola e dos 'serviços domésticos".

[171] - De acordo com Rangel (2005a:115- 116): "as medidas tendentes a romper o complexo rural podem ser classificadas em dois grupos: (a) as que oferecem um incentivo positivo para a incorporação, à economia de mercado, dos fatores usados pelo complexo, o que implica oferecer ao próprio complexo uma participação no produto adicional obtido pelo novo uso dos fatores liberados; (b) as que buscam forçar a abertura do complexo a partir de dentro, provocando uma deterioração da produtividade dos fatores usados em suas atividades manufatureiras". As medidas do primeiro tipo, cujo exemplo típico seria os Estados Unidos, não significavam uma destruição das bases materiais da produção camponesa, mas em uma capitalização dessas bases. Já as medidas do segundo tipo, seriam o *enclosure* ("cercamento"

"aumento da produtividade social". Em outras palavras, essa desagregação se daria em prol de um "bem comum", coletivo. Essa justificativa de Rangel pode ser constata no seguinte excerto:

> Mas é claro que seria mil vezes preferível conservar a sólida auto-suficiência da antiga unidade agrícola, isto é, não dissolver o complexo rural, evitando as incertezas desta produção social – na qual cada um de nós depende, para o atendimento das necessidades mais elementares, do que estejam fazendo pessoas inteiramente desconhecidas, ás vezes a milhares de quilômetros de distância - se, como compensação, não houvesse a possibilidade de grande aumento na produção *per capita*, isto é, se todos e cada um não nos tornássemos mais ricos (RANGEL, 2005a:161).

Na prática, esse processo significava a legitimação do intervencionismo estatal no setor agrícola. Como foi pontuado por Rangel (2005a:109): uma vez que "o complexo rural não se quebra espontaneamente, pelo simples fato de que a sociedade tem aplicações mais produtivas para os fatores usados na produção natural. Há que induzi-lo ou mesmo compeli-lo a alterar sua estrutura".

Mas esse processo de "abertura do complexo rural", como Rangel (2005a:118) destacou, apenas na sua primeira obra ("O Desenvolvimento Econômico no Brasil" - 1954), não seria tão simples, como teoricamente se poderia supor. Retomando as palavras do próprio autor: "a abertura do complexo não é uma operação momentânea, mas sim um largo processo, com altos e baixos e problemas sempre novos. Sua história está muito longe de ser idílica. Ao contrário, está cheia de violência".

Mas de uma maneira geral, o que Rangel estava argumentando é que a expansão da indústria incidia na necessidade de reorganizar as atividades desenvolvidas no setor agrícola, ou seja, seria necessário realizar *mudanças estruturais*[172] nesse setor, já que a industrialização (e os serviços emergidos com ela, como o transporte e o comércio) resultaria em uma "reorganização" da forma como os trabalhadores rurais vinham

---

ou, simplificadamente, retirar a terra dos camponeses, como ocorreu na Inglaterra), o estabelecimento de um imposto direto (em dinheiro) cobrado dos camponeses (os quais seriam obrigados a desenvolver atividades não-agrícolas e intensificar a produção agrícola para assegurar o pagamento desse imposto, como no caso do Japão) e a organização da atividade agrícola em bases capitalistas por parte dos próprios latifundiários, como no caso da Alemanha. A teoria rangeliana demonstrou-se defensora das medidas do primeiro tipo: a liberação dos fatores (capital e mão-de-obra) que teriam um "novo uso", sob bases capitalistas.

[172] - Como já foi citado no início deste capítulo, para Rangel (2005a:p.107) os "problemas do desenvolvimento" seriam inseparáveis das mudanças estruturais, como ele afirmou: "não há desenvolvimento sem essas mudanças". E, por fim: a "mudança estrutural básica" seria a "transferência de fatores do setor agrícola para o resto da economia", ou seja, a dissolução do complexo rural.

aplicando seu tempo de trabalho[173]. Seguindo esse raciocínio, Rangel (2005a:118) afirmou que: "a abertura do complexo rural gera um fluxo de fatores de produção (trabalho e capital) do setor agrícola à manufatura e aos serviços, sob, principalmente, a forma homogênea de mão-de-obra".

Entretanto, deve-se reiterar que o posicionamento de Rangel sobre a questão agrária brasileira passou por importantes alterações entre os anos 1950 e 1980. Num primeiro momento (anos 1950), conforme foi demonstrado, ele enfatizava a necessidade de abertura do *complexo rural*, e a conseqüente simplificação (especialização) da unidade produtiva, enquanto o problema central da industrialização brasileira. Isso porque a desagregação do *complexo rural* (das atividades não agrícolas desenvolvidas pela agricultura) significaria a criação de novos mercados, já que a indústria passaria a desempenhar o papel antes realizado pelos camponeses em suas atividades não agrícolas. A esse respeito Rangel (2005 a:185) afirmou:

> [...] o modo específico como a agricultura se ajusta às condições criadas pela industrialização é abandonando essas atividades elaboradoras [desempenhadas pelos próprios camponeses], para comprar produtos elaborados na cidade, agora que o aumento das compras de bens agrícolas por ela resulta na criação de renda monetária adicional para o camponês. Em conseqüência, *sobra* tempo, isto é, fator trabalho para aplicar na produção de bens agrícolas[174].

A partir desse ponto de vista, *desenvolvimento* significava a transferência da produção industrial da agricultura (ou a por ele denominada de "produção de bens não agrícolas pela agricultura") para as fábricas, deixando à agricultura somente o papel que lhe caberia: a produção de bens primários. Nesse sentido, é que ele definiu a questão agrária no país em 1960:

> A reforma agrária, ou melhor, as reformas agrárias (porque podem ser concebidas tantas reformas quantos sejam os problemas a resolver e suas circunstâncias), é precisamente o meio de *aumentar ou diminir* a

[173]- Em suma, essa "reorganização" do tempo de trabalho dos camponeses incidia na necessidade de "reeducar" essa mão-de-obra. Como o próprio Rangel (2005a:122) destacou: "nesse processo, ao mesmo tempo em que os recursos se transferem de uma economia a outra, altera-se a forma como eles são aplicados. Para ser usada em novas condições, a mão-de-obra deve ser reeducada, enquanto o capital ou acervo de bens duráveis, ao mesmo tempo, cresce e muda de forma", com as novas condições tecnológicas da produção.

[174] - Grifo do original.

> produtividade do trabalho nas atividades secundárias e terciárias do complexo rural, comparativamente à produtividade do trabalho aplicado nas atividades propriamente agrícolas do complexo rural (RANGEL, 2005b:40- grifos incluídos pela autora).

Importa reparar que dependendo da conjuntura (e tomando como base a teoria da dualidade essa conjuntura seria definida pelas fases A (expansão) ou B (retração) dos ciclos longos), a produtividade nas atividades secundárias e terciárias do setor agrícola deveriam ser aumentadas ou diminuídas. Para Rangel (2005b:41), naquele contexto, o setor agrícola tendia a "comportar-se na prática como o grande regulador do mercado de trabalho da economia", retendo ou "expulsando" mão-de-obra do campo conforme as necessidades do setor urbano-industrial.

Nota-se que existe uma nítida diferença entre essas colocações e as apresentadas nos anos anteriores. Se nos anos 1950 a ênfase da teoria rangeliana sobre a questão agrária estava em "defender" o espaço a ser ocupado pela indústria nacional crescente frente às atividades não agrícolas desenvolvidas no complexo rural; no início dos anos 1960, essa mesma teoria se ocupou de questões referentes ao "excedente de mão-de-obra, que o sistema econômico [...], com suas presentes relações de produção ou econômicas, não está em condições de absorver"[175]. Mas o fim continuava o mesmo: priorizar o desenvolvimento industrial.

De acordo com ele, esse era um dos elementos que compunha a crise agrária dos anos 1960: um excedente de mão-de-obra (essencialmente nordestina) liberada do setor agrícola o qual os demais setores da economia não estavam sendo capazes de absorver. Por outro lado, uma vez que a agricultura brasileira (como todos os "institutos brasileiros") também seria uma dualidade[176], haveria um excedente de produção no "lado moderno" (Sul do país)[177].

Considerando a teoria da dualidade, base das análises de Rangel, percebe-se que os anos 1960 estão inseridos na *fase A* (1958-73) do 4º Kondratiev. Uma vez que a Quarta Dualidade, bem como todas as outras, só seria definida na *fase B* desse ciclo longo, vigoravam ainda as condições presentes na Terceira Dualidade, ou seja: a crise

[175] - Rangel, 2005b:23.
[176]- Segundo Rangel (2005b:33): "[...] a agricultura brasileira não e um edifício homogeneamente arcaico. Por um lado, o latifúndio que surgiu da primitiva fazenda de escravos [*na Segunda Dualidade*], embora caracterizado, a princípio, do ponto de vista interno, por relações de tipo nitidamente feudal, isto é, arcaico, para as presentes condições gerais da economia do país, teve sempre, e tem, cada vez mais, um lado moderno visto que, em suas relações com o resto da economia, comporta-se como uma empresa comercial, submetida às normas jurídicas correspondentes".
[177]- Rangel, 2005b:41.

do feudalismo (que estava ocupando o lado interno do pólo interno dessa dualidade)[178] e a ascensão do capitalismo industrial.

A análise de Rangel, pautada no modelo da dualidade, via a formação desse excedente populacional (base da crise agrária nos anos 1960) como a "forma típica como uma determinada estrutura social, o feudalismo, entra em crise". Isso porque, a economia feudal, com sua "notória estagnação tecnológica", teria no crescimento populacional a "sua forma dominante de crescimento". Dessa maneira, a crise do feudalismo e, consequentemente, o desenvolvimento do capitalismo no campo, "põe em evidência a superpopulação"[179].

Sendo assim, o problema do que fazer com os trabalhadores rurais reemergia, mas com novas roupagens. Se nos anos 1950, Rangel se demonstrou preocupado em teorizar maneiras de "especializar" a mão-de-obra desses trabalhadores na produção de bens agrícolas (e não semimanufaturas e outros bens que caberiam à indústria produzir), uma década depois, seu esforço de teorização recaía sobre o que fazer com o excedente de mão-de-obra liberado com a propalada "abertura do complexo rural" o qual não estava sendo "satisfatoriamente" absorvido pelo restante da economia. Mas um ponto que permaneceu desde as análises feitas por Rangel nos anos 1950, foi a sua percepção de reforma agrária "revolucionária". Já naquele período, a teoria rangeliana demonstrava uma interpretação (sobre a questão agrária) distinta da defendida pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Segundo Rangel (2005a:187)[180], "enquanto a reforma agrária russa, polaca ou chinesa foi e tinha que ser *prévia* e *revolucionária,* no Brasil ela pode ser *simultânea* e *gradual"*. Considerando que, para a teoria rangeliana, cada dualidade representava uma "revolução brasileira"[181], para Rangel, essa reforma agrária prévia não teria sido seria possível, inclusive naquele contexto, dada a influência que o feudalismo (presente no

[178] - Conforme já demonstrado nas ilustrações das dualidades.

[179] - Rangel (2005b: 61- 62) denominou esses problemas (integrantes da crise agrária - a qual também seria, nessa mesma análise, composta pela atuação dos já citados "oligopsônios-oligopólios" e da especulação da terra gerada, agravada pela inflação brasileira) de *próprios* ou *propriamente agrários* e de *impróprios*. Os primeiros seriam problemas de "excesso", referentes à *superprodução* e à *superpopulação,* enquanto os últimos seriam problemas de escassez, de alguns bens agrícolas e de mão-de-obra. Ainda segundo essa análise, do ponto de vista político, os problemas *impróprios* poderiam ser resolvidos mediante um "consenso" (por uma legislação que poderia ser "facilmente inserida no corpo do direito brasileiro"), enquanto os *próprios* afetariam a coalizão de poder que vigorava até aquele momento (entre latifundiários "conservadores" e capitalistas). Daí, Rangel afirmou que a solução para a crise agrária naquele momento deveria ser iniciada pelos problemas *impróprios* da agricultura, os quais estariam "mais fáceis de resolver".

[180] - Grifos do original.

[181] - Rangel, 2005b:697.

lado interno do pólo interno da 3ª dualidade) ainda possuía na sociedade brasileira.

Dessa maneira, para a teoria rangeliana, a reforma agrária (ou as "reformas agrárias") seria realizada "gradualmente" no decorrer de cada uma das dualidades brasileiras[182], cuja evolução resultaria no completo fim do feudalismo, até chegar ao estabelecimento do socialismo.

Nesse sentido, é interessante perceber que o projeto político-ideológico proposto por Rangel não contrariava, diretamente, os interesses dos latifundiários já que o fim do "atraso" no campo (associado ao feudalismo) seria uma "imposição evolutiva" das forças produtivas e, além disso, com a expansão do capitalismo para o setor agrícola, haveria uma aproximação entre os interesses dos latifundiários capitalistas e os industriais[183].

Entretanto, era necessário buscar saídas viáveis aos problemas que estariam "maduros para solução" (para utilizar uma terminologia presente na teoria rangeliana), Rangel, nos bastidores do Estado, teria proposto um "esquema estratégico geral" para "pôr em movimento a estrutura agrária através das relações externas da agricultura"[184] (RANGEL, 2005b:34).

Nesse sentido, a primeira medida proposta por ele (dentro de um programa apresentado em 1958)[185] foi a "criação de um pequeno lote" para o trabalhador

---

[182]- Especificamente sobre uma "reforma agrária revolucionária" no Brasil, como os comunistas apregoavam, Rangel (2005a:187) afirmou: "Não é e nem pode ser revolucionária [a reforma agrária no país] […] porque o modo específico como o camponês reage, no Brasil, quando as condições de vida se tornam insuportáveis para ele, no campo, não é a insurreição para tomar a terra ao latifundiário, mas o êxodo rural. Este é o seu protesto específico".

[183]- Não se pode passar sem registrar os créditos ao prof. Dr. David Maciel (UFG) o qual, em uma de suas argüições, levou a autora à compreensão de que as proposições teóricas de Rangel, acerca da questão agrária (essencialmente no pós-1960), continham a intenção de criar um projeto de unidade entre as classes "progressistas" (semelhante à política de "unificação nacional" proposta pelos comunistas a partir de 1945), mas, nesse caso, entre os industriais e os latifundiários capitalistas.

[184]- Relembrando que a agricultura brasileira, vista sob a perspectiva da dualidade, conforme Rangel (2005b:33) demonstrou, não era um "edifício homogeneamente arcaico", mas que combinava as relações feudais de produção, do lado interno, e relações capitalistas, do lado externo (relações essas, que prevaleciam no pólo externo da terceira dualidade, período em que essas questões foram levantas). Sendo assim, quando Rangel se referiu às relações externas da agricultura, ele estava fazendo menção às relações capitalistas. submetida às normas jurídicas correspondentes". Sendo assim, compreende-se que quando Rangel afirmou que colocaria "em movimento a estrutura agrária através das relações externas [capitalistas] da agricultura, ele estava se referindo a mudanças que incidiriam sobre o preço (especulativo) da terra a qual, nas suas relações internas (feudais) era tida como sinônimo de poder, significado este que, conforme Rangel, deveria mudar com o completo estabelecimento das relações capitalistas de produção as quais diferentemente do feudalismo, não necessitavam de enormes quantidades de terra para realizar uma produção elevada, dado o aumento de produtividade alcançado com as inovações tecnológicas no campo.

[185]- Uma nota explicativa contida na republicação do livro "A Questão Agrária Brasileira" (Rangel, 2005b:36) informou que Ignácio Rangel foi assessor do Ministro da Viação e Obras Públicas, o militar Lúcio Meira, em 1958. Naquele ano, Rangel teria proposto ao governo (e obtido) a criação da Coper (Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários). Essas medidas, específicas sobre a questão agrária

assalariado da "moderna fazenda capitalista"[186]. Esses lotes deveriam ser constituídos em terra pública (ou de propriedade do trabalhador) e a cargo da iniciativa do Estado, já que se essas terras fossem do empresário agrícola, seriam refeitos os laços de dependência pessoal, característicos do regime feudal.

Rangel acreditava que essa medida resultaria na criação de um semiproletariado agrícola (o qual "asseguraria uma oferta regular de mão-de-obra grande agricultura capitalista") e, além disso, o trabalhador rural teria um "complemento de salário, sob a forma da casa própria e da pequena produção para autoconsumo", que ele poderia realizar nesse lote[187].

A segunda medida proposta foi a "democratização" das formas de comércio dos produtos agrícolas, permitindo um contato direto entre produtor e consumidor, anulando a atuação dos intermediários os quais, atuando através dos denominados "oligopsônios-oligopólios de bens agrícolas"[188], estariam fixando "arbitrariamente os preços e condições de comercialização para o produtor" e impõe "preços extorsivos" ao consumidor. De acordo com Rangel (2005b:35), a base dessa medida estaria, portanto, em uma "eficaz política de preços mínimos ao produtor agrícola" (a qual incluiria uma reorganização do crédito agrícola, a revisão da política fiscal e a expansão da rede de silos e armazéns).

Por fim, a terceira medida proposta por Rangel para "por em movimento a estrutura agrária brasileira", refere-se ao papel do Estado nesse processo. Nessa

---

(essencialmente de áreas "recém – tornadas acessíveis ela abertura de algumas rodovias") teriam sido apresentadas em um estudo, realizado por Rangel (sob o título "Povoamento dos eixos rodoviários"), para aquele órgão e teriam sido, como a citada nota explicativa informou, encampadas pela Sudene, no Maranhão.

[186] - Em 1986, no artigo "A questão da terra", Rangel (2005b:148) reiterou a necessidade de recriar condições de auto-consumo que amenizariam, ou reverteriam em parte, o êxodo rural. Voltou a propor, então, o oferecimento de um lote ("um grande quintal") para que a família bóia-fria estabelecesse e produzisse para próprio consumo. Na ótica de Rangel, era justamente pelo caráter sazonal da atividade agrícola que esse trabalhador teria tempo para se dedicar à essa produção.

[187] - É fundamental registrar que essas discussões fizeram parte de uma deliberação da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), criada em 1962, cujo grupo de trabalho (daquele ano), contou com a participação de Ignácio Rangel, segundo afirmações do próprio autor, e estabelecia um projeto que defendia a distribuição de "pequenas unidades de subsistência" aos trabalhadores rurais. De acordo com Rangel (2005a:741), essas discussões resultaram em um anteprojeto de lei que, em 17 de janeiro de 1962, teria sido enviado ao então presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves. No capítulo XI – "Dos trabalhadores rurais", ainda de acordo com Rangel, haveria o seguinte artigo: "Art.39. Em casos excepcionais e nas regiões de predominância da monocultura, em que ocorrer ocupação estacional de mão-de-obra, a Superintendência para a Reforma Agrária (Supra) poderá criar, organizar, controlar e distribuir, entre os trabalhadores rurais, pequenas unidades de subsistência, próxima das plantações e independentes da propriedade".

[188] - Conforme esclarece o autor (2005a:623): "Oligopsônio: privilégio de compra exercido por alguns; oligopólio: privilégio de venda exercido por alguns ou por poucos". Essa prática é considerada por Rangel uma das anomalias responsáveis pela inflação brasileira, segundo se observa mais detalhadamente na obra: "A inflação brasileira" (1963).

perspectiva, a ação estatal não deveria agir, no que se refere à mudança da estrutura agrária, mediante o "comprometimento de fundos públicos na compra da terra", mas, dispondo de suas próprias terras ou "induzindo o proprietário rural a fazê-lo" (através da intervenção do Estado na questão do preço da terra)[189].

Quanto à solução para as questões referentes ao excedente populacional, ao final dos anos 1950, Rangel (2005b:29-30) defendeu a emigração de camponeses nordestinos para o Maranhão e Goiás como solução viável naquele momento, já que "nessas novas províncias está nascendo um Brasil completamente novo, que não é nem nordestino ["arcaico"] nem sulista ["moderno"], mas que é nordestino e sulista ao mesmo tempo". Em suma: Rangel (2005b:69) defendeu a idéia de que, naquele contexto, uma mudança da estrutura agrária deveria começar pelas "áreas de nova colonização".

Nos anos 1980, a crise agrária, detectada por Rangel duas décadas antes, teria passado por uma "transformação radical", convertendo-se em um *fenômeno urbano* e "não mais basicamente rural" (como nos anos 1960), ela teria se tornado uma "crise de suburbanização"[190]. Naquele contexto Rangel (2005b:105) destacou que: "a verdade é que a mão-de-obra (população) se urbaniza, não porque a cidade dela careça para algum emprego útil, mas simplesmente porque a economia camponesa de autoconsumo, em que estava inserida, desagregou-se".

A diferença essencial dessa "nova crise agrária" estaria no fato de que nas décadas anteriores a crise agrária se intensificava nos momentos de recessão econômica (fases B dos ciclos longos e curtos), amenizando-se nas fases A (de expansão), já nos anos 1980, a crise permanecia mesmo nas fases de prosperidade econômica, por isso Rangel enfatizou que ela havia se tornado *crônica*.

Chama a atenção a diferença do tratamento dado por Rangel para a questão do

---

[189] - De acordo com Rangel (2005b:36), se o Estado interviesse como comprador de terra nesse processo, ele inibiria um "movimento já iniciado" de queda da taxa de valorização da terra e estaria "embaraçando a mudança de estrutura". Segundo a argumentação de Rangel, a pecuária comercial (que substituiu o latifúndio agrícola primitivo, sendo, portanto a primeira forma de organização capitalista da agricultura), elevou a produtividade do trabalho, mas deprimiu a produtividade da terra, resultando em uma elevação da renda da terra, já que ele havia se tornado escassa. Mais com a incorporação de novas áreas, propiciada por novas tecnologias agrícolas, houve um aumento da oferta de terras e uma diminuição da demanda, "donde se infere que há uma tendência a queda de preço da terra". Entretanto, dada a inflação brasileira, o "título fundiário" acabou se tornando um "meio de defesa da poupança contra a erosão inflacionária", o que manteve a demanda (e a tendência de alta de preço da terra. Sendo assim: "se o Estado satisfaz certa parcela da demanda agrícola de terra, simultaneamente resolve o problema da absorção de parte da superpopulação rural e encaminha a solução do problema agrário geral, via preço da terra".

[190] - Essa idéia foi apresentada por Rangel (2005a:576), em uma nota explicativa acrescentada, no ano de 1978, à terceira edição de "A inflação brasileira".

tempo de trabalho do camponês entre os anos 1950 – 1980[191]. Se, em princípio, a preocupação de Rangel estava no fato de que a produção realizada pelo complexo rural ocupava parte do papel a ser desempenhado pela indústria, atravancando seu desenvolvimento; três décadas depois (e já a partir dos anos 1960) a questão se invertia: agora, era a "não-ocupação completa" do tempo de trabalho do camponês que o afligia.

O que ocorreu é que a tão apregoada "dissolução do complexo rural", e a penetração do capitalismo no campo, resultaram em problemas urbanos indesejáveis, que a teoria rangeliana, ou qualquer outra, estaria muito longe de poder resolver. Mas aqueles argumentos em defesa do fim da "produção de bens não agrícolas por parte da agricultura", se considerados dentro de um debate que, entre os anos 1950 e 1960, discutiu a necessidade de "reorganização" do setor agrícola em prol do crescimento industrial, podem ser considerados frutíferos, uma vez que os fins que eles defendiam foram alcançados.

Esse debate foi retomado por Gonçalves Neto (1997:51-114) o qual esclareceu que as discussões sobre o setor agrícola brasileiro, realizadas entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, foram polarizadas em dois grupos: os que defendiam a "funcionalidade" da agricultura na economia nacional e os que viam a agricultura como "entrave" ao desenvolvimento econômico do país.

O primeiro grupo defendia a idéia de que a "capitalização" do campo resolveria a questão do atendimento da demanda do setor urbano-industrial por produtos agrícolas; já o segundo grupo, apontava a reforma agrária como fundamental para uma reorganização do setor e, a partir dela, um aumento efetivo de produção (e produtividade) para atender à referida demanda urbano-industrial, papel que o latifúndio seria incapaz de desempenhar. Gonçalves Neto (1997:66) incluiu Rangel no primeiro grupo.

Mas o que se observa na teoria rangeliana, é que embora ela defendesse uma "capitalização" do campo (a partir da "abertura do complexo rural"), ela não deixava de defender também a necessidade de uma reforma agrária. O que ocorre é que, a partir de uma leitura dualista da realidade brasileira, Rangel afirmava que essa reforma agrária

[191]- Deve-se destacar, nesse sentido, um aspecto comum à teoria rangeliana em todo esse período (1950 - 1980): a prioridade era a continuidade do processo de "desenvolvimento" econômico. Esse posicionamento poder ser visto, por exemplo, no artigo "A questão da terra", publicado em 1986, no qual Rangel (2005b:153) enfatizou: "trata-se de resolver esse problema [dos efeitos desencadeados pelas mudanças nas bases da economia natural, sobretudo a marginalidade e criminalidade] devolvendo ao camponês as condições para a produção natural, mas fazê-lo de tal modo que isso não implique fazer a produção agrícola para o mercado retroceder às velhas condições econômicas e tecnológicas".

(ou "quantas fossem necessárias") ainda aconteceria, mas seria resultante de um processo lento e gradual, como resultado do avanço das forças produtivas. Sendo assim, se numa primeira leitura a teoria rangeliana (em relação ao referido debate sobre a questão agrária) pode ser inserida no grupo que defendia a "funcionalidade" da agricultura (ou seja, de que o setor agrícola seria capaz de desempenhar as funções que lhe eram "requeridas" pelo setor urbano-industrial, bastando, para isso, sua "capitalização"), por outro lado, percebe-se que essa teoria não excluía a defesa de uma reforma agrária, o que a inseriria no grupo dos que consideravam a agricultura como um "entrave" ao desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, a teoria de Rangel ocupou, de fato, uma posição singular.

Tendo sido retomadas essas questões, deve-se analisar a importância que o setor urbano-industrial teve na teoria rangeliana, como será apresentado no próximo tópico.

2.4- A dinâmica da industrialização brasileira segundo a teoria rangeliana:

Para Rangel (2005 a:43), a criação do setor manufatureiro nacional "converte-se no motor de todo o desenvolvimento do país". Segundo a sua análise, a emergência desse setor alterava a dinâmica da economia, porque era capaz de gerar um *aumento de oferta* utilizando os mesmos fatores utilizados na agricultura (por meio da utilização de novas técnicas) e também poderia gerar um *aumento de demanda,* pois os investimentos suscitados pelo setor manufatureiro representavam aumento dos "gastos monetários", já que "pelo menos uma parte do investimento se faz pela compra de fatores nacionais", resultando em aumento de gastos "dentro da economia".

Daí, a defesa da "dissolução do complexo rural"[192] por parte da teoria rangeliana, nos anos 1950, já que para Rangel (2005a:100) a "industrialização pode ser definida como um processo de transferência, para fora do complexo rural, de uma atividade após a outra, em condições que permitam progressos tecnológicos importantes". Além disso, por outro lado, a permanência do complexo rural significava a manutenção de uma estrutura que a "inércia dos hábitos e da tradição conspiram para conservar"

[192] - Como já foi retomado na seção anterior.

(Rangel,2005a:106). Nesse sentido, a industrialização seria, essencialmente, uma "mudança de hábitos" (os quais, em última instância, incidiriam na criação e ampliação de mercado).

Entretanto, esse processo estaria longe de ser resultado de um "esforço consciente", ao contrário, a industrialização no Brasil teria sido um "processo espontâneo"[193]. Nas colocações de Rangel (2005a:453): "nossa industrialização começou e tomou impulso nas condições de um esforço espontâneo, não premeditado (e, por muito tempo nem sequer entendido pelos economistas e administradores), de substituição de importações". Ou, ainda:

> [...] a nossa industrialização surgiu espontaneamente, como uma variante dos esforços de substituição de importações a que somos periodicamente impelidos pela economia mundial, através dos ciclos longos ou ciclos de Kondratiev, que alternam fases expansivas, quando somos atraídos para uma participação mais íntima na divisão internacional do trabalho, com as fases recessivas, quando somos compelidos a um esforço de substituição de importações (RANGEL, 2005 a, p.715).

Na dinâmica da dualidade rangeliana, as crises recessivas da economia mundial (pronunciadas pelas *fases B* dos ciclos longos), ao diminuir a capacidade de importação (dado o declínio nas exportações brasileiras), exigiam um "esforço de substituição de importações" por parte das economias periféricas (o *crecimiento hacia adentro*, segundo os cepalinos)[194]. Segundo a explicação dada por Rangel (2005a:715):

> Nas fases recessivas, a economia dos países cêntricos limita sua demanda dos nossos produtos de exportação, deprimindo ao mesmo tempo os preços desses produtos, relativamente aos preços dos produtos que os mesmos países nos exportam, agravando nossos termos de intercâmbio. Em definitivo, pois, temos um estrangulamento da capacidade para importar, o que, num país periférico, de economia complementar, corresponde a um grave desajustamento intersetorial. O esforço de substituição de importações sobrevém, pois, como uma reação orgânica.

[193] - De acordo com Rangel (2005a:198-199) "esse fora um processo espontâneo, do qual, somente muitos anos mais tarde, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU, nos viria dar consciência".

[194] - Rangel, 2005a:698.

Em última instância, esse "esforço" significava a necessidade de essas economias se "adaptarem" às mudanças tecnológicas ocorridas no "centro dinâmico", as quais traziam novas exigências aos mercados produtores de matérias- primas (ou, às economias complementares, como seria o caso do Brasil). Nesse sentido, Rangel (2005a:695) afirmou que "toda vez que a economia mundial é confrontada com a fase B do ciclo longo, a sociedade brasileira é confrontada, também, com um desafio que exige dela mudança de regime".

Assim, seguindo esse raciocínio, o autor destacou que, embora estivessem sendo realizados "esforços de substituição de importações" desde o período em que vigorava a fazenda de escravos, nas *fases B* dos ciclos longos[195], a industrialização brasileira, embora pautada na substituição de importações, só teria se efetivado nos anos 1930, especificamente na *fase B* da terceira dualidade[196]. Naquele contexto, os comerciantes (que seriam os futuros industriais), importavam alguns produtos inacabados ou alguns bens de capital os quais, combinados com os insumos nacionais, comporiam as fábricas brasileiras que estavam sendo estruturadas. Entretanto, ainda segundo a teoria rangeliana, essa burguesia industrial nascente não possuía poder político relevante e, por isso mesmo, esse grupo (que teria sido o "sócio menor" do pacto de poder que vigorou na terceira dualidade, como já destacado) não teria sido capaz de conduzir o processo de industrialização brasileira(Rangel, 2005b:83-84). Segundo as afirmações do autor:

> [...] uma classe tão pouco caracterizada e consciente de si mesma nunca poderia ter conduzido a sociedade brasileira pelos tortuosos caminhos da industrialização, não fora sua aliança, embora na condição de sócio menor, com outra classe social, muito mais amadurecida e segura de si, muito mais politicamente organizada, como era o caso do latifúndio brasileiro da época (RANGEL, 2005b:84).

De acordo com essa análise, portanto, a revolução de 1930 se insere no processo de consolidação da 3ª Dualidade, na qual se configurou um novo pacto de poder, desta

[195] - Discussão apresentada no tópico 2.2.

[196]- Deve-se chamar a atenção para o fato de que, também na fase B da 3ª Dualidade, justamente com o início do processo de industrialização no Brasil, emergia um "centro dinâmico interno" (ciclos endógenos, com duração média de 10 anos), embora se mantivessem as influências que os ciclos longos, reflexos dos acontecimentos das economias centrais, na economia brasileira. Desse modo, para Rangel (2005a:692), com o advento do capitalismo industrial (na 3ª Dualidade) surgia um "novo complicador", um "centro dinâmico capaz de engendrar os ciclos diferentes e independentes dos ciclos longos", os chamados "juglarianos brasileiros". Essa questão já foi apresentada na seção 2.2.

vez, entre industriais e latifundiários feudais. Mas, com o avanço da industrialização, o "balanço interno dessa coalizão de poder" ia sendo alterado, resultando no amadurecimento do capital industrial e, por outro lado, a "cisão" do latifúndio o qual ia se tornando cada vez menos "feudal" e mais capitalista (RANGEL, 2005b:86).

Essa aliança entre o latifúndio feudal e o capital industrial, que teria tido lugar no processo de consolidação da indústria brasileira (na 3ª Dualidade), também deve ser abordada por outro motivo.

Como já destacado no início deste capítulo, a teoria rangeliana da dualidade foi erigida com base no seguinte problema: como se processa o desenvolvimento econômico de um país que, diferente do que previa a teoria comunista, teve seu processo de industrialização impulsionado, mesmo sem ter havido uma reforma agrária prévia?[197]

Buscando respostas a esse questionamento, Rangel (2005b, p.82) definiu que, justamente pelo fato de essa reforma agrária não ter ocorrido, "alguns dos capítulos mais importantes da revolução democrático-burguesa[198] foram omitidos e, em consequência, todo o nosso processo de industrialização passou a ser marcado por certas anomalias"[199].

2.4.1 - As "anomalias" do processo de industrialização no Brasil:

De acordo com a teoria rangeliana, uma das "anomalias" presentes no processo de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil seria a "ordem inversa" pela qual a industrialização brasileira, se comparada às econômicas centrais, teria se dado. Ou seja,

[197] - Nas palavras de Rangel (2005a:535): "[...] meu ponto de partida sempre foi, desde antes da Segunda Guerra Mundial, o fato de que a dita industrialização, no sentido estrito de surgimento e crescimento do capitalismo industrial, ou *maduro*, vinha-se fazendo sem a necessária preparação da estrutura social, via reforma agrária, isto é, via liquidação das *relações de produção feudais"* (grifos mantidos do original).

[198] - Segundo um esclarecimento do próprio autor (*id*., *ib*.), a revolução democrático-burguesa envolve dois grupos de mudanças socioeconômicas: o primeiro em torno da independência e unidade nacional, e o segundo em torno de medidas que possibilitassem a consolidação das relações capitalistas no campo.

[199]- Como já foi esclarecido (nota explicativa 11, no início deste capítulo), de acordo com a teoria rangeliana, essas "anomalias" teriam advindo essencialmente do fato de a economia brasileira ser *dualista*. Essa era a explicação de Rangel para não ter havido uma reforma agrária prévia à industrialização no Brasil já que, no pacto dualista que vigorava desde os anos 1930, o latifúndio feudal era um dos "sócios" (desde a 2ª Dualidade). O resultado desse processo seria algumas "anomalias", como a crise agrária (com seus diversos componentes, já ressaltados), a inflação brasileira e uma industrialização "às avessas", iniciada pelo Departamento II da Economia (de bens de consumo) e não pelo Departamento I (de bens de produção), como ocorreu com as economias centrais. Deve-se esclarecer ainda que este tópico não abordará a crise agrária, uma vez que ela já foi retomada na seção 2.3.

esse processo teria se iniciado pelo Departamento II (de bens de consumo) e não pelo DI (de bens de produção). De acordo com Rangel (2005a:542), o "processo de industrialização tem a sua própria lógica interna", o que significava dizer que:

> Nossa industrialização começou por onde, *pela ordem natural das coisas*, deveria terminar, isto é, pelo suprimento interno de bens de consumo ou, mais precisamente, de *bens finais,* abordando, escalonadamente, *através de sucessivos ciclos,* o suprimento de produtos intermediários e de infra-estrutura.

Para Rangel, essa "ordem inversa" não teria sido acidental, mas, ela seria o motivo pelo qual a industrialização brasileira pôde ocorrer sem uma reforma agrária prévia[200]. Isso teria acontecido pela existência de um Departamento I "pré-industrial"[201], o qual teria propiciado a utilização maciça de mão-de-obra. Sendo assim, o processo de industrialização no Brasil teria ocorrido a partir do parâmetro "trabalho intensivo e poupador de capital". Foi isso, segundo a teoria rangeliana, que "compatibilizou" a industrialização com a permanência de uma estrutura semifeudal em processo de desagregação, o que resultava na liberação de mão-de-obra a qual comporia o chamado "exército industrial de reserva" (RANGEL, 2005a:692- 693).

Entretanto, essa "inversão da ordem natural" (resultante do fato de a economia brasileira ser uma dualidade), enquanto uma resposta da economia brasileira ao fato de a industrialização nacional ter ocorrido sem uma reforma prévia (dada a "força" que o latifúndio feudal ainda exercia no pólo interno da 3ª dualidade), teria suas consequências: o desenvolvimento do capitalismo brasileiro teria ocorrido em "condições especiais". Essas condições, como Rangel (2005a:595) explicou, teriam sido caracterizadas por uma elevada taxa de exploração (cuja tendência seria se elevar ainda mais com o aumento da produtividade do trabalho), não compensada por uma "paralela elevação dos salários", resultando em *inflação*.

Nesse sentido, Rangel (2005a:574) apontou que a inflação brasileira era um "fenômeno ligado ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil", um "fenômeno

---

[200] - Por esse motivo é que Rangel (2005a:549) afirmou que "a questão agrária está na raiz de toda a problemática central de nosso processo de industrialização".

[201] - O DI "pré-industrial", ou artesanal, na concepção de Rangel (2005a:716) seria uma "herança" do esforço de substituição de importações realizado na fase B do 2º Kondratiev. Ele seria constituído por "oficinas mecânicas independentes ou de oficinas anexas [as quais realizavam serviços de manutenção] a estabelecimentos industriais ou dos serviços de utilidade pública a cargo de concessionários estrangeiros, ou ainda como serviços de apoio aos estabelecimentos militares de terra e mar".

característico de uma economia capitalista, que se desenvolve sob a influência de uma economia feudal em crise, em desagregação".

Dessa maneira, a teoria da dualidade preconizava que à medida que o "capitalismo penetrasse no campo", a "certa altura do nosso desenvolvimento", quando os latifundiários feudais deixassem de ser "sócios" integrantes do poder no Estado, a taxa de exploração dos trabalhadores cairia e o consumo tenderia a aumentar, mudando o quadro da inflação no Brasil (Rangel, 2005a:614). Nessa ótica, era necessária uma mudança no pacto de poder, o que só se efetivaria com o desenvolvimento das forças produtivas e a mudança de dualidade.

2.4.1.1- A inflação brasileira[202]:

Seguindo a análise de Rangel (2005a:577), observa-se que a elevada taxa de exploração do sistema, aludida há pouco, teria resultado da oferta excessiva de mão-de-obra (não "resolvida" por uma reforma agrária prévia à industrialização brasileira), culminando, assim, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro nas condições de um "exército industrial de reserva exorbitante".

Com base no conceito keynesiano de "propensão a consumir", Rangel argumentou que a propensão ao consumo seria definida como função inversa da taxa de exploração (quando uma aumenta, a outra diminui). Sendo assim, no caso brasileiro, dada a elevada taxa de exploração do sistema, haveria uma baixa propensão ao consumo a qual, por sua vez, deveria ser "compensada por uma elevada taxa de imobilização" (investimentos), deixando a economia vulnerável ao ritmo dessas imobilizações. Nessas condições, de acordo com Rangel (2005a:595), a inflação "emerge como um recurso heterodoxo, mas eficaz", para manter o nível de mobilizações quando estas começam a dar sinais de declínio.

Essa questão foi resumida seguinte forma:

[202] - Uma análise detalhada do processo inflacionário no Brasil (a partir da obra "A Inflação Brasileira", de Ignácio Rangel, cuja primeira edição foi publicada em 1963) foi realizada por Davidoff Cruz, em sua dissertação intitulada "Ignácio Rangel, um pioneiro", apresentada na Unicamp, em 1980.

> A inflação é necessária porque provoca uma "corrida aos bens materiais", para usar a expressão do autor marxista acima citado [M. Draguilev], ou, para usarmos a terminologia keynesiana, porque "deprime a preferência pela liquidez do sistema". Noutros termos, uma parcela ponderável da mais-valia retida em poder das classes de mais altas rendas, em vez de ser conservada em forma monetária, como recurso líquido, como seria natural e lógico que acontecesse, é, apesar de tudo, aplicada na aquisição de ativos imobilizados, embora estes não correspondam a nenhuma necessidade real, visto como correspondem, em grande parte, à criação de instalações novas em atividades já no comando de capacidade ociosa (RANGEL, 2005a: 602).

Segundo essa percepção, comprimir o consumo ou aumentar os impostos (como as políticas econômicas vinham propondo até ali) não seria a solução para controlar a inflação brasileira, uma vez que ambas afetariam a demanda e, ao final, incidiriam sobre o ritmo da produção nacional. Sendo assim, Rangel sugeriu a utilização da *capacidade ociosa* como uma terceira via para a manutenção (e até mesmo um aumento) do ritmo da produção industrial brasileira. Desse modo, a questão se resumia em garantir o consumo dos produtos nacionais, buscando evitar a formação de "capacidade ociosa", como demonstram as seguintes colocações de Rangel (2005a:502):

> Com efeito, é característica do capitalismo a desigualdade na distribuição da renda, de tal modo que enquanto a grande maioria da população despende toda a sua renda no atendimento de suas necessidades de consumo (*stricto sensu*) as camadas mais abastadas, satisfeitas essas necessidades, mesmo em nível elevado, geralmente tendem a dispor de um excedente de renda. Considerando que a soma dessas rendas é igual ao valor de mercado dos produtos, se uma parte da população tende a gastar menos do que ganha, uma parte do produto não encontrará compradores. Segue-se que, em vez de um excedente de renda, os capitalistas, vistos coletivamente, terão uma elevação dos estoques de produtos ou, pura e simplesmente, *capacidade ociosa*.

2.4.1.2 - A formação de capacidade ociosa:

Como já foi citado, o processo de industrialização brasileira, de acordo com a teoria rangeliana da dualidade, teria começado na 3ª Dualidade, especificamente na *fase*

B do 3º Kondratiev[203]. Essas fases recessivas, reflexos dos acontecimentos das economias centrais, dada a queda na capacidade para importar, impulsionariam a economia brasileira a reagir através de um "esforço de substituição de importações".

Nesses períodos de recessão, seriam revelados setores com excesso de capacidade (*ociosos*) e outros com insuficiência de capacidade, situação denominada por Rangel (2005a: 694) de "dialética da capacidade ociosa". Nessas circunstâncias, a prática do planejamento teria um papel fundamental: identificar os setores com "anticapacidade ociosa" (ou com "pontos de estrangulamento") para os quais os investimentos deveriam ser redirecionados, a fim de que, na próxima fase A (de ascensão econômica), seu crescimento pudesse ser impulsionado.

Segundo as explicações dadas por Rangel (2005a:704):

> Com efeito, na fase expansiva que precede a recessão, um setor ou um grupo de atividades econômicas expande-se até pôr em evidência excesso de capacidade. Mas, durante a mesma fase expansiva, a estrutura da demanda do sistema modifica-se, de modo que, simultaneamente, são postos em evidência insuficiências e estrangulamentos, cuja superação exigirá investimentos, os quais, por um lado, deverão promover a utilização do excesso de capacidade acumulada num pólo e, por outro, impelirão a economia para nova fase expansiva.

Ainda de acordo com essa análise, apresentada por Rangel (2005a:549), após alguns anos de "prosperidade", os investimentos orientados para o rompimento dos "pontos de estrangulamento" (evidenciados no ciclo anterior) passam a gerar, em lugar desses estrangulamentos, "atividades carregadas de capacidade ociosa", ou potencial produtivo não utilizado. Assim, esse seria um processo cíclico, o qual oscilaria entre a acumulação de capacidade ociosa e a formação de pontos de estrangulamento.

Na ótica de Rangel (2005a:485), somente o planejamento seria capaz de evitar o acúmulo de capacidade ociosa na economia brasileira. Aliás, de um modo geral, como ele mesmo destacou: "o objetivo da programação [*planejamento*] é o desenvolvimento econômico, isto é, a expansão da capacidade produtiva". E essa era justamente a meta visada pela teoria rangeliana, não só desfazer os "pontos de estrangulamento" que impediam o crescimento econômico do país, como buscar maneiras efetivas de impulsionar esse crescimento.

[203] - Como já foi apresentado no tópico 2.2.

No caso específico da formação de capacidade ociosa (ou potencial produtivo não utilizado) o autor afirmou: "o objetivo da programação econômica é reconhecer as fontes desse potencial adormecido, dar-lhe um balanço tão completo quanto possível, e preparar sua exploração com os meios institucionais e técnicos que estão em nossas mãos" (RANGEL ,2005a:489).

Nos anos 1960, período no qual o modelo de substituição dava mostras de que estava em vias de se esgotar, Rangel (2005a:465), buscando uma solução "nacionalista"[204] para manter o equilíbrio do balanço de pagamentos (que não fosse o aumento da utilização de capital estrangeiro, a compressão do consumo e a "renúncia ao desenvolvimento") propôs justamente a utilização da "capacidade ociosa", que ele acreditava existir na economia brasileira, como forma de dar continuidade ao crescimento econômico do país naquele período. Ou seja, diante dos sinais de esgotamento do modelo de substituição de importações nos anos 1960, a solução apresentada por Rangel foi a intensificação do crescimento econômico brasileiro a partir da utilização de um potencial produtivo que ele acreditava estar ocioso[205].

Nesse sentido Rangel (2005a:522 -524) destacou que: "a saúde do sistema econômico brasileiro depende, neste momento, de nossa capacidade de reativar a demanda interna, de modo assegurar utilização à capacidade ociosa existente", tanto nas atividades "substituidoras de importações" quanto no setor exportador. Caberia ao economista, naquelas circunstâncias, identificar os "pontos de estrangulamento" (de *anticapacidade ociosa*), setores retardatários da economia e prepará-los para "atrair os capitais necessários à sua expansão" [206].

---

[204] -Rangel (2005a:465) demonstrou priorizar um processo de desenvolvimento sob bases nacionais, na medida em que isso fosse possível, e a utilização de recursos estrangeiros somente na medida em que eles fossem oferecidos em "condições favoráveis"; como demonstra o seguinte excerto: "seu uso [da capacidade ociosa] habilitará o Brasil a desenvolver-se com seus próprios meios, o que, aliás, não quer dizer que se limite a eles, recusando-se a receber recursos que sejam oferecidos em condições favoráveis".

[205] - De acordo com Rangel (2005a:468), haveria três formas de combate à capacidade ociosa: expansão do comércio exterior, mudança na estrutura da oferta e mudança na estrutura da demanda.

[206] - Como a teoria rangeliana indicou, a dinâmica das dualidades também poderia ser útil na identificação dos setores que, nos próximos ciclos endógenos , traria oportunidades de inversão (investimentos). Nesse sentido o seguinte excerto é bastante esclarecedor: "Cada ciclo endógeno (juglariano, ou aproximadamente decenal), pelo menos no caso brasileiro, deve ser estudado como tendo início, não na fase A, ou ascendente, mas, ao contrário, na fase B, ou recessiva, dado que é nas condições desta que, sob o acicate da crise econômica, social e política são introduzidas mudanças institucionais indispensáveis para definir novo 'setor dinâmico', isto é, um grupo de atividades cujas oportunidades de investimento, *nas novas condições institucionais,* serão responsáveis pela intensificação do esforço de formação de capital no hemiciclo subseqüente". Relembrando que, segundo Rangel (2005a:528), os ciclos endógenos (ou hemiciclos) tiveram início com a industrialização brasileira, na fase B da terceira dualidade, e teriam duração média de 10 anos (tal como os ciclos de Juglar).

Dentre esses setores com capacidade ociosa, estariam os "serviços de utilidade pública" (eletricidade, transportes ferroviários e marítimos, portos, transportes urbanos básicos, comunicações urbanas e interurbanas, armazenagem, etc.) os quais, de acordo com Rangel (2005a:526), "se apresentavam como a medula do setor retardatário da economia". E por esse motivo, esse setor deveria ser "preparado para instrumentalizar as principais oportunidades de inversão, cujo aproveitamento redundaria em reerguimento da taxa nacional de formação de capital".

Rangel esclareceu que os denominados serviços de utilidade pública foram "originariamente estruturados como *concessões a empresas estrangeiras",* mas que eles "deixaram-se retardar, relativamente ao conjunto do sistema econômico, por vários motivos, especialmente por efeito da contração relativa da capacidade para importar". Com o passar do tempo, esses serviços foram sendo gradativamente transferidos para a responsabilidade do Estado, "passando a pesar fortemente, pelo esforço necessário de formação de capital e pelos déficits de operação, nas finanças públicas, mesmo nos casos em que permaneciam formalmente sob a responsabilidade do capital estrangeiro, pois este tendia, cada vez mais, a transferir o ônus para o Estado" (RANGEL, 2005a:527).

Para ele, a expansão (ou *modernização*) do Departamento de bens de capital, o DI[207],propiciaria possibilidades de expansão dessas atividades com base, predominantemente, em investimentos e produção de origem nacional. E, ainda, que a capacidade ociosa existente na economia brasileira (o potencial produtivo não utilizado) poderia ser utilizada para a satisfação das necessidades advindas dos "serviços públicos" e somente os bens de produção que ainda não pudessem ser produzidos

---

Entretanto, esse mecanismo se demonstrou falho, uma vez que Rangel havia previsto, nos anos 1960, que os "grandes serviços de utilidade pública" comporiam o setor que "deveria ser o responsável pelo esforço principal de formação de capital [o setor "dinâmico" da economia, com maiores possibilidades de investimento], nos quadros do quarto ciclo [endógeno – entre os anos 1960 e 1970]" e, em 1979, (quando da revisão dessas colocações para a publicação de "Recursos Ociosos e Política Econômica", em 1980), Rangel (2005a:529) constatou que "o que viria a ser, afinal, o setor dinâmico do quarto ciclo seria outro grupo de atividades: a construção residencial e os bens duráveis de consumo, inclusive automóveis e eletrodomésticos". Sendo assim, embora bastante original e complexo, o modelo teórico desenvolvido por Rangel, como qualquer outro, não era infalível, como alguns de seus discípulos pareciam crer.

[207]- Mas, segundo Rangel (2005a:717-718), haveria um aspecto negativo nesse processo de "modernização" do "primitivo"DI, que até então seria "pré-industrial". No DI pré-industrial a função básica de produção seria "fortemente *labour intensive"*. Sendo assim, o surgimento de um vigoroso DI industrial, moderno, afetaria o equilíbrio geral do sistema econômico, inicialmente sobre a oferta e demanda de mão-de-obra na economia de mercado brasileira. Desse modo, na análise de Rangel (*id*., p.720), a crise econômica dos anos 1970 seria resultante da substituição do "primitivo" DI (ou, da sua "modernização"), o que significava que "a mesma formação de capital supõe agora o engajamento de muito menos mão-de-obra" e, portanto, desemprego.

internamente é que seriam importados.

Em linhas gerais, o autor afirmou que "a economia brasileira pode, desde já [1962] [...], assegurar uma rápida expansão dessas atividades, com seus próprios meios". Sendo assim, a estatização dos serviços de utilidade pública, proposta por Rangel, já a partir dos anos 1960, seria, essencialmente, uma forma de manter a expansão do setor industrial brasileiro e utilizar a "capacidade ociosa" para esse mesmo fim (RANGEL, 2005a:527).

Nos anos 1980, Rangel (2005a:730) voltou a defender a privatização dos denominados "serviços de utilidade pública". Para ele, o princípio no qual esses *serviços* haviam sido criados, de concessão a empresas estrangeiras, havia deixado de "resolver os problemas impostos pelo nosso próprio desenvolvimento". Sendo assim, Rangel destacou que o país, em expansão econômica, "não podia ficar na dependência das eventualidades da captação de recursos no mercado de capital dos países cêntricos", mas, ao contrário, a "captação de recursos, para a expansão indispensável dos serviços, tinha que se voltar para o interior".

Para a teoria rangeliana, o DI "pré-industrial" esteve presente nos serviços públicos concedidos a empresas estrangeiras, pela manutenção de equipamentos estrangeiros. Mas, a partir do momento em que esse Departamento de bens de capital estaria se "modernizando", era possível uma completa nacionalização desses serviços, algo que já estaria ocorrendo "por aproximações sucessivas".

Sendo assim, os *serviços de utilidade pública,* que haviam começado a se "nacionalizar" a partir do momento em que se tornaram serviços públicos concedidos a *empresas públicas* (e não mais a empresas estrangeiras), como foi o caso da Eletrobrás, agora deveriam completar esse processo, tornando-se serviços públicos concedidos a *empresas particulares*[208]. A privatização desses serviços, de acordo com Rangel, os

[208] - A respeito da criação da Eletrobrás, uma instituição de serviços públicos concedidos a empresas públicas, em uma de suas entrevistas, Rangel (1990:16) teria dado alguns esclarecimentos que devem ser retomados: "eu tenho a consciência de que estávamos levando a eletricidade – não apenas a eletricidade, como de um modo geral os serviços públicos – a um estágio novo. Esse estágio novo era a passagem do serviço concedido à empresa privada a serviço concedido à empresa pública". A esse respeito, em uma conversa com seu amigo da Assessoria Econômica do presidente Vargas, Jesus Soares Pereira, Rangel (*id., ib*.) teria dito: "Mas, Soares, estamos criando um monstro...' – eu conto isso nesse meu último livro *Milagre e antimilagre* –, '...estamos criando uma empresa pública que é concessionária de um serviço público. Muito bem. Quer dizer, o Estado está ao mesmo tempo dos dois lados do balcão: ele é ao mesmo tempo poder concedente e concessionário. Antes ele era apenas poder concedente, agora está numa posição singular'. 'E daí'? 'Daí, como é que você vai lastrear os títulos dessas empresas no mercado? Veja bem, é um serviço público; por conseguinte, você não pode oferecer a hipoteca dos bens dos serviços ao credor, a menos que esse credor seja o Estado. Mas se a empresa já é Estado, ela está oferecendo as garantias a si mesma. Suponhamos uma empresa oficial, a Eletrobrás; ela oferece a

tornaria "a forma mais avançada de capitalismo de Estado" (RANGEL, 2005a:730-731).

A partir dessas informações, e tomando como base a teoria da dualidade, constata-se que as principais medidas econômicas propostas por Rangel, entre os anos 1950 e 1980 possuíam o mesmo fim: preservar a continuidade do processo de desenvolvimento do país (e para ele, como já foi apontado, desenvolvimento era sinônimo de industrialização). Assim o foi nos anos 1950, quando ele propôs a "abertura do complexo rural", nos anos 1960-70, com a proposta de utilização da capacidade ociosa (ou o potencial produtivo não utilizado) e nos anos 1980, com os argumentos sobre a necessidade de privatizar alguns serviços, os chamados de "utilidade pública" e em suas propostas para solucionar a crise agrária e a inflação.

Dentro dessas análises, o Estado, claro, ocupava posição privilegiada, cabendo a ele planejar e intervir na economia brasileira com essa mesma finalidade, ou seja, garantir as condições para que o avanço das forças produtivas prosseguisse e para que, com ele, a dinâmica da dualidade continuasse seu processo. Sendo assim, na última parte deste capítulo, é essencial que se retome, mesmo que sucintamente, a percepção que a teoria rangeliana apresentava acerca de como deveria ser a atuação do Estado em uma economia "sui generis", tal como ela acreditava ser, a brasileira.

2.5- O Estado na sociedade dualista rangeliana:

Para Ignácio Rangel (2005a:511), devido à dualidade (ou à "coexistência de unidades produtivas técnica e economicamente tão díspares") existente nos países subdesenvolvidos, o Estado deveria desempenhar um papel indispensável: ele "deve

---

hipoteca dos seus bens a quem? Ao Estado, ao BNDE, que também é Estado. O Estado oferecendo hipoteca a si mesmo. Não tem sentido. O resultado é que isso não vai funcionar, entendeu? Do ponto de vista formal a análise é perfeita'. Mas o Soares, que era o próprio bom senso em pessoa, me disse: 'Caboclo, quanto tempo você pensa que essa crise vai levar para chegar'? 'Não sei, pode ser cinco anos, talvez dez anos, sei lá, mas ela vai chegar'. 'Está bom, mas durante alguns anos ela vai funcionar. [...] Não durou dez anos, nem cinco anos, foi um quartel de século inteiro; só agora é que realmente a crise chegou". Essa crise teria chegado nos anos 1980, com a "modernização" do DI da economia brasileira, e a solução apontada por Rangel, como já apresentado, foi a privatização desses serviços, ou seja, eles passariam a ser serviços públicos concedidos a empresas privadas (e não mais públicas).

intervir na economia muito mais do que nos países desenvolvidos". Nesse mesmo sentido é que o autor também destacou que, numa realidade dual, como seria a brasileira, o fortalecimento do poder central é que garantiria a unidade econômica do país, "de modo a possibilitar a coexistência das regiões marginalizadas com as vanguardeiras, e também a gradual liquidação do atraso daquelas" (RANGEL, 2005a:452).

Nessa ótica, em uma economia cíclica, como a brasileira, marcada por constantes oscilações entre fases expansivas e recessivas e que, nos períodos de recessão econômica deveriam "intensificar o seu esforço de substituição de importações", Rangel (2005a:540) teria identificado que "o Estado tem sido levado, regularmente, a intervir, introduzindo mudanças institucionais que instrumentalizam a retomada do processo de crescimento".

Dessa maneira, entendendo a economia brasileira como sendo formada por dois pólos (um interno e outro externo), o autor afirmou que o desenvolvimento do país, devido a influência que "o estímulo gerado no nível exterior" possuía nessa economia, só estaria sendo possível porque o Estado estava "estrategicamente colocado" e porque ele estaria no domínio das "alavancas decisivas de comando da economia", diferente do que teria ocorrido se o modelo liberal ainda estivesse sendo adotado (RANGEL, 2005a:148).

Nos períodos de recessão econômica (essencialmente nas *fases* B dos ciclos longos) a presença do Estado seria indispensável e, de acordo com Rangel (2005a:60), ela era reclamada inclusive pelos "proprietários privados":

> Quando os próprios proprietários privados começam a investir, percebem que não podem executar seus planos de investimento em condições de baixa capacidade para importar, pois não encontram oferta de certos bens de investimento. Se eles mesmos não podem criar essa oferta, ou enquanto não possam fazê-lo, não só permitem como exigem que o Estado invista[209].

[209] - Como Rangel (2005a:59) explicou: se "deixada ao seu curso espontâneo, a economia tenderá a uma queda ainda mais forte", por isso, uma política de gastos do Estado desempenha um papel fundamental nos períodos de depressão da economia, já que "esses gastos podem representar investimentos *stricto sensu,* aplicações simultaneamente geradoras de renda (ou seja, de demanda) e de capacidade produtiva (ou seja, de oferta); ou podem simplesmente gerar renda (ajuda aos desempregados, compra de café que será destruído, etc.)".

A defesa do intervencionismo estatal, por parte da teoria rangeliana, também era feita a partir de sua associação com o planejamento (o qual era apontado como a "grande chave do progresso"), como pode ser observado nas seguintes afirmações:

> As grandes guerras mundiais, exacerbando inopinadamente o sentido de solidariedade entre os cidadãos da mesma nação, criaram clima propício para o planejamento de todos os aspectos da vida social, com vistas à vitória, e esse planejamento, uma vez estabelecido para os fins do esforço de guerra, criou raízes na consciência cívica de todos os povos, os quais, pouco a pouco, foram sendo penetrados pela idéia de que aquele mesmo acervo de normas e princípios que servia para levá-los a praticar façanhas de que não se julgavam capazes, podia muito bem servir para os fins de paz, para liquidar a miséria, a ignorância e a doença (RANGEL, 2005a:454).

O que se observa, nesse sentido, é que ao associar o planejamento ("de todos os aspectos da vida social") ao "progresso", a um "bem comum" à Nação, Rangel justificava a necessidade de intervenção do Estado visando, uma vez mais, o desenvolvimento econômico do país. É o que este excerto também demonstra:

> A arte da programação deve, precipuamente, ensinar a usar a influência do Estado para os fins de desenvolvimento econômico. Noutros termos, a intervenção do Estado na economia, que, antes da programação, se faz ao sabor de pressões ocasionais de grupos ou sob a inspiração de problemas emergentes, guiando-se, muitas vezes por aparências ilusórias, como a antiga medicina se guiava pelos sintomas mais visíveis, deve-se processar de maneira ordenada e racional, tendo em conta os efeitos de cada ato de intervenção sobre todo o corpo social (RANGEL, 2005a:484-485).

Em *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro,* originalmente publicada em 1957 (a partir de uma série de conferências pronunciadas anos antes, no Ibesp[210]), Rangel deixou registrada a intenção de controlar a ação do Estado ou, nas suas palavras, "disciplinar e ordenar essa ação":

[210] - Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política.

> No Brasil, como em todos os países, no mundo moderno, a ação do Estado pesa muitíssimo, e é natural que busquemos disciplinar e ordenar essa ação, dentro de um projeto coerente – de um plano – que nem sequer poderá ser concebido se não conhecermos a dinâmica do sistema, as forças em jogo (RANGEL, 2005a:132).

Essas colocações demonstram um aspecto essencial da trajetória política de Rangel. Trata-se da idéia de "conhecer para intervir", ou seja, de que sem conhecer "a dinâmica do sistema, as forças em jogo" não seria possível fundamentar um projeto para o desenvolvimento do país o qual, inclusive, "disciplinaria" a ação do próprio Estado. Deve-se ressaltar que essa possibilidade de "ordenar" a ação do Estado, naquele contexto, se deveu, em grande medida, à "abertura ideológica" encontrada no *sistema corporativista*[211] (em vigor desde os anos 1930, como será demonstrado no quarto e quinto capítulos), por parte das "elites" (econômicas e políticas).

Por fim, ainda considerando as discussões que a teoria rangeliana apresentou sobre o papel a ser desempenhado pelo Estado no Brasil, é fundamental assinalar que o controle do Estado, diferente da perspectiva comunista, não seria exercido pelos trabalhadores (já nos anos 1950 – e não somente após o fim das dualidades, quando emergiria uma "comunidade única", a "sociedade universal"[212]), mas pela própria elite intelectual (a "mentora da classe dominante" ou a *elite orgânica*[213]) dentro da qual Rangel estava inserido e cujos interesses ele representava. Nesse sentido, pode-se afirmar que a teoria rangeliana da dualidade foi a expressão do seu projeto político e o Estado, foi o espaço ideológico que possibilitou tal expressão.

---

[211] - Nesse sistema, como será discutido nos capítulos 4 e 5, a "participação" dos diferentes grupos sociais no aparelho de Estado se daria a partir das entidades representativas de classes (os sindicatos, as federações e confederações) as quais seriam "reconhecidas", ou não, pelo próprio Estado (a partir do Ministério do Trabalho). Assim, ideologicamente, a estrutura corporativa definia os critérios de participação (e reivindicações) social dentro do aparelho de Estado.

[212] - Retomando as palavras de Rangel (2005a:450): "A nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida sua missão. Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra [*sic*] caminham para uma 'comunidade única', para um 'mundo só'. [...] O 'mundo só' não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos. A sociedade universal, na qual desapareçam gradualmente todas as sociedades nacionais presentes, não é, por certo, uma utopia. Virá a seu tempo, como um imperativo prático da técnica, que desde já começa a exigir que os recursos naturais sejam postos em comum, em benefício do homem".

[213] - Segundo a discussão apresentada por Dreifuss (1986) a qual foi citada na introdução geral deste estudo.

2.6 - Considerações finais:

Visando compreender o porquê de a industrialização ter ocorrido sem reforma agrária prévia, Rangel desenvolveu um modelo original e bem estruturado no qual não só a economia nacional foi discutida, mas a história do Brasil de uma maneira geral.

O que se constata é que a teoria da dualidade é uma leitura histórica do processo de crescimento econômico brasileiro e não se encerra numa demonstração da historicidade dos fatos que apresentou, mas ela é, essencialmente, uma tentativa de compreender a dinâmica da economia do país, com a finalidade visível de nela intervir[214]. Em linhas gerais, as análises apresentadas por Rangel teorizavam medidas que pudessem impulsionar o desenvolvimento econômico do país, desfazendo os "pontos de estrangulamento" que fossem apresentados no decorrer desse processo.

Já no que se refere aos diferentes grupos sociais (os trabalhadores, rurais e urbanos, os industriais, os intelectuais) e ao Estado, suas teorizações se deram no sentido de definir os "papéis sociais" que lhes caberia, a fim de que o crescimento econômico brasileiro fosse mantido. Na abordagem de Rangel, diferente da comunista, a classe trabalhadora estaria muito longe de ser o personagem central na condução do Estado socialista o qual, aliás, não nasceria de uma revolução dos trabalhadores, que tomariam o controle decisório, mas de revoluções graduais, resultantes da dinâmica das dualidades brasileiras.

Essencialmente, a teoria rangeliana representa o esforço de elaboração de um projeto que defendia os interesses de uma classe, a burguesia, à qual caberia a condução (direta ou indireta) das ações políticas. Foi justamente partindo desse pressuposto que Rangel definiu um "modelo" de Estado o qual partiu da definição de "papéis sociais" para os integrantes da Nação brasileira.

Como será demonstrado nos próximos capítulos, Rangel integrou um grupo de

[214]- Um bom exemplo disso é que a teoria da dualidade desenvolvida por Ignácio Rangel partiu das premissas deixadas pelo "planejador soviético" Nikolai Kondratiev com o objetivo, ao que tudo indica, de estabelecer uma cronologia (com a intenção inclusive de prever os futuros comportamentos da economia brasileira) na qual estariam definidos os períodos de expansão e recessão da economia brasileira. Essa hipótese, parte da seguinte afirmação de Rangel (2005b:262): "claro está que Kondratiev não podia ter ido além de 1920, pois dele não há notícia desde os últimos anos daquela década, mas a extrapolação é perfeitamente admissível".

intelectuais "nacionalistas",[215] os quais visavam à direção política (e ideológica) da sociedade brasileira. Nesse sentido, tomando por base as proposições de Dreifuss (1986:26), ele pode ser visto como um componente da *elite orgânica*, a "mentora intelectual da classe dominante" (a burguesia) cuja atuação estava voltada para o planejamento estratégico dessa classe e sua ação frente às outras classes sociais.

O próximo capítulo abordará a atuação de Ignácio Rangel, enquanto integrante da referida elite orgânica, em uma das instituições mais importantes do governo Vargas, sua Assessoria Econômica, a partir da qual Rangel formulou as temáticas que constituíram a base de suas análises. Nela, Rangel atuou como um tecnocrata[216] do Estado, e encontrou o espaço ideológico que lhe propiciou a defesa de seus interesses de classe.

A Assessoria foi sua porta de entrada para o serviço público, e uma vez integrado ao grupo de assessores do presidente Vargas, Rangel desenvolveria sua teoria (sua "arma de combate" no conflito de classes[217]) a partir de uma posição privilegiada, do centro do poder, de dentro do aparelho de Estado.

---

[215]- Deve-se fazer a ressalva de que esse nacionalismo não significava uma negação ao capital estrangeiro, mas uma preferência por um desenvolvimento econômico, na medida do possível, autônomo.

[216] - Como já foi informado, essencialmente, o termo *tecnocracia* foi utilizado pelos intelectuais dos anos 1950 com a finalidade de se diferenciarem dos técnicos dos anos 1930-40. Como Sola (1998:152) esclareceu, o uso da expressão "tecnocracia" ia além da concepção de que a autoridade derivava de uma questão "estritamente técnica", ela refletia uma "auto-imagem" marcada por uma "aura ética" que os diferenciava das práticas políticas "convencionais". Esses tecnocratas, a partir dos anos 1950, construíram a auto-imagem de que eles constituíam uma "transformação" do quadro político brasileiro.

[217] - Expressão proposta por Dreifuss (1986:23).

Capítulo 3 – Ignácio Rangel na Assessoria Econômica (1951-1954) do presidente Vargas.

Com o intuito de apreender o que, de fato, Rangel representou para a história do Brasil e no que consistiram suas atuações no campo socioeconômico nacional, após a retomada de sua biografia, considerando os cargos ocupados por Rangel e as instituições nas quais ele esteve, buscou-se identificar especificamente os personagens que se destacaram na sua vida pública. Esse objetivo foi perseguido a partir do cruzamento de informações que viessem a esclarecer quais eram, dentre os que estiveram presentes nas instituições onde Rangel atuou (destacadamente a Assessoria Econômica de Vargas, o ISEB, o BNDE e a CEPAL), os nomes que constantemente ressurgiam na sua história profissional, a fim de que justamente se pudesse encontrar o núcleo de poder no qual esse economista se inseriu, que lhe daria os fundamentos teóricos de sua carreira.

Tendo estabelecido esse objetivo e seguindo a "trilha" por onde Ignácio Rangel passou, chegou-se enfim aos nomes que constituíram esse núcleo de poder no qual ele se inseria: Rômulo Almeida e Jesus Soares Pereira, os quais, inúmeras vezes, foram citados por Rangel, sobretudo em seus depoimentos. Sendo assim, é interessante perceber como as atividades desses três servidores públicos se entrelaçam, basicamente no apogeu do modelo desenvolvimentista, os anos 1950, período de auge da carreira de Rangel.

Desse modo, acredita-se que a retomada dos acontecimentos que marcaram o início da carreira pública de Ignácio Rangel, a partir de sua inserção na equipe da Assessoria Econômica do presidente Vargas, em 1952, possibilitará a almejada aproximação definitiva do papel desempenhado por esse economista nos quadros do poder nacional, objetivo central desta análise.

Em síntese, tendo identificado o núcleo da atuação política de Rangel nos quadros do poder estatal, a intenção desse capítulo é demonstrar que para além da sua "porta de entrada" ao serviço público, a Assessoria Econômica do Presidente Vargas, a partir das

temáticas que eram discutidas ali, consolidou as bases sobre a qual seria erigida a teoria rangeliana.

Sendo assim, toma-se como ponto de partida para a averiguação das relações de poder em que Rangel estava inserido o fato de que ele (ao lado de Jesus Soares, além de outros assessores) foi um importante assessor de Vargas na década de 1950, sob a chefia de Rômulo Almeida.

Na busca por mais subsídios, que pudessem dar a noção exata da atuação desse grupo naquele período, este estudo iniciou uma procura por detalhes referentes ao funcionamento da Assessoria e o projeto ideológico daqueles técnicos que auxiliavam o presidente Vargas. Essas informações foram buscadas nos poucos registros textuais (ao menos de acesso público) deixados por Rômulo Almeida e Jesus Soares[218], além das obras de Rangel[219] e de alguns estudos sobre o assunto[220]. Espera-se que a soma desses dados possa ser elucidativa ao objetivo deste estudo.

3.1-A composição da Assessoria:

A criação da Assessoria Econômica de Vargas (1951), assim como as comissões criadas no Ministério da Fazenda[221], foi um demonstrativo de um esforço (por parte daquele governo) em concretizar uma política pautada na técnica do planejamento, a

[218] - A respeito da escassez de registros deixados por ele, Soares Pereira (1988:44-45) explicou que: "estudioso das coisas do Brasil e do seu povo, só excepcionalmente dispus de algum lazer para me dedicar à elaboração cuidadosa de textos destinados ao público, em que consubstanciasse os resultados de tais estudos. [...] Produzi intelectualmente quase só, até hoje, para o serviço público civil [...]".

Nesse mesmo sentido, Rômulo Almeida (1986:9) também esclareceu seus motivos: "eu nunca tive tempo de escrever, assim, em termos acadêmicos, estou sempre provocado por coisas novas, provocações do futuro, em nível mais de formulação de política, programas e projetos e, com isso não tenho trabalhos de interesse histórico ou teórico".

[219] - Somam-se a essas referências, as relevantes análises feitas por Leopoldi (1994), D'Araújo (1992) e Motta (2005), as quais trouxeram contribuições importantes para a compreensão do significado político da Assessoria Econômica do presidente Vargas.

[220] - Dentre os referenciais teóricos utilizados neste capítulo destaca-se: Maria Antonieta Leopoldi, Marly Motta, Lourdes Sola e Maria Celina D'Araújo.

[221]- Nesse caso, refere-se especificamente à Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU) e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), ambas criadas no mesmo ano de criação da Assessoria.

qual priorizava a consolidação da indústria brasileira[222].

Conforme Leopoldi (1994:164) e Motta (2005:03) destacaram, caberia ao grupo de tecnocratas que constituíram a Assessoria, as funções de uma secretaria informal de planejamento e de assessorar o gabinete do presidente Getúlio Vargas em suas questões cotidianas[223]. Numa acepção semelhante, Sola (1998:95) apontou que a Assessoria era um dos "braços"[224] da política econômica varguista, o qual visava implantar um projeto de desenvolvimento "moderadamente" nacionalista.

A Assessoria era formada por uma equipe permanente, composta por um presidente (em princípio Rômulo Almeida)[225] e por chefes das quatro subseções (Jesus Soares, Ignácio Rangel, Cleanto de Paiva Leite e Tomás Pompeu Accioly Borges) os quais eram responsáveis por formar equipes temporárias para desenvolverem projetos

---

[222] - A esse respeito, consultar as análises de Leopoldi (1994:164-170), Sola (1998:95), Motta (2005:03-10), D'Araújo (1992:150-156).

[223] - Nesse sentido, Almeida confirmou que: "[...] nossa Assessoria ficou com assuntos muito variados, tanto os de assistir o presidente nas decisões cotidianas quanto os de planejamento, de fundo" (PEREIRA, 1975:18).

[224] - Sola (1998:95) enfatizou que a política de Vargas consistiu numa tentativa de "compatibilizar a implantação de um projeto moderadamente nacionalista de desenvolvimento com a busca de novas formas de inserção do Brasil no sistema de cooperação internacional, de modo a obter o apoio oficial dos EUA para a consecução desse projeto". Nesse sentido, a Assessoria Econômica constituiu o "braço" nacionalista desse projeto, enquanto a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU) seria o outro "braço", voltado à busca de "novas formas de inserção do Brasil no sistema de cooperação internacional". Ela fazia parte do plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Leopoldi (1994:161) destacou que o projeto industrial de Vargas levou os seus responsáveis a olharem "para dentro" e "para fora" do país simultaneamente, já que era crucial criar a infra-estrutura necessária à consolidação da indústria brasileira e criar uma burocracia capaz de captar e gerir os recursos da sociedade de forma "isolada" das pressões políticas e, por outro lado, era fundamental também mobilizar empréstimos, tecnologia e investimentos que o país não era capaz de oferecer. Dessa maneira, a Assessoria teria materializado esse olhar "para dentro", enquanto a CMBEU e a CDI (Comissão de Desenvolvimento Industrial), ambas vinculadas ao Ministério da Fazenda, seriam a materialização desse olhar "para fora", por parte do segundo governo de Vargas.

Adotando uma perspectiva semelhante, D'Araújo (1992:149-152) analisou a composição dos Ministérios, no governo Vargas, enquanto um instrumento através do qual o Executivo buscou viabilizar uma política de conciliação dos interesses nacionais ("representados" pela Assessoria) com os do grande capital internacional ("reivindicados" pela CMBEU), essencialmente o norte-americano. Seguindo esse raciocínio, a autora afirmou que a Assessoria Econômica seguia uma ação pautada nos "princípios nacionalistas" e consolidava o caráter nacional-desenvolvimentista do Governo, em contraposição à Comissão Mista Brasil -Estados Unidos, identificada com as "orientações entreguistas". Assim, enquanto o Ministério "refletia um esforço de conciliação", a Assessoria foi criada com o intuito de atender as solicitações da Presidência da República, como o assessoramento e planejamento das questões econômicas.

Já no que se refere ao posicionamento desses órgãos no projeto "nacionalista" de Vargas, Rômulo Almeida declarou que: "a Comissão de Desenvolvimento Industrial [CDI, voltada para as questões relacionadas ao capital externo] ficou sediada no Ministério da Fazenda, e sediada com muita razão, porque o Ministério da Fazenda vivia muito suspicaz. O Ministério da Fazenda estava sob o comando do [industrial Horácio] Lafer, e o Lafer era do grupo de João Neves [ministro das Relações Exteriores, o qual defendeu um alinhamento com os EUA], que era do grupo da Comissão Mista, então nós queríamos evitar atritos (...). A Assessoria obedecia a uma política e a Comissão Mista a outra" (ALMEIDA, 1980, *apud* MOTTA, 2005:08).

[225] - Rômulo Almeida foi sucedido por Jesus Soares, em 1953, quando assumiu a presidência do BNB, Banco do Nordeste Brasileiro.

específicos[226].

A respeito do primeiro presidente da Assessoria, (ao qual coube a tarefa de organizar o grupo), Rômulo Almeida, é curioso perceber como ele, que havia sido totalmente contrário ao Estado Novo, passaria a demonstrar fidelidade a Vargas, em seu segundo governo. Essa situação pode ser facilmente compreendida ao se observar as explicações de quem a vivenciou, o próprio Rômulo Almeida.

Conforme suas declarações, ele era contrário ao Estado Novo porque o via enquanto um "retrocesso". Por essa oposição declarada, Almeida teria sido inclusive preso, por três meses. Mas ele fazia a ressalva: a oposição se dera somente "no tempo em que Getúlio era ditador" (ALMEIDA, 1986: 37).

Detalhando o resultado dessa oposição, o presidente da Assessoria de Vargas afirmou: "Fui preso no primeiro aniversário do Estado Novo, na Guarda Civil [...] eu fui condenado, na condenação figurava a perda do direito de ser funcionário durante 10 anos" (ALMEIDA, 1986:39).

Mas nesse meio tempo, no início dos anos 1940, o secretário geral do IBGE, "fingindo não saber da condenação", teria o enviado para fazer o censo do Acre. De acordo com Almeida (*idem*, *ib:*40):

> Fui representante do Território do Acre no batismo da cidade de Goiânia, no final do ano de 42. [...] Ainda estava legalmente cassado; só viria a readquirir os direitos em 47; entretanto fiz concurso em 1944, ninguém me exigiu coisa nenhuma, não havia SNI [Serviço Nacional de Informações].

Ao tomar conhecimento desses fatos, emerge uma dúvida em relação à mudança de atitude de Rômulo Almeida para com o governo Vargas, uma vez que de forte opositor do Estado Novo (tendo inclusive sido preso por esse motivo, conforme apontado) Almeida passou, radicalmente, a ocupar posição contrária, convertendo-se em chefe da Assessoria Econômica da Presidência no Segundo Governo de Vargas.

Nesse sentido uma questão aguça a curiosidade de quem lê as entrevistas de Rômulo Almeida: ele teria aderido à ideologia do Segundo Governo de Vargas como uma forma de se consolidar na carreira de economista, e depois na carreira política, ou ele já possuía concepções semelhantes às que foram adotadas por Getúlio Vargas em

[226] - Dentre esses participantes temporários, Rangel (1991:16) destacou o militar Lúcio Meira.

seu segundo governo?

Buscando respostas a esse questionamento, deve-se retomar o contexto anterior à aprovação de Almeida no referido concurso (em 1944), já que sua carreira não teria se iniciado após esse concurso, mas a partir de uma indicação do dono do escritório de advocacia onde ele trabalhava (San Tiago Dantas)[227] ao então Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho[228], o qual procurava um assistente.

Sobre esse acontecimento, Rômulo destacou:

> Nessa ocasião, 1944, Marcondes [Filho] estava fazendo uma jogada para a sobrevivência de Getúlio. Marcondes era Ministro do Trabalho e tava naquele lance de 'trabalhadores do Brasil', pelo rádio, fazendo a jogada para o Getúlio poder com as eleições, ganhar um novo mandato. Isso tudo eu fui perceber depois. Ele levou o Presidente a criar o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, reunindo representantes de diversas áreas, com o objetivo de elaborar idéias para o Brasil depois da guerra (ALMEIDA, 1986:43).

De acordo com Rômulo Almeida, algum tempo depois, ele percebeu qual foi a a manobra política, ou a "jogada" de Marcondes Filho (Ministro do Trabalho) para garantir a sobrevivência política de Vargas. Essa manobra consistia em reforçar o aspecto ideológico do nacionalismo e, com ele, uma identificação entre o Estado e os trabalhadores.

Com esse intuito é que Vargas buscou reunir "representantes de diversas áreas" numa aliança política (sobretudo com os industriais) que o pudesse consolidar no poder. Tal aliança foi garantida pela retomada dos princípios corporativistas, os quais haviam sido implantados pelo Estado Novo. Essa questão será retomada nos próximos capítulos, mas, por ora, é suficiente apenas destacar que essa era a base da política de Vargas, na qual o grupo da Assessoria se inseriu.

Retomando as informações referentes à trajetória de Rômulo Almeida, deve-se destacar que uma vez vinculado ao Ministério do Trabalho, ele teria sido enviado como

---

[227]- Entre os anos 1945-46, San Tiago Dantas trabalhou no CNPIC, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), do qual participavam representantes do comércio e da indústria. Esse órgão constituiu um demonstrativo da política adotada no governo Vargas (na qual os industriais ocuparam posição importante), cuja ênfase recaía no setor urbano-industrial. No segundo governo Vargas (1951-54), enquanto assessor jurídico, Dantas auxiliou o presidente na elaboração do projeto da Petrobrás (LEOPOLDI, 1994:175).

[228] - É interessante perceber a semelhança da trajetória política de Rômulo Almeida e de Marcondes Filho o qual, antes de se tornar Ministro do Trabalho no segundo governo Vargas, lhe teria feito oposição em 1932, ao apoiar o Movimento Constitucionalista contra o futuro presidente.

"observador" numa conferência internacional de Câmaras de Comércio, em 1944. No ano seguinte, Roberto Simonsen o teria convidado para ser seu assessor, tendo, em seguida, a idéia de criar o Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria do qual Rômulo também participaria (ALMEIDA, 1986:45).

Nesse mesmo contexto se deu o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Essa controvérsia refletia, na verdade, as discussões ocorridas nas economias centrais, em torno da questão do nacionalismo econômico, as quais reverberavam no Brasil[229].

Como assegurou Almeida, foi através de uma pequena participação nesse debate (enquanto funcionário do DASP, vinculado ao MTIC) que lhe surgiu a oportunidade de ser convidado, sob a influência de Simonsen, para organizar o Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, cargo que lhe daria notoriedade (dada a aliança política firmada entre Vargas e os industriais "nacionalistas") e experiência relevantes para que ele fosse então convidado pelo presidente Vargas para compor a sua Assessoria Econômica.

O que se percebe ao ler a obra de Rômulo Almeida (1986) é que, embora ele afirmasse sua "devoção" ao serviço público, já desde o início de sua carreira ele havia definido suas verdadeiras "intenções políticas". Conforme ele mesmo revelou:

> A vida política sempre foi uma meta final, que aspirava sem pressa. Preferi acumular uma experiência técnica, intelectual e administrativa previamente. Mas, já em 1950, pensava em eleição. Assim, com o suicídio de Getúlio e meu afastamento do BNB [Banco do Nordeste Brasileiro], candidatei-me pelo PTB, em que desde 50 era inscrito (ALMEIDA, 1986:90).

Além disso, ele também explicou como se deu a sua mudança de posição em relação a Vargas:

> Mesmo quando funcionei no Ministério do Trabalho, eu era adversário dele [*do presidente Vargas*]; tanto assim, que fiz a campanha de 45 da UDN, pensando que era uma *União* Democrática. Mas depois, em 1950, eu reconheci que a saída era com o Getúlio, porque o Getúlio era um homem extremamente progressista (ALMEIDA, 1995:25 – grifos do original).

[229] - Informações sobre esse debate serão retomadas no próximo capítulo.

Acredita-se que, na verdade, essa mudança de posição se deu pelo fato de Rômulo Almeida ter encontrado no Segundo governo Vargas a oportunidade de se consolidar no poder, um pré-requisito que ele mesmo havia traçado para que pudesse alcançar seu objetivo maior, a carreira política.

É claro que esta explicação não foi dada explicitamente, mas ela pode ser subentendida através de algumas declarações de Almeida, o qual deu uma "versão oficial" para a sua mudança de posição em relação à presidência de Vargas. Segundo ele esclareceu, nos anos 1950, numa espécie de revisão de seu posicionamento político e ideológico, a democracia social, diferentemente do que pensava até então, não poderia ser antecipada pelos jogos da elite, deixando subentendida a idéia de que essa democracia deveria ser estabelecida do alto, ou seja, através do próprio Estado[230].

Então, Rômulo Almeida, em conversa com os líderes da UDN (os quais ele havia apoiado), não teria conseguido "identificar neles" uma relação com a questão do planejamento e disse ter se sentido "isolado e decepcionado". Naquele contexto, ele era funcionário do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e também diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria. Nessa época, Rômulo Almeida já tinha aderido ao PTB, tendo inclusive participado da campanha de Vargas, o qual pediu a algumas pessoas próximas uma relação de nomes para compor seu gabinete (ALMEIDA, 1986:50).

Logo depois disso, Rômulo Almeida fora convidado a chefiar a Assessoria Econômica do presidente da República. A primeira tarefa nesse cargo foi a elaboração da mensagem anual do presidente da República ao Congresso Nacional, em 11 de fevereiro de 1951[231].

De acordo com Almeida:

> A mensagem seria um relatório do ano anterior e uma indicação do que o governo propõe. Eu estava com um conhecimento mínimo do Presidente, [...] tive a sorte de encontrar uma turma que sem ganhar um tostão, porque eu não tinha dinheiro para pagar, demos uma virada colossal, organizamos a coleta e ordenação dos dados, minutação,

[230] -I*d., ib.:*50.

[231] -Deve-se destacar que Ignácio Rangel não participou dessa primeira tarefa designada ao grupo da Assessoria, já que ele só se foi inserido nessa instituição no ano seguinte. Segundo ele teria afirmado, em entrevista ao CPDOC: "Eu trabalhei intensamente na segunda mensagem, cujo capítulo de transportes e comunicações é meu. Na mensagem de 54 voltei a trabalhar. E aí peguei uma tarefa muito mais pesada: o capítulo de economia e finanças. Esse aí é meu. Inclusive, eu atribuo ao presidente a aprovação da reforma Aranha, e eu sabia que ele era contra. Mas eu queria justamente ter uma oportunidade de discutir o assunto com ele. Ele assinou, simplesmente" (RANGEL, 1991:76).

> consultas, edição central [...]. Essa mensagem teve algum sucesso, traduzíamos bem as idéias do Presidente, ganhei prestígio, consolidei o cargo (Almeida, 1986:51).

Conclui-se, portanto, enquanto resposta aos questionamentos feitos há pouco, que Rômulo Almeida viu nas "manobras" feitas para que Vargas retornasse à presidência (conforme citação retomada anteriormente), as quais incorporavam a discussão em torno do planejamento (e do pós-guerra de maneira geral), a possibilidade de se consolidar no poder. Tanto o foi, que ele mesmo declarou (como mostra a citação anterior): "ganhei prestígio, consolidei o cargo", objetivo que teria sido perseguido com afinco, com pouca remuneração e algumas noites mal dormidas.

Além disso, fica evidente o fato de que ele soube aplicar muito bem as experiências adquiridas no tempo em que esteve chefiando a Assessoria e a convivência com Vargas, daí advinda, utilizando-as na sua candidatura a deputado pelo PTB baiano. Conforme ele mesmo explanou: "[...] graças um pouco à minha tradição pessoal e muito aos comícios em defesa da figura do 'velho'[*Vargas*], e, também, por me colocar na esteira daquela candidatura vitoriosa para o governo estadual [...] ficou mais fácil a gente ganhar" [232] (SOUZA, 2002:221).

Percebe-se daí que a mudança de posição vivida por Almeida, se não fora premeditada, algo que ele nunca afirmou, ao menos lhe rendeu bons frutos, como o de se consolidar no poder e o de facilitar a sua candidatura, como ele próprio asseverou na citação anterior.

Uma vez na Assessoria do presidente da República, Rômulo quis saber o porquê de sua contratação, ao que, segundo ele, Vargas haveria respondido: "Porque seu nome estava em todas as listas. Então eu quis experimentar" (ALMEIDA, 1986:51).

À luz dos acontecimentos da época e a par das informações a respeito da formação de Rômulo Almeida, não é difícil imaginar porque o nome dele figurava "em todas as listas" de indicações levantadas pelo presidente Vargas, que objetivava a composição de seu gabinete. Rômulo era um técnico no assunto fundamental da época, ou seja, a questão do planejamento (intrinsecamente ligado à economia de guerra). Por esse motivo, apesar de ter feito oposição ao Estado Novo, foi convidado para assessorar

[232]- Conforme esclarecimento do próprio Rômulo Almeida, o lema da sua campanha era "emancipação econômica e progresso social", a construção de um país autônomo, mas voltado à participação popular, na qual, conforme já demonstrado, ele própria admitia ter "frisado muito a defesa da memória de Getúlio" (ALMEIDA, 1986:90).

Vargas em seu segundo governo.

A intenção em retomar todos esses fatos, para além de eles trazerem informações relevantes no que concerne à política do segundo Vargas, deve-se primordialmente ao fato de que Ignácio Rangel, quando convidado para compor a Assessoria, se enquadrava numa situação semelhante à de Rômulo Almeida, no sentido de que ambos não eram "getulistas". A esse mesmo respeito, sobre a sua convocação para que fosse integrar a Assessoria, Ignácio Rangel elucidou:

> Politicamente, eu não era getulista, ou melhor, não fora getulista desde mais de vinte anos, quando, sendo eu soldado da Revolução de 30, ele fora meu comandante[233]. Mas não pude resistir ao seu convite para integrar a assessoria, quando Rômulo me trouxe a resposta das minhas objeções: 'que não eram getulistas os que ele buscava, mas homens capazes de dizer-lhe que ele estava errado', como parecia ser o meu caso (ALMEIDA, 1995:80)[234].

Ainda no que se refere ao seu posicionamento político no contexto do Estado Novo, Rangel (1991:02) declarou:

> [...] Todo 1º de Maio, eu já sabia, como era costume, eu ia passar na cadeia. Em 34, 35, ocorreu o movimento da Aliança Nacional Libertadora, a que eu naturalmente aderi. [...] Quando o governo federal fechou a Aliança Nacional Libertadora, saí da capital, fui para o sertão para organizar a guerrilha.[...] O movimento fracassou, como se sabe, voltei para a capital, fui preso, passei dois anos na prisão [1935-1937]. Comecei sob o comando de Getúlio, a esta altura estava contra Getúlio. Na minha opinião ele tinha mudado; não era eu que tinha mudado, era ele[235].

---

[233] - Pelo fato de não ser getulista, muito provavelmente, é que Rangel (1991:74) afirmou-se surpreendido com o convite para compor a equipe da Assessoria. Quando entrevistado a esse respeito, ele teria declarado que: "foi uma surpresa absoluta quando recebi o telegrama da Presidência. O telegrama veio da Casa Civil. O chefe da Casa Civil na época era o Lourival Fontes. Fui lá imediatamente e me disseram o que era". Também sobre essa mesma questão, Rangel (*idem:*75) teria dito: "[...] para mim, foi uma surpresa completa. Completa. Cheguei lá, me engajei para fazer uma tarefa específica. Fiz a lei [do babaçu] – sabia que não ia dar certo, que não era por ali. E imediatamente, mas lá dentro, o Rômulo Almeida e o Jesus Soares Pereira me chamaram para participar das discussões da Eletrobrás, da Petrobrás, da Rede Ferroviária Federal, etc., que nós estávamos fazendo".

[234]- Segundo um depoimento de Ignácio Rangel, a respeito do convite para compor a Assessoria, o presidente Vargas teria dito: "Eu sei tudo sobre o Sr. Rangel, mas diga a ele que esteja à vontade, que ele se sinta em casa, porque aduladores eu tenho; homens capazes de dizer que estou errado, isto é muito raro; e ele é um desses" (RANGEL, 1987-88:05).

[235] - Essa perspectiva era sustentada por Rangel antes de sua entrada para a Assessoria. Nesse sentido, é interessante perceber como a sua opinião em relação Vargas, e inclusive ao Estado Novo, seria alterada anos depois, conforme será demonstrado no capítulo 5. A esse respeito, Rangel teria declarado: "Aquele

Essas declarações (bem com as de Almeida, apresentadas há pouco) demonstram, portanto, que Getúlio Vargas parece ter ignorado a oposição de Rômulo Almeida e de Ignácio Rangel ao convocá-los o cargo de seus (principais) assessores, função que lhes exigia fidelidade, se não ao presidente, ao menos à ideologia varguista dos anos 1950[236].

A chave dessa questão pode ser identificada nas seguintes declarações de Rômulo Almeida:

> [...] Não acredito que o fato de haver sido do PTB [partido criado por Vargas] tenha influído, maiormente, na minha escolha para o gabinete. Pode ter tido uma influência muito remota, de certa confiabilidade política. Creio que a minha designação foi uma escolha mais de caráter técnico (SOUZA, 2006:99).

Essas afirmações corroboram com o fato de que o conhecimento que Ignácio Rangel e Rômulo Almeida (assim como os demais assessores) detinham sobre planejamento e economia do pós-guerra é que os levaram ao centro das decisões econômicas do país a partir dos anos 1950 e, uma vez vinculados a Vargas, passaram a demonstrar-lhe completa lealdade. Essa lealdade, muito provavelmente, deve ter resultado do fato de que a Assessoria Econômica do presidente Vargas foi a porta de entrada para que esses técnicos se consolidassem no poder[237], e daí Rômulo Almeida (1986:51) ter afirmado: "ganhei prestígio, consolidei o cargo".

Quanto a essa questão aliás, as seguintes afirmações feitas por Rangel (1991: 04-05) são bem ilustrativas:

Estado Novo que imaginávamos a princípio que fosse uma ditadura fascista, não era isso, foi realmente um período extremamente fecundo nas nossas vidas. [...] Durante o Estado Novo nós [da esquerda] lutamos contra a organização sindical ministerialista, lutamos contra a legislação trabalhista que estava surgindo – depois veio a Consolidação das Leis do Trabalho –, achávamos que era uma legislação fascista, medieval, tudo isso. E era. E daí? Para nós representava um enorme avanço! Só fomos compreender isto anos depois. O que aconteceu? A mesma esquerda que na época combatia essas medidas depois se tornaria a maior defensora destas mesmas medidas – são essas contradições que aconteceram aqui" (RANGEL, 1991:52).

[236] - Sobre essa questão, ou seja, sua posição política, Jesus Soares Pereira afirmou-se apartidário. Segundo ele esclareceu: "saindo da adolescência, escapei ao cerco intelectual que a esquerda radical lançava, de maneira aguerrida, a partir do centro nordestino [...]. E nem mesmo a mobilização política da Aliança Nacional Libertadora conseguiu envolver-me. [...] O positivismo absorvia-me todo o espírito e eu apenas percebia os acontecimentos que se processavam em torno de mim, sem a preocupação de interpretá-los (PEREIRA, 1975:34).

[237] - A respeito da lealdade ao Presidente, um de seus assessores (Cleantho de Paiva Leite) afirmou que Vargas "[...] não tinha, digamos, confiança total nos ministros que foi obrigado a escolher [...], então, ele se apoiava em um pequeno grupo de assessores, escolhidos talvez na base do que achava uma grande lealdade, inclusive ideológica, em relação a seus propósitos" (LEITE, 1983, *apud MOTTA*, 2005:11).

> [...] eu disse ao Dr. Rômulo, que era o chefe da Assessoria: "Dr. Rômulo, não me parece razoável isso. Eu sinto que aqui é um lugar onde o que há de importante, realmente, é esta empresa em que trabalham, ou seja, eu estava aqui, sou um estranho, e os senhores estavam discutindo o despacho do presidente amanhã. Isto é muito importante! O que vale em dinheiro saber qual vai ser o despacho do presidente em determinado processo, com 24 horas de antecedência!? Isto é importante à beça. Eu não me sinto em condições de fazer isto, porque eu não sou getulista do tipo...". Então o dr. Rômulo disse: "Vou falar ao presidente". Falou ao presidente, depois me disse: "O presidente riu e disse: 'Eu sei – porque a polícia política tinha avisado – sei tudo sobre o dr. Rangel, mas diga a ele que esteja à vontade, que ele se sinta em sua casa, porque aduladores eu tenho, homens capazes de dizer que estou errado, isto é muito raro; e ele é um desses. Eu quero que esteja à vontade'". Foi uma coisa que me comoveu, aquela atitude do presidente, eu compreendi que aquele homem era de fato um sujeito excepcional, era um homem realmente assim fora de série. Eu disse: "Vale a pena tentar fazer uma coisa séria". E me lancei ao trabalho.

Assim, como Rangel esclareceu em uma entrevista, apesar de terem feito oposição a Vargas no Estado Novo, os ideais dele, de Jesus Soares e de Rômulo Almeida, teriam sido ideologicamente "refundidos" a partir da Assessoria:

> Nós éramos homens de diversas procedências políticas. Eu, por exemplo, havia participado... Nós, de um modo geral, havíamos participado – os que tinham idade para isso, os que éramos mais velhos, não é? O Soares Pereira, Rômulo, haviam participado da luta em 30, uma boa parte havia passado pela Frente Integralista e outra pela Juventude Comunista dos anos 30, e havíamos perdido completamente o contato uns com os outros. Depois ali nos sentimos refundidos, todos nós refundidos, começamos a respeitar os outros, coisa que não sabíamos. Nos anos 30, se você dissesse a um comunista que o outro era integralista, era dizer que era o próprio diabo ou satanás, ou vice-versa; (risos) não havia diálogo de espécie alguma. Nós aprendemos a nos respeitar. Homens como Rômulo Almeida [que havia sido integralista] podiam trabalhar com Soares Pereira, comigo, e isto sem reserva, sem ressalva, sem segredo nenhum. Se o chefe da Assessoria tinha alguma coisa secreta a dizer ao presidente, nunca chegava até ele, porque depois de bater naquela mesa não havia mais segredo. Foi por isso que pudemos trabalhar (RANGEL,1991:05-06).

O fato destacado anteriormente, de que os conhecimentos em planejamento e economia de guerra é que levaram os técnicos em questão a comporem a Assessoria, também foi confirmada por Ignácio Rangel. Quando perguntado se ele acreditava que os membros da Assessoria teriam sido recrutados por uma característica técnica, Rangel

(1991:05) teria respondido: "É claro que foi isso, foi uma coisa de cooptação"[238].

Especificamente sobre o seu caso, ele afirmou:

> Rômulo fixou-se em mim, suponho, quando, chefiando ele a Assessoria Econômica da Confederação Nacional da Indústria, para onde fora chamado por Euvaldo Lodi, tomou conhecimento de trabalhos meus tentando popularizar as idéias que o pós-guerra estava fazendo fermentar em todo o mundo. [...] A CEPAL, implantada anos antes, mal começava a ensinar-nos tantas coisas que entraram no nosso cotidiano, a ponto de fazer-nos esquecer que nem sempre as soubemos (ALMEIDA, 1995:80)[239].

Essas palavras demonstram que, para Rangel, o interesse de Rômulo Almeida por suas análises advinha desde o período em que este era assessor da CNI (ou seja, antes da formação do grupo da Assessoria) e o encomendara o já citado estudo sobre o desenvolvimento na África, entre o final da década de 1940 e início dos anos 1950[240].

Essas colocações de Rangel também chamam a atenção para o fato de que todos esses assuntos discutidos na Assessoria possuíam uma base teórica clara: a teoria

---

[238] - A esse respeito Rangel teria esclarecido (1991:75): "[...] eu me sentei num lado [da mesa] enquanto o Rômulo não chegava, e senti que o assunto que estava sendo debatido era o despacho do presidente do dia seguinte. Tomei consciência de que tinha entrado no *sancta sanctorum* e disse: "Isso é uma temeridade. Afinal de contas, vale dinheiro grosso a informação, de véspera, de qual vai ser o despacho do presidente. Isso é uma coisa importante. Não se pode deixar qualquer pessoa entrar nesse círculo". O Rômulo me disse: "Você pensa o quê? Que nós chamamos você à ligeira? Não foi. Olha aqui". Puxou uma pilha de artigos meus. Esta coleção é que talvez valesse a pena ter, porque eu não tenho. É possível que tenha vindo diretamente do Dops. (risos) Eu peguei e folheei. Eles tinham isso guardado. "Nós conhecíamos você. Você não foi chamado por acaso, não".

[239]- Rômulo Almeida foi assessor dos industriais Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi no Departamento de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre os anos de 1946 e 1950. De acordo com informações apresentadas por Leopoldi (1994:164), Rômulo Almeida, juntamente com os referidos industriais, formulou um projeto de industrialização para o pós-guerra o qual tratava de assuntos referentes à questão energética, tarifária e o reequipamento do setor industrial. Supõe-se, assim, que o interesse pelas análises de Ignácio Rangel e a "encomenda" de um de seus estudos (especificamente sobre o desenvolvimento africano) por parte de Rômulo Almeida teria se dado a partir da realização daquele projeto realizado na CNI.

Além disso, Rangel também demonstrou, a partir dessa citação, que esses estudos se embasavam nas teorias desenvolvidas pela CEPAL, as quais iam ao encontro dos anseios dos industriais no que se referia justamente à defesa da tese de que às economias subdesenvolvidas não restava melhor alternativa (para superar sua condição de "atraso") se não a de consolidar as indústrias nacionais a partir de um modelo de substituição de importações. Essa perspectiva será mais bem analisada no capítulo 4.

[240] - Nesse sentido, Rangel (1991:87) afirmou: "O Rômulo Almeida e o Soares Pereira já me conheciam. Rômulo tinha sido o chefe da assessoria da Confederação da Indústria. Portanto, ele já havia me encomendado, por intermédio de outras pessoas, aqueles trabalhos que eu havia feito e que, de certo modo, me haviam destacado. Eu recebia o material em inglês, francês, italiano, etc. e fazia um apanhado, não apenas em português como também simplificado. Foram eles que me chamaram, com uma incumbência específica: preparar uma lei criando o Instituto do Babaçu. Como eu havia trabalhado no Norte em indústria de óleos, eu tinha sido indicado por esse motivo".

cepalina. Não coincidentemente é que, em 1953, Soares (o qual havia sido nomeado chefe da Assessoria, ocupando o cargo de Rômulo de Almeida, que assumia a presidência do BNB – Banco do Nordeste Brasileiro) integrou a Delegação Brasileira na reunião da CEPAL, demonstrando assim o vínculo existente entre o grupo da Assessoria e aquela instituição[241]. Em linhas gerais, havia um elemento que conectava todos esses fatos: o conhecimento técnico, o qual passou a ser visto como a chave para a ascensão aos cargos de poder, sobretudo nos anos 1950.

3.2- O conhecimento técnico como pré- requisito aos cargos de poder:

Conforme destacado no tópico anterior, Rômulo Almeida (à época integrante da Confederação Nacional da Indústria) esteve presente desde o início da carreira pública de Ignácio Rangel, quando encomendou-lhe um estudo em torno do desenvolvimento africano, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950 (Projeto Memória do BNDES, 1982).

Esse tipo de estudo constituía a tônica daquele período, uma vez que as experiências com a guerra deixavam latente a necessidade de políticas econômicas mais bem planejadas, inclusive (ou sobretudo) para as regiões ditas subdesenvolvidas. Porém, um dos grandes problemas à época era justamente a falta de técnicos qualificados, já que a prática do planejamento econômico era incipiente no Brasil (e assim continuaria por alguns anos mais).

Esse foi precisamente o problema para o qual Jesus Soares chamara a atenção quando da elaboração do projeto da Petrobrás. Segundo ele: "a mobilização do corpo técnico, como lembrei, era uma das questões que mais afligiam os homens responsáveis [...]. Sentíamos a angústia da carência de pessoal adequado responsável" (PEREIRA, 1975:101).

Nesse sentido, outra característica evidente nesse grupo foi seu autodidatismo. Essa era, aliás, uma situação muito comum na época, uma vez que a temática

[241] - Deve-se assinalar ainda, que nesse mesmo ano (1953) foi criado o Grupo Misto de Estudos BNDE/CEPAL, um demonstrativo do vínculo existente entre o governo Vargas e esta última instituição.

econômica era ministrada nos cursos de Direito e Engenharia, dado o fato de as faculdades de Economia serem incipientes.

Essa informação também pode ser vista nas seguintes colocações de Almeida (1986:23): "Não fiz curso regular de economista, mas acontece que naquela ocasião havia poucos cursos de economia, ainda precários. Os principais economistas vieram de cursos de Engenharia, do curso de Direito".

Aos que tenham interesse em saber detalhes de como Rômulo Almeida, assim como Ignácio Rangel e Jesus Soares, teria chegado ao poder mesmo sem possuir diploma ou formação na área de Economia, Almeida (1986:24) esclareceu: "a legislação permitia uma maneira de você se registrar como economista, mediante trabalhos publicados e experiência específica".

Sobre sua situação específica, ele acrescentou:

> Tinha sido diretor da Estatística no Acre, tinha feito o censo, tinha feito vários artigos de economia, principalmente sobre a economia amazônica, no 'Observador Econômico e Financeiro', a maior revista econômica da época. [...] Isso foi entre 42 e 43. Então eu fiz um concursozinho em 1944 e passei, fiquei economista [...] [242].

O "concursozinho" ao qual Almeida fez referência era o de economista do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), para trabalhar no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio[243].

Naquelas condições, quando os cursos de Economia ainda eram elementares, os Conselhos Técnicos e outros órgãos governamentais (como o já citado DASP) se constituíam em locais de extrema importância para o início da formação dos primeiros quadros de tecnocratas brasileiros. Eles seriam, segundo a acepção de Dreifuss (1986, p.28), "celeiros de recrutamento de quadros" para as vagas de administração do Estado.

Tal foi o caso do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), conforme demonstra as explicações de Soares:

---

[242]- *Id., ib:24.*

[243]- É importante ressaltar o papel fundamental que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) teve na consolidação da estrutura corporativa no Brasil. Cabia a ele a função de criar um cadastro através do qual o Estado reconhecia (ou não) as entidades representativas das categorias profissionais (os sindicatos, as federações, e as confederações). Essa questão será retomada nos capítulos 4 e 5.

> [...] O CFCE foi a minha grande escola ativa no trato dos problemas econômicos nacionais. Não havia nessa época [final dos anos 1930, início da década de 1940] escola de economia. As faculdades de economia foram criadas muito depois. Era uma massa de autodidatas, alguns com estágio no exterior. No Brasil, quem estudava economia estudava pelos livros elaborados também por quem não era economista, tipo professor Eugênio Gudin, Pires do Rio e Roberto Simonsen. Eram estes os nossos professores de economia (PEREIRA, 1975:46).

Rômulo Almeida, referindo-se a Soares Pereira, confirmou essas afirmações ao declarar que:

> Jesus Soares Pereira era um funcionário modesto, aliás, um homem extraordinário, espécie de anjo da guarda do serviço público, abnegado, de competência excepcional, embora fosse autodidata, havia exercido papel importante no Conselho do Comércio Exterior (ALMEIDA, 1986:59).

A esse respeito, Soares Pereira acrescentou: "Não creio exagerar se disser que pelo Conselho de Comércio Exterior passaram todos os grandes projetos que, postos em prática, iriam dar o grande impulso no sentido do desenvolvimento brasileiro" (*Id*., *ib*.:49)[244].

Com essas informações atestam, ter passado pelo CFCE agregava prestígio à carreira dos economistas autodidatas da época; assim como alguns anos depois seria atuar na Assessoria Econômica de Vargas e no BNDE, tal como o faria Ignácio Rangel. Nesse sentido, a respeito do BNDE, Rangel afirmou: "O Banco se transformou numa escola de planejamento. [...] De certo modo, fomos aprendendo essas coisas a nossa própria custa" (RANGEL, 2002:41).

Naquele período, em que os cursos de economia eram incipientes no Brasil, Jesus Soares destacou que sua entrada para o serviço público foi bastante semelhante à de Rômulo Almeida (conforme relato apresentado anteriormente). É o que demonstram as seguintes palavras:

[244] - O CFCE foi criado em 1934 com a finalidade de centralizar a política brasileira de comércio exterior, inserindo-se portanto no amplo projeto de centralização político-administrativa realizado no governo Vargas. Em 1949 este órgão foi substituído pelo Conselho Nacional de Economia.

> A minha vida de servidor público civil orientada para a atuação no campo econômico resultou, porém [já que era autodidata], de haver eu ingressado na carreira de oficial administrativo da Secretaria de Estado da Agricultura, em virtude de concurso público de provas [...]. Até então não se ministravam cursos regulares de economia no nosso País, os quais só surgiram anos depois, nem havia carreira de economista nos serviços públicos governamentais, ainda hoje restrita a poucos órgãos (PEREIRA, 1988:48).

Como a história de vida daqueles servidores demonstra, esse era exatamente o perfil do funcionário público brasileiro, nesse caso do economista, entre os anos 1930 e 1950. Despossuídos de um curso acadêmico na área, já que eram "precários", eles faziam curso de Direito, como foi o caso dos três integrantes da Assessoria, ou de Engenharia, como já destacado, e mediante "concurso público de provas" tornavam-se funcionários do governo[245].

Sendo assim, o conhecimento técnico foi o fator decisivo na escolha do nome de Rômulo Almeida para chefia da Assessoria Econômica da Presidência e esse também foi o critério utilizado por Rômulo na contratação de Jesus Soares e Ignácio Rangel para igualmente comporem esse órgão.

Por fim, esse foi, do mesmo modo, o critério para a "participação voluntária" de Lúcio Meira, outro técnico do período, grande conhecedor da indústria automobilística na época. Sobre essa situação, Rômulo Almeida, em prefácio à obra de Soares Pereira (1975), escreveu: "Como voluntário, tivemos desde cedo a colaboração solícita do sub-chefe da Casa Militar, o então comandante Lúcio Meira, que se revelou um homem de ampla informação técnica" (PEREIRA, 1975:18).

O conhecimento técnico era a questão-chave do período. Assim, analisando o contexto em que estes fatos se deram, a partir da biografia dos personagens em questão, fica muito claro que a entrada de Almeida, Rangel e Jesus Soares para o serviço público se deu justamente pelo domínio técnico que eles possuíam. Num tempo em que não havia cursos regulares de Economia, esses autodidatas tiveram grande destaque. E eles eram plenamente conscientes disso[246], conforme demonstrou Almeida:

---

[245]- No caso de Rômulo Almeida, após ter se formado em Direito, ele concluiu também o curso de Ciências e Letras.

[246] - Nesse mesmo sentido, em uma das entrevistas concedidas ao CPDOC, Rangel (1991:16) teria informado que: "[...] eu tenho a consciência de que estávamos levando a eletricidade – não apenas a eletricidade, como de um modo geral os serviços públicos – a um estágio novo".

> Eu era um dos únicos sujeitos da Administração Federal que estava por dentro das coisas que se discutiam e negociavam sobre o pós-guerra. "[...] eu não fiz curso de economia de guerra, o que fiz foi ler a literatura. A economia de guerra é um planejamento em si mesmo. [...] Por isso, a economia das guerras ensinou a técnica do planejamento para o período civil (ALMEIDA, 1986:45).

Almeida esclareceu ainda que adquiriu esses conhecimentos já no início de sua carreira pública, enquanto assessor do ministro do Trabalho, Marcondes Filho:

> [...] eu estudei um bocado de economia de guerra. Economia de guerra é coisa muito ligada ao planejamento. Até escrevi alguns artigos. Naquele tempo havia um deserto de homens, pouca gente escrevia. Fiz esse concursozinho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tornei-me profissional em economia. [...] Era uma experiência muito concreta de controle da economia, um laboratório para o economista. Então, eu procurei ler o que havia. Amigos meus que estudaram nos Estados Unidos, trouxeram alguns livros, quentes, americanos e ingleses. Fiquei assim com uma certa informação sobre a técnica de controle [...] (ALMEIDA, 1986:42-43).

É incontestável, portanto, o fato de que, fundamentalmente, o que levou Rômulo Almeida, Ignácio Rangel e Jesus Soares Pereira aos círculos do poder foram os conhecimentos em economia de guerra, elemento-chave para a prática do planejamento; uma matéria pouco conhecida no país naquele momento.

A partir dos escritos de Rangel, pode-se perceber como eram fundamentados os princípios do conhecimento sobre economia de guerra por Jesus Soares Pereira:

> Numa época em que o problema da paz e da guerra ainda se situava geralmente como questão de mais ou menos exércitos e armamentos para ganhar guerras, já ele [Jesus Soares] nos ensinava que a arte da guerra chegara a tal ponto, que se negava a si mesma, tornando esse 'modo de fazer política por outros meios'- como ensinavam os antigos, uma impossibilidade material (PEREIRA, 1988:14).

Jesus Soares era reconhecido por Ignácio Rangel como tendo sido "seu mestre" (Rangel, 2005a:683). Com base na citação acima fica fácil entender o que,

fundamentalmente, o discípulo teria aprendido nas lições ministradas pelo mestre em questão: economia de guerra e planejamento (matérias inteiramente vinculadas, aliás), ambas numa perspectiva dialética, método ao qual Rangel se aplicava desde o início de seus escritos.

Ainda sobre os ensinamentos obtidos com Jesus Soares, Rangel esclareceu que o entendimento do cotidiano da industrialização brasileira não chegou a ele "sem cartão de visita, mas personalizada, sobretudo, em Jesus Soares Pereira, esse singular funcionário – é esse o seu título – a quem o Brasil não sabe o que deve, porque não o conhece" (RANGEL, 2005a:131).

Conhecimento em industrialização e planejamento eram, portanto, requisitos essenciais para quem almejasse se consolidar no circuito do poder naquela época. Rangel resumiu bem qual era a grande preocupação do período: "O homem [...], intervindo conscientemente na história, procura obter pelo planejamento o que antes fazia por si, pois a sociedade que não garantir essas condições entra em crise e perece" (RANGEL, 2005a:291).

Nessa perspectiva, a única solução viável para a economia seria a industrialização planejada, ou seja, só uma ação intervencionista organizada é que poderia garantir o tão propalado desenvolvimento econômico no pós-guerra. Por isso o conhecimento em economia de guerra era tão importante no período.

Assim, num momento em que o planejamento ainda era novidade no Brasil, Jesus Soares, de acordo com as colocações de Rangel, já se destacava, ao analisar a questão da guerra sob o prisma da dialética que ela continha. Pode-se afirmar, portanto, que o centro da Assessoria de Vargas, (constituído por Almeida, Soares e Rangel) foi pioneiro na análise dessas questões no país e advinha daí, justamente, o destaque de seus integrantes.

A respeito do período de implantação da técnica de planejamento no Brasil, Jesus Soares destacou:

> Como economista, verifiquei que a técnica do planejamento, originária do mundo socialista, ficou vedada aos brasileiros durante décadas, ao mesmo tempo que as assimilaram vários países de vanguarda capitalista interessados em conciliá-la com a livre empresa, em proveito da expansão geral das atividades produtivas; recebi mesmo recomendação expressa de evitar a palavra 'plano', suspeita pelo seu conteúdo, e passei, como todos os demais companheiros de trabalho, a me valer de expressões do tipo de 'programação anual',

> ‘programação plurianual’ e equivalentes, para não suscitar suspeitas prejudiciais à marcha do serviço e à vida funcional do seu chefe.... Hoje, a existência de plano governamental é condição para se pleitearem ajudas externas (PEREIRA, 1988:96).

Rômulo Almeida se pronunciou com essa mesma perspectiva:

> Muita gente identificava planificação com socialismo [...]. Na UDN, geralmente, a maior parte do pessoal estava nessa idéia, ligava o planejamento ao Estado autoritário. [...] Naquela época eles achavam que era um pretexto para a continuidade de Getúlio no poder e não deixava de ser, porque, afinal de contas, o Planejamento era o processo imaginado, não sei se pelo presidente, ou pelo ministro Alexandre Marcondes Filho, no sentido de abrir uma perspectiva de transição da ditadura do Estado Novo para um regime legal, democrático, com o planejamento (ALMEIDA, 1986:47).

Estando muito claro que o planejamento era a palavra de ordem naquele momento, resta enfatizar que esse foi o ponto de partida para a constituição e definição do grupo da Assessoria. Essa teria sido, conforme Almeida demonstrou, a “grande jogada” de Vargas para a realização da transição de um regime autoritário para a “democracia”. Mas continuaria evidente também, a permanência de um autoritarismo travestido nessa mesma prática planejadora.

É fundamental destacar, nesse sentido, que essa preocupação dos intelectuais vinculados a Vargas em apresentar análises que o distanciassem das práticas autoritárias (fascistas e totalitaristas) já era bastante evidente desde a década de 1930, sobretudo nas abordagens de Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, os principais responsáveis pela formulação ideológica do corporativismo, sistema político que caracterizou os dois governos de Vargas.

Preocupação semelhante, conforme as citações anteriores demonstram, podia ser notada também nos intelectuais que assessoraram Vargas nos anos 1950, incluindo Ignácio Rangel. Essa questão será apresentada no capítulo 5. Por enquanto, é suficiente sinalizar que a tática da equipe que assessorava o presidente naquele período era a de justamente suprimir qualquer termo (como “planificação”) ou idéia que pudesse demonstrar o caráter autoritário desse governo ou que o associasse a práticas fascistas.

Entretanto, muitas das afirmações apresentadas por esses intelectuais demonstram o fato de que o planejamento almejado presumia justamente um aumento do

intervencionismo do Estado, ao qual caberia controlar esse processo. A propósito, Ignácio Rangel deixou essa idéia bem clara, ao escrever que: "[...] nosso desenvolvimento pode ser planificado em seus traços mais decisivos, porque o Estado está estrategicamente colocado, porque domina, por força dos próprios fatos, as alavancas decisivas de comando da economia" (RANGEL, 2005a, p.148).

A tarefa da Assessoria Econômica de Vargas era justamente essa, reunir os maiores técnicos da área de planejamento econômico a fim de que se pudessem estruturar as matérias em torno das quais seriam arregimentadas as ações intervencionistas do Estado.

3.3- A organização interna da Assessoria:

Se reportando ao grupo que compunha a Assessoria Econômica de Vargas, Rangel (1991:03) declarou que: "Aquilo era um grupo formado por engenheiros, economistas, advogados, onde cada qual discutia o seu parecer no que estava trabalhando com os outros – por cima da mesa, todo mundo dava o seu palpite. Então compreendi que aquilo era uma coisa singular".

Também se referindo ao grupo que compunha a Assessoria, Rômulo Almeida ressaltou o seguinte:

> Nós éramos uma equipe muito homogênea. Então, Jesus [Soares] acompanhava tudo, continuou muito bem e ele concluiu o projeto da Eletrobrás que a gente tinha começado[247]. Ele começou o trabalho

[247] - Em uma de suas entrevistas, Ignácio Rangel esclareceu que, para a execução do projeto de criação da Eletrobrás, que só se efetivaria em 1962, o grupo da Assessoria, o qual havia iniciado os estudos referentes a esse projeto, teria sido dividido em suas funções. Conforme Rangel teria afirmado: "Ao se constituir a Eletrobrás, ao se partir para a Eletrobrás, fomos separados, eu e Soares Pereira, fomos destacados do grupo para compor um outro grupo que trabalharia [nas salas cedidas] no Ministério da Fazenda" (RANGEL, 1991:10). Ainda segundo informações contidas nessa mesma entrevista, Rangel (*id*., *ib*.:11) teria afirmado que somente ele e Jesus Soares, dentro da equipe responsável pelo projeto da Eletrobrás, tinham "contato com a Assessoria" e, se referindo a uma de suas tarefas nesse projeto, Rangel teria dito: "Nós chamávamos para depoimento, para fornecer subsídios, talvez de cem a duzentas pessoas, inclusive a Light [concessionária de energia elétrica de origem canadense, que foi estatizada no final dos anos 1970], empresas particulares, empresas de indústrias mecânicas e tudo: eles vinham e só falavam, não levavam nada de volta". Por fim, nessa mesma entrevista, chama a atenção ainda a presença de Lúcio Meira nesses trabalhos, demonstrando, mais uma vez, a inclusão dos militares "nacionalistas" no pacto

> 'Programa de Energia Florestal', que corresponde hoje à Biomassa e Florestamento, mas isso aí não foi acabado. Isso aí ficou no começo, a não ser um trabalho sobre o babaçu[248] que chegou a ser feito pelo Ignácio Rangel, que era também de nossa Assessoria, maranhense, com algumas pessoas da região, do Instituto Nacional de Tecnologia[249] (ALMEIDA, 1986:80-81).

Ainda segundo Almeida (1986:81), Rangel e Soares Pereira constituíram os "elementos chave da Assessoria". Este último, por sua vez, esclareceu o convite para integrar a Assessoria, da seguinte maneira:

> Ao iniciar-se o período governamental de 1951/55, fui convidado pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República para integrar a equipe técnica da sua Assessoria Econômica, em organização. [...] Aceitei o convite, assim, diante da perspectiva de vir a prestar reais serviços ao País, em setor de excepcional importância para o seu desenvolvimento e ao estudo do qual me dedicava há anos [problemas energéticos]; por confiar no responsável pela condução do serviço na Assessoria, o economista Rômulo Almeida [...] (PEREIRA, 1988:61).

Foi na Assessoria que Ignácio Rangel teve seu primeiro contato com Jesus Soares Pereira, bem como uma maior aproximação com Rômulo Almeida. A este respeito, Rangel explicou:

> Conheci-o [Soares, ou JSP, como Rangel gostava de escrever] na assessoria econômica do Presidente Vargas, lugar onde a luta contra o udenismo – ou o udeno-militarismo, como ele dizia – era inevitável, porque sob essas bandeiras se mobilizava a resistência contra todas as

---

firmado no segundo governo de Vargas. Sobre essa presença, Rangel (*id*.:16) declarou: "Inclusive o subchefe da Casa Militar, já na época, de vez em quando ia trabalhar junto conosco. Depois, o ministro Lúcio Meira, o almirante Lúcio Meira estava muito próximo de nós".

[248]- Sobre esse estudo do babaçu, Rangel teria esclarecido: "O primeiro trabalho que tive [na Assessoria] não foi nada sobre eletricidade, era o trabalho específico de elaborar uma lei sobre o problema do babaçu. Eu trabalhei nessa lei, mas enquanto fazia isso estava presente às discussões sobre a Petrobrás, sobre a Eletrobrás, sobre o Plano Nacional do Carvão – todas as pessoas estavam presentes, não tinha nada fechado para mim".

[249]- Também em relação ao problema do aproveitamento de recursos renováveis, tema central do projeto de energia florestal, iniciado em 1953. Almeida (1986:74) esclareceu: "Era um assunto em que o Soares Pereira já vinha pensando desde o tempo em que era diretor do Instituto Nacional do Pinho, e talvez antes, quando trabalhava no CFCE [Conselho Federal de Comércio Exterior]. Havíamos começado com um estudo sobre o babaçu, a cargo de Ignácio Rangel".

> tarefas que haviam sido confiadas aos 'boêmios cívicos', como carinhosamente se referia o Presidente à sua assessoria. E no centro dessas tarefas, sob o comando de JSP, estava a estatização de indústrias e serviços de base, a exemplo da Petrobrás e Eletrobrás (PEREIRA, 1988:14).

Já sobre a estruturação do grupo da Assessoria, no ano da morte de Rômulo Almeida (1988), Ignácio Rangel escreveu um artigo especial para a *Folha de São Paulo* com indicações claras da hierarquia existente no grupo[250]. De acordo com esse artigo, Soares era o "braço direito" de Almeida na Assessoria Econômica, o qual era o "chefe indiscutível". Já o próprio Rangel, se reconhecia enquanto "o último recrutado". E, ainda sobre sua posição nesse grupo este, em prefácio ao livro póstumo de Jesus Soares, informou: "Talvez por ser uma figura menos ilustre e mais apagada do que JSP [Jesus Soares Pereira], no serviço público, não fui objeto de cassação (...)" (PEREIRA, 1988:12).

Essa hierarquia pode ser observada também numa passagem na qual Rangel, ao falar da *Instrução 70*[251] da extinta Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), deixou evidências importantes, as quais podem ser vistas a partir da citação a seguir:

> Sem comunicar-me com Soares, eu havia tomado energicamente a defesa da nova medida, que meus amigos da esquerda condenavam, tomando ao pé da letra as declarações do ministro [da Fazenda, Osvaldo Aranha] e de seu ilustre assessor [Eugênio Gudin], que a justificavam como meio de dar ao país uma 'pausa para respirar'. Eu achava que qualquer que fossem as intenções dos autores da medida, esta não podia senão conduzir a uma aceleração do desenvolvimento[252]: aos 'cinqüenta anos em cinco', de JK (PEREIRA, 1988:15).

---

[250] - Esse artigo escrito por Rangel intitulava-se: "Boêmio Cívico", justamente em referência ao apelido, considerado carinhoso, dado pelo presidente Vargas ao grupo de sua Assessoria Econômica.

[251] - Conforme Rangel explicou, a *Instrução* (ou Resolução) 70 consagrava o princípio da criação de uma "moeda ideal", ou seja, o dólar, como moeda de cálculo, facilitando com isso o acerto de contas a nível internacional. Assim, "a operação torna-se inteligível porque passamos a operar com quantidades homogêneas, insuscetíveis de outra diferença que não a quantidade". (RANGEL, 2005a:331). Era um sistema de taxas múltiplas de câmbio, uma forma de tornar as exportações brasileiras mais acessíveis ao mercado externo e desencorajar as importações não essenciais ao mercado interno (CPDOC-FGV "Política Cambial e Indústria").

[252] - Rangel (1991:103) afirmou que os que se posicionavam contrariamente à Instrução 70, "[...] achavam que encarecer os bens de equipamento importados iria desestimular a indústria nacional do Brasil, quando, na verdade, isto iria estimular o aparecimento no Brasil de uma indústria de bens de equipamento. Nós, da Assessoria, vimos esse lado do problema, porque estávamos vendo que no Brasil já havia setores e atividades capazes de produzir aqui coisas que estávamos importado, se o preço de importação aumentasse. Portanto, isso iria provocar uma aceleração da industrialização, e não o contrário. Aranha nunca compreendeu isso, o professor Gudin talvez tenha compreendido muito mais tarde, e os

Essas informações demonstram que apesar de existente, a hierarquia[253] na Assessoria parecia não ser tão rígida, uma vez que Rangel (internamente ocupante de uma posição "subalterna" em relação a Soares e Almeida, conforme ele mesmo relatou na citação destacada há pouco) parecia ter alguma independência decisória, como demonstra sua atitude frente à Soares no que se referiu à *Instrução 70*.

Essa situação, aliás, foi confirmada por Rangel em uma de suas entrevistas, na qual ele afirmou:

> As tarefas eram específicas, mas todo mundo metia a mão no trabalho. Era uma coisa... Eu nunca mais vi uma repartição em que, realmente, o rendimento do trabalho fosse *máximo*. Em vez de passar uma manhã pesquisando uma informação, eu fazia a pergunta por cima da mesa; se alguém sabia, respondia. A coisa andava, corria, tudo corria. Aquela pequena Assessoria tinha duas secretárias... Ao todo não chegava a uma dúzia, se não me engano; mas trabalhávamos mais do que o ministério do Planejamento hoje. Por causa disso: porque não havia nenhum laivo de burocracia, era um trabalho *realmente* aberto, o que significava uma confiança competente. Em compensação, quando se tratava de chamar alguém novo para participar, aí nós íamos examinar os antecedentes da pessoa com muito cuidado. Eu já participava do debate, ouvia essa pessoa porque depois de entrar ali não era mais possível ter segredo nenhum. Difícil era dar o pulo para dentro; depois de entrar tudo era aberto, era franco (RANGEL, 1991:05).

Para que se possa compreender melhor as referidas discussões em torno da *Instrução 70*, as quais demonstram justamente essa "abertura" existente entre os integrantes da Assessoria, deve-se retomar as explicações de Rangel, sobre a nova medida. Segundo ele, em continuidade à explicação sobre as discussões em torno da nova Instrução, teria havido, na Assessoria, um debate entre o sub-chefe da Casa Militar, Lúcio Meira, e Jesus Soares.

O representante dos militares estaria preocupado com os futuros projetos que Vargas havia lhe incumbido, ou seja, a implantação da indústria pesada (em especial a automobilística), já que considerava a *Instrução 70* um freio à dinâmica do desenvolvimento econômico, acreditando que ela resultaria em uma desvalorização da

---

seus assessores não entenderam nunca".

[253] - Essa situação foi explicada por Rangel (1991:91) da seguinte forma: "Embora cada membro da Assessoria fosse responsável por uma área, "[...] nós todos nos sentíamos responsáveis pelos projetos que estavam na mesa. Se se estivesse discutindo um projeto – a Eletrobrás, a Petrobrás – e eu estivesse presente, eu participava desse debate com todo o desembaraço. [...] E em cada um dos projetos, tendíamos especializar sem que essa especialização nos excluísse do debate geral. O que estava em pauta era para ser discutido. Para mim foi uma surpresa completa imaginar que havia dentro do governo uma máquina capaz de funcionar assim".

moeda nacional (facilitando as exportações e "dificultando" as importações) [254].

Dando um intervalo ao debate, Soares teria pedido a Rangel, que até então seria apenas um ouvinte daquele diálogo, que explicasse a Lúcio Meira no que de fato consistia a nova medida em questão. Rangel foi então inserido ao debate:

> Expliquei pacientemente ao meu ilustre interlocutor que, com o dólar de Cr$ 18,72 nossa industrialização – menos ainda a industrialização pesada – não podia ir longe, até porque nossa capacidade para importar não nos deixava fôlego para importar os equipamentos necessários. Que já tínhamos capacidade para produzir internamente muitas coisas que estávamos importando, mas que isso não poderia ser feito com a moeda super-valorizada como estava. Que era mister desvalorizá-la, e que, se essa desvalorização fosse feita escalonadamente, como o previam as 'categorias' criadas pela Instrução 70, então era uma questão de influir para que fossem mandados para as categorias mais altas, de dólar mais caro, os produtos que já podíamos suprir internamente, deixando nas categorias mais baixas os produtos ou insumos que ainda não pudéssemos suprir (PEREIRA, 1988:16).

Com base nessas informações, ao que tudo indica, Rangel era o "teórico" do grupo, aquele que a partir das linhas de atuação previamente demarcadas pela Assessoria, fundamentada nas propostas expostas pelo presidente Vargas (nesse caso, a defesa do protecionismo da indústria nacional, *substituidora* de importações), possuía maior facilidade de teorizar essas questões. Tanto que, conforme já ressaltado, Rangel foi o único dentre os três que apresentou uma produção teórica sistemática, dada a facilidade de argumentação que possuía, conforme demonstrou o evento descrito na citação anterior.

Também corrobora com essa asserção, a confiança demonstrada por Jesus Soares na capacidade argumentativa de Rangel, o qual de mero ouvinte teria sido convidado a dar o parecer final no debate entre Lúcio Meira e Soares, representando assim o eixo de atuação previamente definido pela Assessoria.

Além disso, esse acontecimento é importante pelo fato de demonstrar a

[254] - É interessante destacar que o capítulo "O problema do comércio exterior brasileiro", contido na obra *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, segundo Rangel (2005a:338), teria sido escrito em abril de 1953, como "contribuição a um debate na assessoria econômica da Presidência" (*id*., *ib*.:338). Uma vez que a referida medida foi estabelecida em novembro daquele mesmo ano, muito provavelmente esse texto, ao qual Rangel fez alusão, tenho resultado dos debates com Lúcio Meira, do qual um dos trechos foi citado acima. Essa informação é importante por reiterar a vinculação entre o "homem do Estado" e o intelectual Ignácio Rangel.

composição da aliança política formada no segundo governo Vargas. Assim, a participação Lúcio Meira demonstrava a inserção dos militares (sua "ala nacionalista") nessa aliança com o Governo estabelecido (a qual foi viabilizada pela adoção do corporativismo enquanto sistema político).

Meira havia sido nomeado subchefe da Casa Civil com o início desse governo e participou do referido diálogo, com Jesus Soares e Ignácio Rangel, enquanto representante da Marinha na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda (que se tornou o "outro braço"[255] do planejamento no governo Vargas)[256].

Mas, para os fins deste estudo, o fundamental ao retomar aquele episódio é chamar a atenção para o fato de que a capacidade de arguição que Rangel possuía parecia ser relevante, a ponto de fazer com que Soares o chamasse a intervir num diálogo, enquanto representante da Assessoria, para que argumentasse em favor das medidas econômicas adotadas.

Acredita-se, nesse sentido, que para além de um grande entrosamento da equipe havia, sobretudo, uma pré-definição dos pontos de sustentação dos projetos a serem encampados por aquela instituição, ou seja, os eixos norteadores das decisões a serem

---

[255] - Termo utilizado por Sola (1998), como já foi destacado.

[256] - De acordo com Leopoldi (1994:164-167) a CDI teria sido criada por sugestão da própria Assessoria Econômica, com a finalidade de auxiliá-la em sua sobrecarga com a elaboração de projetos do petróleo e o aconselhamento diário ao presidente. Sendo assim, com a criação desse órgão, as tarefas relacionadas ao planejamento foram descentralizadas e passaram a contar com a participação do então Ministro da Fazenda, Horácio Lafer. Em suma, eram três os principais órgãos responsáveis pelas questões do planejamento da economia brasileira (todas instaladas em 1951): a Assessoria Econômica do presidente, a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (sendo que essas duas últimas se inseriam no Ministério da Fazenda).

Além de Lúcio Meira, outros militares ligados ao setor industrial também participaram da CDI, dentre eles destacaram-se: Edmundo Macedo Soares (siderurgia), Carlos Berenbauser Júnior e Joelmir Campos do Araripe Macedo os quais, tal como Meira, participaram da subcomissão (responsável pela produção) de "Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis". Além disso, o primeiro presidente da Petrobrás foi um militar, coronel do Exército, Juracy Magalhães.

A CDI contou também com a participação de industriais, essencialmente paulistas (já que os industriais que compunham a FIRJ – Federação da Indústria do Rio de Janeiro – se vinculavam a empresas estrangeiras, como a Light (Serviços de Eletricidade S.A), e assim, se afastavam da política nacionalista - embora não ortodoxa, já que permitia uma participação "controlada" de capital estrangeiro - do governo Vargas) os quais também compuseram a aliança política (corporativa) com o presidente. Dentre esses industriais estiveram: Euvaldo Lodi (presidente da CNI), Luis Dumont Villares (siderurgia e metalurgia), Mariano Marcondes Ferraz (indústria de material ferroviário) e Ricardo Jafet (que, assim como Euvaldo Lodi, foi um dos financiadores da campanha política de Vargas e ocupou a presidência do Banco do Brasil).

Deve-se recordar ainda, no que concerne a essa aliança política firmada no segundo Vargas, que o próprio Rômulo Almeida foi convidado pelo presidente da República a organizar e presidir a equipe da Assessoria Econômica num momento em que ele dirigia o Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidida por Euvaldo Lodi.

tomadas por aquele órgão eram previamente (bem) definidos. Segundo Rangel (1991:07) teria dito, "a tarefa de cada um era a tarefa de todos".

O que pode parecer óbvio à primeira vista, se mostra uma informação importante ao se retomar o contexto em que estava inserida, ou seja, num momento em que a prática do planejamento ainda era incipiente no Brasil, aquela instituição deu provas de possuir organização suficiente para que viesse se tornar pioneira na referida técnica.

É o que confirmam as declarações escritas por Soares em menção à primeira atividade dada à equipe da Assessoria, ou seja, a elaboração da mensagem de Vargas (que dava início aos trabalhos no Congresso no ano de 1951):

> Esse trabalho inicial, penoso principalmente pela exigüidade do prazo disponível para a sua realização, proporcionou-me entretanto oportunidade para me assenhorear melhor da *diretriz geral a ser seguida,* dentro dos objetivos do Governo, inclusive quanto ao setor energético que me estava confiado (PEREIRA, 1988:65 – grifos incluídos pela autora).

Havia, portanto, uma diretriz predefinida a ser seguida e uma divisão de áreas a serem respondidas pelos principais integrantes daquele órgão. A Jesus Soares cabia, como ele mesmo relatou, as tarefas relacionadas ao setor energético, às quais ele já se dedicava desde o final da década de 1930. Rômulo Almeida se dedicaria com maior notabilidade ao setor financeiro e Rangel, ao setor industrial de maneira geral. Mas a questão do planejamento amplo, da qual os três eram exímios conhecedores, perpassava todo o núcleo de atuação.

A existência dessa organização e o entrosamento da equipe foram demonstrados por Rangel ao dizer, ainda em relação a já destacada defesa da *Instrução 70*, que:

> [...] o esquema que eu havia esboçado, bem sabendo que correspondia, também, ao pensamento de Soares, rapidamente foi tomando corpo, e não seria exagero dizer que o Programa de Metas de JK estava, senão nascendo, pelo menos tomando um vigoroso impulso naqueles momentos (PEREIRA, 1988:17).

Essa citação, além de corroborar com a idéia destacada anteriormente, de que os projetos que a Assessoria se dispunha a realizar tinham bases pré-fixadas pelo grupo (num esquema que demonstra ter sido bem articulado), corrobora também com o fato de

que os integrantes daquele grupo, a exemplo do que afirmou o próprio Rangel, eram totalmente conscientes do papel que estavam desempenhando, ou seja, da consolidação das chamadas condições gerais de produção.

Nesse sentido, Rômulo Almeida afirmou:

> [...] o importante no segundo governo Vargas foi a criação de recursos financeiros e de agências estatais dinâmicas. [...] As condições técnicas para fazer um sistema de planejamento, institucionalizado, não eram fáceis no começo do governo. Então, o presidente constituiu uma assessoria informal no palácio para assisti-lo na formulação e implantação de uma política de governo (ALMEIDA, 1986:75).

Tais noções ficam inegavelmente claras a partir das colocações, também feitas por Rômulo Almeida:

> [...] eu acredito que o Segundo Governo Vargas armou uma plataforma para a expansão que houve no país depois disso porque criou agências governamentais de fundamental importância no processo, como a Petrobrás e a Comissão do Carvão, criou as bases da Eletrobrás, criou o Fundo de Eletrificação [...]. Tudo que na economia se fez posteriormente no Brasil foi conseqüência dessa base criada no Segundo Governo Vargas, inclusive o BNDE, o BNB e o CNPQ (ALMEIDA, 1986:86).

Por fim, dentre outras afirmações feitas nesse mesmo sentido, Almeida asseverou: "[...] uma das grandezas de Getúlio, que era, exatamente, ter sido capaz de manejar essa aparente contradição no sentido de somar contribuições, sem afetar suas diretrizes básicas" (SOUZA, 2006:147).

Também em relação ao papel que desempenhava, e o que isso significava em termos de desenvolvimento econômico ao país, Jesus Soares destacou:

> [...] sempre com incumbências referentes à busca de solução para os problemas econômicos nacionais, nas etapas do desenvolvimento do País posteriores a 1937 [...] prestei serviços ao Conselho Nacional do Petróleo, na sua fase de instalação e início de funcionamento, [...] na Secretaria do antigo Conselho Federal de Comércio Exterior [...] de integrante da equipe da Divisão de Pesquisas Econômicas; de

> Assessor da Câmara de Produção, Consumo e Transportes, da Diretoria Geral e de diversas Comissões especiais [...] (PEREIRA, 1988:51).

Ainda sobre esse assunto, Jesus Soares também afirmou:

> O presidente Getúlio Vargas lançou ainda todas as bases referentes ao setor energético, o que era fundamental. E não descurou dos demais, como a criação de organismos de fomento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Banco do Nordeste, etc. (PEREIRA, 1975:157).

Essa era a ideologia presente no núcleo de atuação em que Ignácio Rangel estava inserido, ou seja, que o "nacional" [257] – desenvolvimentismo era fundamental naquela fase da economia brasileira e, ainda, o presidente Vargas era tido por eles como o hábil condutor desse projeto.

Mas retomando a questão da capacidade argumentativa de Rangel, que o fizera ter se destacado enquanto teórico no grupo, é importante perceber também a sua participação no processo de formação da equipe da CPE a qual, com o intuito de organizar um grupo de estudo multidisciplinar que pudesse detectar soluções aos "problemas nordestinos", contou a presença periódica de Rangel na Bahia (Almeida, 1986:95). Acredita-se que essas participações ocorriam por conta do destaque que este possuía junto ao grupo da Assessoria, dado o reconhecimento da capacidade intelectual que ele detinha.

Percebe-se, uma vez mais, no que consistia de fato a atuação do intelectual Ignácio Rangel naquele grupo. Com base nos elementos apresentados acredita-se que dentro da Assessoria e alguns outros projetos chefiados por Rômulo Almeida, como o da CPE (criada em 1955), cabia a Rangel a realização dos principais estudos que subsidiariam a implantação dos projetos em destaque. Relembrando que esse foi

[257] - Considerando a análise de Sola (1998:95), já retomada no início deste capítulo, percebe-se que a política de Vargas era apoiada em um projeto "moderadamente nacionalista" de desenvolvimento, que buscava novas formas de inserção do Brasil no sistema de cooperação internacional, sobretudo o apoio financeiro norte-americano (daí a criação da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos). Essa "moderação" foi, inclusive, ressaltada por Rangel (1991: 28): "Então você tem um período em que o nacionalismo era a idéia, a ideologia dominante no governo, que se espalhava pela linha do Iseb, essas coisas assim, mas na realidade se realizava um projeto que, embora tendo um conteúdo nacionalista profundo, do ponto de vista formal não era nacionalista".

justamente seu "cartão de visita" a Almeida, o qual tomou efetivo conhecimento das análises rangelianas a partir do estudo sobre o desenvolvimento africano que ele, enquanto assessor da CNI, teria encomendado a Rangel.

Quanto à atuação do grupo, de maneira geral, destaca-se que Ignácio Rangel, ao lado de Rômulo Almeida e Jesus Soares, enquanto defensores e executores que eram do desenvolvimentismo brasileiro (e tal como quaisquer outros integrantes de uma esfera de poder), se inseriam numa dinâmica de luta política e o papel deles era justamente se empenharem em "vender" os projetos de sua equipe de governo aos ministros e deputados.

Nesse sentido, Rômulo Almeida declarou:

> [...] nós não éramos ostensivos; então, quase ninguém sabia da existência da Assessoria. Quer dizer que a gente não disputava o cartaz de ninguém. [...] A maneira de a gente se comunicar com os ministros era respeitável, reverencial. Deixávamos o primeiro lugar para eles. Eu não aparecia, nem o Jesus Soares. Nós não dávamos entrevista, ficávamos na sombra exatamente para poder operar, e nos resguardarmos. Nossas atividades não eram publicadas. [...] Só aparecíamos em cena quando o Presidente determinava. Fora daí nos recolhíamos, tratávamos de 'vender o peixe' aos ministros para que eles ficassem encantados com as idéias e a gente pudesse *influir na constituição dos grupos de trabalho* (SOUZA, 2006: 109-110 – grifos incluídos pela autora)[258].

Considerando a citada relação com os ministros, Ignácio Rangel esclareceu que:

> O ministro, geralmente, quando entrava em contato com um [membro da Assessoria], o fazia através do chefe da Assessoria. Havia os caminhos normais. Se o caminho normal não funcionava, então a coisa subia para a Presidência: o presidente sentava à cabeceira da mesa, punha o ministro numa cadeira e o chefe da Assessoria na outra. Você pode imaginar a dificuldade que era um funcionário modesto,

[258] - No que se refere às relações dos assessores de Vargas com os seus ministros, Cleantho de Paiva Leite, também pertencente ao grupo da Assessoria, demonstrou que havia certa rivalidade entre os dois grupos a qual seria explicada pelas diferenças nas suas relações com o Presidente. De acordo com ele: "[...] os ministros despachavam uma vez por semana, durante uma hora com o presidente, ao passo que os assessores despachavam três vezes por semana, por duas horas, em um ambiente de muito mais intimidade com o presidente. Em segundo lugar, o presidente, quando despachava com os ministros, não assinava as exposições de motivos, a não ser em casos excepcionais [...] 60 ou 70% dos papéis ele enviava para seus assessores. Quando os assessores levavam esses papéis e trocavam idéias, ai é que ele despachava. Ele despachava os papéis na frente dos assessores, mas não na frente dos ministros" (Leite, 1983, *apud* Motta, 2005:10). Já Rômulo Almeida, conforme o excerto acima demonstra, afirmava que a manutenção de uma relação "respeitável, reverencial" da parte dos assessores com os ministros fazia parte das diretivas da Assessoria, para que, agindo assim, eles pudessem "vender o peixe" para esses ministros, aos quais caberia a aprovação dos projetos elaborados pelos assessores.

> como o Jesus Soares Pereira, ter de enfrentar um ministro como o Osvaldo Aranha. Mas o presidente tinha habilidade e dizia: "Osvaldo, deixe o rapaz falar." (risos) Ele dava força ao assessor. Ou então mandava um bilhete: "Por que você não recebeu os meus boêmios cívicos?" (risos) "Por que você não recebeu meus boêmios?" Se algum ministro de Estado não nos recebia – e não havia meio de se ter acesso à informação, porque não dávamos – o presidente dirigia-se ao Lourival Fontes, chefe da Casa Civil: "Pergunte a ele por que ele não está recebendo os meus boêmios cívicos." Aí o ministro não tinha outra alternativa, não é? Abria a porta... O nosso relacionamento era muitas vezes de longe, mas uma vez feito aquilo todo mundo já sabia que aquele grupo tinha sido tratado com respeito (RANGEL, 1991:13).

Nesse sentido, de acordo com o autor, os assessores trabalhavam confiantes na "ação protetora" do presidente Vargas[259]:

> Às vezes o chefe da Assessoria era chamado, ficava o presidente na cabeceira, o Soares e o Rômulo de um lado, o ministro de Estado da Fazenda do outro, e estabelecia-se a discussão. O presidente arbitrava e convertia-se num pára-choque. De maneira que nós sabíamos que o nosso trabalho era possível, porque trabalhávamos à sombra desta ação protetora do presidente. O presidente não era um economista, mas dava cobertura ao nosso trabalho. E dava a maior estima aos "boêmios cívicos", como ele nos chamava (RANGEL, 1991:90).

Ainda sobre a relação do presidente Vargas com o grupo da Assessoria, Rangel esclareceu:

> [...] nós redigíamos uma lei e fazíamos uma mensagem. A mensagem ia ao presidente. O presidente, ao assinar a mensagem, tomava conhecimento do que estava no discurso e fazia as observações cabíveis: "Olhe, isto aqui não é bom assim e tal." Porque ele era um político experiente, ele sabia, não assinava no escuro, assinava o que

[259] - Ainda conforme as afirmações de Rangel (1991: 91-92): "O presidente, nessa hora [das divergências políticas], tinha o papel decisivo de orientar a Assessoria. Por exemplo, quando a Petrobrás tropeçou em dificuldades lá dentro para buscar os recursos, o Soares e o Rômulo fizeram sentir isso ao presidente. Ele riu e disse: "Procurem o Partido Rodoviário." O que era o Partido Rodoviário? Eram todos os interesses que estivessem em cima da expansão do transporte rodoviário: indústria automobilística, petróleo, construção de estradas e assim por diante. Tudo isso, porque, quando essas questões eram postas em pauta, se formava, naturalmente, uma sólida maioria no Congresso. O Partido Rodoviário como dizia o presidente, era majoritário dentro de todos os partidos. Não existia o Partido Rodoviário, mas ele era majoritário dentro de todos os partidos. De maneira que nós fomos reformulando essa coisa de tal maneira que os recursos para a Petrobrás vinham no bojo dos recursos para a construção rodoviária. Então, quer dizer, procurávamos nos ajustar, ver o que era essencial dentro de cada coisa e nos prender a isso".

> queria assinar. Agora, acontece o seguinte: ele tinha, de fato, por aquela equipe uma consideração especial. Ele nos chamava "os boêmios cívicos"; (risos) porque ele abria a janela dele a qualquer hora da madrugada, e nós estávamos lá trabalhando (RANGEL, 1991:07).

Considerando essa dinâmica, naturalmente marcada por divergências políticas, na qual as tarefas da Assessoria estavam inseridas, Leopoldi (1994:174) apresentou algumas informações relevantes. Dentre elas está a estratégia política adotada pelo grupo da Assessoria Econômica, de não divulgar aos políticos (e muito menos à opinião pública) as intenções da política de petróleo que buscavam formular, ou seja, a criação de uma empresa petrolífera (a qual deveria ser consolidada ainda no governo Vargas) e que fosse conduzida pelo Estado. Segundo a autora, essa estratégia foi colocada em prática através da formulação de dois projetos de lei que foram enviados ao Congresso em momentos diferentes[260].

De acordo com Ignácio Rangel essa estratégia teria sido mantida no projeto da Eletrobrás, pois:

> [...] no caso da Petrobrás, nós tínhamos encontrado uma resistência muito séria no Congresso. O projeto já podia ter passado, mas por causa de certos aspectos, por causa de um artigo qualquer, o projeto enguiçava e não saía. Então o dr. Rômulo, um político muito hábil – não sei se foi ele ou o Jesus ou os dois –, chegou à conclusão de que, se em vez de fazer uma lei só, como era o caso da Petrobrás, que de uma lei de 28 artigos acabou sendo uma lei de setenta e tantos, e que deu numa série de batalhas... Nós sabíamos que certas coisas já eram consenso, podiam ter passado, e outras ainda estavam encalhadas. Então distribuímos a lei assim: vamos primeiro criar os recursos. De fato as duas primeiras leis passaram depressa, e as outras duas ficaram enganchadas. E o Plano de Eletrificação acabou se convertendo numa peça de museu porque, quando começou a ser implantado, o país já estava muito maior, não estava naquele limite, naquele problema. Mas de um modo geral a estratégia dessa divisão em leis foi para reduzir as resistências da luta como houve no caso da Petrobrás, uma luta dura, que a gente se enganchava e não saía mais, não tinha como sair...

[260] - De acordo com as informações colhidas por Leopoldi (1994:174-175), o primeiro projeto da Assessoria apresentado ao Congresso buscava a geração de recursos internos (através de um imposto único a ser cobrado sobre os derivados do petróleo) para a montagem e funcionamento da Petrobrás. Esse projeto teria tramitado tranquilamente pelo Congresso, tendo sido transformado na Lei nº 1.749, de novembro de 1952. Já o segundo projeto de lei enviado ao Congresso ao final de 1951, propôs a criação da Petrobrás como uma companhia de exportação de petróleo. Nele, o grupo da Assessoria, tentando agilizar sua tramitação no Congresso, evitou tratar dos temas polêmicos discutidos pela sociedade (na campanha de "O petróleo é nosso") e enfatizou as questões técnicas, ao invés das políticas, e não mencionou questões como o monopólio da exploração do petróleo, a participação de capital estrangeiro e a distribuição de petróleo e seus derivados.

(RANGEL, 1991:19- 20).

Considerando justamente a atuação do grupo da Assessoria em meio a esse quadro de divergências políticas é que Jesus Soares declarou:

> [...] o estudioso da economia não pode ignorar o fenômeno político, nem, muito menos, ao equacioná-lo para sugerir as soluções que eles comportem, em cada caso, já que as decisões em torno das alternativas são normalmente de natureza política, e mesmo de caráter partidário, por vezes. [...] Assim, conquanto jamais tenha atuado partidariamente, não menosprezo o fenômeno político [...], e tenho despendido grande parte do meu tempo de autodidata [...] (PEREIRA, 1988:120).

O que se observa dentro dessa dinâmica política é que, embora nos bastidores do poder, esses técnicos (ou essa "elite orgânica) que constituíram a Assessoria Econômica do presidente Vargas desempenharam um papel-chave na consolidação da infra-estrutura indispensável à economia nacional: a ampliação do setor siderúrgico, a emergência da exploração de petróleo no país (através da Petrobrás) e a organização de um projeto para o setor energético o qual resultaria na Eletrobrás.

Enfim, eles tiveram participação fundamental no processo de consolidação da infra-estrutura essencial à produção industrial ou, segundo Rangel (1991:90), eles trabalhavam com "projetos estratégicos, que correspondiam a coisas que, uma vez feitas, afetam a vida do país como um todo".

Leopoldi (1994:189) destacou que o próprio presidente Vargas cobrava dos seus assessores econômicos esse afastamento político e um "comportamento técnico" e os preservava, na medida do possível, das pressões político-partidárias. Nesse mesmo sentido, D'Araújo (1992:153-154) esclareceu que, enquanto as composições partidárias refletiam o "mundo da barganha e do conflito", a Assessoria era uma forma de atuação do Estado na economia.

Assim, em sua estratégia (corporativista) de se colocar "acima dos partidos políticos", formando uma aliança com diferentes setores sociais (os militares, industriais e tecnocratas "nacionalistas")[261], Vargas recorreu a um "instrumento técnico" (no caso,

[261] - Reiterando que esse nacionalismo não era "ortodoxo", conforme as palavras de Leopoldi (1994: 165), ou seja, era um nacionalismo que "aceitava" a participação do capital estrangeiro, na medida em que ela fosse controlada pelo Estado e viesse a suprir as deficiências de recursos necessários os setores

a Assessoria Econômica) para difundir e consolidar seus objetivos.

Entretanto, é claro que, devido à própria dinâmica do processo, nem sempre o grupo conseguia a aprovação de seus projetos quando estes eram submetidos à votação na Câmara e Senado federais[262]. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o Projeto do Carvão, conforme narrou Soares Pereira:

> Antes da abertura dos trabalhos legislativos de 1951, o setor energético da Assessoria Econômica empreendeu o exame do problema do carvão mineral, que fora objeto de recomendação expressa do presidente da República, em relação à prioridade a lhe ser dada. [...] o setor energético [com Soares à frente] foi incumbido de acompanhar a demorada tramitação desse projeto de lei em ambas as Casas do Legislativo, não conseguindo porém evitar que, no Senado, fosse acrescido o Plano do Carvão de tarefas de fato estranhas ao seu objetivo precípuo – como a drenagem da Lagoa dos Patos, para acesso de navios de maior calado a Porto Alegre, conquanto o carvão mineral escoado por essa via constituísse ínfima parcela do volume total de mercadorias que por aí transitavam e a perspectiva de consumo de consumo do combustível riograndense longe da boca das minas fosse contrária à alteração dessa realidade (PEREIRA, 1988:65-66).

Outra situação esclarecida por Jesus Soares, nesse sentido, foi a das pressões de concessionárias[263] e de outros grupos ao governo, no que se relacionava ao Plano Nacional de Eletrificação o qual resultaria na criação da Eletrobrás:

---

considerados prioritários (de infra-estrutura básica, como o de siderurgia e eletricidade, por exemplo) pelo Governo. Sobre esse fato, Rômulo Almeida (1980, *apud* Motta, 2005:05) afirmou: "Nós considerávamos objetivamente que em alguns casos você não podia deixar de utilizar o capital estrangeiro. Inclusive houve até uma vez um debate meu com uma figura iminente que queria obstaculizar o projeto da Reynolds Alumínio no Nordeste [...]. Agora, era um projeto que não poderia prejudicar o projeto da Votorantin, que era um projeto nacional e que ainda não se tinha consolidado [...]. As atividades básicas deveriam estar sob o comando nacional e o comando do Estado brasileiro [...]".

[262] - A "cobrança" de Getúlio Vargas, em sua Mensagem aos Membros do Congresso Nacional (em 1954), demonstra bem essa situação, de dificuldade de aprovação de alguns projetos propostos por sua Assessoria. Retomando as palavras do Presidente: "confiante na continuidade do vosso profícuo labor legislativo, aguarda o Govêrno [*sic]* a decisão do Congresso Nacional com respeito a numerosos e importantes projetos que lhe foram encaminhados e cuja transformação em importantes projetos que lhe foram encaminhados e cuja transformação em lei é da maior oportunidade e relevância para o progresso do País e o aperfeiçoamento das instituições" (BRASIL, 1978b:166). Entre esses projetos foram citados o do Fundo Federal de Eletrificação e a distribuição e aplicação das quotas do impôsto [*sic]* único sôbre [*sic]* energia elétrica.

[263] - Perguntado se a Assessoria chegou a sofrer pressão das concessionárias na fase de elaboração de algum projeto, Rangel (1991:12-13) teria respondido: "Claro! Mas claro! Um dia desses, estava na minha casa e tinha que ir a Itatiaia, à reunião do grupo [que constituiria o Ibesp]. [...] Pois bem, era um funcionário muito modesto. Um dia me chega um *Buik* preto com chofer de *libré* para me levar a Itatiaia. (risos) É possível? (risos) A Light estava tentando... Para ela, ela não se enganava. 'Esse cara é importante mesmo, porque ele está lá dentro!' Mas naturalmente ela se equivocava".

> O ataque fundamental do Dr. Marcos de Souza Dantas [presidente do Banco do Brasil] cingia-se à declaração de que o governo não considerava a matéria objetivamente do ponto de vista financeiro e que o projeto de energia elétrica era tenuamente auto-suficiente. O que, ao seu ver, o governo pretendia, na realidade, era dispor dos recursos tributários gerais para investir no setor de eletricidade. As duas palestras que realizei destinavam-se a demonstrar que as teorias do Dr. Marcos de Souza Dantas em torno da caixa do Banco do Brasil eram de todo improcedentes. Evidenciei que essa caixa deveria ser largamente reforçada com os recursos de origem fiscal criados pela nova legislação[264]. Creio que me sai bem, tanto que o comandante da Escola de Guerra Naval me dirigiu um ofício de agradecimento e me ofertou uma medalha de prata, referente ao acontecimento (PEREIRA, 1975:124)[265].

Rômulo Almeida também teceu algumas considerações a respeito dessa dinâmica política, ou seja, da tramitação dos projetos elaborados pela Assessoria no Congresso. Reportando-se à elaboração do projeto da Eletrobrás, ele mencionou que:

> Surgiu a alegação de que o custo da eletricidade iria inviabilizar as indústrias mais dependentes da eletricidade, um iminente professor da Escola Politécnica de São Paulo fez lá uns cálculos, mas por felicidade minha o cálculo dele tinha erro na vírgula, de maneira que eu o deixei acabar e ele caiu na esparrela. [...] Enfim, foi uma batalha muito difícil, muito dura, que se revelou no fato de que se passaram quase dez anos para que o projeto da Eletrobrás fosse votado, embora os recursos já estivessem sendo mobilizados pelas empresas estaduais e o BNDE (ALMEIDA, 1986:73)[266].

---

[264] - Essa nova legislação, citada por Soares Pereira, tratava da criação de um imposto único, referente à energia elétrica, cujos recursos gerados, até a criação da Eletrobrás, seriam administrados pelo BNDE. A discussão teria se prolongado e adquiro nuances imprevistas, isso porque parte da alta cúpula do Banco tinham interesse em retardar a aprovação do projeto, alegando que o próprio BNDE poderia conduzir um programa oficial de expansão do setor elétrico, através de simples financiamento (PEREIRA, 1975:129).

[265] - O reconhecimento dos militares, particularmente do comandante da Escola de Guerra Naval, à argüição de Jesus Soares Pereira em defesa do projeto de criação da Eletrobrás, é um demonstrativo da aliança política firmada entre o governo Vargas e os militares "nacionalistas".

[266]- De acordo com Leopoldi (1994:180-187), o programa energético no setor da eletricidade coube a duas agências de planejamento: a Assessoria e a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e foi continuada pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Coube à CMBEU, segundo a autora, o estudo e aprovação dos projetos de empresas privadas e de governos (dos estados e da União) para a construção ou expansão de usinas hidrelétricas. Já o planejamento da Assessoria teria sido mais abrangente, através da formulação de um Plano Nacional de Eletrificação, apresentado ao Congresso em 1954 o qual foi intensamente criticado pela imprensa e pelas companhias estrangeiras que atuavam no setor, notavelmente a Light e a Amforp (*American and Foreign Power Company*). Segundo a referida autora (*id.:*182), embora a Eletrobrás só tenha sido criada em 1962, as bases financeiras para a ampliação da capacidade energética brasileira (o imposto único e o Fundo Federal de Eletrificação) foram montadas a partir dos trabalhos da Assessoria Econômica do presidente Vargas.

Os elementos presentes nas citações que acabaram de ser retomadas, além de demonstrar a referida dinâmica do processo político no qual o grupo da Assessoria estava inserido, demonstram também que o papel daquela equipe, de fato, era consolidar as condições de produção no país, processo que havia sido iniciado já no primeiro governo Vargas, a partir da implantação da base do parque industrial brasileiro.

De maneira semelhante ao que teria ocorrido com o Projeto do Carvão, teria se dado com o processo de implantação da Petrobrás, cujo projeto teria sido relatado 17 vezes nas Comissões e nos Plenários, justamente devido à oposição que o plano enfrentou[267]. Foi o que Soares Pereira explicou:

> A luta política antevista foi, em verdade, mais acirrada do que seria imaginável de antemão, aliando-se o udenismo com a extrema esquerda no combate à iniciativa do Governo; e esse combate obteve êxitos, sem qualquer dúvida, primeiro, com o retardamento da lei, segundo, com a redução dos recursos fiscais nela previstos e com o aumento dos encargos a serem conferidos à Petrobrás [...] (PEREIRA, 1988:69).

A retomada dessas situações é fundamental, pois elas demonstram que, apesar da evidente centralização do poder naquele período, havia divergências em torno do projeto político "nacionalista" do Governo Vargas, mesmo entre os tecnocratas inseridos no aparelho de Estado.

Sobre essa questão, Draibe (2004:115) chamou a atenção para o fato de que o acentuado grau de centralização e reforço do aparelho econômico central, iniciado nos anos 1930, não deve obscurecer o fato de que o Estado, no período em questão, possuía ainda outra "face", seu caráter limitado e restrito. Essas limitações, segundo a mesma autora, se manifestavam através de divergências quanto ao nível "aceitável" de intervencionismo do Estado e questões referentes ao planejamento e ao nacionalismo, contidos no projeto governamental. E sob esse prisma, os desacordos ocorridos durante as votações dos projetos propostos pela Assessoria Econômica são muito ilustrativos.

Quanto a essas votações, caberia ao grupo da Assessoria a tarefa primordial de acompanhar e defender a tramitação dos projetos de governo em torno da consolidação de uma infra-estrutura básica de produção, como os referidos projetos de criação da

[267] - A respeito da elaboração e tramitação (na Câmara e no Senado) dos projetos da Petrobrás e Eletrobrás, consultar Leopoldi (1994:176-183).

Petrobrás e da Eletrobrás.

Em 1953, quando Jesus Soares assumiu a chefia da Assessoria Econômica, somou-se aos programas de carvão, eletricidade e petróleo já em desenvolvimento na Assessoria (e com os quais Rômulo Almeida continuou a colaborar) um projeto de energia florestal, cujo objetivo era a utilização de recursos renováveis para a produção e uso racional de energia, área em que Soares era reconhecidamente especialista[268].

Ao serem retomados esses projetos, fica evidenciado que os assessores de Vargas tiveram participação fundamental na política desenvolvimentista, com notável atuação nos setores-chave da economia brasileira, conforme Rômulo Almeida esclareceu:

> Além do setor de energia, trabalhamos em outros que demandavam um esforço de desenvolvimento. No setor agrícola, foram estabelecidos a Comissão Nacional de Política Agrária, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que era precedente do IBRA e do INCRA. Conjugados, a idéia era fazer uma revisão da estrutura agrária e vários projetos concretos foram elaborados ou esboçados, inclusive o de reservar uma faixa ao longo das rodovias[269] (ALMEIDA, 1986, p.74).
>
> .

Naquele contexto, o setor energético era visto como um assunto emergencial, sobretudo pela crise no fornecimento de energia no começo dos anos 1950, e, ao lado dele, havia também uma grande preocupação com o setor agrícola, com a questão da preparação de técnicos (cujo número era escasso), enfim, com a questão da infra-estrutura de maneira geral. É o que pode ser visto, por exemplo, a partir dessas declarações feitas por Almeida:

> [...] qualquer plano ou programa para o desenvolvimento da economia nacional de uma forma autônoma partiria de uma programação sistemática do Setor Energia. Essa é que era a concepção. Ao lado disto, seriam tomadas algumas medidas que tocassem em setores também chaves. Por exemplo, preparação de pessoal, a CAPES, no

[268] - Naquele período em que Jesus Soares assumiu a chefia da Assessoria, Rômulo Almeida estivera na Assembléia das Nações Unidas (tarefa acumulada ao seu cargo de presidente do Banco do Nordeste). Essa sucessão demonstrava também, a exemplo do que já fora analisado neste trabalho, a hierarquia existente entre o grupo, na qual Almeida era imediatamente seguido por Soares e depois, vinha Rangel.

[269]- Muito provavelmente, o projeto de reservar uma faixa de terreno ao longo das rodovias a que Almeida fez menção se tratou do primórdio das discussões que resultariam na criação da Comissão de Planejamento de Povoamento dos Eixos Rodoviários (COPER), levada a cargo em 1959, por Rangel, quando este era assessor do ministro de Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira (RANGEL, 2005b:36 – nota 5).

> setor agrícola, a Carteira de Colonização do BB e o INIC, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a reformulação e ampliação da lei de preços mínimos e o Projeto de Seguro Agrícola (ALMEIDA, 1986:76).

Outra atuação demonstrativa do papel desempenhado pela equipe da Assessoria foi o projeto em torno do Pólo Petroquímico de Camaçari. Segundo Almeida:

> [...] na década de 50, como eu já contei a vocês, a gente já pensava, a nível da Assessoria Econômica do Presidente da República, enquanto se discutia o Projeto da PETROBRÁS, que a maior compensação para a região [nordestina] seria a indústria química, mas isso não encontrou ressonância, nem mesmo, talvez, viabilidade técnica e política nos primeiros tempos da PETROBRÁS. [...] Não tinha quadro suficiente, não tinha condições e não tinha, sobretudo, nem a estrutura nem a mentalidade para isso (ALMEIDA, 1986:142).

Sendo assim, pode-se afirmar que Ignácio Rangel, ao lado de Jesus Soares e Rômulo Almeida, buscou implantar uma "nova mentalidade", uma concepção econômica advinda do pós-guerra que considerava o planejamento essencial para qualquer economia, sobretudo para as denominadas subdesenvolvidas.

Mas o referido projeto do Pólo Petroquímico só ganharia força a partir de um estudo realizado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nesse sentido, Almeida (1986:143) afirmou: "Eu acredito que sem esse estudo do BID, provavelmente o governador [da Bahia] Luiz Viana não teria acreditado nessa proposta que eu fiz à SUDENE".

Fica ratificado, assim, que apesar da "face nacionalista" que a Assessoria representava, os projetos desenvolvidos pelos assessores econômicos de Vargas, seguiam uma linha deliberada pelas economias centrais, ou seja, seguiam a tendência do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial. E nesse sentido Almeida (1986:144), destacou que as dificuldades de implantação do Pólo Petroquímico demonstravam justamente que o capitalismo brasileiro (ou a burguesia associada ao capital estrangeiro) não tinha interesse em se descentralizar.

De acordo com essa perspectiva, teria sido somente após perceberem que a instalação do Pólo em Camaçari não contrariava os interesses da expansão do capitalismo brasileiro que a "burguesia central brasileira" deixou de ser contrária à

execução do projeto. Esse tipo de informação é importante na medida em que demonstra a dinâmica do processo político da época a qual era notavelmente marcada por conflitos.

Nesse sentido, caberia ao governo Vargas uma dupla tarefa: conciliar a consolidação da indústria nacional (pautada em uma ideologia nacionalista), com os interesses do capital internacional, cujos recursos eram indispensáveis à construção da infra-estrutura necessária àquele projeto, que priorizava o setor-urbano industrial. Essa premissa definiria todos os assuntos a serem tratados pelos assessores do presidente.

3.4- A "pauta" da Assessoria:

Tendo-se estabelecido que os projetos e todos os outros assuntos a cargo da Assessoria seguiam uma linha pré-determinada, é interessante que se demonstre quais eram os temas recorrentes nas resoluções a serem definidas pelo grupo.

Evidenciou-se que o elemento-chave naquele período era o planejamento, o qual deveria, conforme a determinação prévia do grupo e mediante aprovação do próprio presidente da República, resolver diversos "problemas". Dentre eles, os que mais se destacavam era a economia agrária, a inflação, e a consolidação da indústria de base.

Dentre as questões discutidas por Ignácio Rangel, a economia nordestina era um tema recorrente. Conforme ele destacou:

> No complexo da crise agrária brasileira, que se exprime pela formação simultânea de superprodução e superpopulação, o Nordeste tem sido essencialmente o lugar onde se acumula a superpopulação rural, a qual tende a fluir para as cidades, afogando-as com um monstruoso excedente de mão-de-obra que, mais do qualquer outra coisa, inibe a industrialização e deprime a taxa de inversão (RANGEL, 2005b:23).

Nas análises apresentadas pelo grupo da Assessoria, a região Nordeste era considerada (conforme as palavras de Rangel demonstram) um pólo de atraso do país, um empecilho à industrialização.

A esse respeito, Rômulo Almeida afirmou:

> [...] toda essa crise, afinal de contas, nasce é no Nordeste, onde está a maior pobreza e a maior fonte de migração. Assim, a partir das novas possibilidades políticas, podemos desenvolver um grande programa rural e agrário [...]. Mas isso aí não basta, porque esse programa é um programa muito lento na sua maturação [...]. Então é preciso também um grande programa urbano, um programa de industrialização, um programa também de serviços, que se desenvolva no Nordeste (ALMEIDA, 1986:180).

Foi justamente com o intuito de "regularizar" essa situação, que se criou a CPE (Comissão de Planejamento Econômico) a qual viria a ser presidida por Rômulo Almeida, em 1957. Segundo ele, essa Comissão "sugeria não estimular a exportação [dos produtos nordestinos], [mas] tratar de desenvolver as atividades internas que entrassem no mercado brasileiro e substituíssem aquilo que se comprava no sul [...]" (ALMEIDA, 1986:94).

A equipe da CPE foi formada a partir de um convênio do Banco do Nordeste com a CAPES. A idéia era reunir especialistas de diversas áreas num Curso de Desenvolvimento Econômico para a Região o qual, segundo Almeida (*id.*:95), tratou-se da "primeira equipe multidisciplinar para o planejamento governamental no Brasil". Dentre os integrantes desse grupo estava Ignácio Rangel, o qual teria ido várias vezes à Bahia para fazer curso com a equipe com o intuito de estudar formas de vencer a estagnação da região, de modo a inseri-la no processo de desenvolvimento econômico do país.

Ainda em relação à economia nordestina, Rômulo Almeida (em 1982, ao receber o título de Dr. *Honoris Causa* na Universidade Federal do Ceará) proferiu um discurso, apoiado em seu texto intitulado "Sugestões para um modelo de desenvolvimento para o Nordeste[270]", cuja base era a defesa da necessidade de compatibilizar o desenvolvimento regional com um crescimento econômico nacional satisfatório, ou a eliminação da pobreza através dos recursos gerados pelo próprio país. Sua proposta era

[270] - Esse texto foi quase integralmente reproduzido em ALMEIDA (1986).

que o Nordeste fosse integrado ao restante do país, com as mesmas oportunidades de benefícios.

Nesse sentido, é relevante enfatizar a proximidade das argumentações presentes na teoria rangeliana com as análises apresentadas por Rômulo Almeida. Rangel defendia a tese de que o aumento da renda nordestina poderia se dar pela incorporação da capacidade ociosa existente no país, não sendo necessária a busca de recursos externos. Assim, ele declarou que: "[...] a formação de capital pode crescer à custa da incorporação de capacidade ociosa, existente inclusive sob a forma de mão-de-obra sobrante" (RANGEL, 2005b:31).

Outro aspecto semelhante entre a referida análise de Rômulo Almeida, no texto mencionado, e a teoria rangeliana é a ênfase na idéia de que a situação de pobreza na economia nordestina era fruto do processo de industrialização tardia vivido pelo país, o qual resultou numa sociedade dual, composta por um Brasil "moderno" e outro "atrasado", marcada pelo subemprego e pelos desequilíbrios regionais (ALMEIDA, 1995:43-44).

Na concepção de Almeida, a base para que fossem estabelecidas as mudanças necessárias para a inversão desse quadro estaria na adoção de um modelo político que possibilitasse uma melhor distribuição de renda, algo que a opção tecnológica tradicional estava muito longe de poder resolver. A citação a seguir resume bem essa idéia:

> Daí, as condições políticas serem um fator autônomo para conduzir a uma política integrada de crescimento com resgate da dívida social e redução das disparidades regionais – o que nas condições do Brasil ajudaria, em vez de prejudicar, no médio prazo, o ritmo de acumulação da economia nacional. Porém, mais que isto, asseguraria – nossa principal meta, no meu enfoque – o surto de uma sociedade mais justa e mais integrada (ALMEIDA, 1995:50).

Essas disparidades regionais, aludidas por Almeida, são apresentadas de forma muito semelhante à discussão em torno da dualidade, desenvolvida por Rangel (a qual foi apresentada no capítulo anterior).

Atinente a essa perspectiva, Jesus Soares, embora não tivesse se dedicado ao tema, também demonstrava possuir uma compreensão muito próxima à de Rangel e a de Almeida no que se referia ao problema agrário. Segundo ele:

> [...] não há como ignorar que, em nenhum setor da vida brasileira, é mais vexatório o atraso do que na atividade rural, exercida por grande parcela da nossa gente, sem dúvida a parcela mais autêntica. [...] A melhoria das condições de vida do homem do campo não se concilia com a estagnação industrial, pois há de decorrer do aumento da sua produtividade e disso resultará a redução da mão - de - obra empregada no trato da terra (PEREIRA, 1988:185).

Essa dinâmica da economia era tratada por Rangel a partir da sua teoria da dualidade básica da economia brasileira, a qual se aproximava da perspectiva adotada por Jesus Soares, como pode ser observado nas seguintes colocações:

> [...] Nos países subdesenvolvidos há sempre áreas internas que funcionam economicamente como colônias em relação aos centros diretores, ou atividades marginais, no processo econômico, que desempenha o mesmo papel em relação às exercidas pelas classes dirigentes e repressoras [...] (PEREIRA, 1988:153).

Esse mesmo princípio fica ainda mais claro nas seguintes afirmações, também feitas por Jesus Soares:

> No nosso País, a estúpida crise política em que ele se debate desde os fins de 1929 vem perturbando o surgimento dessa cooperação indispensável, numa espécie de guerra entre o Brasil velho, que resiste a renovar-se, e o Brasil novo, que vai superando o atraso, em cada etapa do processo (PEREIRA, 1988:225).

A esse respeito, é fundamental destacar que argumentações como essas, as quais enfatizavam a oposição entre o "novo" e o "velho" Brasil eram fortemente mencionadas pelos intelectuais autoritários dos anos 1930, também vinculados a Vargas, cuja função era estruturar o aparato ideológico do corporativismo, sistema político que permitiria a consolidação do desenvolvimentismo enquanto modelo econômico para a "modernização" do país.

Essa discussão será aprofundada nos capítulos 4 e 5. Para o momento, é importante apenas ressaltar que a intenção dos integrantes da Assessoria de Vargas ao discutirem a oposição entre o "novo" Brasil (associado ao setor industrial) e o "velho" (vinculado ao setor agrário) era reforçar a idéia, já enfatizada pelos intelectuais dos anos

1930, de que a indústria seria a grande, se não a única, solução para a economia brasileira. Deve-se destacar também que essa ênfase no setor urbano-industrial demarcava o pacto político com os industriais, estabelecido por Vargas a partir dos anos 1930 o qual, embora não excluísse a antiga oligarquia latifundiária, os colocava numa posição secundária.

Nesse sentido, Ignácio Rangel afirmou que o setor industrial "é um elemento de uma economia de mercado desenvolvida, ou seja, organizada em bases monetárias e capitalistas. Esse setor converte-se no motor de todo o desenvolvimento do país" (RANGEL, 2005a:43).

Como forma de viabilizar esse processo de consolidação e expansão da indústria brasileira, Jesus Soares propôs uma "[...] atuação direta e eficaz no campo, para aumentar a produtividade da mão- de- obra, [o que] significará serem os trabalhadores rurais expelidos dele, na escala do êxito do programa" (PEREIRA, 1988:185).

A esse respeito, conforme demonstrado no capítulo anterior, Rangel (2005a:159) igualmente assegurou: "Quer isso dizer que a dissolução do complexo rural [e, com ela, a saída dos trabalhadores do campo] é condição para o aumento da produtividade, não apenas da mão-de-obra que emigra para fora do meio agrícola, como da que aí fica".

Mas, segundo Soares Pereira (1988:186), esse projeto deveria ser muito bem planejado, pois "[...] se o programa não for bem conduzido, quer no âmbito rural, quer no citadino, um dos efeitos mais sensíveis da atuação governamental deverá ser o crescimento das favelas urbanas, em ritmo acelerado". Mas, segundo ele acrescentou, o resultado desse processo foi de fato negativo:

> O organismo social lança atualmente no mercado de trabalho perto de um milhão de jovens, cada ano; há desemprego ostensivo e semi-emprego disfarçado por toda parte; com deficiências lamentáveis, forma-se mão - de- obra qualificada em substanciais quantidades – excessiva até, quanto a diversas profissões, em face do atual estágio do nosso desenvolvimento [...]. Os investimentos até agora levados a efeito no setor privado, de forma espontânea ou graças aos incentivos ou às subvenções do poder público, dotaram-no de uma capacidade produtiva que ele não consegue utilizar plenamente, nem mesmo num só turno de trabalho, estando ociosa [...] (PEREIRA, 1988:194-195).

Seguindo essa mesma direção, Ignácio Rangel (2005a:118) destacou que: "uma planificação econômica que não resolva preliminarmente este problema [da

transferência de mão-de-obra do setor agrícola para o setor urbano] é inconcebível [...] [já que] pode conduzir à liberação de mais fatores que aqueles que os setores não agrícolas podem usar, fazendo toda a economia submergir em uma crise profunda [...]".

Colocadas essas questões, percebe-se que em linhas gerais, era consenso entre os três principais assessores do presidente Vargas a idéia de que o problema agrário era a grande dificuldade das economias subdesenvolvidas.

Conforme Rangel (2005a:42) argumentou: "O Brasil é um país subdesenvolvido. Isso quer dizer que grande percentagem de sua população está na agricultura". Sendo assim, "o problema central da industrialização pode ser pensado como o do rompimento do 'complexo rural'".

Dessa maneira, ao associar o setor agrícola à situação de subdesenvolvimento em que o país se encontrava, Ignácio Rangel (bem como Almeida e Jesus Soares, além de cepalinos e isebianos) não só afirmava a necessidade de se criar as condições necessárias à consolidação da indústria nacional, como legitimava a intervenção do Estado no setor agrícola, uma vez que ele pressupunha que "o complexo rural não se quebra espontaneamente, pelo simples fato de que a sociedade tem aplicações mais produtivas para os fatores usados na produção natural. Há que induzi-lo ou mesmo compeli-lo a alterar sua estrutura" (RANGEL, 2005a:109).

Na ideologia defendida pelo grupo da Assessoria, a afirmação de que a industrialização solucionaria os problemas nos países subdesenvolvidos, estava imbuída de um "discurso" que promulgava a igualdade e estava dotado de certo altruísmo. Nessas condições, ficava implícita a idéia de que o desenvolvimento (enquanto um advento da indústria) resultaria em melhores oportunidades aos cidadãos brasileiros, numa perspectiva que associava crescimento econômico à libertação, à autonomia nacional.

Entretanto, deve-se elucidar que esse tom "altruísta" pode ser facilmente desfeito através de uma leitura um pouco mais atenta. Assim, ao demonstrar-se preocupado com a questão da distribuição de renda ou com o modo de vida camponês, Ignácio Rangel não estava fazendo outra coisa se não defendendo a viabilidade de um projeto de "desenvolvimento nacional" a partir da industrialização.

Outra similaridade entre as percepções apresentadas por esses intelectuais se refere à concepção que eles demonstravam ter a respeito de suas funções no serviço público. Nesse sentido, os três "servidores", em diversos momentos de seus textos, reafirmaram ter pouco interesse financeiro, apontando que seu desempenho nos cargos

governamentais se dava em prol do "desenvolvimento" do país e seria mais importante que a própria remuneração dessas tarefas.

A esse respeito, Ignácio Rangel, no prefácio de *A Inflação Brasileira*, escreveu: "À minha esposa, que se priva e aos nossos filhos do salário ao qual ela sabe que eu teria acesso se estivesse trabalhando em coisas mais... práticas do que estas pobres teorias, nada agradeço, porque afinal, este é o nosso trabalho" (RANGEL, 2005a:559).

Já Soares Pereira (1988:31) afirmou que: "[...] as circunstâncias permitiram que a minha atuação no serviço público civil, principalmente a partir de 1935, se constituísse em fundado motivo de orgulho para mim".

Ainda como demonstração de seu "espírito patriota", Jesus Soares, escreveu[271]:

> [...] propus-me a tentar a elaboração de um plano de desenvolvimento da indústria de eletricidade [primeiro Plano Nacional de Eletrificação], no Brasil, à base de esforço voluntário de técnicos que estivessem convencidos da ingente conveniência de tais estudos. Esperava obter, como consegui, que o patriotismo consciente superasse a falta de meios (PEREIRA, 1988:73).

Nesse aspecto, sua obra póstuma (*O homem e sua ficha*), escrita em 1965 e só publicada alguns anos depois, revela muito da relação que ele possuía com o serviço público. A própria concepção da obra já demonstra isso, uma vez que se trata de uma "resposta" daquele funcionário que, depois de ter servido ao Governo por mais de 30 anos, foi cassado pelos militares. Segundo ele escreveu em vários momentos naquela obra, ela constituía seu "direito de resposta"; ela era sua própria defesa, uma oportunidade que os militares que o cassaram não teriam- no dado.

Foram duas, aliás, as obras publicadas sobre a vida e a atuação profissional de *Jesus Soares: Petróleo, energia elétrica, siderurgia* (1975) e a já destacada *O homem e sua ficha* (1988). A primeira delas foi prefaciada por Rômulo Almeida e a segunda, por Ignácio Rangel, sendo, portanto, mais um demonstrativo da proximidade que existia entre eles.

Foi nessa última obra também que, analisando a sua atuação enquanto servidor

[271] - Sobre essas alusões ao "Jesus Soares patriota", que podem ser vistas em vários momentos nas suas obras, ele chamou a atenção para o fato de achar mais apropriado a utilização do termo "patriota" em lugar de "nacionalista", por considerar que essa última terminologia traria um sentido de xenofobia. Dadas as diferenciações terminologias, fica evidente, mais uma vez, que esta era a grande discussão do período.

público, Soares Pereira se definiu: "Sempre fui um servidor público compenetrado de suas obrigações. Uma espécie de Quixote. [...] Na medida dos meus conhecimentos, das minhas forças e da minha inteligência, procurei servir com amor, com dignidade e com eficiência ao meu país" (PEREIRA, 1975:169).

Almeida, de maneira bastante semelhante, dizia que o serviço público era sua "vocação maior" (Souza, 2006:71). Ao ter sido convidado pelo presidente Jânio Quadros a organizar um sistema de planejamento, Rômulo Almeida também teria demonstrado total "dedicação ao serviço público" ao afirmar que: "[...] como funcionário público, estava pronto a atender quaisquer designações para postos que fossem administrativos" (*id., ib:*297).

Foi provavelmente com base em demonstrações como essa que a dedicação de Almeida teria sido inclusive reconhecida em carta enviada pelo presidente Vargas, quando aquele, ao ter sido empossado presidente do BNB (Banco do Nordeste Brasileiro), em 1954, se desligou da Assessoria para se dedicar ao novo cargo. Assim teria escrito Vargas: "Cumpre-me deixar aqui consignado o meu reconhecimento pela dedicação, pelo zêlo [*sic*] e pela *lealdade* com que colocou ao serviço do Govêrno [*sic*] os seus aprofundados conhecimentos dos nossos problemas econômicos financeiros" (ALMEIDA, 1995:28- grifo inserido pela autora).

Ainda considerando as similaridades existentes entre as análises realizadas pelos principais membros da Assessoria é interessante destacar que, de forma semelhante à análise rangeliana da dinâmica da dualidade e sua atuação nos quadros do poder, Jesus Soares apresentou um esquema em que demonstrou como se processavam as mudanças políticas no país. De acordo com ele:

> [...] processaram-se sempre alguns avanços, sem dúvida, mas como reflexos retardados de mudanças que se verificavam no exterior; e as atitudes progressistas, assim assumidas, jamais deixaram de ser encaradas como defecção – e o era, com efeito - pelos quadros tradicionais, quase exclusivos (PEREIRA, 1988:155).

Essa análise se demonstra bem semelhante à argumentação desenvolvida por Ignácio Rangel já na década de 1950 (na sua teoria da dualidade). Ele afirmava que:

> O Estado brasileiro não pode senão refletir a dualidade básica da economia e da sociedade. [...] Esta está continuamente sob pressão das forças sociais retrógradas e avançadas, candidatas a participar da cena política propriamente dita: buscando as primeiras voltar ao poder, e as segundas ter assento nele. [...] As revoluções brasileiras têm o típico caráter de atos homologatórios de transformações já acumuladas na economia, na sociedade civil e no próprio Estado [...] (RANGEL, 2005b:553-554).

Essas colocações demonstram que era comum aos dois assessores a idéia de que havia uma dinâmica interna à economia brasileira, mas que esta era menos relevante se comparada à intensidade que as mudanças externas adquiriam no país. Este era, nas palavras de Rangel, o movimento que a dualidade (inerente à economia e sociedade brasileiras) impingia à realidade nacional.

As semelhanças entre a abordagem de Rangel e a de Jesus Soares não param por aí, elas também estão presentes na terminologia utilizada por ambos. Segundo afirmação de Soares, "as sociedades humanas são organismos vivos de natureza especial" e que, por isso mesmo, "a atividade econômica que nele se processa, sendo basicamente indispensável à existência e ao desenvolvimento, condiciona as atividades restantes, [...] já que nenhuma delas deixa de participar do comportamento do conjunto" (PEREIRA, 1988:166).

Numa linguagem muito próxima, Ignácio Rangel (2005a:90), décadas antes, havia destacado que: "Essas 'células' do organismo econômico, assim como as do organismo vivo, apresentam distintos graus de diferenciação conforme a estrutura do próprio organismo, ou seja, são mais ou menos especializadas".

Deve-se destacar que, não obstante as semelhanças teóricas retomadas nas análises de Ignácio Rangel e de Jesus Soares, é nas discussões em torno da questão inflacionária que essas proximidades se tornam mais evidentes.

De acordo com os referidos autores, dado um diagnóstico equivocado, de que a inflação exacerbava a demanda interna, conduzia-se o combate à inflação sem os devidos cuidados em relação ao organismo econômico que vinha operando graças a ela, ou apesar dela, sob o risco de advir uma recessão (PEREIRA, 1988:179; RANGEL, 2005a:593).

A solução preconizada, uma vez que a análise inicial era equivocada, estaria longe de resolver a situação já que previa uma contenção salarial (Pereira, 1988:179). Esta era também a grande crítica presente na obra rangeliana, *A Inflação Brasileira*: "Na raiz de

todos esses equívocos vamos encontrar a absurda teoria de que o Brasil é um país de muito elevada propensão a consumir", e partindo desse raciocínio, a solução para controlar a inflação estaria na necessidade de "comprimir o consumo", através da compressão dos salários (RANGEL, 2005a:573 e 637).

Como forma de superar essa situação, Jesus Soares argumentou que:

> Para que a demanda global se mantenha em ritmo de expansão adequado é indispensável que se processem investimentos consideráveis no setor onde a capacidade produtiva continua deficiente, entravando a economia [...], ou seja, no setor público, estrito ou assemelhado, nas condições brasileiras. [Pois] o setor público da economia nacional retardou-se de maneira perigosa para o desenvolvimento do País [...], pela insuficiência da oferta de energia elétrica e pelas deficiências dos serviços de transportes e de comunicações, bem como no que concerne às falhas dos serviços urbanos, na sua generalidade (PEREIRA, 1988:175).

De forma semelhante, Rangel (2005a:526) chamou a atenção para o fato de que esses serviços, denominados por ele de *serviços de utilidade pública* "se apresentavam como a medula do setor retardatário da economia", eram portadores de uma capacidade ociosa que deveria ser utilizada para o "reerguimento da taxa nacional de formação de capital".

Assim, para ambos os assessores, o combate à inflação deveria ser buscado pelo aumento da oferta e não pela redução da demanda, como as políticas inflacionárias, pautadas em modelos estrangeiros, sugeriam.

Nesse sentido, ambos apontavam a necessidade de estudos específicos para que se pudesse conhecer as especificidades da realidade nacional, como forma de garantir uma intervenção efetiva nessas regiões. De acordo com Soares Pereira (1988:154): "(...) o estudo e a experiência foram-me revelando que, em grande parte, os problemas do nosso país estão ainda por ser investigados do ponto-de-vista nacional".

É fundamental chamar a atenção para o fato de que esse papel "funcional" da inflação, presente nas análises de Ignácio Rangel e Jesus Soares aparecia também no Relatório da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, a qual constituía o outro viés da política de Vargas, o voltado para o capital internacional[272]. Esse relatório, por sua vez,

[272]- A esse respeito, a *V Série de Sessões da CEPAL,* ocorrida em Petrópolis, em 1953, deixava clara a admiração (e adoção) da teoria por cepalina pelo presidente Vargas, bem como a proximidade dos industriais (representados por Euvaldo Lodi, presidente da CNI, que presidiu e patrocinou esse encontro)

se pautava em princípios nitidamente estruturalistas[273].

Além disso, a teoria estruturalista da CEPAL igualmente defendia a tese de que os problemas de cada país deveriam ser analisados sob um "ponto- de - vista nacional", pressuposto que norteava os estudos desenvolvidos na Assessoria. Conforme Rômulo Almeida teria declarado: "Na Assessoria éramos muito descrentes sobre o que havia a aprender no exterior, em razão de nossas próprias características e diferenças" (SOUZA, 2006:173).

Foi justamente a partir dessa noção, de que a realidade dos países subdesenvolvidos possuía especificidades que as teorias estrangeiras não poderiam contemplar, que Jesus Soares analisou a situação inflacionária no Brasil.

Segundo ele, a saída para a inflação deveria ser analisada a partir das condições particulares da economia brasileira. Mas, ainda conforme Soares Pereira, ela "não foi até hoje objeto de estudos minuciosos, nem poderia ser fundamentada factualmente à base do esforço individual de um só economista – como o intentou Ignácio Rangel, até comprometer a própria saúde [...]" (PEREIRA, 1988:201).

Conforme essa declaração, Ignácio Rangel, num esforço individual, buscou fundamentar essa perspectiva teórica compartilhada por Jesus Soares. Essa afirmação sugere que, com base em premissas que já eram conhecidas pelo grupo da Assessoria, Rangel intentou o esforço de teorizá-las, a partir se sua já destacada capacidade de teorização. Ao que tudo indica, Rangel era de fato o teórico do grupo e com o fim dos trabalhos da Assessoria, trilharia caminhos distintos dos de Jesus Soares e Rômulo Almeida.

3.5-A trajetória dos principais assessores de Vargas após o fim da Assessoria:

Após o suicídio de Vargas, Rômulo Almeida se elegeu deputado federal pelo PTB da Bahia, em 1954, mas dois meses depois de ter iniciado seu mandato ele renunciou ao

---

com essa perspectiva analítica e sua participação no pacto corporativo firmado por Vargas[272] (LEOPOLDI, 1994:187).

[273]- Segundo Sola (1998:107-108) esclareceu, esse diagnóstico tinha a "aura de um enunciado estruturalista", ao afirmar o papel funcional da inflação no processo de formação de capital, pelo fato de que a inflação teria impulsionado a industrialização, ao encorajar os investidores à "tomada de riscos".

cargo para assumir a Secretaria da Fazenda baiana. Após esse período, Almeida exerceu diversas funções públicas. Rômulo Almeida foi vice-presidente da Rede Ferroviária Federal (em 1957)[274], reassumiu seu mandato como deputado nesse mesmo ano (exercendo-o por mais cinco meses), e em 1959 foi secretário para "Assuntos do Nordeste" no governo Juraci Magalhães e representou a Bahia na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE (CARNEIRO, 2001:149-150).

Já Soares Pereira, se manteve inteiramente afastado do serviço público durante todo o governo Jânio Quadros, mediante uma licença-prêmio, embora tivesse recebido convites para chefiar o gabinete técnico do Ministério de Minas e Energia e, também, o de Agricultura. No governo Goulart foi eleito diretor da Cia. Siderúrgica Nacional, por indicação do mesmo Almirante Lúcio Meira, reintegrando-se na administração pública (PEREIRA, 1975:161).

Por sua vez, Ignácio Rangel, permaneceu nos quadros do poder, como ele retratou no prefácio à obra de Jesus Soares, publicada ao final dos anos 1980:

> Fui, com efeito, indagado sobre se estaria disposto a servir ao governo, ao que respondi que nesse serviço já estava, visto como nem me demitira, nem fora cassado. Guardava, assim, liberdade para ajuizar da decência e do patriotismo do que me fosse solicitado, mas acrescentei que já vira em meu país governos das mais contraditórias extrações prestarem serviços à sociedade brasileira, e não me sentia inclinado a negar ao novo governo, *a priori*, a possibilidade de voltar a fazê-lo (PEREIRA, 1988:13).

Ainda conforme Rangel (1991:15), com o fim dos trabalhos da Assessoria:

> A Casa Civil perguntou, em nome do presidente [Café Filho], se eu desejava alguma coisa do serviço público. Eu estava sentindo que aquilo estava acabando e disse: "O BNDE está se formando, está recebendo funcionários interinos com o compromisso de fazerem concurso quando vier. Se o Banco quiser me aceitar nessas condições, ficarei muito feliz". Como eu era formado em direito e não em economia, eles iam imaginar que eu queria ir para o Departamento Jurídico do Banco. Mas eu disse: "Não, eu quero o departamento Econômico".

[274] - Esse convite para ocupar o cargo de vice-presidente executivo da Rede Ferroviário Federal teria partido do Ministro dos Transportes Lúcio Meira, o militar que havia participado de alguns projetos da Assessoria Econômica de Vargas.

Ele entrou no BNDE em 1954 e permaneceu vinculado àquela instituição até o final da sua vida, conforme mencionado no capítulo 1. Ainda sobre o final dos trabalhos da Assessoria, com o suicídio do presidente Vargas, Ignácio Rangel (também no prefácio da referida obra de Soares Pereira) demonstrou que, nos anos 1950 (ao contrário do que ocorre atualmente), ele gozava de prestígio entre os universitários brasileiros. Por isso é que, segundo ele, o coronel que o inquiriu acerca do processo que resultaria na cassação de Jesus Soares, lhe solicitou que "[...] usando do prestígio que me atribuía junto à juventude universitária do país, lançasse um apelo por mais tolerância para com o novo governo e as classes armadas", ao que ele teria recusado (PEREIRA, 1988:13).

Sendo assim, diferente do que até então se acreditava, apesar dos trabalhos que realizava na Assessoria (os quais o inseriam num anonimato, como já demonstrado), as teorias de Rangel parecem ter sido repercutidas entre a juventude da época, conforme a citação anterior demonstrou.

Já no que se refere à relação entre os principais integrantes da Assessoria Econômica (Soares e Almeida, incluindo Lúcio Meira), em uma de suas entrevistas, Ignácio Rangel (1991:13) teria dado informações importantes a esse respeito: "ainda hoje [início dos anos 1990] nós temos – os que estão vivos, porque alguns membros da Assessoria já morreram. Mais ou menos uma vez por mês nos reunimos para almoçar. (risos) Ainda hoje. E formou-se realmente um grupo muito sólido".

Mas voltando à relação com o presidente Vargas, é relevante destacar que a diferença essencial entre Rangel e Soares Pereira estava no fato de que este último, por ter sido "muito vinculado à figura de Vargas", teria tido seu nome sido vetado para ocupar alguns cargos, nos anos seguintes, como a divisão econômica do CNP (Confederação Nacional do Petróleo), até que fora cassado, no pós-1964 (PEREIRA, 1988:82). Afora essa diferença, fica evidenciado ainda que os três assessores em questão afirmavam-se empenhados num projeto de "modernização" que era considerado legítimo e viável, e não poupariam esforços para a sua execução. Essa é a idéia que ficou explícita nas seguintes frases de Soares:

> Num voluntariado de boa-vontade para com o futuro governo, fosse qual fosse o presidente da República eleito, deliberamos num pequeno grupo de economistas, com Ignácio Rangel à frente, empreender a elaboração de Bases para um novo Programa de Metas, em que se analisaram as etapas vencidas pelo desenvolvimento nacional e se

> evidenciaram as necessidades novas a atender e os meios mobilizáveis para satisfazê-las (PEREIRA, 1988:84).

Uma vez mais, a atuação intelectual de Rangel, aparece citada como tendo sido primordial às tarefas executadas pelo grupo da Assessoria, o qual via no Estado a força essencial para a coordenação desses trabalhos.

Ainda no que se referia à relação com o presidente, Rômulo Almeida afirmou: "[...] o governo Vargas criou todas as entidades, que seriam a base, a própria catapulta para todo o programa de desenvolvimento posterior" (SOUZA, 2006:125). Vargas era, nessa perspectiva, o "grande líder nacional", apesar da oposição que Almeida lhe fizera em seu primeiro governo, conforme já destacado.

Seguindo essa mesma premissa, Jesus Soares Pereira destacou:

> [...] Dediquei todos os esforços de que era capaz ao desenvolvimento dos setores da economia nacional [...] e o fiz sob a orientação direta do ex-chefe do Estado Novo – o presidente Getúlio Vargas, de cujos propósitos patrióticos, então, nenhum elemento objetivo tenho para pôr em dúvida, sequer, nem quanto à lisura, também. [...] Depondo de público a tal respeito, julgo do meu dever assinalar, numa justa homenagem à memória do grande líder nacional, que nenhuma atitude sua, um só dado objetivo do meu conhecimento poderia fundamentar declaração diversa da que ora aqui faço (PEREIRA, 1988:126).

Prosseguindo seu enaltecimento à figura do presidente, Jesus Soares prosseguiu:

> A Getúlio Vargas, portanto, esta homenagem de um colaborador obscuro que se manteve ao seu lado até a hora extrema e que não lhe nega a obra construtiva, não a negaria mesmo que a ela fosse de todo alheio – pois a construção do Brasil Brasileiro do futuro é o que conta para mim (PEREIRA, 1988:129).

Considerando essas afirmações é importante perceber (para além da exaltação da imagem construída acerca do presidente Vargas, tido como o "grande líder nacional"), a confirmação do papel político que os assessores desempenhavam, ou seja, eles eram, nas palavras de Soares Pereira, "colaboradores obscuros" do Presidente ao qual demonstravam fidelidade e orgulho por participarem do processo de "modernização" do

Brasil, ou da "construção do Brasil (brasileiro, demonstrando o aspecto nacionalista desse projeto) do futuro".

A esse respeito, Rômulo Almeida declarou que o governo Vargas, com a participação de sua Assessoria, criou a infra-estrutura necessária ao crescimento econômico alcançado com Juscelino Kubitscheck. Segundo ele:

> O Plano de Metas de Juscelino foi feito em cima do BNDE, em cima da legislação sobre a eletricidade, da Petrobrás, dos Recursos do fundo rodoviário, que ampliamos durante o Governo Vargas [...] o desenvolvimento de eletricidade, de infra-estrutura, de indústria de base, era uma continuidade (ALMEIDA, 1986:82).

Deve-se observar ainda que Ignácio Rangel, a partir de uma leitura dualista da sociedade brasileira, considerava que para além da atuação de Getúlio Vargas, houve a incidência das forças externas que propiciaram o êxito alcançado naquele contexto. Conforme Rangel descreveu: "Getúlio governou quando a economia mundial estava em expansão – a fase A do ciclo longo" [275] (RANGEL, 2005b:480).

Sendo assim, com base na sua teoria da dualidade, Rangel acreditava que as circunstâncias externas, (as quais exerciam grande influência sobre a economia brasileira, enquanto economia subdesenvolvida, "complementar" às economias centrais) colaboraram substancialmente para o êxito do governo Vargas.

Considerando ainda a relação desses assessores com o presidente, é importante destacar a percepção de Rômulo Almeida sobre o regime fascista. Segundo ele, "o fascismo era um equívoco total, porque o fascismo é a pressa contra a natureza humana, contra o processo normal de informação e de amadurecimento da sociedade, de mudanças, ajustamentos e participação" (ALMEIDA, 1986; 38).

Esse tipo de afirmação, conforme já assinalado, ia ao encontro de uma necessidade, percebida pelos intelectuais que participaram do processo de constituição da ideologia que fundamentaria as práticas do governo Vargas (desde os anos 1930, com Oliveira Vianna e Azevedo Amaral), de dissociarem a política varguista do fascismo[276]. Mas o fato era que a expressão autoritária de Vargas, que estava muito mais evidenciada em seu primeiro governo, esteve velada em sua volta ao poder, em sua

[275] - Retomando a datação das dualidades, apresentada no capítulo anterior, o 2º Governo de Vargas, ao qual Rangel fez referência coincidiu com a fase A do 4º Ciclo Longo (ou Kondratiev) que teria correspondido ao período de 1948 a 1973. Essa datação encontra-se em Rangel (2005b:262).
[276] - Essa questão será retomada no capítulo 5.

"jogada para a sobrevivência [...] naquele lance de trabalhadores do Brasil", conforme palavras do próprio Rômulo Almeida, em citação já retomada anteriormente.[277]

Essa preocupação em dissociar a política de Vargas de qualquer prática autoritária também foi demonstrada por Jesus Soares, o qual deixou bem claro qual era a situação naquele contexto. Segundo ele afirmou: "[...] Recebi recomendações expressas de meus superiores administrativos para não usar a palavra *plano* porque tinha uma conotação socialista incompatível com o Estado Novo. [...] Estava assim implícito que as afinidades do Estado brasileiro eram com o regime fascista italiano" (PEREIRA, 1975:48).

É curioso perceber ainda, a utilização de elementos cristãos nessa tentativa de dissociar a política de Vargas das práticas fascistas[278]. Nesse sentido, Rômulo Almeida teria afirmado que: "Todo o progresso econômico é vão sem instituições que traduzam a mensagem cristã" (SOUZA, 2006:32).

Aliás, o vínculo que Rômulo Almeida mantinha com a Igreja também pode ser visto na participação desta instituição no lançamento das ações do Banco do Nordeste, do qual ele fora organizador e primeiro presidente. Como ele mesmo teria esclarecido: "[...] nós enviamos correspondência para todos os bispos do Nordeste, e até para alguns vigários de cidades maiores, solicitando colaboração"[279].

Tais colocações deixam latente a idéia de que permanecia na Assessoria princípios fascistas/autoritários, embora veementemente negados pelo grupo, que os aproximava do que havia sido Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, por exemplo, no primeiro governo de Vargas.

3.6 - Considerações Finais:

Conforme as informações apresentadas neste capítulo demonstraram, a Assessoria Econômica do presidente Vargas foi fundamental para a carreira de Ignácio Rangel no serviço público. Ela foi a sua porta de entrada no aparelho de Estado e, mais do que isso, os temas que comporiam a teoria rangeliana, nos anos seguintes, podem ser

[277] -*idem*, *ibid*.:43.
[278]- Na verdade, a presença desses "elementos cristãos" pode ser observada no projeto ideológico formulado pelos intelectuais dos dois governos de Vargas, em Rômulo Almeida, como demonstrado e, também em Oliveira Vianna, como será demonstrado no capítulo 5.
[279] -*Idem*, *ibid*.:127.

visualizados nas discussões que constituíram a "pauta" da Assessoria.

Nesse sentido, ao analisar os temas e questões apresentados por Rômulo Almeida e Soares Pereira (os quais, juntamente com Rangel, compuseram o núcleo dessa Assessoria), nota-se com clareza a semelhança entre essas abordagens e a teoria rangeliana. Entretanto, percebe-se também que Ignácio Rangel desenvolveu um modelo teórico (pautado na dualidade brasileira) no qual as questões abordadas pelo grupo da Assessoria foram apresentadas com muito mais profundidade que nas (poucas) análises realizadas por aqueles intelectuais. Rangel, aliás, foi o único dentre os assessores de Vargas, a apresentar uma produção teórica sistemática e suas análises, se comparadas às dos demais intelectuais, foram muito mais complexas e abrangentes.

Utilizando-se de um amplo referencial teórico (como o estruturalismo cepalino, as teorias de Lênin, Kondratiev e Schumpeter), Rangel se empenhou em compreender os mecanismos de desenvolvimento da economia e o impacto que os movimentos ocorridos nas economias centrais ocasionavam na dinâmica interna da economia brasileira.

Considerando-se sua ampla produção teórica, bem como as referências feitas a Rangel, por Rômulo Almeida e Jesus Soares (destacadas no decorrer deste capítulo)[280], acredita-se que ele foi o "grande teórico" do grupo de assessores de Vargas e desenvolveu com profundidade todas as questões levantadas na Assessoria. Nesse sentido, as evidências apresentadas respaldam a hipótese de que as análises produzidas por Rangel foram influenciadas pelas questões (bem como pela ideologia) discutidas pelo grupo da Assessoria.

De maneira geral, acredita-se que a base da teoria rangeliana e sua fundamentação teórica foram, essencialmente, desenvolvidas nos trabalhos que ele realizou na Assessoria. Mas, dada a sua perceptível capacidade analítica e argumentativa, Ignácio Rangel foi além e desenvolveu com profundidade e de forma criativa todas as temáticas discutidas à época em que se dedicou à "boemia cívica", ao lado, sobretudo, de dois outros boêmios, Jesus Soares e Rômulo Almeida.

---

[280] - Essas referências se remetem ao fato (já apresentado) de Rômulo Almeida ter tomado conhecimento das análises de Rangel e lhe encomendado um estudo sobre o desenvolvimento africano o qual resultou no convite, feito pelo presidente Vargas (ao qual Rangel foi apresentado por intermédio de Almeida), para que ele compusesse a equipe da Assessoria; ao estudo do babaçu, realizado por Rangel no Programa de Energia Florestal de 1953; à sua participação no diálogo entre Jesus Soares e Lúcio Meira sobre a Instrução 70 da Sumoc; ao seu "esforço individual" (segundo Soares Pereira) para desenvolver um estudo sistemático sobre a inflação brasileira e à sua liderança nos estudos para um "novo Programa de Metas", nos quais teriam sido analisadas as etapas do desenvolvimento brasileiro até ali e as novas necessidades que se apresentavam para a continuidade desse projeto.

Suas análises possuíam um interesse explícito: compreender as leis que incidiam sobre a economia (e sociedade) brasileira visando realizar uma intervenção nesse processo. É o princípio "conhecer para intervir", a partir do qual a teoria rangeliana foi desenvolvida.

Sendo assim, o modelo teórico desenvolvido por Ignácio Rangel, longe de apresentar uma leitura "desinteressada" da realidade brasileira e de suas especificidades, contém um projeto político-ideológico que defendia seus interesses de classe (dos tecnocratas) e esse foi o elemento que vinculou Rangel a um grupo destacado de intelectuais, não só os que compuseram a Assessoria Econômica do presidente Vargas, mas também os da CEPAL e os do ISEB, como será demonstrado no próximo capítulo.

Por outro lado, esse interesse em formular um projeto ideológico para o país também aproximava Rangel de outros grupos de intelectuais, como os intelectuais da direita (os "não-nacionalistas"), como foi o caso de Roberto Campos, com o qual Rangel trabalhou no BNDE[281]. Em suma, Rangel, e todos esses intelectuais (nacionalistas ou não), eram componentes da "elite orgânica" no Brasil, ou seja, a "parcela esclarecida da burguesia"[282] a qual buscou formular e desenvolver um projeto político-ideológico para o "conjunto das classes dominantes, apresentado não só como de interesse coletivo do capital, mas da própria nação"[283]. Essa atuação foi indubitavelmente favorecida pela posição estratégica que esses tecnocratas ocupavam: a de "servidores" dos órgãos que compunham o aparelho de Estado.

[281]- No ano em que Rangel entrou no BNDE, 1954, Roberto Campos era superintendente do Banco o qual ele presidiu entre os anos de 1958 e 1959.
[282] - De acordo com a análise proposta por Dreifuss (1986:26).
[283] - *Id*., *ib*.

Capítulo 4 - Ignácio Rangel e a tecnocracia brasileira.

Com o objetivo de abarcar a participação política de Ignácio Rangel no contexto de consolidação da chamada tecnocracia[284] brasileira e, sobretudo, identificar a existência de uma ideologia que o vinculava a um grupo específico de intelectuais, é fundamental que se aprofunde, para além da já estudada Assessoria Econômica de Vargas, a análise do quadro ideológico no qual esse grupo estava inserido.

Desse modo, deve-se destacar que as características[285] visualizadas no processo de entrada de Ignácio Rangel (e de Rômulo Almeida, dentre outros), para os quadros administrativos do Estado não se restringiram ao grupo da Assessoria de Getúlio Vargas, mas constituíram uma marca indelével dos anos 1950.

Nesse sentido, é essencial enfatizar que esse período marcou a consolidação de um "novo" projeto (ou modelo) político de "desenvolvimento" e com ele, a reestruturação do Estado brasileiro[286]. Foi justamente essa reforma administrativa que

---

[284] - Uma vez mais, a exemplo dos capítulos anteriores, reitera-se que, como Sola (1998:152) esclareceu, o uso da expressão "tecnocracia" ia além da concepção de que a autoridade derivava de uma questão "estritamente técnica", ela refletia uma "auto-imagem" marcada por uma "aura ética" que os diferenciava das práticas políticas "convencionais". Esses tecnocratas, a partir dos anos 1950, construíram a auto-imagem de que eles constituíam uma "transformação" do quadro político brasileiro.

[285] - Essas características, as quais foram exploradas no capítulo anterior, são basicamente a importância do saber técnico, a lealdade à ideologia desenvolvimentista adotada no governo Vargas (lealdade essa que, ao menos naquele momento, se estendia ao próprio presidente) e um notável "trânsito" desses intelectuais dentro dos diferentes grupos que, igualmente, estavam inseridos no poder, enquanto partícipes da "aliança" política firmada por Getúlio Vargas: os latifundiários (essencialmente os voltados à exportação os quais, embora passaram a ocupar posição política secundária no pós-1930, não foram excluídos dessa aliança) e a "ala nacionalista" dos industriais e dos militares. Como será discutido no próximo capítulo, a inserção desses intelectuais nos quadros de poder foi possibilitada por uma política *corporativa*, a partir da qual representantes de diferentes setores sociais tiveram acesso ao aparelho de Estado, como forma de "reivindicar" seus interesses.

[286]- De acordo com Sola (1998:53-55), a reestruturação institucional do Estado, associada à implantação de um "novo" projeto de desenvolvimento para o Brasil (pautado num esforço de industrialização intensiva), que na realidade intensificava um projeto existente desde o Estado Novo, se refere a novas modalidades de inserção dos técnicos no aparelho estatal e fazia parte de um processo de mudança parcial nas relações entre o Estado e certos setores da sociedade (as elites empresariais e governamentais). Esse processo viabilizou a concentração de técnicos em novos órgãos estatais (como a já destacada Assessoria Econômica de Vargas, por exemplo) estratégicos para o projeto de desenvolvimento e os manteve "insulados" em relação às pressões diretas do sistema partidário.

Nesse sentido, deve-se destacar também que o segundo governo de Vargas marcou um período de reafirmação do desenvolvimentismo, uma vez que o governo Dutra, que o antecedeu, esteve vinculado ao pensamento liberal. A concentração de técnicos nos cargos de poder no governo varguista seria um "reforço ideológico" ao modelo desenvolvimentista, diante da ascensão liberal ocorrida no governo anterior.

viabilizou a concentração de técnicos, como Ignácio Rangel, em novos órgãos estatais, os quais se tornaram estratégicos para a viabilização do projeto desenvolvimentista.

Considerando esse contexto, Alzira Alves de Abreu (2005:97) destacou que o período de transição da sociedade agrária brasileira para uma sociedade industrial, e a busca por orientação da política de desenvolvimento, daí advinda, foi marcado por um grande interesse da intelectualidade brasileira em exercer influência sobre os centros de poder.

Sendo assim, o que se observa é que intelectuais vinculados a diferentes grupos (ou frações de classe), buscaram analisar a realidade nacional não simplesmente com o intuito de teorizá-la, mas, essencialmente, com a intenção de desenvolver projetos que os viabilizasse a participar do processo de tomada de decisão, direta ou indiretamente, a partir de sua inserção nos quadros de poder.

Dentre os atores políticos inseridos nessas discussões, esta análise destaca os industriais (através de órgãos como a CNI - Confederação Nacional da Indústria - e a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - ou instituições vinculadas ao Estado, como o CNPIC – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial), os intelectuais agrupados em torno do ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros - e da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe - e os comunistas filiados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Esses atores, através das referidas instituições, buscavam viabilizar seus projetos políticos a partir da abertura do aparelho (corporativista) de Estado e a consequente agregação de representantes de diferentes classes sociais nos quadros de poder.

Deve-se esclarecer, que a escolha das referidas instituições as quais (dentre outras) estavam no centro das discussões emergidas na década de 1950 (sobre o modelo de crescimento econômico a ser adotado no período), se deve essencialmente ao fato de aqueles órgãos terem desempenhado um papel primordial na formulação da teoria rangeliana.

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, foi mediante sua participação no PCB, na CEPAL e no ISEB que Ignácio Rangel erigiu as bases de sua fundamentação teórica a qual ora se aproximava dessas teorias ora, se afastava. Foi, portanto, a partir de sua atuação nesses órgãos, que se somam à já discutida Assessoria Econômica de Vargas, que Ignácio Rangel desenvolveu sua teoria econômica.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é demonstrar a proximidade dos posicionamentos tomados pelo ISEB e pela CEPAL, bem como os “pontos de contato”

existentes entre os projetos que esses órgãos desenvolveram e a ideologia defendida pelo PCB, ao qual Rangel esteve vinculado até o final dos anos 1940. Portanto, a intenção é demonstrar a proximidade do pensamento de Ignácio Rangel com as questões que eram discutidas naquelas instituições.

Como foi indicado no capítulo anterior, o que essencialmente vinculava esses intelectuais foi o fato de eles se empenharam em propor projetos políticos com a intenção de influenciar as ações governamentais, defendendo suas próprias posições dentro do aparelho de Estado, no comando político da Nação.

A priori, deve-se esclarecer que, embora se reconheça as mudanças nas ênfases dadas pela CEPAL e pelo ISEB aos seus projetos políticos[287], para os fins desta análise, serão buscados os eixos ideológicos que permaneceram praticamente inalterados ao longo da história de ambas as instituições. No caso do PCB, este estudo buscará demonstrar como as modificações na política do Partido incidiram sobre seus posicionamentos ideológicos no referido debate, ocorrido no auge do período desenvolvimentista, os quais apresentaram alguns "pontos de contato" com as discussões feitas por aquelas instituições. Mas antes de iniciar essa discussão, é importante que se retome o contexto em que a chamada tecnocracia[288] nacional se consolidou no aparelho de Estado.

4.1- O processo de consolidação da tecnocracia brasileira.

A década de 1950 (e a referida reestruturação do Estado brasileiro) marcou o auge da ideologia desenvolvimentista, a qual teve origem entre os anos 1930-1945 e foi sustentada por grupos presentes tanto no setor público quanto no setor privado. No *setor privado*, a base de apoio àquela ideologia foram as entidades representativas dos industriais, como a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). A partir dessas instituições, Roberto Simonsen

[287] - Conforme Bielschowsky (2000a:17-18) e Toledo (1977:186-190) demonstraram.

[288] - Uma vez mais, a exemplo dos capítulos anteriores, reitera-se que, como Sola (1998:152) esclareceu, o uso da expressão "tecnocracia" ia além da concepção de que a autoridade derivava de uma questão "estritamente técnica", ela refletia uma "auto-imagem" marcada por uma "aura ética" que os diferenciava das práticas políticas "convencionais". Esses tecnocratas, a partir dos anos 1950, construíram a auto-imagem de que eles constituíam uma "transformação" do quadro político brasileiro.

concebeu e divulgou uma estratégia de industrialização legitimada, sobretudo, pela liderança que ele exercia entre os industriais[289].

Assim como a FIESP e a CNI foram as instituições que mais se destacaram na sustentação da ideologia desenvolvimentista no setor privado, o Estado Novo representou fortemente a defesa daquela ideologia econômica por parte do *setor público*.

Essa "defesa" do desenvolvimentismo por parte do Estado, conforme Bielschowsky (2000b) demonstrou, resultou na criação de agências administrativas dentro das quais foram pensadas as "questões nacionais" que fundamentariam, na prática, a ideologia desenvolvimentista. E nesse sentido, a própria elite empresarial dialogava com instituições do Estado, propiciando um "intercâmbio" entre a ideologia industrial e a ideologia desenvolvimentista do setor público[290].

Com base nessa realidade, Sola (1998: 47) destacou que o desenvolvimentismo[291] (assim como o liberalismo) era articulado, e sistematicamente transmitido, por profissionais que ocupavam postos-chave nos quadros do Estado, e não a partir de partidos políticos. Nessa perspectiva, a falta de representatividade do sistema partidário brasileiro no início do período desenvolvimentista (marcado por práticas coronelísticas e autoritárias, que consolidaram a extinção dos partidos políticos em 1937) não significou a ausência de ideologias efetivas, as quais de fato não eram transmitidas por partidos políticos (à exceção do PCB, que permaneceu ilegal em grande parte de sua história), mas no interior do aparelho de Estado.

Deve-se destacar ainda, que a existência de um constante diálogo entre os empresários industriais do período e os representantes do Estado foi possibilitada pela

---

[289] - Bielschowsky, 2000b:78.

[290]-A presença de Rômulo Almeida (a convite do próprio Simonsen) e de Ignácio Rangel no Departamento Econômico da CNI (Confederação Nacional da Indústria), os quais se tornariam assessores econômicos do presidente Vargas (em 1951 e 1952, respectivamente), é um demonstrativo dessa confluência de técnicos nos setores público e privado e o referido convívio entre esses grupos (nesse caso, dos tecnocratas do Estado e dos industriais "nacionalistas"), "unidos" pelo ideal de defenderem seus interesses de classe. Outro (forte) indício dessa situação foi o fato de que, pela falta de recursos do governo para remunerar seus assessores, a CNI continuou pagando o salário de Rômulo de Almeida (Motta, 2005:06). Na perspectiva de Sola (1998:157), a presença desse grupo nacionalista, liderado por Rômulo Almeida, na CNI, demonstrou justamente essa aliança entre técnicos nacionalistas e industriais.

[291] - Deve-se ressaltar que os desenvolvimentistas não constituíam um único grupo. Havia o grupo dos nacionalistas e o dos defensores de um desenvolvimento associado ao capital estrangeiro (os que Hélio Jaguaribe denominou de "cosmopolitas"). Mas, ideologicamente, ambos os grupos possuíam o *estatismo* como ponto comum. Assim, nacionalistas e "cosmopolitas" se aproximavam no que se referia a defesa da ampliação e racionalização do Estado e de sua participação enquanto condutores desse processo. A diferença fundamental estava no papel que esse mesmo Estado deveria desempenhar. Diferentemente dos primeiros, os cosmopolitas defendiam um modelo de associação entre capital nacional e estrangeiro, no qual o Brasil seria um importante parceiro dos Estados Unidos na América Latina (SOLA, 1998:140).

participação dessa elite empresarial em órgãos governamentais, sobretudo o CFCE - Conselho Federal de Comércio Exterior, o CTEF - Conselho Técnico de Economia e Finanças e o CNPIC - Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial[292]. (MAZA, 2004:203).

Por outro lado, para que o quadro político do período fique completo, é imprescindível citar a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em 1944. A CPE era um órgão subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e, essencialmente, caberia àquela Comissão: "elaborar planos gerais ou especiais sobre a utilização e desenvolvimento progressivo dos recursos econômicos do país, centralizar e coordenar os planos e projetos referentes à economia nacional, elaborados por quaisquer órgãos, comissões e conselhos públicos" (Regimento da CPE, *Diário Oficial da União,* 03/10/1944 – cap. II, art. 4).

Conforme a análise de Maza (2004:206), a criação da Comissão de Planejamento Econômico foi a forma encontrada por Getúlio Vargas para contrabalançar as propostas do CNPIC, que na época tinha como relator Roberto Simonsen. Dessa maneira, o referido debate Simonsen/ Gudin foi institucionalmente polarizado na CNPIC e na CPE, através de pareceres e relatórios técnicos.

A partir dessa contextualização, fica evidenciada a perspectiva analítica de Draibe (2004:76) na qual o avanço do processo de constituição de um Estado nacional e

---

[292] - O Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) foi criado em 1934 e visava a centralização da política de comércio exterior. Compunham o CFCE, entre outros, representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda, da Agricultura, do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Viação e Obras Públicas, do Banco do Brasil e da Associação Comercial, todos designados pelo presidente da República. Posteriormente, com a ampliação de suas funções, o Conselho passou a incluir também representantes de entidades privadas. O CFCE foi extinto em 1949, sendo substituído pelo Conselho Nacional de Economia (CPDOC, Diretrizes do Estado Novo - CFCE).

De acordo com o dossiê produzido pelo CPDOC (Diretrizes do Estado Novo – CTEF), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) foi instituído em 1937, enquanto um órgão técnico e consultivo do Ministério do Trabalho. Ao CTEF cabia a função de disciplinar os empréstimos públicos externos e a elaboração de normas para padronizar os orçamentos estaduais e municipais. Esse Conselho teve papel destacado na discussão das políticas siderúrgicas e petrolíferas. O CTEF foi extinto em 1971.

Já o CNPIC, foi criado em 1943 com a finalidade de "fixar a política industrial e comercial do país em função das suas necessidades e possibilidades" (artigo 1º do Regimento do CNPIC) e era presidido pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (Alexandre Marcondes Filho). O Conselho era composto por dois representantes da indústria e dois do comércio, indicados pelas respectivas entidades, um representante de cada um dos Ministérios e cinco especialistas em ciências políticas e sociais, todos nomeados pelo presidente da República, com o objetivo de fomentar as atividades industriais e comerciais do país (Regimento do CNPIC - Decreto nº 16.578, de 12 de Setembro de 1944).

Em geral, esses três órgãos se inseriam no projeto estado- novista de centralização política e administrativa e expressavam canais de participação do empresariado, já que essas instituições davam acesso aos grupos empresariais no aparelho estatal, mediante a representação de interesses classistas, no sistema corporativista do Estado.

capitalista no Brasil apresentou características específicas. O Estado brasileiro inscreveu em seus aparelhos diferentes interesses sociais, os quais foram metamorfoseados em "interesses nacionais". Assim, a nova máquina burocrático-administrativa que emergiu a partir de 1930 condensava e materializava as relações e contradições básicas da sociedade, a partir de suas estruturas centralizadas (como o CFCE, a CPE e o CNPIC). Esse foi o espaço político ocupado pelos técnicos brasileiros no período em questão.

Dentro desse processo, em 1944, a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, tinha como relator o liberal Eugênio Gudin. No mesmo período, o industrial Roberto Simonsen era o relator do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), subordinado ao Ministério do Trabalho. Naquela ocasião, Simonsen organizou um relatório em que defendia a planificação da economia brasileira e o enviou a Gudin, o qual teceu sérias críticas ao documento de Simonsen. Desse episódio teve origem o debate Simonsen/ Gudin, o qual ficou conhecido como a "controvérsia do planejamento", já que esta era a questão-chave dessa discussão (MOTTA, 2005:06)[293].

Havia, nesse debate, um consenso sobre a necessidade de efetivamente industrializar a economia brasileira, a divergência estava na condução desse processo (protecionismo ou *laissez-faire*).

Gudin, por exemplo, afirmava a necessidade de um aumento da produtividade, sobretudo no setor agrícola, como forma de se obter uma ampliação na renda nacional. Além disso, ele criticava o protecionismo[294] e a ineficiência da indústria brasileira, situação que só seria mudada, conforme o referido economista, num quadro de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, o qual deveria ser atraído pelo Estado, mediante incentivos e taxas de câmbio especiais (SOLA, 1998:73).

Na perspectiva liberal de Gudin, relator da CPE, caberia ao Estado restaurar um regime competitivo, no qual o papel da iniciativa privada fosse resgatado, enquanto principal agente da industrialização, criando assim as condições propícias para que a indústria nacional pudesse concorrer com o mercado externo. Percebe-se aí um

[293] - Conforme esclarecimentos de Motta (2005:06), as críticas de Gudin ao projeto da CNPIC (do qual Simonsen foi o relator) foram publicadas em "Rumos de política econômica". Já a réplica de Simonsen foi publicada em "O planejamento da economia brasileira", e a publicação desse debate encontra-se em "A controvérsia do planejamento econômico", Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1978.

[294] - Um dos principais argumentos de Gudin para justificar sua oposição política ao intervencionismo estatal estava o fato de ele considerar que essa prática correspondia a "perigosas concessões ao socialismo". (BIELSCHOWSKY, 2000b:42)

liberalismo que na sua essência "permitia" certa intervenção estatal, desde que previamente delimitada, cabendo ao Estado o papel de impulsionador da economia nacional a qual, a partir daí, teria as condições necessárias para um bom desempenho[295].

Para os industriais, essa intervenção estatal também tinha limites bem delimitados. Nesse sentido, o representante do grupo, Roberto Simonsen, declarava que a participação do Estado deveria se dar no nível da regulamentação, coordenação e planificação da economia, ou seja, como um elemento regulador e jamais como produtor, função que caberia especificamente à classe dos industriais[296].

A principal diferença entre liberais e intervencionistas, neste aspecto, estava no fato de que apesar dos limites impostos à ação estatal, o grupo liderado por Simonsen ainda defendia um papel privilegiado ao Estado que, ao lado das chamadas "elites científicas", deveria impulsionar o processo de desenvolvimento econômico.

A referida "controvérsia do planejamento", ou o debate Gudin /Simonsen, é de fundamental importância para a compreensão do período histórico em questão e, particularmente, do cenário político (e econômico) em que Ignácio Rangel estava inserido.

Segundo Sola (1998:77), esse debate foi essencialmente politizado, já que aquela discussão sobre industrialização e planejamento continha a meta de *controlar as decisões estatais*, a qual era almejada por diferentes grupos. Essa disputa, que não era meramente teórica, estava intrinsecamente vinculada aos conflitos inerentes ao processo de redemocratização (e redistribuição de recursos políticos) pelo qual o país estava passando.

Assim, os anos 1940 - 1950 abriram novas oportunidades profissionais aos intelectuais no aparelho de Estado, consolidando a ascensão dos tecnocratas no processo de reorganização estatal (Abreu, 2005:99)[297]. A partir daquele momento, portanto, se tornava mais nítida a presença de intelectuais no poder. Era a consolidação da chamada tecnocracia brasileira.

No limiar desse processo estava a tese de que o saber técnico se tornava cada vez mais crucial para os destinos de uma Nação que almejava o crescimento econômico.

---

[295] - Bielschowsky (2000b:37) esclareceu que após os anos 1930, os liberais passaram a admitir a necessidade de "alguma" intervenção estatal, para saneamento das "imperfeições de mercado", que afetavam principalmente as economias subdesenvolvidas.

[296] - Diniz, 1978:161-162.

[297] - Deve-se destacar que embora o governo Dutra (1945-1950) apresentasse grandes diferenças em relação ao segundo governo de Vargas (1951-1954), sobretudo pela ascendência do liberalismo, permanecia a importância dada aos técnicos e aos estudos da realidade nacional (SOLA, 1998:77-80).

Emergia uma "forma tecnocrática de governar", marcada pelo desejo de revestir as decisões políticas de um caráter racional (MAZA, 2004:165).

Esse ideal tecnocrático se consolidaria, sobretudo, pela difusão da prática do planejamento no período do pós-guerra. A criação de instituições como a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (1948), a Assessoria Econômica do presidente Vargas (1951) e o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952) - refletiam justamente essa tendência advinda com o pós-guerra, de criação e execução de políticas econômicas com ênfase no planejamento, sob a direção de técnicos (sobretudo economistas e engenheiros).

No âmbito daqueles acontecimentos, a emergência da teoria estruturalista, nos anos 1950, demonstrava a tônica do debate latino-americano no período. Visando explicar as disparidades observadas entre as economias mundiais, as quais se tornaram mais latentes no pós-guerra, essa teoria afirmava que tais distinções se davam pelo fato de os países em desenvolvimento, ao contrário dos centrais, possuírem especificidades estruturais e, portanto, problemas que lhes seriam particulares.

Dentre os grandes nomes do estruturalismo na América Latina está o de Raul Prebisch, uma das notáveis influências à teoria de rangeliana. À frente da CEPAL, esse economista argentino desenvolveu estudos cuja essência era a defesa de um desenvolvimento autônomo, liderado por um Estado forte que conduzisse o processo de industrialização (através do modelo de substituição de importações), calcado na prática do planejamento.

É bem verdade, que a partir dos anos 1970 houve um revisionismo, em resposta às mudanças ocorridas na dinâmica da economia mundial, sobretudo no que se referia à questão da participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento econômico e social da América Latina, a chamada "cooperação internacional", e também no que se refere à defesa de um mercado comum nesse continente[298].

Entretanto, o eixo central da teoria estruturalista da CEPAL permaneceria: a oposição centro-periferia, a defesa da industrialização (e com ela as mudanças estruturais requeridas, tais como modificações institucionais, produtivas e tecnológicas) como o único caminho para o crescimento econômico do continente latino-americano, e o intervencionismo estatal como o grande, e até mesmo único, elemento

[298] - A defesa da cooperação nacional, e de um mercado comum na América Latina foram explicados por Prebisch (1975).

transformador[299]. Na análise (comparativa) da CEPAL, as estruturas subdesenvolvidas condicionam comportamentos específicos, de trajetórias inicialmente desconhecidas[300].

Integrado a esse mesmo processo, foi criado ainda o Grupo Misto de Estudos BNDE/ CEPAL, em 1953, do qual Rangel também participou. O objetivo central desse grupo era realizar estudos sobre a economia brasileira que possibilitassem ações intervencionistas efetivas.

Conforme as palavras de Furtado (1985:170), esse "plano de trabalho compreendia um 'diagnóstico' da situação econômica do país, um 'prognóstico' das tendências [...] vale dizer, decisões a serem tomadas pelo Governo". Nessa perspectiva regiões como o Brasil, consideradas subdesenvolvidas, deveriam ter sua realidade modificada através de políticas planejadas que resultassem na superação do "atraso" em que tais economias se encontravam. Essa questão, aliás, vinha sendo enfatizada desde 1951, pelo grupo da Assessoria de Vargas.

De maneira geral, fica nítido que aquele período foi marcado pela busca, sobretudo por parte dos economistas (dentre eles, Ignácio Rangel e o grupo da Assessoria, conforme demonstrado no capítulo anterior), de teorias que melhor explicassem as realidades dos então designados países subdesenvolvidos, destacando-se aí o continente latino-americano[301].

Esse esforço, para além de um empenho de compreensão das "particularidades nacionais" (termo recorrente entre os intelectuais do período), demonstrava duas situações. Por um lado, a intenção desses intelectuais em participar das decisões governamentais e influenciar as medidas políticas que seriam implantadas no período e, por outro, a abertura dada pelo poder Executivo à participação desses mesmos intelectuais, os quais legitimariam "cientificamente" as medidas a serem tomadas por aqueles governantes.

Nesse sentido, a análise de Draibe (1985:371-372) é muito elucidativa, ao destacar que no período histórico em questão, "[...] o planejamento não é mero reconhecimento da ação intervencionista do Estado. É a possibilidade também de controlar a ação estatal, isto é, de definir a sua direção, o rumo e o ritmo que haverá de

[299] - De acordo com a análise de Bielschowsky (2000a: 17-18), em todas as fases em que o pensamento da CEPAL pode ser subdividido, encontra-se o mesmo enfoque metodológico (histórico- estruturalista) pautado na relação centro-periferia.

[300] - Bielschowsky, 2000a:21.

[301] - Guido Mantega (1997) apresentou uma discussão interessante sobre a busca dos intelectuais latino-americanos por um referencial mais adequado à suas sociedades de origem, e não simplesmente uma adequação de teorias "importadas" que houvessem discutido tal realidade.

tomar"[302].

Portanto, foi a partir dessas possibilidades de participação de técnicos, abertas no contexto do pós-guerra, que instituições como a já citada CEPAL (em nível continental) e também o ISEB, se destacaram enquanto formuladores de projetos para o desenvolvimento nacional.

Esses órgãos propuseram, a partir dos anos 1950, teorias e discussões que visavam justamente direcionar a ação estatal. Com esse objetivo fundamental é que essas instituições apresentaram sua "visão de Brasil", seus potenciais econômicos e seus problemas, bem como suas possíveis soluções.

Em seguida serão retomadas as circunstâncias de criação da CEPAL e do ISEB, bem como os principais pontos de sustentação de suas teorias, as quais constituíam a essência de seus projetos nacionais. Mas, de antemão, deve-se ressaltar que a história de ambas as instituições foi marcada por diferentes fases, conforme alguns trabalhos já demonstraram[303]. Entretanto, essa não é a perspectiva adotada neste estudo o qual busca essas abordagens visando perceber a ideologia, presente tanto na teoria isebiana quanto na cepalina, que se manteve semelhante nas distintas etapas desses órgãos.

---

[302] - Como foi destacado no capítulo 2, Ignácio Rangel deixou nítida essa intenção de "controlar a ação do Estado", como pode ser visto nas seguintes afirmações: "No Brasil, como em todos os países, no mundo moderno, a ação do Estado pesa muitíssimo, e é natural que busquemos disciplinar e ordenar essa ação, dentro de um projeto coerente – de um plano – que nem sequer poderá ser concebido se não conhecermos a dinâmica do sistema, as forças em jogo" (RANGEL, 2005a:132).

[303]- Dentre os estudiosos que se dedicaram a escrever sobre a CEPAL e o ISEB numa perspectiva "faseológica", contemplando seus diferentes momentos históricos, destacam-se, respectivamente, Ricardo Bielschowsky e Caio Navarro de Toledo.

Segundo Bielschowsky (2000a:17-18), a história da CEPAL (durante seus primeiros 50 anos de atuação) pode ser dividida em cinco fases, conforme a ênfase das análises realizadas em cada período:

1- **Origem (1948) e anos 1950**: ênfase na industrialização;
2- **Anos 1960**: nas reformas visando "desobstruir a industrialização";
3- **Anos 1970**: na reorientação do desenvolvimento rumo à industrialização pró-exportadora;
4- **Anos 1980**: na superação do problema do endividamento externo, adquirido sobretudo a partir das administrações dos militares;
5- **Anos 1990**: na transformação produtiva com equidade (melhor distribuição de renda).

Já em relação ao ISEB, Toledo (1977:186-190), embora sem especificações precisas de datas, definiu a história do instituto em três fases, conforme suas características ideológicas:

1- Período inicial: caracterizado pela manifestação de posições ideológicas conflitantes. Momento de formulação das ideologias nacionalistas isebianas. O anticomunismo era a posição ideológica comum aos isebianos naquele momento;

2- Período de hegemonia da ideologia nacional-desenvolvimentista. Correspondia ao período do governo JK;

3- Período que acompanhou o movimento político pelas Reformas de Base (1961-1964). Naquele momento, a perspectiva nacionalista foi sensivelmente atenuada. O ISEB assumiu novas direções, num processe de crescente *esquerdização*.

4.2- CEPAL e ISEB:

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, com sede no Chile, país autor da proposta de criação. Conforme esclarecimento de Bielschowsky (2000a:26), essa decisão de criar a CEPAL foi tomada com base nas queixas feitas pelos representantes latino-americanos os quais se sentiam excluídos do Plano Marshall e do acesso aos empréstimos internacionais.

No ano seguinte, o grande representante do estruturalismo latino-americano, Raúl Prebisch, escreveu o que se tornaria a base do pensamento cepalino e que ficaria conhecido como o "Manifesto Prebisch".

Segundo Furtado (1985:59-60), teria havido duas versões desse texto. A primeira, recolhida pouco depois de escrita, estaria pautada numa severa crítica à economia "fechada" dos EUA e os desequilíbrios que gerava para economia internacional. Já a versão definitiva, teria apresentado um tom mais ameno e uma conclamação à industrialização dos países latino-americanos, além de uma constatação da necessidade de realização de estudos por parte dos economistas desse continente, a fim de que pudessem ser analisadas as especificidades dos "fenômenos concretos latino-americanos".

Conforme um artigo de Paulo Tarso Soares (2004), Celso Furtado era um grande defensor da tese de que havia um distanciamento, se não um rompimento, da teoria cepalina com a teoria ortodoxa; enquanto na realidade, a intenção do *Manifesto* de Prebisch teria sido a de buscar repor as condições de concorrência e não de se opor à teoria convencional. Segundo Soares, adviria daí, e não de um suposto rompimento com a teoria ortodoxa, a oposição de Prebisch à "política fechada" dos Estados Unidos.

Adiante serão demonstradas as bases do pensamento cepalino e as intenções contidas em seu projeto de industrialização. Por hora, deve-se destacar que o *Manifesto Prebisch*, de 1949, representou o ato inaugural da escola cepalina, já que ele foi o primeiro documento oficial do grupo e viria difundir amplamente a teoria estruturalista da CEPAL. Este texto foi traduzido em português por Celso Furtado, considerado o maior representante dessa teoria no Brasil.

Deve-se ressaltar ainda, a partir da análise de Sola (1998:62), que o *Manifesto de*

1949 se tornou a base científica para uma tradição nacionalista intervencionista brasileira e, daí, o apoio de Vargas à CEPAL, através do Ministro das Relações Exteriores[304].

A difusão da teoria da CEPAL na América Latina se deu, sobretudo, a partir de cursos e estudos promovidos pela instituição (dentre os quais houve a participação de Ignácio Rangel conforme já destacado nos capítulos anteriores), com a finalidade de formar técnicos que pudessem responder à patente necessidade de análises voltadas à realidade específica das denominadas "economias periféricas"[305].

A finalidade primordial da instituição era que seus pressupostos pudessem ser utilizados como "base teórica" aos projetos políticos. Nesse sentido, Prebisch (1964:130) esclareceu que o objetivo geral dos estudos coordenados por ele na CEPAL era o de que cada país pudesse compreender melhor suas particularidades e, assim, pudesse "dirigir de forma consciente as forças do desenvolvimento econômico e social".

Essa mesma intenção, de conduzir projetos políticos, também ficou explícita no *Relatório Prebisch* (1973:03) o qual foi iniciado com a confirmação de que se tratava de uma "orientação para a ação sobre o curso do desenvolvimento econômico e social latino-americano" [306].

Em linhas gerais, a teoria cepalina preconizava que, dada a distinção entre as economias centrais e as periféricas, as quais se agravaram no período do pós-guerra, a única solução para estas últimas seria a industrialização sob a forma de substituição de importações. Esse processo só ocorreria efetivamente sob a tutela do Estado, uma vez que a as condições técnicas e financeiras da iniciativa privada, somada à inexistência de uma poupança interna que desse a sustentação financeira necessária a esse processo, a impossibilitavam de conduzir essas transformações.

---

[304] - Conforme a análise de Sola (1998:63), a doutrina da CEPAL incrementou o discurso nacionalista pré-existente no Brasil, sobretudo por apresentar uma perspectiva global da economia (pautada em Keynes), em sua teorização sobre as economias retardatárias; e por desenvolver uma análise concreta das condições estruturais, que pudessem reverter os efeitos do "desenvolvimento espontâneo" através do planejamento.

[305] - Segundo Celso Furtado (1985:135-136), "o interesse por esses cursos foi tão grande que se fez necessário organizá-los nos próprios países sob forma intensiva [...]. A esses cursos, pelos quais passaram muitas centenas de estudantes, deve-se a difusão continental do pensamento desenvolvido pela CEPAL".

[306] - Esse relatório foi organizado e apresentado ao BID (Banco Inter- Americano de Desenvolvimento), em 1970, a partir de uma solicitação do próprio Banco. À época seu organizador, Raúl Prebisch, ocupava o cargo de Diretor-Geral do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social. Esse relatório foi publicado três anos depois, sob o título: "Transformação e Desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina".

Em âmbito nacional, o ISEB defenderia questões bem semelhantes às colocadas pela CEPAL, sobretudo no que se referia ao ideal dos intelectuais de conduzir as ações estatais. Nesse aspecto, Jaguaribe (*apud* Schwartzman, 1981:141), afirmou que: "[...] o país carece de técnicos e de administradores para enfrentar as tarefas cada vez mais complexas da vida econômico - social".

O grupo que daria origem ao ISEB, denominado grupo de Itatiaia, começou a se reunir periodicamente no Parque Nacional de Itatiaia, em instalações cedidas pelo Ministério da Agricultura, em 1952 (um ano depois da formação do grupo da Assessoria Econômica de Vargas)[307]. O intuito dessas reuniões, bem próximo ao que os cepalinos objetivavam, aliás, era a realização de um estudo sistemático da realidade nacional sob diversas perspectivas (econômica, sociológica, política e cultural), conforme a diversidade de áreas de atuação dos integrantes desse grupo.

No ano seguinte, 1953, essas reuniões resultaram na criação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política)[308], órgão que desde a sua criação até o ano de 1956 editou 5 volumes dos *Cadernos de Nosso Tempo,* o mais destacado instrumento de divulgação da emergente ideologia nacionalista defendida por aqueles intelectuais[309]. Dentre os colaboradores dos *Cadernos*, cuja essência era bastante próxima da teoria que vinha sendo difundida pela CEPAL, pode-se destacar: Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes, Ewaldo Correia Lima, Hélio Jaguaribe e Ignácio Rangel.

Essa ideologia, na realidade, já era defendida desde 1949, quando um grupo de intelectuais editou a 5ª página do *Jornal do Commércio,* em cujos artigos emergiriam as primeiras manifestações do que se tornaria o "nacionalismo isebiano" (JAGUARIBE 1979:94)[310].

---

[307] - É importante destacar que tal como Ignácio Rangel, o chefe da Assessoria Econômica de Vargas, Rômulo Almeida, também participou do "Grupo de Itatiaia", conforme esclarecimento de Candido Mendes de Almeida (2005:20). Percebe-se assim, uma "rotatividade" daqueles técnicos em diferentes grupos que almejavam influenciar, ou direcionar, as decisões políticas.

[308] - Conforme esclareceu Jaguaribe (2005:32-33), o denominado "Grupo de Itatiaia" era composto por paulistas (grupo de "direita") e cariocas (esquerdistas). Esse "conflito de procedências ideológicas diversas" teria sido o motivo da divisão do grupo (com o afastamento dos paulistas, exceto Roland Corbisier), o qual tomou uma forma institucional, a partir da criação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política).

[309]- Tais considerações encontram-se na introdução da obra organizada por Schwartzman ("O Pensamento Nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo"), cuja introdução foi escrita em 1979.

[310]- Boschi (1979:81) ressalta que o "nacionalismo isebiano" era na verdade composto por dois "nacionalismos": um nacionalismo moderado (representado por Jaguaribe e Cândido Mendes) e um nacionalismo radical (representado por Sodré e Vieira Pinto). O primeiro, basicamente, defendia o controle estatal sobre as atividades dos grupos externos, como forma de neutralizar os efeitos negativos da penetração estrangeira no país, ou seja, preconizava um controle do capital estrangeiro, a fim de que o

Jaguaribe (2005:33) afirmou que a falta de condições financeiras foi fundamental para converter o IBESP em instituição pública (ISEB), uma vez que os recursos destinados àquele Instituto advinham de contribuições feitas por seus próprios membros. Naquele momento, Gilson Amado (chefe de gabinete do Ministro da Educação, Antônio Balbino) o qual era amigo de Jaguaribe, teria convencido o referido ministro a organizar uma instituição voltada para os estudos políticos, projeto que ficou a cargo de Hélio Jaguaribe. Deste projeto, resultou o ISEB[311].

De acordo com Toledo os isebianos, cuja maioria era formada por intelectuais não-acadêmicos, apresentavam análises pautadas em diferentes orientações teóricas e correntes ideológicas e o intuito de suas reuniões ia além da intenção de "pensar o Brasil", mas de também intervir no projeto político do país[312]. Nesse sentido é fundamental retomar, também do referido autor, a afirmação de que, apesar da heterogeneidade do grupo, aqueles intelectuais convergiam na convicção de que a partir do debate poderiam formular um projeto ideológico comum para o Brasil. (TOLEDO, 2005:07).

Com esse objetivo, o ISEB divulgou suas idéias no *Jornal Última Hora*[313], no qual Nelson Werneck Sodré trabalhava e cujo diretor, Samuel Wainer[314], seria amigo de Jaguaribe. Naquele jornal, os isebianos eram os responsáveis pela coluna intitulada "Do

---

país pudesse se beneficiar dessa presença. Já o segundo nacionalismo, afirmava não haver lugar para o capital estrangeiro na economia brasileira, já que significaria uma competição interna com o capital doméstico.

[311]- Esse projeto teria sido interrompido com o suicídio de Vargas, mas retomado por Café Filho. O projeto inicial definia que o ISEB deveria ser um instituto de estudos voltado ao desenvolvimento de um "esforço editorial" apoiado pelo Ministro da Educação. (JAGUARIBE, 2005:34)

[312]- Toledo (2005:07) definiu o ISEB como uma "experiência cultural inovadora na história política brasileira", já que a emergência deste instituto consolidava o engajamento do intelectual na vida política e social de seu país. Semelhantemente, o isebiano Candido Mendes definiu o ISEB como "marco de uma reflexão situada na realidade brasileira" (MENDES, 2005:13).

[313] - Conforme D'Araújo (1992:155) pontuou, o segundo Governo Vargas não contava com o apoio da grande imprensa, à exceção do Jornal *Última Hora*.

[314] - De acordo com Leopoldi (1994:196), Samuel Wainer acompanhou Vargas por todo o país e cobriu sua campanha, situação que ele teria afirmado ser "uma das mais apaixonantes aventuras" de sua vida. Wainer teria ainda, segundo a mesma autora, enviado comunicados ao general Góes Monteiro (militar que apoiou a posse de Vargas) e a Euvaldo Lodi (presidente da CNI- Confederação Nacional da Indústria), um dos financiadores da campanha, afirmando sua certeza quanto à vitória de Vargas, dada a popularidade do candidato. Ainda segundo Leopoldi (*id.*:199), o único jornal que divulgava o que ocorria no governo Vargas era o Última Hora, o qual foi criado em 1951 a pedido do próprio Vargas e a partir de um financiamento de US$ 30 mil, advindos de empresários como Euvaldo Lodi, Ricardo Jafet e Juscelino Kubitscheck, além de um empréstimo no Banco do Brasil. Dois anos depois, a UDN (União Democrática Nacional) teria seu pedido de instauração de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) aceita no Câmara dos Deputados, contra o *Última Hora*. Wainer teria sido acusado de ter seu pedido de empréstimo favorecido no Banco do Brasil, por sua proximidade com Vargas.

Ponto de Vista Nacional"[315].

Além dos referidos canais de divulgação, a ideologia isebiana foi difundida (tal como se dava na CEPAL), sobretudo, pelos cursos regulares promovidos pela instituição. Em um desses cursos, mais especificamente o de 1956, Ignácio Rangel teria trabalhado como professor[316] e também teria apresentado conferências, as quais teriam sido abertas ao público em geral, enquanto especialista de uma área considerada estratégica ao conhecimento científico: a economia do planejamento.[317]

Mas, se por um lado, havia o interesse dos intelectuais isebianos, tal como dos cepalinos, de influenciar as decisões políticas e direcionar as atuações estatais, por outro lado, havia a contrapartida do Estado. Nesse sentido, como demonstrou Toledo (1977:33), a intenção de Kubitscheck era de que o ISEB constituísse uma instituição de assessoria e sustentação da política definida no Plano de Metas de JK[318], recaindo no, já descrito, interesse dos líderes políticos de se legitimarem "cientificamente" através desses intelectuais[319].

Em relação à CEPAL, é importante destacar que em sua primeira mensagem ao Congresso, Juscelino Kubitscheck manifestou sua aprovação às teses cepalinas e o Plano de Metas do seu governo, em grande medida assumiu a análise cepalina do subdesenvolvimento (LOVE, 1998:371-372).

Kubitscheck não era o primeiro presidente brasileiro a evidenciar aprovação à teoria cepalina, já que Getúlio Vargas teria demonstrado interesse semelhante às

---

[315] - Os artigos escritos por Rangel no *Jornal Última Hora* foram publicados nos anos 1990 pelo BNDES, com o mesmo título da coluna em que eram editados, ou seja, "Do Ponto de Vista Nacional".

[316] - Além de ter sido professor no Iseb, em uma entrevista publicada pela Revista Geosul, Rangel (1991/92:119) afirmou ter sido chefe do Departamento Econômico do ISEB.

[317]- Conforme informações contidas no 2º Relatório Sucinto das Atividades do ISEB (jan 1956-nov.1960), as quais foram apresentadas por Pinto (2006:329).

[318] - Nesse sentido, na referida entrevista à Revista Geosul, Rangel (1991/92:119) confirmou essa situação ao afirmar que o ISEB "forjava a ideologia de JK".

[319] - A respeito da proximidade ideológica existente entre o ISEB e a política de JK, o isebiano Candido Mendes de Almeida argumentou que: "o momento juscelinista refletia a gênese de uma *intelligentsia* no seu papel rigorosamente crítico dentro de uma sociedade em mudança, que, numa aceleração histórica exemplar, serviu de implante a uma nova estrutura social (...)". (ALMEIDA, 2005:22).

Mas é essencial destacar que embora os isebianos, como as palavras de Candido Mendes demonstram, vissem no Plano de Metas uma possibilidade de consolidação do seu projeto nacional-desenvolvimentista, os anos finais do governo de Kubitscheck evidenciaram a fragilidade daquele projeto. Deve-se ressaltar que apesar das boas relações que os isebianos (os quais colaboraram na campanha e defenderam a posse de JK, sobretudo Corbisier e Jaguaribe) mantiveram com Kubitscheck, sua capacidade de influência se demonstrou limitada (PEREIRA, 2005:122).

Nesse sentido, Alzira Alves de Abreu demonstrou que, a partir de 1958, ficava claro que a política de JK era desenvolvimentista, mas não nacionalista; era um projeto pautado na cooperação internacional. Dessa maneira, a política juscelinista passou a ser contraditória com as idéias que o ISEB vinha formulando. Assim, segundo a autora em questão, a luta interna no Instituto, ocorrida justamente em 1958, teria sido uma "tentativa de ajustamento entre a ideologia nacionalista e o projeto desenvolvimentista de JK". (ABREU, 2005:105)

análises realizadas pela CEPAL[320]. Sobre esse entusiasmo de Vargas, o líder cepalino Raúl Prebisch teria dito que:

> Ele [Vargas] havia sido o homem da industrialização, mas a tateios, lutando contra a 'boa doutrina' dos mestres da época. Agora ouvia uma demonstração lapidar [através da teoria cepalina] de que havia feito a escolha certa [e] interessou-se em ter cópia desses trabalhos [...]. Vargas praticamente iniciava seu novo governo e parecia decidido a imprimir-lhe um cunho altamente industrialista. Agora tomava conhecimento de que havia todo um movimento de idéias, na América Latina, em prol dessa política, que não estava só (FURTADO, 1985:122-123).

Tal entusiasmo pode ser explicado pelo fato de que, essencialmente, as teses cepalinas constituíram uma fundamentação científica para uma tradição nacionalista de cunho intervencionista, a qual podia ser observada desde os anos 1930 (Sola, 1998:62-63). Nesse sentido, a doutrina da CEPAL incrementou uma ideologia nacionalista pré-existente.

Seguindo essa perspectiva é que Celso Furtado (1985:125) afirmou que "a CEPAL conseguira ocupar um lugar de relevo na luta pela orientação da política econômica na América Latina". Tal colocação também pode ser estendida ao ISEB, o qual, semelhantemente, alcançou grande relevância num contexto marcado pelas tentativas de influenciar as políticas econômicas que viriam a ser implantadas no país.

De fato, alguns desses isebianos não só influenciaram ideologicamente as decisões governamentais como foram politicamente eleitos. Nesse caso, destaca-se Roland Corbisier, que, no governo Café Filho (1954-55), foi nomeado secretário da Assistência Técnica de Educação e Cultura do (MEC - Ministério da Educação e Cultura) e, em 1960, se elegeu deputado pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro),

---

[320] - De acordo com informações apresentadas por Leopoldi (1994:195-196), em abril de 1953 ocorreu, em Petrópolis, a V Série de Sessões da CEPAL, presidida e patrocinada por Euvaldo Lodi (presidente da CNI). A abertura desse evento teria contado com a presença do presidente Vargas, o qual teria externado sua "satisfação" pelo esforço cepalino de formular uma teoria do desenvolvimento econômico que deveria ser adotada pelos governos da América Latina, como uma "base racional" para suas políticas econômicas. Por essa satisfação com o pensamento cepalino é que, ainda conforme a referida autora, quando as Nações Unidas se reuniram para decidir pela continuidade ou não da CEPAL, Vargas determinou (ao contrário da posição assumida pelo seu Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura) que o voto do Brasil se desse em apoio à continuidade dos trabalhos daquela Comissão. Por fim, um demonstrativo da adesão do governo Vargas aos pressupostos da CEPAL, pode ser visto na criação do Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL, sob a direção de Celso Furtado, em 1953.

sendo cassado em 1964[321].

Alguns daqueles intelectuais, embora não tivessem sido politicamente eleitos[322], ocuparam cargos públicos, como foi o caso, por exemplo, de Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes e, também, de Ignácio Rangel[323].

Essencialmente, os integrantes do ISEB se diziam portadores de um papel de conscientização da sociedade, cabendo a eles levar as "classes fundamentais" da sociedade a se conscientizarem de sua função social a qual, na realidade, tinha como fundamento sua inserção no processo de "modernização" em curso.

De maneira semelhante, os integrantes da CEPAL afirmavam serem conhecedores privilegiados da técnica do planejamento (reconhecida como essencial pelos governantes e intelectuais latino-americanos no pós-guerra, conforme mencionado) e, como tal, possuidores de um conhecimento que os abalizava a influenciar ou a participar ativamente das decisões políticas brasileiras.

Ambas as instituições estavam no centro do debate desenvolvimentista e por esse motivo, discutiam a realidade brasileira e, sobretudo, propunham os rumos que as políticas nacionais deveriam tomar.

Em relação ao ISEB, a maioria das análises feitas por seus integrantes não demonstrava uma alusão explícita aos interesses de uma classe em particular, no caso a burguesia industrial[324]. Aqueles intelectuais buscavam convencer os diferentes grupos sociais de que eram portadores de um saber que os qualificava falar em nome da Nação e que o projeto defendido se pautava no ideal do bem comum, beneficiando assim toda a sociedade brasileira.

A este respeito, Alzira Alves de Abreu demonstrou que, essencialmente, a atuação do ISEB (através da ideologia nacional-desenvolvimentista) se fundamentou num apelo à colaboração de classes em prol do "desenvolvimento da Nação". Nesse sentido, a

---

[321] - Tais informações encontram-se no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001:1591-1592.

[322] - Como demonstrou Loureiro (1997:177), o fato de esses intelectuais ocuparem funções políticas mesmo sem a validação pelo voto popular, demonstra a instabilidade da democracia brasileira e a dependência do apoio pessoal dos líderes políticos a esses intelectuais que assumem padrões autoritários de decisão. Sendo assim, o autoritarismo é uma dos aspectos que caracterizam os tecnocratas brasileiros.

[323] - Ramos assessorou economicamente o gabinete civil do presidente Vargas nos anos 1950 e Mendes foi coordenador geral da Assessoria Técnica da Presidência da República no governo Jânio Quadros. Já Rangel, além de ter sido assessor econômico de Vargas, assessorou Rômulo Almeida na CPE, teve uma longa carreira no BNDE (a partir de 1954) e coordenou a equipe técnica do Conselho de Desenvolvimento, ao final do Plano de Metas do governo JK.

[324] - Sobre a alusão explícita das análises isebianas à burguesia, deve-se ressaltar que, embora ela não seja demonstrada no ISEB, Jaguaribe o havia feito, anos antes, ainda na direção do IBESP, ao afirmar que na grande burguesia é que se encontravam os homens mais representativos da nossa inteligência. (JAGUARIBE *apud* Schwartzman, 1981:139). Essa referência será retomada adiante.

autora destacou que a ideologia isebiana foi um "instrumento de mobilização popular", por meio da utilização de símbolos nacionais em sua tentativa de persuasão e influência nos centros de decisão política (ABREU, 2005:98)[325].

Igualmente, a CEPAL propunha transformações estruturais nos chamados países subdesenvolvidos, a partir da industrialização, sem fazer menção clara a um grupo em particular, enquanto maior beneficiário desse processo. E assim como o ISEB, a ideologia apresentada pelos cepalinos defendia que o processo de industrialização seria um bem comum à Nação.

As discussões que vinham sendo realizadas por diferentes grupos sociais, desde os anos de 1940[326] (e que se intensificaram na década seguinte), foram fundamentadas em análises sobre o nacionalismo, o papel do Estado e dos intelectuais (ou dos técnicos, numa acepção mais específica), o processo de industrialização no Brasil e as questões que o perpassavam, tal como a inflação.

4.2.1 - O Papel do Estado no Debate Político-Ideológico dos anos 1950.

Da discussão apresentada até aqui, deve-se retomar a idéia de que, dada a incapacidade de o empresariado industrial brasileiro ter recursos que impulsionassem a economia nacional e a inexistência de uma poupança no país, a CEPAL defendia como fundamental a participação do Estado enquanto financiador e coordenador das atividades econômicas.

Foi exatamente esse o sentido dessa afirmação feita por Prebisch (1963:483): "[...] o papel do Estado é de importância decisiva, não menos decisiva é a importância de estimular e aproveitar o senso comunitário e de cooperação do povo [...]".

---

[325] - Numa perspectiva semelhante a de Abreu, Sola (*op.cit*., p.94) afirmou que o nacionalismo, enquanto ideologia e base de um projeto de desenvolvimento econômico, vinha sendo fortemente difundido desde os anos 1930, mas adquiriu nova função no segundo governo de Vargas. Ele passou a ser um instrumento de mobilização popular a partir do qual os atores políticos relevantes (técnicos, políticos e militares) articulavam alianças com setores excluídos do sistema decisório. Nesse sentido, ressalta-se que a utilização da ideologia nacionalista como base de um projeto político não foi exclusividade do ISEB.

[326] - Dentre esses grupos, destacaram-se os industriais, representados por Roberto Simonsen, e os defensores do liberalismo, cujo representante era Eugênio Gudin, conforme já destacado.

Já sobre a atuação do Estado na geração e ampliação poupança nacional, o líder da CEPAL esclareceu que:

> O Estado deverá realizar grandes investimentos em infra-estrutura econômica e social, tanto pelas exigências da integração das massas em atraso, como pela necessidade de criar bases amplas para a expansão da atividade econômica. Deverá também aumentar seus gastos sociais – especialmente em saúde e educação – e atender naturalmente ao crescimento vegetativo dos demais gastos correntes (PREBISCH, 1973:135).

Em linhas gerais, Prebisch (1964:78), e a CEPAL, acreditava que a intervenção do Estado era "essencial para guiar a atividade privada, para levá-la –sem compulsão alguma – ao cumprimento de certos objetivos do desenvolvimento". Ignácio Rangel (2005a:60), por sua vez, como foi apresentado no capítulo 2, enfatizou que, sobretudo nos períodos de recessão econômica, caberia ao Estado realizar os investimentos que a iniciativa privada não poderia realizar, função a qual não só seria "permitida", como "exigida" pelos proprietários privados.

Numa acepção bem próxima à perspectiva cepalina, o isebiano Hélio Jaguaribe (1958) afirmou que ao empresário caberia a função de coordenador dos fatores produtivos e ao Estado, o papel de viabilizador das condições necessárias à ação efetiva do empresariado nacional. Nesse mesmo sentido, Guerreiro Ramos (1957:38) afirmou que caberia ao Estado a função de encaminhar o processo emancipatório do país.

É interessante perceber que anos antes, em 1953, num artigo intitulado *A crise brasileira*, Hélio Jaguaribe havia se demonstrado um defensor da estatização como elemento fundamental na geração de condições de investimentos. Jaguaribe defendia o que chamou de uma "socialização inversionista" (na qual o Estado definiria quais seriam os investimentos prioritários e os empresários seriam convertidos em administradores públicos na fase de transição pela qual o país, segundo o autor, estaria passando) em oposição à "socialização reparticionista" tida por ele como injusta, já que o operariado seria beneficiado com um salário "superior ao valor da sua produção". (Jaguaribe, 1953:140-150). Nesta perspectiva elitista, caberia ao Estado a definição dos "interesses nacionais".

O PCB também se posicionou nesse debate sobre o papel do Estado. Mas diferentemente do ISEB e da CEPAL - que mantiveram uma perspectiva praticamente inalterada em relação às funções que o Estado brasileiro deveria desempenhar no

processo de crescimento econômico do país (no decorrer dos anos 1950 e 1960), bem como a relação desses grupos com os representantes do Estado - os pecebistas tiveram uma história institucional marcada por crises internas e revisões de suas posições ideológicas.

Diante dessa constatação, antes de inserir o PCB nessa análise, deve-se retomar parte da história do Partido, justamente com a finalidade de observar essas mudanças na posição ideológica do grupo.

Fundado em 1922, o Partido Comunista Brasileiro definiu como estratégia central: "atuar como organização política do proletariado (...) com o objetivo de conquistar o poder político pelo proletariado e pela transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista" (artigo 2º do Estatuto do PCB, *apud* Segatto, 1989:22-23). A proposta do Partido era, essencialmente, agir em prol de uma transformação revolucionária da sociedade, a partir da organização dos trabalhadores brasileiros.

Mas no decorrer de sua história o Partido - diante de crises internas influenciadas por acontecimentos nacionais e da antiga União Soviética (que dava a direção a ser tomada por todos os partidos comunistas do mundo), além da situação de ilegalidade (em 1922 e em 1947) - redefiniu o seu projeto político e passou de uma posição radicalmente contrária à burguesia para um "caminho pacífico", pautado na política de unificação nacional.

Essas redefinições influenciaram também a relação do PCB com o Estado, destacando-se aqui o período entre 1930-1950. Assim, diferentemente do ISEB e da CEPAL, à exceção do governo de Kubitscheck, o projeto pecebista apresentou uma análise na qual o Estado brasileiro deveria ser plenamente reestruturado (e dirigido pela classe trabalhadora), uma vez que, visto como aliado à burguesia "entreguista" e ao imperialismo norte-americano, esse Estado não representava os interesses nacionais.

Num discurso de Prestes (em julho de 1935, após seu retorno da URSS), em defesa da Aliança Nacional Libertadora (ANL) enquanto um movimento popular vinculado ao PCB, a proposta comunista era implantar um "governo popular revolucionário," através dos "mais duros combates", que deveriam ser dirigidos ao "governo podre de Vargas" e aos imperialistas aos quais ele serviria (CARONE, 1973: 435-439).

Entretanto, cerca de uma década depois, após sua saída da prisão, Prestes concedeu uma entrevista na qual parte de suas posições anteriores foram revistas. Segundo esse líder comunista, o grande interesse do PCB era o "progresso do país em

bases democráticas" no qual caberia ao proletariado um papel dirigente, "animando o surto progressista". Ao final de sua entrevista, Prestes afirmava ser contrário ao golpe de Estado contra Getúlio Vargas (Segatto, 1989:58). A partir desse período, o PCB propunha um projeto político pautado na premissa da "unificação nacional".

Anos depois, no *Manifesto de agosto de 1950*, as políticas de Dutra foram apontadas como a base de um governo de "traição nacional" e as classes dirigentes do processo político no Brasil eram tidas como "incapazes de resolver qualquer problema nacional". O projeto do PCB para o período incluía a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, uma "união do povo brasileiro em prol de um governo revolucionário" [327].

Em 1951, em sua volta ao poder, Getúlio Vargas foi novamente (assim como Dutra) considerado pelos pecebistas como um "governo de traição nacional" e, em 1955, o Partido apoiou a candidatura de Kubitscheck.

Tal apoio, segundo o Programa do IV Congresso do PCB (1954) se deveu, sobretudo, aos "fracassos verificados nas eleições parlamentares" ocorridas após o suicídio de Vargas. Assim, o Programa apontava o governo JK como um "governo voltado para o desenvolvimento capitalista", momento no qual os comunistas brasileiros (em crise interna decorrente do XX Congresso do PCUS)[328], uma vez mais, reelaborariam seu projeto político (Segatto, 1989:80-85). A *Declaração de Março de 1958* resultou dessa autocrítica e redefinição da política do PCB.

Mesmo considerando essas importantes redefinições no projeto político do PCB, permaneceu praticamente inalterada a concepção sobre o papel que o Estado deveria desempenhar na sociedade brasileira. Esse Estado deveria ser, na perspectiva do Partido, dirigido pela classe trabalhadora a qual, a partir de uma reestruturação revolucionária do aparelho estatal, consolidaria uma nação democrática e socialista no Brasil. O que se alterou entre os anos 1930-1960 foram as ações táticas do Partido, sobretudo no que se referiu à sua relação com a burguesia, conforme será demonstrado adiante.

A CEPAL e o ISEB, nos anos 1950, também afirmaram a necessidade de integrar as massas trabalhadoras ao projeto político que, ideologicamente, essas instituições

---

[327] - Segatto, 1989:73-75.

[328] - O XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) ocorreu no ano de 1956. Naquela ocasião, o secretário do Partido, Nikita Khrushchov, teria feito um discurso secreto no qual Stalin, um dos grandes referenciais para os comunistas até então, era apontado por suas atitudes violentas e cerceamento da liberdade. Esse discurso teria se tornado público nos meses seguintes, desencadeando um debate entre os pecebistas no qual foram reconhecidas as distorções analíticas provocadas pelo stalinismo (SEGATTO, 1989:87-88).

construíram. Nesse sentido a tese central, defendida por cepalinos e também por isebianos, era a de que acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico seria a grande, e pode-se mesmo dizer a única, saída para a "integração social dessas massas atrasadas", já que dela resultaria uma melhor distribuição de renda. Mas as bases de toda essa transformação estariam na consolidação de um Estado forte, nacionalista e intervencionista, que impulsionaria o processo de industrialização.

A partir dessa perspectiva, aliás, ficava nítido o interesse na melhor distribuição de renda, observado com maior evidência na CEPAL. Era o princípio keynesiano, tão propalado pela teoria cepalina, que previa um impulso ao crescimento econômico a partir do aumento no consumo interno, daí a defesa da redistribuição de renda, fator essencial para que as classes trabalhadoras, maioria da população, definissem um aumento na demanda e, com ele, o crescimento do setor industrial.

Nesse sentido, conforme pode ser observado na retrospectiva da história cepalina, feita Celso Furtado, toda a atuação dos intelectuais da CEPAL era afirmada como tendo sido definida com base nos interesses coletivos, inclusive a reformulação do Estado, como pode ser visto nessas assertivas:

> É para instrumentalizar essa vontade coletiva, que se faz necessário redefinir as funções do Estado. [...] Atribuir novas funções ao Estado e submetê-lo a maior controle social, pois são os segmentos majoritários da sociedade os verdadeiros beneficiários do desenvolvimento (FURTADO, 1985:177).

Percebe-se que, de um modo geral, assim como os cepalinos, os isebianos (e, em certa medida, os pecebistas também) falavam "em nome da Nação". Mas as ideologias da CEPAL e do ISEB se pautavam na premissa de que só o Estado poderia dirigir e organizar a Nação, numa acepção corporativista, a qual constituía a ideologia legitimadora da crescente intervenção estatal[329].

No caso dos isebianos ficava claro que o Estado que eles defendiam deveria possuir uma ideologia própria e ser administrado, "racionalmente", por aqueles que possuíam capacidade para tal, ou seja, os intelectuais, os quais deveriam ocupar cargos públicos, diretamente no Executivo ou como "conselheiros" destes (MIGLIOLI,

[329] - É importante ressaltar que o intelectual autoritário Oliveira Vianna, já nos anos 1930, havia demonstrado bem a aplicação desse princípio, ao afirmar que o Estado era o único gerador, organizador, e unificador da Nação, cabendo às corporações o papel de lhe transmitir os interesses nacionais (VIEIRA, 1976:143-144).

2005:68).

Em geral, tanto no ISEB quanto na CEPAL, assim como havia sido no discurso autoritário dos anos 1930, o Estado era apontado como fundador da Nação brasileira. Nessa concepção, o nacionalismo estava extremamente vinculado à idéia de que a ação estatal é que inauguraria de fato o país, a partir da consolidação do capitalismo nacional, como será demonstrado em seguida.

4.2.2- O Nacionalismo.

Em 1955, ano de fundação do ISEB, Hermes Lima, em artigo publicado nos *Cadernos de Nosso Tempo*, definiu bem a concepção de nacionalismo que era compartilhada pelos isebianos:

> Para um país subdesenvolvido como o Brasil, o nacionalismo representa, acima de tudo, a consciência do seu 'tempo' histórico e social, a consciência dos problemas que lhe são específicos em determinada conjuntura do subdesenvolvimento nacional. Descobrir possibilidades de superação do atraso através de concepções e métodos extraídos das condições características da respectiva situação histórica, econômica e social, constitui a principal tarefa do nacionalismo nos países subdesenvolvidos (LIMA, 1955, *apud* Schwartzman, 1981:79).

Evidencia-se, a partir desses argumentos, que já no momento da sua criação o ISEB definiu com clareza as bases de sua ideologia. Ao apontar o Brasil como um país subdesenvolvido e indicarem a intenção de superar esse atraso, aqueles intelectuais viam no nacionalismo a base de arregimentação dos grupos sociais para a viabilização do projeto de "desenvolvimento" que propunham.

A esse respeito, Candido Mendes de Almeida afirmou que:

> [...] esse nacionalismo como projeto suporia a contínua luta contra a inércia da realidade e a introdução da visceral idéia do planejamento como requisito *sine qua,* para assentar-se um futuro nacional (...) dentro dessa concentração das forças definidas e alertadas para a

> contínua consciência à obra pelos intelectuais do país (ALMEIDA, 2005:17).

Conforme estas colocações, portanto, o nacionalismo seria a base de um projeto de transformações da "inerte realidade brasileira" cuja consolidação deveria ocorrer a partir da introdução da prática do planejamento no país, a qual se vincula diretamente à prática intervencionista do Estado. Por fim, deve-se enfatizar, conforme demonstra Candido Mendes, que esse projeto deveria estar a cargo dos intelectuais aos quais caberia, fundamentalmente, o papel de conscientização da sociedade em prol do desenvolvimento do país[330].

De maneira próxima ao que era defendido pelo ISEB, o principal representante da CEPAL no Brasil, o economista Celso Furtado, afirmou que "(...) o subdesenvolvimento [...] é em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas" (FURTADO, 1961:261). Como esses argumentos demonstram, para a CEPAL o subdesenvolvimento resultava da permanência de estruturas produtivas atrasadas, durante o processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Assim, a teoria cepalina compartilhava com o ISEB a noção de que o país possuía problemas específicos, os quais demandavam amplos esforços para sua resolução.

Cepalinos e isebianos defendiam posições bem próximas também no que se referia à defesa do nacional-desenvolvimentismo, em oposição ao liberalismo, conforme elucidou Celso Furtado:

> Em artigo há pouco publicado sobre 'Ideologia e Desenvolvimento', o filósofo Álvaro Vieira Pinto começara a falar de 'filosofia imanente das massas brasileiras', de 'nacionalismo como categoria suprema da inteligibilidade do processo histórico'. A idéia de desenvolvimento passava a servir de cobertura a uma habilidosa construção ideológica em que se promovia o 'ser nacional' a ser histórico fundamental, abrindo caminho para justificar a subordinação da sociedade civil ao Estado. [...] Em contraposição perfilava-se a arrogância do Prof. Gudin, que via no nacionalismo simples manifestação de 'burrice'(FURTADO, 1985:198).

[330] - Segundo Candido Mendes: "o Instituto [ISEB] denunciaria a velha e clássica política de União Nacional, característica do velho clientelismo". Nessa concepção, o referido isebiano via a prática do ISEB como um rompimento com o modelo semicolonial (ALMEIDA, 2005:17).

Percebe-se que ambas as instituições, o ISEB e a CEPAL, viam no nacionalismo a "construção ideológica" que consolidaria a posição do Estado enquanto condutor da sociedade no processo de crescimento econômico, pautado no projeto desenvolvimentista. E desse modo, isebianos e cepalinos se opunham ao liberalismo, representado pelo protagonista do aludido debate de1944, o economista Eugênio Gudin.

Ainda sobre a questão do nacionalismo, Hermes Lima afirmou que "só a política nacionalista possibilitará a mobilização da consciência popular na obra coletiva da conquista de níveis superiores de civilização" (LIMA, *apud* Schwartzman, 1981:79).

Seguindo essa mesma linha analítica, Vieira Pinto (1960:610) afirmou que "para os trabalhadores o desenvolvimento não traz qualquer perigo, a parada do desenvolvimento é que seria o único e sério perigo".

O intuito de ambos os representantes do ISEB era esclarecer que o projeto desenvolvimentista, em oposição ao atraso estabelecido, seria um grande benefício à Nação brasileira. Além disso, eles demonstravam a intenção de convencer os trabalhadores das benesses do projeto defendido por aquela instituição.

É interessante perceber também a proximidade dos argumentos apresentados pelo ISEB, com as colocações presentes no *Programa de setembro de 1945* do PCB. Conforme esse programa destacou: "o problema imediato do Brasil ainda é o fortalecimento do capitalismo nacional, pois o proletariado sofre mais da debilidade do capitalismo do que do próprio capitalismo" (CHACON, 1985:346).

Ainda do lado do ISEB, Guerreiro Ramos (1957:35-36) também se dedicou à tarefa de convencer os trabalhadores sobre o projeto isebiano. Nesse sentido, ele afirmava que os anos 1950 marcavam o contexto de uma "revolução nacional", a passagem de uma fase histórica para uma "fase superior" cuja essência consistia numa ruptura com os grupos privilegiados da oligarquia. Previa, para tal, a união dos trabalhadores com as demais forças do país, em busca da emancipação econômica brasileira.

Nessa perspectiva, recorrente entre os isebianos, os anos 1950 marcavam um período de transição, no qual finalmente seria consolidada a ruptura com o atraso, representado pela oligarquia, através do projeto desenvolvimentista que eles propunham. Nesse sentido, a inquietação dos isebianos quanto à incorporação dos trabalhadores nesse processo pode ser explicada fundamentalmente pela necessidade de inserir, no seu projeto ideológico, aqueles que poderiam viabilizar a implantação desse

ideal através do voto.

De modo semelhante a Guerreiro Ramos, o filósofo isebiano Álvaro V. Pinto (1960:158), considerava que a revolução em curso consistia, essencialmente, numa mudança da estrutura social, uma "revolução legal", a qual aceleraria o processo de formação de instituições econômicas com o intuito exclusivo de atender aos interesses nacionais.

Em ambos intelectuais isebianos, encontra-se a afirmação de que não se tratava de uma revolução social violenta, empreendida a partir de "insurreições e quarteladas" ou "arruaça popular". Assim, a tônica da discussão recaía sobre a defesa do não-conflito.

A própria utilização do conceito "povo", presente sobretudo em Vieira Pinto, ia ao encontro desse ideal de amenização, e às vezes até de supressão, da idéia de conflito enquanto elemento que permeava as sociedades capitalistas modernas.

De maneira geral as citações retomadas demonstram que, na perspectiva isebiana, o nacionalismo era apontado como elemento fundador da sociedade brasileira. Conforme já mencionado, no contexto em que essas discussões emergiram se consolidava a ideologia nacionalista em contraposição à ideologia liberal e com ela, uma "nova" configuração do aparelho de Estado.

Deve-se destacar, ainda em relação a esse período, o interesse patente de diferentes grupos ou instituições (tais como o ISEB, a CEPAL e o PCB) em participar desse processo, de definição dos rumos a serem seguidos no país.

Numa demarcação de posições em torno do debate acerca do projeto ideológico a ser implantado, a CEPAL e o ISEB demonstravam uma proximidade teórica que, em relação ao tema "nacionalismo", os opunha ao liberalismo, num contexto de consolidação do capitalismo nacional.

Tais discussões apresentavam ainda, "pontos de contato" com as formulações pecebistas propostas ainda na década anterior (1940), como foi o caso da defesa da consolidação do capitalismo nacional, a partir do processo de industrialização, enquanto um elemento benéfico ao proletariado.

4.2.3 - O Processo de Industrialização.

De acordo com Bielschowsky (2000a:20-21), as análises cepalinas, e a elas pode-se acrescentar as isebianas, identificavam os anos 1950 como um período de apogeu do modelo desenvolvimentista, como um período de transição das economias latino-americanas. Era a passagem do modelo primário-exportador (de crescimento para fora, ou *hacia afuera,* segundo a terminologia cepalina) para o modelo urbano-industrial (de crescimento para dentro, ou *hacia adentro*). Nessa perspectiva, as realidades específicas na América Latina eram resultantes de estruturas subdesenvolvidas.

A partir dessa perspectiva, o subdesenvolvimento era apontado como resultado de estruturas econômicas específicas, num contexto histórico particular, cuja análise requereria a elaboração de um referencial teórico próprio. Ou, conforme explicou Celso Furtado (2000a:184-185), o subdesenvolvimento resultava da penetração de empresas modernas em realidades arcaicas, tratando-se portanto de um processo específico e não de uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas.

Numa perspectiva análoga à da CEPAL, a argumentação contida na *Declaração de Março,* escrita pelo PCB, afirmou que "nos quadros dessa estrutura atrasada [...] o desenvolvimento capitalista nacional vem se realizando num ritmo bastante desigual [...]" (PCB, 1958:01).

Na análise da CEPAL, conforme Prebisch (1964:92), essa situação era resultante de uma tendência ao desequilíbrio na periferia, advinda do processo de "deterioração dos termos de troca", ou seja, da desigualdade existente na comercialização dos produtos agrícolas (que "tendem a crescer com lentidão, com a renda dos centros") diante dos produtos industrializados ("cuja procura tende a crescer intensivamente, com o aumento da renda periférica").

Ainda sobre esse aspecto, é pertinente destacar também a utilização do termo "deterioração dos termos de troca" na obra *A crise brasileira* (1953), do isebiano Hélio Jaguaribe, já que consiste num elemento que também corrobora com a proximidade existente entre as análises feitas por um integrante do grupo do ISEB e as teorias produzidas pela CEPAL.

Tal proximidade pode ser igualmente observada na análise de Jaguaribe (1958b:13-14) que, de forma semelhante aos cepalinos, compreendia o pós- Segunda Guerra como um período de "transição de fase", sendo que a cada transição

correspondia um processo de crise da "estrutura – tipo" (estruturas econômicas, políticas e culturais de uma determinada fase) prevalecente.

Nesse processo de transição, ainda de acordo com Jaguaribe, os valores culturais da estrutura-tipo em questão eram questionados, havendo a necessidade das instituições, sobretudo do Estado, disciplinarem o processo social que resultaria num "ajustamento faseológico". Portanto, caberia ao Estado, dirigido pelas forças interessadas na industrialização, o papel de formar uma "frente nacional", com participação das diversas classes rumo a um projeto nacional de desenvolvimento.

Seguindo este mesmo raciocínio, em proximidade com a CEPAL, o autor também afirmou que:

> na atual fase do processo histórico-social brasileiro, sua estrutura-tipo é a de um país subdesenvolvido, em que permanecem com algumas características semicoloniais e que se encontra em acentuada transição de uma fase puramente semicolonial e marcadamente subdesenvolvida, de que já se afastou, para uma fase de autonomia econômica nacional e pleno desenvolvimento, para a qual tende, experimentando, todavia, nessa transição, uma forte crise de desequilíbrio (Jaguaribe, *apud* Schwartzman, 1981:177).

Ainda no que se referia a esse momento de transição, Jaguaribe constatava uma "divisão de cada classe em dois blocos, que tendem, respectivamente, a favorecer e a obstaculizar o desenvolvimento"[331].

E por fim, segundo as análises do referido autor, que apresentou uma visão bem próxima à teoria rangeliana da dualidade[332], a qual foi desenvolvida naquele mesmo contexto, os anos 1930 marcaram a coexistência de "estruturas sociais correspondentes a fases diferentes na história nacional", resultantes do rápido desenvolvimento econômico e social a partir daquele período.

De maneira semelhante, Guerreiro Ramos (na obra *Redução Sociológica*) também fez referência à idéia de que a cultura brasileira era marcada por *fases* as quais conteriam em si mesmas os "fatores genéticos" da próxima fase, tida como superior.

Nesse sentido, Ramos (1965:138) esclareceu que: "[...] a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra. [...]

---

[331] - Jaguaribe, *apud* Schwartzman, 1981:177.
[332] - A teoria da dualidade foi apresentada no capítulo 2.

Cada problema ou cada aspecto de uma determinada sociedade é parte de uma totalidade, em função da qual é compreendido"[333].

Jacob Gorender, um dos intelectuais mais destacados do PCB nos anos 1950, demonstrou através de uma entrevista que a *Declaração de Março* afirmava uma perspectiva (semelhante à demonstrada por Jaguaribe e Guerreiro Ramos e também presente em Ignácio Rangel, na sua teoria da dualidade[334]), na qual os grupos dirigentes poderiam ser subdivididos em dois outros grupos, um voltado ao desenvolvimento e outro conservador, apegado à manutenção do *status quo*.

Mas antes de retomar a definição de burguesia, presente na *Declaração* de 1958, deve-se recordar que diferentemente dos anos 1930, quando a burguesia (vista como aliada do imperialismo norte-americano) era tida pelo PCB como um dos seus "inimigos", nas décadas seguintes esse posicionamento (tal como a política do partido em relação aos intelectuais) passaria por alterações.

O posicionamento do Partido, em meados dos anos 1940, em relação à burguesia pode ser resumido através do seguinte trecho de uma entrevista concedida por Prestes (após o fim do período de prisão a que ele foi submetido): "Se a burguesia nacional não for capaz de encaminhar as soluções de seu interesse específico e do interesse geral de nossa pátria, o proletariado organizado a ajudará, animando o surto progressista (...)" (SEGATTO, 1989:58)[335].

Com base na sua política de "unificação nacional", em 1945, o PCB preconizou que:

> [...] uma tal República, para que possa ser instituída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional, com a só exceção de seus elementos mais reacionários [...] (PRESTES, *apud* SEGATTO, 1989:62).

---

[333] - Guerreiro Ramos (1965:147), deixa clara a influência às análises faseológicas presentes nas abordagens de alguns isebianos, como os anteriormente destacados. Segundo Ramos: "um dos méritos de Ignácio Rangel em seus estudos, consiste mostrar que não se pode compreender a economia brasileira sem levar em conta a multiplicidade dos seus estratos".

[334] - Como foi demonstrado no capítulo 2.

[335] - É importante destacar que essa redefinição no posicionamento do PCB sobre a burguesia, ocorreu após a dissolução da III Internacional Comunista, em 1943, que até então era o centro dirigente do partido e do movimento comunista mundial. A partir daí o PCB se viu na irrevogável tarefa de definir uma política própria para o partido, a qual se pautou no princípio da "unificação nacional".

Posicionamento semelhante a esse foi reafirmado no *Informe do IV Congresso do PCB* (1954), o qual definia que "no que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional". A perspectiva do Partido, na definição das "etapas da revolução brasileira", era a de que "a burguesia nacional não é [*seria*], portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais" (PRESTES *apud* SEGATTO, 1989:83-84).

Por fim, na *Declaração de Março de 1958*, e a redefinição política que ela representava, mesmo reconhecendo a existência de interesses contraditórios entre o proletariado e a burguesia, o PCB demonstrava o interesse de aliar-se a essa última. É o que pode ser observado nas seguintes colocações:

> Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios [...]. A burguesia se empenha em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras [...]. Por isto, a burguesia é uma força revolucionária inconseqüente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas [...] (Declaração sobre a política do PCB, *apud* SEGATTO, 1989:91).

Com base nessa retrospectiva, pode-se compreender melhor o posicionamento de Gorender (e do PCB) nos anos 1950, no qual ele afirmava que a "burguesia também teria uma parte servil ao imperialismo e outra que queria o desenvolvimento e a independência do País" (RAMPINELLI, 2003:305).

Havia, portanto, na análise pecebista do final da década de 1950, uma redefinição da atuação da classe burguesa. A partir dessa revisão teórica, definia-se que nem toda burguesia estava aliada ao imperialismo norte-americano, havia também uma burguesia voltada aos interesses nacionais.

Essa afirmação demonstra qual era a essência do posicionamento do Partido no período que, após ter sido colocado na ilegalidade em 1947, buscou estabelecer uma política de conciliação com a chamada burguesia industrial nacionalista. Assim, a distinção entre "duas burguesias industriais", uma entreguista e outra nacionalista (ou

uma retrógrada e outra progressista), era o sustentáculo das análises que marcaram o PCB no final dos anos 1950.

Em geral, tais posicionamentos assumidos pelos isebianos, e também pelo PCB dos anos 1950, se vinculavam à defesa de que era necessário o soerguimento de um "novo" grupo (nacionalista, progressista), que viesse a se efetivar enquanto condutor das decisões políticas que necessitavam ser tomadas no país.

Nesse tocante, as seguintes palavras do isebiano Guerreiro Ramos são muito elucidativas:

> A fase é uma categoria que vem atender à exigência de um princípio de coerência na análise dos acontecimentos históricos. Resulta da descoberta de que êsses (*sic*) acontecimentos não são fortuitos ou arbitrários, mas ocorrem como se leis estruturais os governassem. E, portanto, induz a perceber que a interferência nos acontecimentos deve fundar-se no conhecimento das linhas diretrizes que lhes dão caráter sistemático (RAMOS, 1965:146).

Essencialmente, essa era a idéia que perpassava tanto as análises isebianas quanto as cepalinas, as quais eram muito coerentes com a teoria rangeliana. Trata-se do princípio "conhecer para intervir", fortemente presente nessa teoria.

Dessa maneira, para o ISEB, assim como para a CEPAL, era urgente a necessidade de um "novo" grupo de governantes (igualmente pautados nos idéias nacionalistas e desenvolvimentistas) que, por sua vez, deveriam ser assessorados por intelectuais (alguns dos quais ocupariam diretamente os cargos políticos, como já foi destacado). Esses intelectuais se auto-designavam portadores de um saber científico que os abalizavam a conduzir tais decisões.

Já na perspectiva do PCB, o papel designado aos intelectuais no projeto político do Partido, e também nos seus cargos diretivos, passou por alterações no decorrer de sua história. Mas nos anos 1950, notavelmente na *Declaração de Março*, a política do Partido preconizou uma posição relevante àquele grupo, aproximando-se assim dos posicionamentos da CEPAL e do ISEB quanto a essa temática.

Na visão dos isebianos, a participação desses intelectuais no poder definiria os passos necessários à consolidação do processo de industrialização, apontado como a única via para que o país pudesse, enfim, ser uma Nação. Essa perspectiva fica nítida na argumentação de Corbisier (1958:58) o qual, semelhantemente aos demais isebianos,

via "[...] o projeto de industrialização como o único capaz de promover essa emancipação [nacional]".

De maneira análoga, Guerreiro Ramos (1957) demonstrava que a Nação brasileira só encontraria sua plenitude com o advento do capitalismo brasileiro e Jaguaribe (1958), nesse mesmo sentido, argumentava que a finalidade do nacionalismo era o desenvolvimento. Semelhantemente, para Rangel (2005a:450), "o sinal mais importante do nascimento de uma nação" seria a "afirmação categórica da exigência de desenvolvimento. Além disso, ele afirmou que "a nação é uma estrutura que nasce com o capitalismo e com ele se desenvolve" [336] e que a indústria seria o "motor de todo o desenvolvimento do país[337]". Em todas essas referências, portanto, a indústria era considerada a base do projeto de "desenvolvimento", preconizado pelo ISEB.

Seguindo as premissas da CEPAL, e de forma similar ao que os isebianos propunham, Celso Furtado (1985:70) explicou o significado do processo de industrialização para o país:

> [...] A industrialização não era apenas um meio de utilizar a mão-de-obra redundante, mas essencialmente o instrumento que estava cimentando a nacionalidade. Já não se tratava de discutir sua oportunidade e conveniência, e sim de partir dela para liberar o país dos resquícios do passado colonial. [...] Cabia denunciar os interesses que estavam empenhados em subordinar a industrialização à reconstituição do velho sistema primário-exportador.

Nas palavras de Furtado, bem próximas aos argumentos do ISEB, a industrialização era imposta como alicerce central na construção da nacionalidade brasileira. Tida pelos cepalinos e isebianos como o único caminho para que a Nação brasileira fosse constituída, ela era indiscutível, tal como demonstraram as afirmações de Celso Furtado. Essa questão demonstra o caráter autoritário intrínseco ao pensamento do ISEB e da CEPAL.

Os pecebistas, ao contrário dos cepalinos e isebianos, não vinculavam o processo de industrialização com a consolidação da Nação brasileira, contudo, passaram a dar-lhe grande importância na década de 1950.

De acordo com a *Declaração* do PCB, o "desenvolvimento capitalista nacional,

[336] - Rangel, 2005a:320.
[337] - Rangel, 2005a:43.

constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira" (PCB, 1958:01). Na análise do Partido, a revolução capitalista era parte da revolução socialista que almejavam consolidar e, nesse sentido, apontavam que "a característica nova e principal de nossa época, o seu conteúdo fundamental, é a transição do capitalismo ao socialismo [...]" (*id., ib.:0*6).

Para o ISEB e para a CEPAL, a industrialização era apontada como a via progressista e nacionalista para o *desenvolvimento* do Brasil, ou, como apontou Carvalho Franco (1978:156), essa perspectiva analítica demonstrava uma Nação informe que se materializaria através da industrialização.

Essa noção aliás, já havia sido discutida por Roberto Simonsen desde os anos 1930, conforme pode ser observado na seguinte argumentação:

> [...] é patente a absoluta coincidência entre os fins que colimam os industriais e os verdadeiros interesses nacionais. [...] O consumo e a produção, crescendo harmoniosamente, aumentarão a riqueza e trarão o engrandecimento do país, o bem-estar e a tranqüilidade da sua população, que poderá, com a calma e a serenidade precisa, resolver, então, todos os demais problemas nacionais (SIMONSEN, 1932:178).

Portanto, os argumentos da CEPAL e do ISEB nos anos 1950/60 possuíam elementos muito similares aos contidos nas análises simonseanas feitas décadas antes, as quais preconizavam a indústria como ideal de "progresso" e a atuação dos intelectuais como algo essencial para a concretização desse projeto nacionalista, conforme demonstram as seguintes palavras de Roberto Simonsen:

> Para elevar o seu ritmo de vida a um nível mais progressista, faz-se cada vez mais necessário um alentado programa [industrial], delineado por técnicos, que bem conheçam as realidades locais, dentro das possibilidades brasileiras, a ser cumprido por administrações que mantenham uma indispensável continuidade e firmeza de ação. O aumento da eficácia e do bem-estar dessa enorme massa de população deve constituir um dos maiores anseios da nacionalidade (SIMONSEN, 1978:295).

Numa ótica bem semelhante, Prebisch deixou claro o sentido das análises cepalinas: impulsionar o crescimento do setor urbano industrial. Tratava-se de uma ideologia travestida de uma linguagem que à primeira vista até parece altruísta, sobretudo no que diz respeito à constante referência à categoria "equidade social", mas que revelava as verdadeiras intenções do seu projeto. É o que as colocações que se seguem demonstram:

> [...] A integração social das massas em atraso é problema básico da América Latina. Não é apenas um imperativo social e político. É também imperativo econômico, porque a elevação progressiva de seu poder de consumo abrirá nova fronteira para a industrialização, fronteira que ampliará o mercado interno. [...] Se se melhora com rapidez a renda dos estratos inferiores- mediante a progressiva absorção da força de trabalho ociosa, e o aumento de sua produtividade – crescerá notavelmente a demanda interna, cuja deficiência, além de ser um dos fatores principais do lento crescimento da produção agropecuária, perturba o avanço da industrialização [...] (PREBISCH, 1973:245).

O aumento do bem-estar social, nas palavras de Roberto Simonsen, ou da equidade social de Raúl Prebisch, tinham como objetivo primordial a criação de novos mercados, revelando, para além de suas ideologias, a real intenção de ambos os grupos: impulsionar o crescimento da indústria emergente.

Foi justamente pelo fato de a ideologia da CEPAL ter se pautado no princípio de que a industrialização era a única forma de superar o subdesenvolvimento, é que ela teve ampla recepção na América Latina.

No caso brasileiro, constata-se que ela vinha ao encontro dos projetos políticos preconizados nos anos 1950/60, período de auge da ideologia desenvolvimentista, cujo núcleo central era exatamente a defesa industrialização como a melhor, e até mesmo a única, saída para a economia do país.

Tendo sido esta a temática fundamental para o período, as posições das demais instituições, destacando-se aqui o ISEB e o PCB, seriam definidas a partir da perspectiva que elas defendiam sobre os moldes desse projeto de industrialização que propunham.

Nesse sentido, fica evidenciada a proximidade de posicionamento entre isebianos e cepalinos. Fica clara também a intenção do PCB, nos anos 1950, de defender a industrialização enquanto um importante instrumento na tentativa de

incorporar parte da burguesia industrial (a considerada "nacionalista", em oposição à tida como "entreguista", conforme demonstrado anteriormente) em seu projeto político.

Como fundamento comum às três instituições, no período em análise, estava a idéia de que o intelectual deveria ocupar posição central na consolidação dos projetos políticos preconizados por cada uma dessas instituições. Esta é a temática que será discutida no próximo tópico.

4.3- O Papel dos Intelectuais.

Tanto as análises da CEPAL quanto as do ISEB, manifestavam a idéia de que os intelectuais deveriam ocupar posição central nas decisões políticas. Dada a compreensão que esses mesmos intelectuais tinham a respeito de seu "papel social", eles se auto-designavam (a partir de um projeto que eles mesmos propunham) responsáveis pela definição dos demais papéis sociais, ou seja, da posição a ser ocupada pelos grupos que compunham a sociedade brasileira.

Nesse sentido, as análises realizadas pelo isebiano Roland Corbisier, ao final da década de 1940, evidenciavam uma perspectiva claramente elitista e autoritária. A demonstração disso pode ser observada, por exemplo, na afirmação de que "as sociedades humanas só existem como sociedades porque consistem numa maioria articulada por uma minoria, por uma elite", considerada por ele como "homens excepcionais" (CORBISIER, 1948:41).

Tal perspectiva permaneceria também nos anos 1950, conforme a seguinte argumentação do autor: "Organizar o regime, a fim de que não só realizasse o imperativo da justiça social, mas conduzisse aos postos de governo os mais capazes e os melhores [...]" (*idem*, 1956:125).

Adotando uma concepção semelhante a de Corbisier, Guerreiro Ramos, se afirmava como filiado à tradição de Oliveira Vianna, o qual fora citado por Jaguaribe e reconhecido enquanto uma influência pelo próprio Corbisier (Paiva, 1980:91-92) e

igualmente citado por Ignácio Rangel[338]. A presença de aspectos autoritários na análise de Guerreiro Ramos pode ser visualizada, por exemplo, na seguinte declaração:

> Há na sociedade brasileira, atualmente um oco a preencher [...]. Está diante de nós a tarefa de organizar um Estado Nacional, ou seja, de configurar politicamente o povo brasileiro. Para o intelectual, assumir essa tarefa não corresponde a ser adminículo de uma classe particular. Nas condições atuais da sociedade brasileira, está aberta ao intelectual, pela primeira vez entre nós, a oportunidade de valer por si, na proporção do teor concreto das idéias que exprime (RAMOS, 1961, p.190 *apud* PINTO, 2006:326).

Conforme as palavras de Guerreiro Ramos demonstram, a organização de um Estado nacional era a tarefa primordial a ser realizada naquele período e caberia, conforme essa análise, justamente aos intelectuais efetuarem essa tarefa. Essa, aliás, de acordo com Dreifuss (1986:27) era uma característica essencial da *elite orgânica*, a qual formulava seus projetos político-ideológicos (em defesa de sua classe social) a partir de uma argumentação que era apresentada como "lógica", não como "demanda e reflexão sobre sua própria classe, mas como expressão da consciência nacional e exigência societária".

Nesse sentido, o grupo do ISEB, assim como o da CEPAL, visando a consolidação de seus projetos, formulou uma ideologia na qual ele não se associava a nenhuma classe social específica, como fica claro na argumentação de Ramos, apresentada acima. Esses intelectuais se apresentavam como um grupo ao qual caberia "organizar a Nação", ou o Estado Nacional. Essa ideologia era essencialmente fomentada pela déia do não-conflito, a qual era fundamental para a atuação desses intelectuais.

Entretanto, Jaguaribe, ainda no IBESP, deixou claro que o projeto daquele grupo que viria constituir o ISEB possuía um vínculo classista. Segundo ele, "[...] a capacidade e a cultura ainda são atributos quase exclusivos da grande e pequena burguesia. [...] na grande burguesia [é] que se encontram os homens mais dotados de tais requisitos [...] os homens mais representativos de nossa inteligência e de nossa perícia" (JAGUARIBE, 1953, *apud* Schwartzman, 1981:139).

[338] - Rangel (2005a:318-320) cita particularmente a obra "O ocaso do Império".

Corroborando também com a concepção que os isebianos tinham sobre o papel dos intelectuais nos anos 1950, Jaguaribe fez algumas assertivas relevantes. Segundo esse isebiano, a transição para uma sociedade desenvolvida se efetivaria com a condição de que houvesse uma:

> intervenção, no processo político-social brasileiro, de uma vanguarda esclarecida e eficaz, apta a despertar, nas novas forças dirigentes de nosso processo econômico – social, a consciência de seus interesses e das possibilidades de serem eles atendidos em termos convenientes para toda a sociedade (Jaguaribe,1953, *apud* Schwartzman, 1981:237).

Uma vez mais, Jaguaribe reafirmava a função primordial que os intelectuais, ou a "vanguarda esclarecida" segundo suas próprias palavras, teriam num processo de mudanças que beneficiariam toda a sociedade. Destaca-se que essas noções permaneceram fortemente presentes no grupo do ISEB, notavelmente em Corbisier e Guerreiro Ramos, conforme demonstrado há pouco.

No caso do PCB, é interessante perceber como as crises internas e as revisões de seu projeto político, desde a sua fundação, modificaram a percepção do Partido acerca da participação dos intelectuais naquele projeto e sua inserção na sociedade.

Considerando esses fatos destaca-se que, entre os anos de 1930 e 1931, a Comissão Central do PCB decidiu reduzir o número de intelectuais na direção do partido e seus lugares deveriam ser ocupados por operários. Após essa resolução, "parte da velha guarda do partido é expulsa, sai ou é rebaixada de posição [...]" (CARONE, 1974:237).

Mas, em 1945, essa resolução foi desconsiderada e o PCB buscou reintegrar os intelectuais nos seus quadros. Assim, esses intelectuais outrora excluídos no início da década de 1930, passaram a vistos como parte das "forças decisivas de nosso povo". Nesse reposicionamento do Partido, aquele grupo social deveria ser incluído na consolidação de um "grande Partido, realmente ligado à classe operária [...] um Partido a que se unam os intelectuais mais avançados, os melhores e mais honestos [...]" (SEGATTO, 1989:60).

E a partir da *Declaração de Março de 1958*, preconizada com base na aliança entre as forças sociais e a consolidação de um projeto de revolução democrático-burguesa por vias pacíficas (como parte da Revolução socialista), o PCB passava a

declarar a necessidade de inserir os intelectuais brasileiros em seu projeto. Nesse sentido, a *Declaração de Março* preconizava que: "importante papel desempenha a intelectualidade, que em sua esmagadora maioria está interessada no progresso e na emancipação nacional" (PCB, 1958:09).

Diferentemente das concepções pecebistas, as quais apresentaram variações no decorrer dos anos, o projeto da CEPAL (tal como o do ISEB) desde o início concedeu lugar de destaque aos intelectuais, cabendo-lhes o papel de "analisar nossos próprios fenômenos e encontrar nossa própria imagem no empenho de transformar a ordem de coisas existentes [...] projetar também a imagem do que quiséssemos que fosse o homem latino-americano nas próximas gerações" (PREBISCH, 1964:28).

Para além da tarefa de analisar a realidade brasileira, como fica evidenciado na argumentação acima, caberia aos intelectuais transformar essa realidade e, além disso, projetar a imagem da América Latina do futuro. Nesse sentido, pode-se afirmar que a atuação do ISEB no plano cultural e em âmbito nacional se aproximava muito do que a teoria da CEPAL propunha em âmbito continental.

Assim, o princípio "conhecer para intervir" era a base de um projeto que respaldava as ações de ambas as instituições e que legitimava os intelectuais enquanto sujeitos centrais dessa intervenção a qual ideologicamente inseria as classes trabalhadoras.

Nesse sentido, fica mais compreensível a defesa que esses intelectuais faziam da necessidade de teorias "nacionais" em contrapartida aos modelos teóricos "importados". Isso porque essa defesa estava vinculada à idéia de que tais teorias seriam desenvolvidas por esses mesmos intelectuais, aos quais caberia definir um "projeto nacional" e, nele, a definição dos "papéis sociais" a serem desempenhados por eles próprios e pelos demais grupos sociais[339].

[339] - Sobre a utilização de referenciais teóricos "estrangeiros" como fundamento para os estudos da realidade brasileira, Rangel (2005a:289), na obra "Dualidade Básica da Economia Brasileira" (1957) afirmou: "Recuso-me a admitir que a economia de uma tribo indígena pré-cabraliana seja erigida pelas mesmas leis que regem o funcionamento da bolsa de Nova York ou os planos quinquenais soviéticos. Há certamente traços comuns, tendo em vista que em todos esses casos encontramos homens vivendo em sociedade e produzindo socialmente sua vida. Mas que se quisesse limitar ao estudo desses aspectos se encontraria mais desarmado para apreender a realidade, objeto do seu estudo, do que um menino do jardim da infância [...]. O que importa é conhecer como nossa sociedade concreta se comporta em sua vida econômica, na produção de sua própria vida, da vida dos seus membros. [...] A economia política 'clássica' é certamente o ponto de partida de todo e qualquer estudo. Mas é preciso compreender que não é a única ciência e que suas verdades nem são universais nem eternas". Por fim, vale ressaltar que, ainda sobre essa questão, Rangel (*id., ib*.) também afirmou que: "[...] Prebisch vai mais além, reivindicando o direito, para os economistas latino-americanos, de pensarem por si mesmos e recusando-se a admitir o

Essa perspectiva, aliás, era análoga ao que o industrial Roberto Simonsen tinha afirmado já ao final nos anos 1930: "A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábias e poderosamente constituídas" (SIMONSEN, 1937 *apud* MAZA, 2004:161).

Simonsen considerava ainda, que a hierarquia social era uma "expressão das diferenças individuais, segundo talentos e aptidões e o lucro nessa mesma ótica era apontado como um "prêmio justo pela posse de qualidades raras". (DINIZ, 1978:266)

Consonante a essa perspectiva, Prebisch (1963:476) argumentou que: " [...] sua renda pessoal [dos técnicos e administradores em geral] terá que estar relacionada com sua contribuição efetiva para o processo econômico. Haverá, portanto, disparidades distributivas, mesmo que não seja em razão de situações de privilégio".

Assim, ao não se associarem a uma classe específica, afirmando serem portadores de um projeto nacional, pautado no ideal do bem comum ou da "equidade social" (conforme terminologia utilizada pela CEPAL), isebianos e cepalinos negavam a existência de conflitos entre classes e apontavam as "elites cientificas" como representantes do povo brasileiro.

Emergida do plano ideológico essa grande ferramenta retórica materializava as ações de ambos os grupos, justificando inclusive a disparidade de renda, como pode ser observado nas colocações de Prebisch, apresentadas acima.

'sentido de universalidade que frequentemente se pretende atribuir às teorias formuladas nos grandes centros mundiais'".

Ainda a esse respeito, Rangel, na obra "Recursos Ociosos e Política Econômica" (1960-80), destacou que as "opções pela ordem de interesses mais progressistas raramente têm sido conscientes. A tomada de consciência geralmente prenuncia o *ato homologatório*, a mudança formal do regime, com em 1822, em 1889, e em 1930. Fazem-se as opções mediante o acúmulo de decisões tópicas, aparentemente sem implicações de natureza geral, aparentemente independente, sem passado, nem futuro [sem planejamento]. Só o pesquisador social pode apreender o seu sentido e é de notar que a escola brasileira ainda não está equipada para esse tipo de trabalho. A ciência da sociedade no Brasil apenas engatinha, embaraçando-se muitas vezes nas muletas importadas, na forma de instrumentos teóricos construídos para o tratamento de realidades sociais diferentes da nossa. O Iseb tem procurado abrir uma exceção a essa regra (RANGEL, 2005a:458- grifos do original)".

A retomada dessas citações é importante por três motivos: primeiro porque elas exemplificam o posicionamento de Rangel na referida discussão sobre a utilização de referenciais teóricos estrangeiros para os estudos da realidade brasileira e da América Latina; segundo, porque Rangel demonstra a semelhança entre a sua posição (a esse mesmo respeito) e a apresentada pela CEPAL e pelo ISEB; e, por fim, essencialmente a segunda citação, evidencia a perspectiva processual presente na análise rangeliana. De acordo com essa argumentação, a mudança de regime (no caso brasileiro, para uma economia socialista) parecia que ainda não estava prestes a ocorrer, uma vez que, segundo ele, a "tomada de consciência" prenunciaria um "ato homologatório", a proximidade dessa mudança, e tal conscientização não estava ocorrendo. Entretanto, seguindo o raciocínio de Rangel de que somente os pesquisadores sociais brasileiros poderiam "apreender o sentido" dos acontecimentos que levariam à uma mudança "formal" do regime, percebe-se que essa dificuldade de apreensão dos fatos, à exceção dos isebianos, era atribuída à utilização de referenciais teóricos inadequados ("importados").

Conforme esclarecimento de Paiva (1980:184), de maneira geral os intelectuais do ISEB (e pode-se acrescentar os da CEPAL também) fizeram uso do conceito de "*intelligentsia* socialmente desvinculada", cunhado por Alfred Weber, uma ideologia situada "acima das classes".

Nessa perspectiva, era o povo quem legitimaria a ordem social pretendida, a qual retoricamente viria consolidar o ideal comum a toda a Nação, mas caberia aos intelectuais o papel de direcionar as classes dominantes e às classes "dominadas", a função de concretizar, através do Estado, o projeto proposto pela ideologia em questão. Era, na realidade, um projeto "nacional forjado"[340], de um grupo em amplo processo de afirmação na década de 1950.

Antes de analisar a questão do não-conflito, que fomentava as ideologias isebiana e cepalina, deve-se ressaltar que vinculada às discussões nacionalistas desenvolvimentistas havia, também, uma discussão referente ao papel "social" de cada um dos subgrupos de intelectuais, conforme sua área de atuação. Nesse aspecto, Guerreiro Ramos defendia que caberia ao intelectual sociólogo um papel organizatório da sociedade, uma vez que:

> A classe dominante do Brasil atual não é, em verdade, uma classe dirigente, na medida em que ela não possui a consciência orgânica das necessidades da comunidade nacional. Para ser dirigente, falta-lhe um componente psicológico e ideológico – a compreensão da realidade do país como um todo (RAMOS, 1957:206).

Já para Corbisier (1975:27), "[...] a rigor, o intelectual é o filósofo, é o único que pode transcender o condicionamento de classe [...]".

Prebisch, por sua vez, afirmava o papel dos economistas latino-americanos no meio intelectual, ao argumentar que:

> Compete primordialmente aos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade da América Latina. Somente se viermos a explicá-lo racionalmente e com objetividade cientifica é que será possível obtermos fórmulas eficazes de ação prática (Prebisch, 1949:80).

[340] - Termo utilizado por Paiva (1980).

E Ignácio Rangel, semelhantemente ao líder da CEPAL, defendia a importância da atuação dos economistas, chegando inclusive a fazer uma diferenciação das funções que caberiam aos engenheiros, acusados por ele de se imiscuírem em tarefas de responsabilidade dos economistas.

O posicionamento de Rangel pode ser visto nas seguintes asserções:

> O engenheiro, por muito alta que seja sua qualificação – se é engenheiro, não economista – não tem sequer sensibilidade para essas questões [dos mecanismos de mercado] que, a rigor, não lhe dizem respeito. Confiados a ele, os projetos do Estado podem revestir-se de características técnicas altamente refinadas e serem, não obstante, economicamente desastrosas. O engenheiro, entregue a si mesmo, conduz à desordem das aplicações (...) (RANGEL, 2005a:359).

Nesse mesmo sentido Rangel declarou que:

> [...] é o economista que, por sua formação profissional, pelo objeto de suas cogitações, deve ter a perspectiva mais geral e que, portanto, deve guiar todo o trabalho [de planejamento econômico], porque não se trata de construir uma obra qualquer, mas uma obra que crie determinados recursos econômicos através do judicioso emprego de outros recursos. O engenheiro sabe, porque é seu ofício, como se pode extrair a maior quantidade possível de energia elétrica de uma fonte primária dada. Mas o mérito do projeto não se mede assim, mas em termos de riqueza absorvida e produzida pelo projeto. Fora disso, temos uma curiosidade técnica. Ora, esse balanço, que põe em causa a vida de toda a sociedade é ofício do economista fazer. A ele, portanto, deve caber o comando (RANGEL, 2005a:363).

Do lado dos engenheiros, a defesa do grupo já podia ser visualizada nos anos 1930, pelo industrial (e engenheiro) Roberto Simonsen:

> A alma da engenharia, eu a definiria como sendo a preocupação de servir a humanidade proporcionando-lhe o máximo conforto pelo uso inteligente das grandes forças da natureza que ela pesquisa incessantemente (SIMONSEN, 1933, *apud* MAZA, 2004:166).

Com base nessas discussões, em torno do papel que cada grupo profissional estaria apto a desempenhar (dentro dos projetos políticos que aqueles intelectuais propunham nos anos 1950), deve-se ressaltar o fato de que esse também era o período de consolidação dessas categorias profissionais no contexto nacional.

No caso dos economistas, grupo que Ignácio Rangel integrava, algumas considerações devem ser feitas. Dentre elas, está o fato de que nos anos 1940/50 a formação de economistas se dava, sobretudo, em órgãos do governo, como a já citada Assessoria Econômica de Vargas, a CEPAL e o BNDE, nos quais o referido economista atuou. Somente a partir dos anos 1970 é que os cursos universitários se tornaram o principal meio de formação dos economistas no Brasil (LOUREIRO, 1997:04-05).

Sendo assim, num contexto em que prevaleciam os cursos de Direito, Medicina e Engenharia, economistas como Raúl Prebisch e Ignácio Rangel (e representantes de outras profissões, como os isebianos anteriormente apontados), marcavam suas posições sociais em torno da diferenciação das tarefas que caberia a cada uma dessas áreas profissionais.

Ainda em relação à regulamentação da profissão do economista, Souza (2006:382) esclareceu que a criação do primeiro curso superior de Economia se deu em 1946. Naquele ano, foi criado o curso de Economia na Universidade do Brasil, através da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, com um novo currículo de Economia que passou a ser padrão no País. Esse foi o primeiro curso de Economia integrado a uma estrutura universitária no Brasil.

Assim, somando essas afirmações às de Loureiro (1997), apresentadas acima, de que somente nos anos 1970 a formação dos economistas em cursos superiores prevaleceu sobre a preparação que ocorria em instituições governamentais, tem-se um forte indício de que os anos anteriores marcavam um período de afirmação desse grupo, sobretudo em relação aos engenheiros.

O fato de o curso de Engenharia ter tido origem ainda no século XIX, estando portanto bem estabelecido nos anos 1950, explica que a intenção de Rangel (e Prebisch) ao criticar a atuação dos engenheiros era justamente a de definir com clareza os papéis cabíveis a cada um desses grupos. O intuito era legitimar a ação dos economistas, definindo assim seu campo de atuação.

De maneira semelhante, os intelectuais isebianos também buscavam essa definição e, com ela, a afirmação das categorias profissionais nas quais se inseriam.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que no debate nacionalista- desenvolvimentista

dos anos 1950 o qual, ideologicamente, preconizava a construção de uma Nação voltada ao "bem-estar coletivo", os intelectuais se auto-definiam enquanto portadores do conhecimento necessário à execução desse projeto. E como tal, caberia justamente a eles a definição dos papéis sociais de cada grupo ou das classes nacionais. Essencialmente, isebianos e cepalinos preconizavam a tese de que caberia a essa *intelligentsia* o "dever" de conduzir a sociedade, conscientizando as massas e definindo as bases para futuros projetos políticos rumo ao "desenvolvimento".

Por fim, deve-se enfatizar que a presença em instituições vinculadas ao Estado, como o ISEB, por exemplo, é que possibilitou que esses intelectuais ocupassem papel central nessas discussões. Assim, tais órgãos constituíam o "espaço ideológico" desses intelectuais, lugar que viabilizava a interlocução e a projeção de seus projetos político-ideológicos. Além disso, a função de "definir os papéis sociais", que lhes fora "auto-imputada", era ancorada por uma retórica que defendia a "igualdade (ou equidade) social", como será demonstrado em seguida.

4.3- O ISEB, a CEPAL e a Retórica do Não-Conflito:

A perspectiva adotada neste estudo é a de que os anos 1950 (e a reformulação político-econômica suscitada no período) abriram espaço para maior participação dos intelectuais nos quadros do poder, bem como a possibilidade de esse mesmo grupo propor projetos políticos a serem instituídos naquele contexto.

Com base nela, destaca-se que, embora os intelectuais isebianos e cepalinos não afirmassem nenhum vínculo classista, negando assim a questão dos conflitos entre classes, a relação desses mesmos grupos evidencia a existência de um conflito com os militares (além dos liberais), que também demonstravam a pretensão de participar do poder.

Sobre essa relação conflitiva, o principal representante da CEPAL no Brasil, Celso Furtado esclareceu:

> É sobremodo meritório que as elites militares estudem os problemas do país. Mas é uma ilusão imaginar que uma escola organizada no 'estilo militar' possa vir a ser um centro de estudos superiores, no campo das ciências sociais, capaz de desenvolver um pensamento abrangente em torno da realidade nacional (FURTADO, 1985:164).

Conforme as afirmações de Furtado demonstram, havia de fato um conflito ideológico entre a CEPAL e os militares, a partir da ESG (Escola Superior de Guerra) a qual os cepalinos consideravam incapaz de formular uma teoria abrangente sobre a realidade brasileira.

Entretanto, Furtado teria sido convidado pela instituição militar para falar do assunto-chave da época, a planificação econômica, conforme demonstram as palavras do representante da CEPAL no Brasil:

> [...] O coronel Jurandy Bizzarria Mamede, me sondava para saber se eu aceitaria um convite para pronunciar uma conferência sobre planificação na Escola Superior de Guerra. A importância que estava adquirindo esta instituição era sinal dos tempos. [...] Logo me convenci da importância que teria na crise em gestação uma instituição dedicada a influenciar as elites militares e civis (FURTADO, 1985:163).

Com base nessas colocações evidencia-se que, nos anos 1950, a CEPAL teria se aproximado da ESG por uma ação tática e planejada, como forma de influenciar, mesmo que indiretamente, as elites militares, como vinham intentando fazer com as elites civis. Deve-se destacar também que Celso Furtado também fez uma série de conferências no recém criado ISEB, em cujo curso regular havia alunos recrutados das Forças Armadas.

Mas voltando à relação com a ESG, numa entrevista concedida a Pereira (2002:94), Hélio Jaguaribe teria dito que foi um erro do grupo não ter mantido um contato mais direto com os militares, entre os quais dizia haver uma "animosidade" com relação ao ISEB.

Segundo Jaguaribe (*id.*,*ib.*) esclareceu, também na referida entrevista:

> Foi, na verdade, uma coisa errada do grupo que, quem sabe se tivesse tido um pouco de relações complementares, talvez as coisas tivessem caminhado de uma maneira diferente [referindo-se ao golpe militar de 1964, o qual culminaria com o fechamento do Instituto, acusado de perturbador da ordem].

Também conforme demonstra essa entrevista, o ISEB possuía uma imagem negativa da ESG e vice-versa. Nesse sentido, Pereira (2002:95) levantou outra informação relevante acerca dessa questão, a de que o *Relatório da Casa Militar da Presidência da República sobre a Atuação do ISEB,* o qual culminaria com o fim deste órgão, teria considerado a "interferência" do Instituto, na formação intelectual dos oficiais, como tendo sido "danosa", sobretudo devido ao cunho marxista presente nas atividades do instituto.

Na verdade, a ESG e o ISEB (em proximidade com o referencial teórico da CEPAL) objetivavam um papel institucional bem semelhante, e daí seu confronto, já que esses órgãos visavam à preparação de elites (civis e militares) nos anos 1950/ 60.

Tratava-se de um processo de embate ideológico entre diferentes grupos no qual o desejo de ampliar a participação dessas instituições nos quadros do Estado estava intimamente vinculado à intenção de se obter uma maior influência decisória nas ações estatais[341].

Ainda dentro das animosidades existentes entre as instituições do período, houve uma grande crítica do isebiano Hélio Jaguaribe (ainda no IBESP) ao Partido Comunista, por sua "incapacidade de se identificar com os problemas reais e específicos das massas brasileiras e do país em geral". E por esse motivo, segundo o autor, não se poderia "esperar do PCB uma resposta autêntica à problemática nacional, no nível das condições de nossa época [...]" (Jaguaribe, 1953, *apud* Schwartzman, 1981:160).

A esse respeito, no início dos anos 1960, o PCB se posicionou de forma a reconhecer as críticas feitas por Jaguaribe na década anterior[342]. Nesse sentido, o programa de reformas democráticas, escrito naquele período, afirmou que o PCB:

> [...] não elaborou alternativa concreta para o processo político em curso que aproximasse a classe operária [...] e em consequência, sob muitos aspectos, estivemos de fato a reboque de certos aliados,

[341] - Há referência a essa questão em Pereira (2002:105).
[342]- Esse posicionamento advinha do já citado processo de autocrítica no partido, resultante dos desdobramentos do XX Congresso da PCUS.

> particularmente os trabalhistas, que faziam seu o programa do ISEB [...]. Isso facilitou a penetração, na massa, de um nacionalismo e de um antilatifundismo exclusivamente pragmáticos [...][343].

Conforme demonstrado anteriormente, a reformulação do projeto político pecebista (na segunda metade dos anos 1950) resultou numa perspectiva analítica semelhante à do ISEB. Essa proximidade, como se observou, se deu essencialmente em relação ao posicionamento assumido pelo PCB sobre a burguesia nacionalista (com a qual passava a "aceitar" uma aliança), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a participação dos intelectuais em seu projeto e na direção do Partido. Nesse contexto, a *Declaração de Março* (1958) trazia elementos bem próximos aos que eram defendidos pelos isebianos e também pelos cepalinos.

No entanto, mesmo tendo havido essa "proximidade teórica" entre PCB e ISEB ao final dos anos 1950, deve-se considerar, a partir dos exemplos mencionados anteriormente, a existência, embora ideologicamente negada (pelo ideal do "bem-comum" ou da "equidade social" defendidos, respectivamente, por isebianos e cepalinos), de conflitos entre os diferentes grupos que visavam à participação nas decisões governamentais.

Dentro dessa dinâmica, marcada pelas redefinições da política do PCB e pela "esquerdização" isebiana[344], as análises da CEPAL e do ISEB nitidamente se aproximavam, havendo inclusive a utilização de dados levantados nas análises cepalinas, e da perspectiva geral dessa instituição, por parte dos isebianos.

Em síntese, os conflitos que as ideologias formuladas pela CEPAL e pelo ISEB preferiam, astutamente, dissimular em suas formulações ideológicas, estavam fortemente presentes em suas práticas institucionais.

4.4 - Considerações Finais:

Os princípios nos quais a CEPAL e o ISEB se pautavam, sobretudo a idéia de unificação da Nação, apesar de poderem ser reportados ao século XIX se vinculam mais

[343] - Corrêa *apud* Segatto,1989:111.
[344] - Conforme a análise de TOLEDO (1977:190) demonstrou.

nitidamente às práticas do primeiro governo de Getúlio Vargas, nas quais o ideal de Nação unificada apresentava contornos fortemente autoritários, e que tinha como seus grandes representantes os intelectuais Azevedo Amaral e Oliveira Vianna.

A marca fundamental do período desenvolvimentista, no qual o ISEB e a CEPAL se consolidaram, foi a criação de instituições que efetivassem a prática do planejamento econômico no Brasil, vista como fundamental no contexto pós-guerra. E Ignácio Rangel, enquanto perito que era nesse assunto, encontrou na reestruturação administrativa do Estado o espaço ideal para se consolidar no quadro da *intelligentsia* brasileira do período.

Nesse sentido, é pertinente observar uma forte semelhança entre o principal representante da CEPAL no Brasil, Celso Furtado, e os notáveis integrantes da Assessoria Econômica de Vargas (dentre eles o próprio Rangel), no que se refere à visão que demonstravam sobre o desempenho de suas funções no poder. A esse respeito, Furtado (1985:109) declarou: "[...] Nós, trabalhando em Santiago dez ou mais horas por dia, renunciando a férias, convencidos que cumpríamos uma missão útil e de valor reconhecido [...]".

Essa era a imagem que esses intelectuais buscavam deixar, a de que eles não eram simples integrantes do poder, mas eram "servidores do Brasil" que lutavam para que o bem comum a toda a Nação fosse estabelecido. Em sua essência, esse tipo de argumento vinha ao encontro da busca por legitimação desses grupos no poder e, ao suprimir a existência de conflitos entre as classes, essa retórica viabilizava a presença desses mesmos intelectuais nos quadros do poder.

A partir perspectiva de Dreifuss (1986), observa-se que esses argumentos faziam parte dos "recursos táticos" utilizados pelos integrantes da *elite orgânica*, enquanto "mentores intelectuais" da classe dominante (nesse caso, de uma fração dela, a tecnocracia), os quais, visando à execução de seus projetos políticos, inseriam seus interesses de classe ao "bem- estar coletivo", como se ambos fizessem parte de um mesmo projeto, voltado a atender as exigências e necessidades de toda a Nação.

Nesse sentido, a grande repercussão que a teoria da CEPAL teve no Brasil está diretamente relacionada ao fato de que suas análises vinham ao encontro de práticas que estavam sendo estabelecidas desde os anos 1930. Aquela teoria, portanto, foi adotada por parte da tecnocracia brasileira, e pelo próprio Estado, com a finalidade de legitimar teórica e ideologicamente as práticas intervencionistas que vinham ocorrendo desde o primeiro Governo Vargas, mas que no pós- guerra adquiriram uma conotação

extremamente desenvolvimentista.

O ISEB, por sua vez, propunha em nível nacional algo bem semelhante ao que a CEPAL propunha em nível continental, ou seja, basicamente a criação de uma Nação (ou de uma imagem desta) pautada na presença de um Estado intervencionista, que sob moldes industriais garantiria a unidade e o bem- estar coletivo ou, nos dizeres da Cepal, a "equidade social". Dessa maneira, verifica-se que ambas as instituições se inserem num contexto de consolidação da prática corporativista no Brasil (e na América Latina).

Sendo assim, o grande destaque que a CEPAL alcançaria no Brasil pode ser explicado, sobretudo, pelo fato de que suas teorias se adequavam perfeitamente a um ideal de "reconstrução" de uma identidade brasileira, pautada na idéia de superação do subdesenvolvimento, ou, do atraso.

Daí a ênfase que tanto a CEPAL como o ISEB e, anos antes, o grupo da Assessoria Econômica de Vargas, davam à necessidade de referenciais teóricos nacionais em oposição ao que consideravam "mera adaptação dos instrumentais estrangeiros". Afinal, o princípio "conhecer para intervir", que fundamentava as análises das referidas instituições, era outro grande instrumento ideológico (a exemplo da já discutida supressão dos conflitos) para a legitimação desses intelectuais no poder.

Assim, semelhantemente ao que havia ocorrido nos anos 1920, houve um grande esforço em prol da reformulação (e para Guerreiro Ramos, formação)[345] de uma cultura genuinamente brasileira. Mas desta vez, ainda com maior ênfase no viés econômico, urbano e industrial que a Nação brasileira deveria adquirir.

O grande aspecto em comum aos dois períodos é a referência ao par Nacionalismo/ Unificação enquanto fundamentos inquestionáveis, na ótica de seus defensores, destas construções ideológicas. Nos dizeres de Diniz (1978, p.90), essa perspectiva se pautava na junção segurança nacional/ desenvolvimento/ bem-estar coletivo. Era a afirmação do Estado enquanto intérprete dos interesses coletivos, detentor dos recursos necessários a esse processo.

Ignácio Rangel foi um dos personagens centrais desse "debate" político-ideológico nos anos 1950, através das instituições as quais integrou, o qual foi essencial no processo de consolidação da prática do planejamento, do intervencionismo estatal e da consolidação dos tecnocratas no poder.

Ele esteve presente nos principais órgãos de promoção do "nacional-

[345] - Para Alberto G. Ramos (1957), o pleno aparecimento da nação brasileira só ocorreria com o advento do capitalismo nacional.

desenvolvimento" nos anos 1950 e 1960 e permaneceria vinculado a um deles, o BNDE, até o final de sua vida. Sua obra demonstra que ele era um debatedor ativo, tanto com seus colegas do ISEB e os da CEPAL, com o liberal Eugênio Gudin e com a teoria do PCB, do qual ele havia se afastado em 1947.

Em suma, Ignácio Rangel esteve no centro das discussões em torno da ideologia desenvolvimentista, a qual se tratava de um projeto concebido por uma elite heterogênea (em termos de formação), composta fundamentalmente por intelectuais, os quais possuíam como grande objetivo influenciar as decisões políticas, ou ocuparem eles mesmos esses cargos no Executivo. Na base desse projeto, possibilitado pela prática corporativista do Estado brasileiro, estava a defesa de um projeto político – ideológico no qual os elementos nacionalistas escamoteavam as questões de classe.

Capítulo 5 - Ignácio Rangel e o corporativismo no Brasil.

No capítulo anterior, destacou-se que os anos 1950 marcaram a consolidação do projeto desenvolvimentista, o qual teve início na chamada *Era Vargas* e possibilitou uma ampla participação da tecnocracia brasileira no aparelho de Estado. Foi ressaltado também que a inserção de representantes de diferentes grupos sociais nos quadros do poder foi viabilizada pela implantação de uma estrutura corporativa, na qual prevaleceu o controle estatal.

Conforme a análise de Draibe (2004:110-113) bem demonstrou, o período iniciado nos anos 1930 constituiu uma fase particular do movimento de formação do Estado capitalista brasileiro. Essa particularidade está essencialmente no fato de que, diferente do que ocorria no Estado oligárquico, a partir da década de 1930 as questões referentes ao nacionalismo e à unificação do país foram inseridas na estrutura burocrático-administrativa do Estado (não se restringindo ao âmbito político-parlamentar, como antes).

Dessa maneira, ainda com base nas colocações feitas por Draibe, é importante ressaltar que os Conselhos e órgãos técnicos funcionaram como "canais de acesso" do setor privado ao aparelho de Estado e *lócus* privilegiado de debates entre diferentes interesses; debates esses que se davam a partir de uma "agenda política" proposta pelo Estado, a qual enfatizava questões referentes ao avanço da industrialização. Ou, ainda, considerando a análise de Dreifuss (1986:28), essas agências de planejamento se constituíram como "celeiros de recrutamento de quadros" para as vagas de administração do Estado.

Ou seja, os Conselhos e Comissões técnicas, compostos por representantes de sindicatos e associações patronais, se constituíram como "novos espaços de participação" através dos quais a presença dos "grupos de interesse do capital" foi institucionalizada, a partir dos mecanismos corporativos (COSTA, 1999:22).

Essa integração das classes dominantes à estrutura administrativa do Estado, mediante a ideologia corporativa, aliás, foi enfatizada por Azevedo Amaral (um dos

intelectuais autoritários responsáveis pela tarefa de construção das bases ideológicas que legitimaram as práticas corporativistas no Estado Novo) o qual afirmou que:

> O princípio sobre o qual se baseia a idéia do Estado corporativo é o da representação da sociedade por meio dos órgãos que constituem os núcleos dos grupos econômicos e profissionais. De acordo com esta teoria, é dos sindicatos que devem partir, para convergirem no Estado, as expressões múltiplas das correntes que tornam, no seu conjunto, a vontade nacional e podem ser consideradas como autênticas forças representativas da nação (AMARAL, 1981:101).

Considerando esses fatos, bem como as questões destacadas nos capítulos anteriores, pode-se afirmar que a participação de diferentes grupos sociais[346] nos órgãos estatais foi viabilizada pela presença dos representantes desses grupos nos diversos órgãos criados naquele contexto de reforma administrativa do Estado (anos 1930) a qual foi pautada em uma política nitidamente autoritária. Portanto, a organização dos grupos sociais dentro da estrutura corporativa é que viabilizou a presença de parte desses grupos, a partir de seus representantes, no aparelho de Estado.

Foi justamente esse projeto de reestruturação do Estado (o qual englobava o projeto de desenvolvimento industrial do país), de acordo com Sola (1998:53-54), que viabilizou a concentração de uma "expertise técnica" em novos órgãos estatais estratégicos ao projeto de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, lhes garantiu uma posição de "insulamento" dentro do aparelho de Estado, diante das pressões partidárias diretas[347].

Nesse sentido, observa-se que os anos 1950 consolidaram um projeto político (cujas bases estavam na referida estrutura corporativa) que estava sendo formulado há duas décadas antes. Sendo assim, ao mesmo tempo em que houve uma continuidade em relação às aspirações do primeiro governo Vargas, também houve um "aprofundamento

---

[346] - Essa "participação dos diferentes grupos sociais" no aparelho de Estado, a partir da estrutura corporativa, como se sabe, na realidade privilegiou as classes dominantes, uma vez que a inserção das classes trabalhadoras ocorreu no âmbito ideológico.

[347] - Dentre esses órgãos, destaca-se a Assessoria Econômica do presidente Vargas, a qual, conforme já demonstrado no capítulo 3, garantia um "isolamento" aos intelectuais que dela participavam no que se referia às pressões inerentes à dinâmica política. Essa situação fica evidenciada, por exemplo, no fato de aqueles assessores afirmarem que quase nunca "apareciam", a não ser nas situações em que o presidente Vargas os convocava, como no caso das votações (na Câmara e no Senado) dos projetos a cargo desse grupo. Entretanto, é nítido também que esse isolamento esbarrava na polarização de interesses, nos conflitos entre diferentes interesses e a esse respeito, as dificuldades nas votações dos projetos da Petrobrás e Eletrobrás demonstram bem esses conflitos de interesses no interior do aparelho de Estado.

ideológico" da estrutura instalada naquele período.

Draibe (2004:168-169) resumiu bem essa diferenciação ao afirmar que foi somente no início dos anos 1950 (embora a industrialização já tivesse sido colocada como meta desde os anos 1930) que o Estado apresentou uma "alternativa global de desenvolvimento do capitalismo" para o país, integrando a definição de um programa de desenvolvimento capitalista para a agricultura e de uma "integração" dos trabalhadores[348] nesse projeto, mediante políticas de "bem-estar social".

Nessa ótica, o projeto de "desenvolvimento" do país naquele período (cujas bases foram anunciadas por Getúlio Vargas, em 1951, na sua Primeira Mensagem ao Congresso Nacional)[349], superou a fragmentação e a parcialidade no que se referia ao tratamento daquelas questões (atinentes ao setor agrícola e às classes trabalhadoras), no que se refere à maneira como haviam sido apresentadas até ali.

Nessa "inserção" dos grupos sociais no aparelho de Estado, destacaram-se as entidades representativas dos industriais (sobretudo a Confederação Nacional da Indústria - CNI, e a Federação Nacional das Indústrias de São Paulo - FIESP), já que os trabalhadores, embora organizados em instituições federativas estaduais, como a Federação Operária de São Paulo (FOSP), ocuparam uma posição secundária naquele processo de redefinição da participação política dos diferentes grupos sociais[350].

Dentro desse processo de "institucionalização" (e controle) de interesses conflitantes, os quais se inseriam na órbita das relações entre capital e trabalho, o suposto equilíbrio entre as forças produtivas, proposto pela *Constituição* de 1937[351], não chegou a existir de fato. Nos termos propostos por Vanda Costa (1991:117), a condução dos conflitos sociais por parte do Estado resultou em um "jogo" no qual os trabalhadores foram excluídos.

---

[348] - Deve-se destacar que o próprio processo de redemocratização do país, a partir de 1945, obrigava os intelectuais vinculados ao Estado a realizar um esforço de "construção ideológica" que inserisse os trabalhadores (parcela importante, e até mesmo decisiva, no processo do sufrágio eleitoral) e suas "demandas" no projeto de consolidação do capitalismo brasileiro, em curso desde os anos 1930.

[349] - Como destacado no capítulo 3, essa primeira Mensagem de Vargas ao Congresso, em sua volta ao poder, consistiu na primeira tarefa do grupo da sua Assessoria Econômica a qual propiciou que esses tecnocratas pudessem ter uma noção mais exata das "premissas" a serem seguidas nos projetos dos quais seriam encarregados: as questões referentes à infra-estrutura, energia e transportes.

[350] - A respeito da estruturação do "sindicalismo corporativo" e do papel ocupado pelos trabalhadores no modelo corporativista brasileiro, consultar a obra organizada por Ângela Araújo (2002).

[351] - Essa intenção de criar um aparato institucional que garantisse o "equilíbrio" entre as forças produtivas no Brasil, pode ser nitidamente identificada em um discurso pronunciado por Vargas em novembro de 1937, no qual o presidente afirmou que: "(...) a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público, em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre capital e trabalho" (Monte Arrais, 1938, *apud* Souza, 1999:57). Esse "órgão de cooperação" seria o Conselho da Economia Nacional, o qual não chegou a ser criado.

Já no que se refere à participação dos intelectuais (vinculados ao Estado) dentro dessa dinâmica política, deve-se ressaltar que os integrantes da chamada tecnocracia[352] brasileira encontraram, nessa mesma estrutura corporativa, um espaço privilegiado de participação nos quadros de poder. Não coincidentemente é que Ignácio Rangel encontrou na Assessoria Econômica de Vargas a porta de entrada para o que ele (assim como Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira e Celso Furtado, por exemplo) fazia questão de denominar de *serviço público*, ao qual permaneceu vinculado até o final de sua vida.

Sendo assim, observa-se que foi a partir das bases da política corporativa (erigidas a partir do Estado Novo) que, nos anos 1950, parte considerável da *intelligentsia* brasileira, agrupada em instituições como a CEPAL e o ISEB (abordadas no capítulo anterior) encontrou a "abertura" política necessária à proposição de seus projetos político-econômicos e para uma participação efetiva nos cargos de poder.

Sintetizando, os princípios corporativistas, presentes no projeto ideológico do Estado desde os anos 1930, também foram teorizados por uma *elite orgânica* nos anos 1950-60, visando à inserção de seus próprios interesses, enquanto classe, na ação política do Estado. Afinal, como Dreifuss (1986:24-25) explicou: a atuação da elite orgânica, "mentora intelectual da classe dominante", objetiva justamente "transpor as exigências da esfera da produção (necessidades econômicas) para o plano da ação política", buscando assim, através da luta política, a sua realização institucional.

Mediante essa constatação, torna-se essencial um aprofundamento teórico da estrutura corporativa, buscando compreender as bases do seu funcionamento e de que maneira ela resultou na consolidação de um pacto político no qual prevaleceram práticas governamentais autoritárias, como forma de regular os conflitos inerentes ao binômio capital/trabalho.

Essa análise, somada às informações levantadas nos capítulos anteriores, completará o quadro político-institucional no qual Ignácio Rangel estava inserido, cuja teoria, embora apresentasse discussões singulares (como a definição da economia brasileira a partir dos ciclos de Kondratiev), foi fundamentada nos princípios

[352]- Conforme Sola (1998:152), o uso da expressão "tecnocracia" pressupunha que a autoridade derivava de uma questão "estritamente técnica", como ocorreria nos anos 1930-40, ela refletia uma "auto-imagem" marcada por uma "aura ética" que diferenciava os "técnicos" do pós-1950 das práticas políticas "convencionais". O fato é que esses tecnocratas, a partir dos anos 1950, construíram a auto-imagem na qual eles constituíam uma "transformação" do quadro político brasileiro. Essa questão foi mais bem explorada na introdução geral deste estudo.

corporativistas[353], demonstrando a inserção de seu proponente em uma luta política que, para os fins deste estudo, é bastante elucidativa.

Sendo assim, a teoria rangeliana, vista sob esse aspecto, evidencia a defesa dos interesses de uma classe dominante a qual buscava vê-los inseridos na ação política (efetiva) do Estado; ou seja, a teoria proposta por Rangel pode ser vista como uma "arma de combate" no conflito de classes, como parte de uma visão estratégica da elite orgânica (nesse caso, da tecnocracia brasileira) da qual ele fez parte (Dreifuss, 1986:23). Mas, antes de aprofundar essa questão, é importante que sejam retomadas as bases ideológicas do corporativismo brasileiro.

5.1- O modelo corporativista e sua adaptação no Brasil:

Quando se fala em "corporativismo" a tendência é a de se remeter às corporações de ofício da Idade Média, nas quais os trabalhadores se organizavam em categorias profissionais com o intuito de alcançarem melhores resultados em suas atividades. Entretanto, tal como Boschi (2006:116-117) destacou, a partir do sistema capitalista a organização corporativa adquiriu uma dinâmica política particular, a qual buscou "resolver" a separação entre capitalistas e trabalhadores, ou seja, a regulação do conflito capital/trabalho.

Houve, segundo o referido autor, uma apropriação da noção de organização corporativa pelo pensamento autoritário em diversos países, incluindo os da América Latina. Nesse processo, o corporativismo foi identificado como a estrutura capaz de solucionar os conflitos de classe, através da hierarquização de interesses organizados por categorias profissionais as quais o Estado detinha o poder de reconhecer (ou não) e controlar.

A esse respeito Costa (1999:113) esclareceu que os "arranjos corporativos" viabilizaram uma institucionalização do conflito entre interesses de classes antagônicas, levando-as a um "diálogo" ou a "regras mínimas de convivência", sob a arbitragem do Estado. Seguindo essa mesma linha analítica, a autora destacou ainda que para o

[353] - Essencialmente a defesa de um Estado intervencionista, a industrialização como base do crescimento econômico e, com ela, o privilégio dado ao setor urbano-industrial, a definição de "papéis sociais" para as diferentes classes nesse projeto que preconizava a *harmonia* e a *cooperação* social.

Governo, o corporativismo consistia numa "integração dos atores produtivos ao Estado" ao qual caberia a função de "coordenação e vigilância" [354].

No Brasil, esse projeto corporativo foi inicialmente estruturado pelos intelectuais autoritários vinculados ao Estado Novo (notoriamente Oliveira Vianna e Azevedo Amaral), os quais viram no corporativismo uma possibilidade de contornar a crise da economia agro-exportadora (associada ao Estado liberal), a partir da criação de um Estado nacional pautado na organização corporativa das classes sociais, em substituição à representação político-partidária; justificando assim, as práticas autoritárias que caracterizaram o Estado Novo.

Sobre esse aspecto, Diniz e Boschi (1991:18) afirmaram que a transição para a economia industrial (e com ela, um processo de centralização política e um aumento da intervenção estatal) exigiu a reestruturação do aparelho de Estado brasileiro para "otimizar" recursos e acumular capital industrial. Esse processo significava "regularizar" a participação política dos setores emergentes a fim de que a estabilidade institucional do Estado fosse garantida. O corporativismo foi a política adotada para organizar essas relações sociais.

Assim, diante da referida crise econômica, do final dos anos 1920 ("politicamente" agravada pela emergência dos industriais e dos trabalhadores urbanos), o Estado, representado por aqueles intelectuais, se viu na necessidade de repensar sua organização e as formas de manter sua hegemonia, e o fez a partir de um projeto de incorporação das classes emergentes à sua estrutura ideológica, mas sem anular seus vínculos políticos com os latifundiários (ARAÚJO, 2002:34).

O objetivo comum às análises apresentadas pelos intelectuais autoritários dos anos 1930 foi o de teorizar os "problemas nacionais", a fim de identificarem suas possíveis soluções as quais consistiam, na verdade, em uma sistematização ideológica do "novo" regime. Nesse esforço teórico, o ideário liberal (vinculado à Primeira República) foi considerado ultrapassado e, por isso mesmo, deveria ceder lugar ao *Estado corporativo* o qual era apontado como a grande solução para os transtornos advindos com a Revolução de 1930 (e a crise que a precedeu), primordialmente a necessidade de se estabelecer meios que garantissem a continuidade da acumulação capitalista[355].

---

[354] - *id., ib:*116.

[355] - Sob esse aspecto, pode-se perceber que o debate proposto pelos corporativistas, a partir dos anos 1930, se situava no binômio "antigo/moderno", sobre o qual o liberalismo (símbolo da República decadente) era definido como uma organização social ultrapassada, "irracional e anárquica", enquanto o

Nessas tentativas de sistematização ideológica da estrutura corporativa e dos mecanismos que a sustentariam, os referidos intelectuais, embora apresentassem análises pautadas em enfoques distintos, demonstravam uma percepção comum no que se referia à posição central do Estado Nacional naquele sistema. Para eles, somente o controle estatal poderia garantir a *paz social*, a *harmonia* e a *colaboração* entre as classes.

A intenção daqueles ideólogos do projeto varguista, embora por vias um pouco distintas, era assegurar as condições de acumulação capitalista a partir do controle dos conflitos entre capital e trabalho (ou, simplificadamente, entre empregadores e empregados), inerentes ao sistema capitalista, e garantir a hegemonia do grupo de Vargas no poder.

Os referidos intelectuais autoritários, conforme suas obras demonstram, estavam voltados para proposições teóricas que pudessem resultar em ações efetivas. Com esse intuito, a afirmação de um Estado voltado ao bem- estar comum e à convivência harmônica dos diferentes grupos sociais constituiu o fundamento daquele projeto, ao qual o grupo de intelectuais autoritários que "colaboravam" com o presidente Vargas deveria se dedicar, a fim de criar as condições ideológicas e institucionais para que possibilitassem sua consolidação.

Naquele contexto, Oliveira Vianna (1883-1951) foi um dos precursores da doutrina corporativista no Brasil. Pautado na produção intelectual européia, sobretudo a italiana, ele buscou não somente introduzir essa ideologia no país, mas, como sua obra demonstra, se esforçou para adaptar a teoria corporativista européia às condições brasileiras (VIEIRA, 1981:31).

Dentre os seus referenciais teóricos, estavam Mihail Manoilesco e François Perroux, de cujas teorias Oliveira Vianna retirava a base das suas discussões visando aproximá-las à realidade do Brasil. Essas discussões se estruturavam na idéia de que ao Estado caberia a função (legítima) de esclarecer a sociedade e consolidar a passagem para a verdadeira democracia no Brasil. A ênfase das suas análises recaía sobre o aspecto jurídico, fundamental para a implantação da organização corporativa no país, como a legislação trabalhista voltada à "organização" dos setores produtivos, através dos Sindicatos, Federações e Confederações.

Estado e a economia corporativa seriam, parafraseando o filósofo do corporativismo italiano Ugo Spirito (1932:56-58), "expressões do elevado nível que o espírito moderno atingiu.

Tal como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral também se destacou no período de "introdução" da ideologia corporativista no Brasil. Suas análises enfatizaram a questão da "identidade nacional", essencialmente da identificação dos traços essenciais da população brasileira. Visando alcançar esse objetivo, distinguir a realidade nacional dos referenciais estrangeiros que a dominavam seria o primeiro passo na busca das condições que concretizariam a "modernização" do país a qual, segundo essa ótica, se daria mediante a consolidação da estrutura corporativa.

Em suma, esses intelectuais se dedicaram à tarefa de pensar as chamadas "questões nacionais", a partir dos anos 1930, buscando identificar as possíveis soluções que propiciariam a "modernização" do Brasil. Enfim, eles formularam o aparato ideológico que legitimaria e direcionaria as práticas corporativistas da Era Vargas.

Pela importância que as discussões apresentadas por Oliveira Vianna e Azevedo Amaral tiveram na consolidação do corporativismo no Brasil, torna-se indispensável retomá-las em seus aspectos centrais, a fim de que se poder perceber os fundamentos da estrutura ideológica corporativa erigida (ou adaptada) no país.

Deve-se ressaltar, entretanto, que não há aqui a intenção de se realizar uma análise minuciosa, que identifique os pontos de aproximação e de distanciamento das proposições feitas por Oliveira Vianna e Azevedo Amaral (os quais tiveram grande destaque na implantação do aparato ideológico do governo Vargas). O objetivo neste momento é identificar a tônica presente nas discussões realizadas nos anos 1930 e, a partir dela, a ideologia comum aos intelectuais autoritários que integraram o quadro institucional do governo de Vargas.

5.2- Princípios Gerais do Corporativismo de Azevedo Amaral e Oliveira Vianna:

Em sua apologia ao autoritarismo, Azevedo Amaral (1935:236) defendeu que o Estado *político* que vigorava no Brasil até os anos 1930 deveria ser substituído pelo Estado *econômico*, no qual a ação estatal estaria desvinculada de interesses políticos. Essa afirmação era sustentada no argumento de que a esfera política no país era inútil e anacrônica, por representar interesses individuais (no caso, da oligarquia fundiária) e,

por isso mesmo, ela constituía um entrave ao desenvolvimento nacional e estava fadada ao desaparecimento.

Com um posicionamento bem próximo a esse, Oliveira Vianna (1974:210-211) afirmou que os partidos políticos da Primeira República constituíam um governo pautado nos interesses oligárquicos, as chamadas "frações de clãs feudais, parentais e eleitorais", cuja prática estava muito distante das necessidades do povo e resultavam numa separação do país em dois, o "Brasil legal" e o "Brasil real"[356].

Ainda a esse respeito, Azevedo Amaral (1943, *apud* Souza, 1999:60)[357] afirmou: "Não podemos jamais retornar ao eleitoralismo, ou parlamentarismo, aos partidos, ao predomínio das forças dos regionalismos particularistas [...]. E por este motivo, a ordem estabelecida em 10 de novembro de 1937 é definitiva".

Os princípios corporativistas presentes na *Constituição de 1937*, conforme o esclarecimento de Vieira (1981:122), se referiam à reorganização dos poderes públicos federais, destacando-se o Conselho da Economia Nacional (CEN) cujas características técnicas seriam evidentes. A esse Conselho caberia, essencialmente, a elaboração de normas de regulamentação as quais deveriam ser aprovadas pelo Presidente da República, evidenciando que as atribuições designadas ao CEN colocavam o Parlamento em posição secundária.

Embora o Conselho da Economia Nacional nunca tenha sido efetivamente criado (Costa, 1991:125) é importante retomar as funções que lhe caberiam (caso fosse criado), as quais estão contidas na Constituição do final dos anos 1930, pois elas demonstram que ele seria um órgão-chave dentro da estrutura corporativa, no que se referia às questões relativas às relações entre o patronato e os trabalhadores.

O artigo 38 da *Carta Constitucional de 1937* estabeleceu que o CEN deveria "colaborar" com o Poder Legislativo e que esse órgão seria constituído por representantes de "vários ramos da produção nacional" os quais seriam designados

---

[356] - É importante demarcar a proximidade existente entre as afirmações feitas por Vargas em sua Mensagem ao Congresso Nacional, no ano de 1953, e esses argumentos no que se referia a atuação dos partidos políticos. Em um dos excertos dessa Mensagem, pode-se verificar as seguintes colocações: "o Govêrno não sugere que cesse a oposição, cujo papel criador reconhece e estima. Reclama, porém, uma necessária renovação dos processos de atuação partidária, em face da significação especial dos fatos contemporâneos. Reclama [que] seja contida a onda demagógica deflagrada pelos agentes da inquietação e da desordem ou pelos manipuladores de clientelas. Espera que os partidos combatam a prática de colocar o exercício da representação política a serviço da distribuição de favores aos clãs eleitorais. Em resumo, preconiza a substituição da política de patronagem por uma política de princípios, orientada segundo as necessidades objetivas das classes sociais" (BRASIL, 1978b:162).

[357] - Essas afirmações, segundo Souza (*id.ib.*), estão contidas em um trabalho intitulado "A Revolução Brasileira" e foram publicadas na Coletânea *O Pensamento Político do Presidente*, editada em 1943.

("dentre pessoas qualificadas pela sua competência especial") pelas associações profissionais ou sindicatos reconhecidos em lei, garantindo assim a "igualdade de representação entre empregadores e empregados" (art.57).

Dentre as atribuições designadas ao Conselho da Economia Nacional estavam: a promoção da "organização corporativa da economia nacional", o estabelecimento das normas de assistência às associações, sindicatos ou institutos; a função de "editar as normas de contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos e entre as associações representativas"; a emissão de pareceres "sobre todos os projetos, de iniciativa do Governo ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional"; "incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional" (art.61)[358].

A referida *Constituição* demonstra que o Conselho da Economia Nacional agregaria os representantes das classes produtoras, os quais deveriam ser indicados por associações profissionais e sindicatos reconhecidos pelo Estado, com o intuito de realizar o princípio corporativo da "colaboração das classes". Ficava claro também que a apregoada integração das classes ao aparelho de Estado, a qual viabilizaria o atendimento das suas reivindicações, seguiria a premissa do controle estatal e privilegiaria as classes produtoras.

Observa-se assim, que a proposta de criação do CEN fazia parte da política centralizadora de Vargas a qual objetivava o controle da economia e sociedade brasileiras. A intenção era que aquele Conselho se tornasse uns dos elementos centrais na estruturação do sistema corporativista no Brasil, já que através dele o Estado exerceria o controle sobre a organização da produção e das classes sociais vinculadas a ela.

É importante destacar ainda, a semelhança existente entre as funções que o Estado lhe designava e as argumentações apresentadas por Oliveira Vianna, ou seja, as atribuições conferidas ao CEN, pela *Carta Constitucional de 1937*, iam ao encontro das propostas teorizadas pelo referido intelectual. Isso porque a base do sistema político proposto por Oliveira Vianna (1974a:121-124) era justamente composta pelos conselhos técnicos ligados ao Executivo, a partir dos quais, seguindo a tendência dos países "modernos", a "competência técnica" substituiria a "competência parlamentar". Sendo assim, o "mecanismo dos conselhos econômicos" garantiria que as classes fossem

[358] - Nas palavras de Azevedo Amaral (1981:98): "Na letra *a* do artigo 61 da Constituição, defini-se como uma das atribuições do Conselho da Economia Nacional promover a organização corporativa da economia brasileira. Assim, o atual estatuto político prescreve como finalidade do Estado Novo, na ordem econômica, o estabelecimento de um regime corporativo".

"ouvidas" pelo Estado. Citando o caso do Conselho Superior de Economia Nacional da Itália, Oliveira Vianna (*idem*, p.125) afirmou que: "os projetos de lei saem diretamente desse conselho técnico para os órgãos executivos do governo, sem passarem, nem mesmo em visita de cortesia, pela grande assembléia nacional".

Com base nessa perspectiva fica nítido que ao defender a criação dos conselhos técnicos no Brasil, tomando a realidade italiana como modelo, aliás, a intenção era a de que esses órgãos consultivos assumissem uma posição privilegiada no aparelho de Estado, subordinando assim a atuação do Executivo. Além disso, a emergência dos conselhos técnicos significava a institucionalização da "competência técnica", conforme a citação anterior demonstrou, a qual estaria efetivamente estruturada para consolidar a "modernização" do país.

Percebe-se, portanto, que a ideologia que começava a ser constituída com o governo de Vargas tinha como princípio a argumentação de que a *República Velha*, pautada na política do localismo e do mandonismo (o predomínio da "solidariedade dos clãs" locais e regionais, conforme as palavras de Oliveira Vianna), havia evidenciado que a permanência dos partidos políticos só viria perpetuar essas práticas que privilegiavam determinados grupos em detrimento de outros. Mas a partir do momento que esses partidos fossem suprimidos e o Estado assumisse o controle da Nação, prevaleceriam os princípios da igualdade e da convivência harmônica entre as classes em prol do bem coletivo.

É o que justamente demonstra o texto inicial da *Carta Constitucional* promulgada em 10 de novembro de 1937. Segundo suas informações, as medidas que ela previa atendiam às:

> [...] legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica [comunista] procura desnaturar em luta de classes [...] colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil.

Sob essa ótica, se a divergência de interesses partidários (fundamentalmente os interesses comunistas) afetava a ordem e incitava a luta de classes, só o controle do Estado poderia reverter essa situação e garantir a "paz política e social". Segundo Oliveira Vianna (1978:253), a necessidade de se estabelecer um Estado intervencionista

no Brasil estaria no fato de que "o poder central sempre intervém para garantir os cidadãos na integridade dos seus direitos, no gozo de suas liberdades, na inviolabilidade do seu domicílio ou da sua pessoa".

Numa perspectiva bem próxima a de Oliveira Vianna, Francisco Campos (então Ministro da Justiça e autor da *Carta Constitucional* de 10 de novembro de 1937) afirmou que, diferente das Constituições liberais, onde havia um conflito permanente entre os diferentes poderes, "a Constituição de 10 de novembro, tem unidade. Há vários poderes em um só Poder: onde há vários poderes e não existe um só Poder, não há governo, porque governo é um só pensamento e uma só ação" (CAMPOS, 1940, *apud* SOUZA, 1991:77).

Numa ótica semelhante, Azevedo Amaral destacou que a referida Constituição, enquanto "estatuto básico do Estado Novo", teria marcado, na história política brasileira, um "acontecimento sem precedentes". De acordo com ele, pela primeira vez, teria sido feita uma tentativa de "organizar a Nação" a partir de um critério "realístico". Em resumo, nas palavras do próprio Amaral:

> "a harmonia entre as novas instituições e a situação atual da sociedade brasileira veio a ser alcançada por forma a dar-nos a impressão de um ajustamento naturalmente obtido na aplicação da ideologia do regime [...]"(AMARAL, 1981:85).

Assim, percebe-se que predominava entre os principais intelectuais autoritários do período em questão o argumento de que, diante da prevalência dos interesses individuais no período da Primeira República, somente um Estado forte e centralizado, poderia garantir os direitos dos cidadãos brasileiros. Além disso, diante da "ameaça comunista", tão divulgada pelas propagandas estatais, somente o Estado, novamente ele, preocupado com a integridade dos cidadãos, poderia garantir o cumprimento da lei e da ordem no país. Nesse sentido, Oliveira Vianna ressaltou que:

> Coube à Revolução o mérito insigne de elevar a questão social – até então relegada à jurisdição da polícia nas correrias da praça pública – à dignidade de um problema fundamental do Estado e dar-lhe – como solução – um conjunto de leis, em cujos preceitos domina, com um profundo senso de justiça social, um alto espírito de harmonia e colaboração (VIANNA, 1951:11).

Ainda em relação ao significado da atuação do Estado Novo, no prefácio do seu livro escrito ao final da década de 1930, Azevedo Amaral afirmou que a tarefa estadonovista de integrar as classes sociais na estrutura do Estado já tinha demonstrado bons resultados. Segundo ele:

> Nação e Estado estão hoje identificados e, com o desaparecimento dos políticos profissionais, a Política tornou-se matéria sobre a qual cada cidadão, por mais humilde que seja, tem não apenas o direito, mas o dever de formar opiniões e de pronunciar-se, com a esperança de atuar na direção do Estado com a parcela mínima dos frutos da sua experiência pessoal (AMARAL, 1938:05).

Essas colocações demonstram um aspecto fundamental da ideologia estadonovista: a afirmação de que a supressão dos partidos políticos, ao invés de significar uma prática autoritária, expressava a preocupação do Estado, personificada na figura do presidente Vargas, em atender às necessidades dos cidadãos brasileiros. Essa mesma ideologia afirmava também que a política não se restringia a determinados grupos, mas estava acessível a todos os brasileiros.

Entretanto, essa participação política dos cidadãos deveria expressar a "vontade coletiva", para que não recaísse nos erros individualistas que o modelo liberal havia consagrado. Essa era uma das premissas do corporativismo, sistema político colocado em prática no Brasil a partir dos anos 1930 e defendido pelos adeptos do autoritarismo enquanto solução para a necessidade de "modernizar" a economia brasileira.

A própria *Carta Constitucional de 1937*, justificava a prática intervencionista do Estado[359]. Segundo o artigo 135:

> A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio

[359] - É interessante citar que um posicionamento semelhante a esse, pode ser visualizado na Mensagem de Vargas ao Congresso Nacional, em 1952, na qual Vargas afirmou que a "intervenção do Estado no domínio econômico, sempre que possível plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao Govêrno [*sic*] tôdas [*sic*] as vezes [*sic*] que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os superiores interesses [*sic*] da Nação, quer contra a voracidade egoísta dos apetites individuais, quer contra a ação predatória dessas fôrças [*sic*] de rapina, que não conhecem bandeira e nem cultuam outra religião que não seja a do lucro" (BRASIL, 1978b:143).

> econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estimulo ou da gestão direta.

Demonstrando uma perspectiva bem próxima a essa, Azevedo Amaral defendeu a idéia de que:

> "o critério da intervenção do Estado no regime autoritário é promover primacialmente o bem público, mas sem comprimir ou reduzir as iniciativas e liberdades individuais além do ponto em que elas entrem em conflito com o interesse coletivo" (AMARAL, 1981:97).

Com base em argumentos como esses, amplamente utilizados pelos intelectuais vinculados ao governo de Vargas, afirmava-se que somente a intervenção do Estado seria capaz de criar as condições necessárias ao propalado processo de "modernização" da economia brasileira, já que a iniciativa privada não estava suficientemente estruturada para assumir tal desafio. A estruturação de um poder estatal centralizado também sanaria os conflitos individuais, uma vez que o Estado, diferentemente do modelo liberal, representava os interesses nacionais e, portanto, suas ações estariam voltadas ao bem coletivo.

Essas afirmações eram extremamente eficientes aos interesses do Estado Novo uma vez que, ao mesmo tempo em que justificavam o fim dos regionalismos e a supressão dos partidos políticos, eles inseriam a sociedade (ao menos ideologicamente) na estrutura do Estado, dando-lhes a impressão de uma mudança no quadro político da época, o qual se diferenciava da política regionalista e coronelística, que até então prevalecia.

O corporativismo foi adotado pelo Estado varguista enquanto o meio de viabilização de uma nova organização social, pautada na centralização do poder e, por conseguinte, no controle da sociedade pelo poder estatal. A partir da adoção desse sistema político, caberia aos intelectuais incorporados à estrutura estatal da Era Vargas desenvolver uma sistematização ideológica (ou uma "adaptação" da doutrina corporativista à realidade brasileira) dos princípios a serem seguidos no processo de instauração desse sistema.

Com esse intuito, Azevedo Amaral (1938:117) afirmou que "o postulado básico do corporativismo é a noção da subordinação dos interesses e pontos de vista

individuais às considerações e ao sentido do bem coletivo". Para ele, a criação do Estado nacional brasileiro marcava a separação entre o "velho Brasil" e o "novo". Além disso, ele enfatizou que o projeto corporativista poria fim ao parasitismo que predominava na República liberal. Segundo as suas palavras: "uma organização nacional corporativa excluiria a possibilidade de subsistência de grupos parasitários e a formação de novos núcleos desse gênero" (AMARAL, 1935:234).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Oliveira Vianna afirmou que para alcançar a modernização do país,

> [...] o que se cumpre fazer é pedir aos grupos organizados – tanto sociais como culturais – a sua colaboração, chamando-os para junto do Estado, dando-lhes lugar preeminente nas suas atividades, nos seus tribunais, nos seus conselhos, nos seus parlamentos – justamente o lugar preeminente que, por um equívoco secular, temos até agora dado aos partidos (VIANNA, 1939:220-221).

Essa era uma das afirmações que prevalecia entre os intelectuais autoritários de 1930, ou seja, que o governo iniciado com Getúlio Vargas, a partir da consolidação do sistema corporativista, inaugurava um momento particular na história brasileira a partir do qual se podia vislumbrar um novo ("moderno") Brasil. Nessa mesma ótica, o corporativismo concretizaria as condições de "igualdade" entre as classes sociais, se opondo ao individualismo e aos favoritismos que predominavam nas práticas liberais.

Vargas afirmava, portanto, que o sistema corporativo seria a melhor opção frente ao malfadado liberalismo e às criticadas intenções comunistas e, por isso mesmo, tratava-se de um momento "novo" na história do país.

Nesse sentido, Gomes (2005:140-141) destacou que embora já existissem associações de classe com base nos interesses profissionais (as "corporações", num sentido clássico) na Primeira República, o Estado do pós-1930 construiu uma retórica na qual afirmava ser aquele o momento original, o marco da organização de classes no Brasil, negando assim a existência de alguma experiência associativa anterior.

Com base nessa perspectiva, o esforço de sistematização teórica do corporativismo por parte dos intelectuais ligados ao governo de Vargas no pós-1930 pode ser mais bem compreendido, já que o Estado necessitava de uma ideologia que o legitimasse enquanto fundador de uma "nova" ordem social. Era a partir dele, nessa ótica, que emergiria a Nação brasileira.

Segundo a discussão apresentada por Costa (1999:57) demonstrou, uma das tarefas políticas imediatas naquele período se referia à preservação do poder revolucionário e para tal, era necessário desmontar a máquina dos partidos oligárquicos a qual sustentava o domínio desse grupo. Nos dizeres da autora, era necessário "unificar a nação desfragmentada em lealdades locais" a partir da constituição de um Estado que representasse os interesses nacionais e o corporativismo foi a solução política utilizada para a realização dessa tarefa.

Concernente a essas questões, Boschi e Lima (2002:200) destacaram que o "discurso oficial" do Estado, pautado na ênfase de uma total ruptura com o passado, como forma de destacar suas "inovações institucionais" constituiu a sua estratégia de "ofuscamento", inserida no bojo de um processo de desconstrução da ideologia que havia sido estabelecida pelo passado liberal.

O que se percebe é que a partir da ideologia que ia sendo erigida pelos intelectuais vinculados ao Estado, o governo do presidente Vargas era diferenciado do passado, cujas práticas políticas eram consideradas ultrapassadas e, dessa forma, o liberalismo era apontado como antidemocrático, já que consagrava a separação entre o povo e o Estado.

No projeto varguista, ao contrário, o povo seria integrado ao Estado a partir das associações profissionais, que representariam os interesses dos grupos sociais frente ao poder estatal. Essa era a base do sistema corporativista implantado com Getúlio Vargas, a qual foi sintetizada por Azevedo Amaral:

> O Estado Corporativo ou, em outras palavras, a organização política da Nação formada como expressão direta dos grupos organizados que atuam na produção e distribuição da riqueza, bem como no desenvolvimento espiritual da coletividade, aparece como o novo ideal para o qual tendem as correntes contemporâneas, embora divergentes na escolha dos métodos de realização daquele objetivo (AMARAL, 1936:41).

Conforme já ressaltado, a utilização dos ideais corporativistas por parte dos intelectuais autoritários dos anos 1930 vinha ao encontro do anseio estadonovista de se legitimar no poder. Dessa maneira, num contexto em que a necessidade de "organizar" a produção no país se mostrava latente, o corporativismo foi tido como uma solução ideológica viável para a consolidação desse projeto (Vieira, 1981:95-97). Nesse sentido,

a afirmação da falência do liberalismo era mais do que uma tendência advinda das discussões ocorridas na Europa, foi uma forma ideologicamente eficaz de alegar a necessidade de consolidação do Estado Novo.

Caberia ao corporativismo, dentro desse projeto, realizar a mediação entre povo e Estado, através das instituições representativas dos interesses de classe a partir das quais o Estado tomaria conhecimento das necessidades sociais e consolidaria o "bem coletivo".

Na acepção de Francisco Campos, semelhantemente a Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, a supressão dos partidos políticos pelo Estado Novo ao contrário de constituir uma ação ilegal, criava as condições propícias para que o poder estatal assumisse o controle "justo" da Nação brasileira, algo que não acontecia no sistema liberal:

> Na organização corporativa, o poder econômico tem expressão legal: não precisa negociar e corromper, insinuar-se nos interstícios ou usar de meios oblíquos e clandestinos. Tendo o poder, tem a responsabilidade e o seu poder e a sua responsabilidade encontram limite e sanção no Estado independente, autoritário e justo (CAMPOS, 1940 *apud* Souza, 1999:75).

Considerando esses argumentos, deve-se destacar também que uma das preocupações dos intelectuais vinculados ao Estado (entre os anos 1930 e 1940), no que se referia à formulação da ideologia corporativa, era diferenciá-la das práticas fascistas e totalitárias. Sendo assim, o autoritarismo que fundamentava a política do Estado Novo era camuflado pela afirmação de que sua prioridade era a "justiça social".

Segundo Oliveira Vianna (1974:136), esse fortalecimento do poder estatal era, na verdade, uma tendência da política mundial, conforme demonstra a seguinte citação:

> O que caracterizará a nova organização política do mundo não será a retração ou recuo do Estado; mas, uma participação mais efetiva das massas ou das categorias profissionais na vida do Estado e no Governo. Participação direta, imediata, efetiva, real, contínua, permanente – e não mais fictícia ou episódica, ou subsidiária, como nas democracias liberais, principalmente nas democracias deste lado do continente.

Como pode ser visualizado nas palavras de Oliveira Vianna, havia por parte dos intelectuais vinculados ao Estado Novo a intenção de construir uma argumentação que fosse capaz de demonstrar que o intervencionismo estatal, enquanto base do sistema corporativo, não significava uma anulação das práticas democráticas. Ao contrário, a estrutura administrativa corporativista, a qual possibilitava uma "participação mais efetiva" das categorias profissionais no Estado, constituiria, nessa mesma perspectiva, a verdadeira democracia e não uma democracia "fictícia", como ocorria no liberalismo.

Também a respeito dessa questão, Azevedo Amaral (1981:102) afirmou que:

> [...] emancipada das ficções e dos erros da ideologia liberal-democrática, a nova organização nacional é rigorosamente a de uma democracia autêntica, que se alicerça nas bases supridas pela nossa fisionomia coletiva peculiar, sincronizando-se ao mesmo tempo com o ritmo do pensamento democrático nas suas mais puras e elevadas expressões.

Justamente com o objetivo de destacar (e tentar convencer a sociedade) que o sistema corporativista não se tratava de uma anulação da democracia é que Oliveira Vianna e Azevedo Amaral se esforçaram em desenvolver argumentos que demonstrassem a diferenciação entre corporativismo, fascismo e totalitarismo[360]. Sendo assim, com o intuito de diferenciar o corporativismo brasileiro do fascismo italiano (personificado na figura de Mussolini), Azevedo Amaral (1981:101) escreveu:

> Na Itália, a índole ditatorialista do sr. Mussolini e a fisionomia ultra-estatista da organização fascista inverteram o sentido do corporativismo. Em vez de o Estado ser a expressão orgânica e dinâmica da nação, que nele atua através dos órgãos representativos das suas atividades econômicas e espirituais, torna-se a única realidade, o propulsor exclusivo do dinamismo nacional, que é apenas um reflexo da vontade despótica do detentor da maquinaria estatal. [...] O estilo do Estado Novo brasileiro acha-se, portanto, imune de quaisquer contaminações das influências dos regimes totalitários, tanto comunista, quanto fascista. Não tem, é claro, nenhum parentesco

[360] - É fundamental assinalar também a semelhança desses argumentos com os apresentados pela Mensagem proferida por Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, em 1952. Nela, observa-se as seguintes afirmações: "repelindo o frio impersonalismo totalitário que sacrifica deliberadamente a um Estado devorador e desumano o bem-estar dos indivíduos, colocamos sempre, em todos os aspectos da ação governamental projetada, o acento de importância sôbre [*sic*] o homem e não sobre uma abstração ideológica. O nosso objetivo é a felicidade de todo o Povo brasileiro, e não de uma fração qualquer dêsse [*sic*] povo" (BRASIL, 1978b:153).

> também com as formas da democracia liberal, em cujo círculo o Brasil foi detido durante mais de um século [...].

Considerando a *Constituição de 1937,* Azevedo Amaral ironicamente argumentou que:

> [...] não seria preciso mais que saber ler para chegar à conclusão de que a Constituição promulgada pelo Presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro nenhum parentesco ou mesmo remota afinidade apresentava com o tipo de instituições elaboradas sob a influência do fascismo. O erro em que a esse respeito incidiram muitos no primeiro momento, e no qual ainda persistem talvez alguns cuja atividade cerebral é mais lenta, promanava da confusão que se tem feito entre o conceito de Estado autoritário e a ideologia fascista (AMARAL, 1981:93).

Ainda com essa mesma intenção, de demonstrar que o modelo corporativista adotado pelo Estado Novo não possuía nenhuma influência fascista, Azevedo Amaral afirmou que as bases desse modelo político se remetiam às corporações medievais. A esse respeito, ele alegou que:

> [...] particularmente no sentido que a orientava, a economia medieval foi organizada de modo mais humano e mais inteligente do que ocorreu no período da pós-renascença e, sobretudo, no de transição do início do grande capitalismo, começada com a revolução industrial do século XVIII. O eixo daquela organização econômica, que corresponde de um modo tão curiosamente preciso às mais modernas e avançadas idéias do economismo social contemporâneo, era a corporação profissional (AMARAL, 1935:92).

Com esse mesmo intuito, Oliveira Vianna (1939:89) argumentou que as instituições corporativas se inspiravam no pensamento católico e não no fascismo e, além disso, elas "não pertencem a um tipo de regime; representam uma doutrina dotada de universalismo". Segundo ele nem o sindicalismo nem o corporativismo seriam instituições totalitárias, já que eles as "antecedem de muito", e se vinculavam à doutrina do pensamento social da Igreja Católica, "tal como consubstanciado no advento dos

regimes totalitários na Europa" (VIANNA, 1952:108).

Vianna afirmou ainda que seu "modelo corporativista" se pautava nas Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragésimo Anno*. Nesse sentido, é interessante retomar um trecho desta última encíclica, o qual é bastante elucidativo quanto à organização das corporações:

> As corporações são constituídas pelos representantes dos sindicatos dos operários e dos patrões pertencentes à mesma arte e profissão e, como verdadeiros e próprios órgãos e instituições do Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum. Basta refletir um pouco para ver as vantagens desta organização, embora sumariamente indicada: a pacífica colaboração das classes, a repressão das organizações e violências socialistas, a ação moderadora de uma magistratura especial (PIO XII, *apud* ARRUDA, 2006:74).

O objetivo desta análise ao retomar o excerto acima é o de, essencialmente, demonstrar a semelhança entre a teoria corporativa apresentada (adaptada) por Azevedo Amaral e Oliveira Vianna e a doutrina católica no que se refere ao princípio da substituição do conflito de classes pela idéia de "justiça social".

Nesse sentido, também em relação à questão da doutrina católica, Oliveira Vianna ainda afirmou: "cerremos os nossos ouvidos aos pregadores das ideologias estranhas, inspiradas na violência e no espírito de subversão – e sigamos a lição da Igreja e a sua doutrinação" (Oliveira Vianna, 1942, *apud* Arruda, 2006:138). As "ideologias estranhas" as quais ele se referia eram o liberalismo e a designada "ameaça (subversiva) comunista".

É fundamental enfatizar que essa defesa da formulação de teorias nacionais (presente não só em Oliveira Vianna e nos intelectuais dos anos 1930, mas também na *intelligentsia* brasileira da década de 1950) ia ao encontro de uma aspiração dos intelectuais estadonovistas: sua intenção de se oporem às doutrinas de base estrangeira (essencialmente o comunismo e liberalismo que os "ameaçava" naquele momento) legitimando, a partir daí, as bases de um autoritarismo nacional corporativista. Essa oposição na verdade possuía bases muito frágeis, uma vez que escamoteava o fato de que o tão aludido corporativismo era um sistema político "estrangeiro".

Essa questão da influência de doutrinas estrangeiras na condução da política brasileira também foi analisada por Azevedo Amaral, o qual pontuou que o Brasil estaria entre as nações que "embora possuam qualidades capazes de assegurar-lhe

desenvolvimento e expansão em vários sentidos, são, contudo, subordinadas a influências estranhas [dentre elas o liberalismo e o comunismo] que perturbam por muito tempo o curso natural de sua evolução" (AMARAL, 1938:128).

Reafirmando esse posicionamento de Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, o próprio Getúlio Vargas (em pronunciamento feito no dia 04 de maio de 1931) enfatizou que:

> Em vez do individualismo, sinônimo do excesso de liberdade [afirmada como marca do liberalismo], e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradoras da administração pública (VARGAS, 1931, *apud* COSTA, 1999:56).

Na perspectiva estadonovista, o corporativismo era visto como o "curso natural do processo de expansão capitalista" e a partir dele, os indivíduos e as organizações privadas passariam a se articular em um "sistema coordenado, cujas engrenagens funcionam segundo diretrizes traçadas em proveito de interesses incorporados nas órbitas de grupos associados para uma finalidade comum" (Amaral, 1981:125). Sendo assim, o corporativismo seria, segundo essa acepção, um resultado "natural" da dinâmica capitalista. Nas palavras do próprio Azevedo Amaral:

> o neocapitalismo, surgido como efeito dos aperfeiçoamentos da técnica industrial, que determinaram a produção em massa, foi forçado pelos imperativos das condições econômicas inerentes à sua própria natureza a tomar como característica mais significativa da sua fisionomia um sentido nitidamente corporativo (AMARAL, 1981:124).

Ao afirmar que o corporativismo resultava do processo de expansão do capitalismo, os intelectuais vinculados ao governo Vargas iam ao encontro da necessidade do Estado de legitimar, ideologicamente, a adoção dessa prática política no país. Assim, o sistema corporativo era definido como a estrutura que viabilizaria a consolidação de um "novo" Brasil, em oposição à ultrapassada ordem liberal que predominava até a Primeira República.

Entretanto, era necessário deixar claro também que a organização dessa "nova" estrutura política se daria a partir do Estado, a única instituição capaz de defender os interesses coletivos e banir os privilégios de classe. É justamente o que o artigo 138 da *Carta Constitucional de 1937* estabelecia. Segundo ele:

> a associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público.

A respeito dessas questões, Francisco Campos (1940 *apud* Souza, 1999:73) afirmou que caberia à ação estatal, "pautada na justiça", a função de árbitro dos conflitos entre as classes sociais, levando-as a uma convivência harmônica, pautada na solidariedade. De acordo com a sua análise, só o Estado "que não tem interesse particularista, está em condições de representar o interesse nacional e de exercer, portanto, a arbitragem entre os interesses de categorias ou de setores". Pautado no ideal da "justiça social", o Estado "assiste e superintende, só intervindo para assegurar os interesses da Nação, impedindo o predomínio de um determinado setor da produção, em detrimento dos demais".

Em síntese, as corporações (sindicatos, federações e confederações) inseriam, ao menos ideologicamente, os grupos sociais na estrutura do poder estatal e, assim, justificavam a extinção do sistema representativo via partidos políticos. Entretanto, para que esses grupos sociais pudessem fazer parte do sistema corporativista, era necessário o cumprimento de diretrizes estabelecidas pelo Estado. É o que demonstra as seguintes colocações de Oliveira Vianna:

> os sindicatos aceitam a investidura dos órgãos representativos das categorias para o exercício, *como mandatários*, de funções privadas do Estado e, neste caso, terão que se sujeitar ao controle do poder delegante, do Estado, à interferência da Administração na sua vida institucional (VIANNA, 1943:116 – grifos do original).

O controle do Estado sobre os sindicatos foi explicado por Oliveira Vianna (1943:VII) a partir da própria formação do povo brasileiro. Segundo ele, o povo brasileiro era marcado por uma tradição, deixada pelos "pioneiros, desbravadores e latifundiários", a qual era pautada no anti-urbanismo e no "espírito individualista". Dada essa realidade, seguindo a argumentação de Vianna, o sindicato era necessário enquanto um "agente corretivo e retificador" a partir do qual seriam transmitidos valores como a "solidariedade social" e a "consciência de grupo".

É de fundamental importância destacar que o plano de fundo de todas essas discussões em torno da adoção (e adaptação) da estrutura corporativista no Brasil era a necessidade de aliar a intensificação do processo de acumulação capitalista no país com a consolidação do grupo político que então assumia o poder, com a ascensão de Vargas. Essa discussão era estabelecida a partir da negação do liberalismo, associado aos latifundiários da Primeira República (e considerado ineficiente, tanto em termos políticos quanto econômicos), e da afirmação de uma nova ordem econômica, pautada no setor urbano-industrial emergente.

A esse respeito, para Azevedo Amaral (1934:66), a institucionalização dos sindicatos era fundamental para a "modernização" do país, sobretudo pelo fato de que as "massas são essencialmente inertes; sem a voz de comando elas se deixam ficar onde estão e continuam no mesmo equilíbrio em que sempre estiveram". Para ele, "só é possível governar quando se possuem qualidades superiores, de que são desprovidos os que têm que ser dirigidos e guiados" (AMARAL, 1941:38).

Levando-se em conta o contexto dos anos 1930, quando Vargas assumia o poder e os industriais emergiam enquanto grupo econômico, a adoção de um sistema político pautado no setor urbano-industrial e na solidariedade entre as classes (como o era o corporativismo) se torna mais clara[361]. Tratava-se da afirmação de uma "nova" ordem político-econômica e da busca por consolidar uma aliança política que incorporasse tanto os industriais quanto os trabalhadores[362] (ao menos ideologicamente) e que,

[361]- Note, por exemplo, a semelhança das seguintes palavras de Rangel (2005a:454) com as dos intelectuais autoritários dos anos 1930 (apresentadas há pouco): "[...] só as sociedades bem constituídas, cujos membros sejam capazes de comportar-se, em certa medida, como irmãos, são realmente capazes de programar ou planejar, porque não há planejamento sem transferências não compensadas de renda. [...] As grandes guerras mundiais, exacerbando inopinadamente o sentido da solidariedade entre os cidadãos da mesma nação, criaram clima propício para o planejamento de todos os aspectos da vida social [...]".

[362]- Uma referência a essa "incorporação" dos trabalhadores na estrutura corporativa pode ser vista no seguinte excerto, retirado da Mensagem apresentada por Vargas ao Congresso Nacional, em 1937: "a legislação social, obra da Revolução de 30, continua apresentando benefícios cada vez mais amplos. As organizações de economia popular progridem de modo incontestável, e se algo falta ao funcionamento

embora privilegiasse o setor industrial, não ignorava a influência (política e econômica) que os latifundiários ainda possuíam.

Nesse sentido, Araújo (2002:30) destacou que o Estado no pós-1930 buscou incorporar (e controlar) os trabalhadores, e não excluí-los, a partir da concessão de benefícios e do atendimento de certos interesses da classe trabalhadora, os quais seriam agregados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943.

Na ótica de Vanda Costa (1999:21), a estrutura político-administrativa corporativa erigida no Brasil não se fundamentou nos parâmetros estabelecidos pela teoria corporativa clássica. Segundo ela, não houve aqui a criação de um espaço de diálogo institucionalizado, a partir do qual seriam criadas as condições necessárias à colaboração entre as classes antagônicas, mas, ao contrário, esses acordos entre capital e trabalho (simplificadamente, entre patrões e empregados) foram estabelecidos verticalmente e beneficiaram apenas o capital. Nas palavras da autora: "[...] no Brasil, os interesses do capital se organizaram sob um formato corporativo, enquanto a representação dos interesses do trabalho foi organizada sob a forma de um sindicalismo tutelado" (COSTA, 1999:22).

Seguindo esse raciocínio, afirma-se que enquanto os órgãos de representação da elite industrial paulista (destacando-se a FIESP) constituíram um instrumento de inserção desse grupo social no aparelho de Estado[363] a partir da estrutura corporativa (garantindo a participação de seus representantes, como foi o caso de Roberto Simonsen, e, com ela, a reivindicação de seus interesses e a manutenção da "pluralidade representativa", contradizendo o princípio corporativo da representação profissional mediante um único órgão por categoria – o sindicato único), para os trabalhadores, apesar de também terem sido inseridos no aparelho estatal (através do cadastro criado pelo MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - que lhes "garantia" o reconhecimento do Estado no caso de terem o monopólio de representação de uma determinada categoria profissional), a mesma estrutura corporativa lhes serviu mais como instrumento de controle do que propriamente de representação política no Estado.

Considerando esses fatos, este capítulo toma como pressuposto o fato de que a incorporação da classe trabalhadora era parte constitutiva do processo de concretização da ideologia corporativa, que necessitava da inserção dos trabalhadores, já que se

---

completo dos institutos criados, depende mais da própria atividade e espírito associativo das classes trabalhadoras do que das franquias e vantagens legais" (BRASIL, 1978a:719-720).

[363] - Ou, nos termos propostos por Dreifuss (1986:23), uma "arma de combate no conflito de classes".

tratava de um projeto que promulgava a "convivência harmônica" entre os diferentes grupos sociais, como solução para os conflitos inerentes ao capitalismo como forma de garantir o crescimento econômico do país.

Ainda dentro desse processo de "adaptação" e consolidação das práticas corporativas no Brasil observa-se que, se por um lado, os intelectuais autoritários vinculados a Vargas realizavam a tarefa de sistematização ideológica da ordem corporativa, pautada na centralização do poder no aparelho de Estado; por outro lado, esses mesmos intelectuais se mostravam determinados em defender suas próprias posições nesse sistema político[364]. Nesse sentido, eles podem ser considerados "mentores intelectuais da classe dominante", que formulavam projetos político-ideológicos visando à defesa de seus interesses de classe[365].

Nas proposições de Oliveira Vianna, por exemplo, o povo brasileiro, por suas características biológicas e culturais, era apontado com sendo incapaz de defender seus interesses coletivos e, portanto, não poderiam desempenhar um papel político ativo. Sendo assim, caberia à elite (na qual os intelectuais estavam inseridos) a função de representar a sociedade. De acordo com ele, o governo das elites era "uma forma de governo democrático muito mais penetrada do espírito do povo", do qual seriam representantes (VIANNA, 1952, *apud* VIEIRA, 1981:108-109).

Com esse mesmo propósito, ao argumentar que os Conselhos Técnicos, ou as "pequenas corporações profissionais", por terem uma participação pautada na competência e não em interesses particulares, eram mais ativos que a estrutura sindicalista, Oliveira Vianna (1939, *apud* Vieira, 1981:130), também estava defendendo a participação dos técnicos (grupo no qual os intelectuais se inseriam) no sistema corporativista que estava se consolidando.

Nesse sentido a própria atuação dos intelectuais autoritários ligados à "implantação" do governo Vargas sob bases corporativistas, pode ser vista como um demonstrativo do funcionamento dessa estrutura. Apercebendo-se da importante tarefa que possuíam naquele contexto (ou seja, a função de legitimar ideologicamente um governo corporativista no Brasil), aqueles intelectuais passaram a inserir nos seus arcabouços teóricos a defesa de suas próprias posições dentro dessa estrutura.

---

[364] - Considerando esse fato, Pécaut (1990: 14-15) destacou que embora os intelectuais dos anos 1920-1930 não apresentassem concepções políticas homogêneas (destacando-se o liberalismo e o autoritarismo) eles convergiam quanto à reivindicação de um *status* de elite dirigente à qual caberia, nessa ótica, "organizar a nação".

[365] - Conforme a análise de Dreifuss (1986:26).

Em suma: conscientes da abertura política que a consolidação da estrutura corporativa lhes daria, esses intelectuais trataram logo de defender o lugar que deveriam ocupar dentro desse sistema. Reiterando o que foi tratado no capítulo anterior, tratava-se de uma via de mão dupla, na qual a constituição de uma ordem corporativista requeria a organização de uma burocracia capaz de coordenar o funcionamento desse sistema político, a partir dos diversos conselhos técnicos e comissões nos quais a participação dos diferentes grupos sociais (a partir de seus representantes reconhecidos pelo Estado, ou seja, os sindicatos, as federações e as confederações) seria "efetivada"[366].

Assim, conhecedores que eram desse sistema, já que cabia a eles a formulação teórico-ideológica que o legitimaria, os intelectuais estadonovistas inseriram nessa formulação não somente os papéis políticos a serem desempenhados pela elite industrial e os trabalhadores, mas os seus próprios, os quais alcançavam nítido relevo nessa hierarquia, uma vez que lhes cabia a condução "científica" de todo esse processo.

Nesse sentido, é importante compreender melhor o funcionamento desse sistema político para que se possa, a partir do conhecimento das engrenagens que o regulavam, alcançar uma maior proximidade em relação à atuação dos intelectuais na consolidação dessa estrutura. Esse é justamente o objetivo do tópico seguinte.

5.3- A ideologia corporativista e sua influência política no pós-1930:

Os anos 1930 consolidaram uma tendência que vinha sendo observada desde a década anterior, na qual emergiram "novos" modos de pensar a realidade nacional. O aspecto comum aos dois períodos era a defesa do fortalecimento do Estado, marcada por princípios autoritários (Souza, 1999:55-56). Com base nesse pressuposto, foram desenvolvidos diferentes projetos políticos, como o modernismo, o tenentismo e o próprio corporativismo.

Conforme demonstrou um importante teórico do corporativismo italiano, Ugo Spirito, a defesa do aumento do intervencionismo estatal era um elemento comum à

[366] - Nesse sentido, Pécaut (1990:7-10) destacou que os intelectuais brasileiros se voltam à ação política como se tivessem qualificação especial para fazê-lo e, em muitas ocasiões, eles se tornam "protagonistas políticos centrais". Além disso, continuou o autor, em quase todas as épocas, senão todas, os governantes "parecem querer se apropriar das representações do fenômeno político propostas pelos intelectuais, e estes, com frequência, estiveram prontos a inspirar-se nas representações professadas pelo Estado".

ideologia corporativa. Nas palavras de Spirito (1932:103-106), uma "liberdade completa" só poderia ser alcançada num "estado selvagem", já que na vida em sociedade, quanto mais elevada ela se torna, maior a disciplina que a governa e que harmoniza os elementos "discrepantes".

Numa perspectiva semelhante, Azevedo Amaral declarou que:

> [...] o indivíduo, em obediência ao instinto de conservação e salvaguarda dos seus próprios interesses, não tem nem pode ter vantagem em pretender exercer a sua liberdade pessoal além do círculo demarcado pela natureza do sistema em que ele se acha integrado. Uma vez admitida a organização corporativa como a única consentânea com a expansão sadia das forças econômicas é claro que, somente dentro da sua órbita, isto é, ajustando o exercício da liberdade individual ao funcionamento global do sistema, cada unidade produtora poderá comparticipar dos resultados benéficos da ação corporativa. Não há, pois, no novo regime, sacrifício da liberdade na ordem econômica. Há apenas uma reinterpretação do seu conceito em termos que se harmonizam como o sentido e métodos da economia corporativa (AMARAL, 1981:154).

Seguindo essas premissas, Francisco Campos (1940, *apud* Souza, 1999:75) escreveu que: "a organização corporativa garante a liberdade de iniciativa de uns, nos limites em que não prejudica igual liberdade de outros e, sobretudo, nos limites em que a liberdade individual não constitui atentado contra o bem comum".

Já Oliveira Vianna, que defendia a "preeminência do princípio da autoridade sobre o princípio da liberdade" (Vianna, 1952:129), afirmou que dentre os "ajustes necessários" à implantação da estrutura corporativa estava o aumento do nível "evolutivo" (cultural e psicológico) do povo brasileiro o qual, a partir de um "sentimento do Estado nacional" (que emergiria dessa "evolução"), consolidaria o Estado - Nação, base de toda aquela estrutura (VIEIRA, 1981:57).

Nesse sentido, é fundamental demarcar a semelhança dessa tese com a perspectiva exposta pelos isebianos na década de 1950 (sobretudo em Guerreiro Ramos o qual, aliás, afirmava ser filiado à tradição de Oliveira Vianna).

Conforme destacado no capítulo anterior, os integrantes do ISEB apontavam o Estado como elemento fundador da Nação brasileira e, a partir dessa perspectiva, a existência do Brasil estaria condicionada à consolidação de um Estado nacional forte o qual direcionaria o país ao "desenvolvimento". Nos dizeres de Cândido Mendes de

Almeida (2005:17), o nacionalismo seria a base de um projeto de transformações da "inerte realidade brasileira"[367].

A esse respeito, Azevedo Amaral (1981:96) foi enfático ao afirmar que:

> A submissão dócil à autoridade do Estado não repugna, nem pode repugnar os indivíduos normais, que intuitivamente compreendem que um povo, para se transformar em uma nacionalidade, precisa organizar-se em uma estrutura hierárquica, cuja solidez e funcionamento eficiente exigem a atuação de uma autoridade capaz de tornar-se a força coordenadora e orientadora dos elementos que se justapõem na sociedade.

Outro ponto em comum entre os intelectuais do ISEB e da CEPAL (cujas ideologias foram retomadas no capítulo anterior) e as argumentações de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, destacadas anteriormente, é a oposição aos pressupostos do liberalismo que, aliás, conforme já destacado, constitui um dos princípios fundamentais do corporativismo.

A esse respeito o filósofo italiano Ugo Spirito (1932:49) esclareceu que essa oposição ao liberalismo se justificaria pelo fato de que "o grande absurdo do liberalismo era o fato de considerar o indivíduo independentemente do Estado" e por constituírem realidades diferentes, a intervenção estatal alteraria o equilíbrio natural. Ou seja, no corporativismo, a existência política do indivíduo só se dava a partir de sua relação com o Estado, não havia indivíduo desvinculado da esfera estatal.

Essa perspectiva, aliás, estava bem clara no artigo 135 da *Carta Constitucional de 1937*, o qual afirmava que: "no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional". Na acepção corporativa, portanto, caberia ao Estado a "invenção" do indivíduo, já que ela se daria a partir da consolidação do próprio Estado.

Sendo assim, os princípios estabelecidos pelo corporativismo demonstram que somente quando os objetivos dos indivíduos passassem a coincidir com os do Estado, ou seja, a partir do momento em que ambos constituíssem um "organismo social" – o

[367] - Afirmações semelhantes a essas, e também as feitas pelos intelectuais autoritários dos anos 1930, também podem ser observadas na Mensagem de Vargas ao Congresso Nacional, em 1953, da qual se extraiu o seguinte trecho: "[...] os momentos que o País está vivendo exigem de todos, do Govêrno [*sic]* assim como dos indivíduos, austeridade e espírito de renúncia em favor dos interesses [*sic]* coletivos" (BRASIL, 1978b:161).

bem-estar passaria a ser um objetivo do Estado, enquanto "vontade única", e não uma mera soma de vontades individuais (como no liberalismo). Seguindo essa premissa, dada a suposta identificação do Estado corporativo com o indivíduo, o máximo bem-estar social responderia, ao mesmo tempo, ao bem-estar individual e nacional.

No contexto de "implantação" do corporativismo, a crise econômica mundial do final dos anos 1920 foi justamente associada a uma suposta ineficiência do modelo liberal, havendo, a partir daí uma "adesão" de industriais, governantes e intelectuais de diferentes países (dentre eles, a Itália, Espanha, Portugal e Romênia) às práticas corporativistas (LOVE, 1998:226).

A defesa dessas práticas se pautava na afirmação da necessidade de uma organização social erigida com base no *princípio da colaboração* (e com ela a supressão dos conflitos entre classes*)* a partir do qual o próprio Estado se "comprometia" a combater também todas as "formas estaduais que tendam a diferenciar-se dos indivíduos" (Spirito, 1932:115). Nessa acepção, o Estado constituía a própria Nação e dela não poderia se desvincular, sob o risco de se converter numa entidade particular ou numa oligarquia. Em síntese, nessa ideologia, a intervenção estatal só seria ilegítima quando o Estado se "diferenciasse" da Nação.

No Brasil, a exemplo daqueles países, o corporativismo foi considerado (pelos defensores do autoritarismo) como uma solução viável e eficaz para a conjuntura econômica dos anos 1930 e o interesse dos intelectuais do período pelas proposições corporativas pode ser observado, por exemplo, na tradução do livro de Manoilesco, "O Século do Corporativismo" para o português, realizada por Azevedo Amaral naquele contexto (em 1938).

O engenheiro e economista romeno Mihail Manoilesco é considerado um dos grandes teóricos do corporativismo. Ele desenvolveu um programa econômico que, segundo Joseph Love (1998:217-221), pode ser visto com um projeto de industrialização de substituição de importações dirigida pelo Estado. Assim, conforme Love, pela proximidade com o modelo de desenvolvimento econômico estabelecido na maioria dos denominados países de industrialização tardia, a teoria de Manoilesco, duramente criticada na Europa Ocidental e nos Estados Unidos nos anos 1930, encontrou grande receptividade na América Latina[368].

[368]-Ainda em relação à receptividade que a teoria de Manoilesco teve na América Latina, o estudo realizado por Love (1998:260-264) demonstrou a existência de uma forte semelhança entre a tese de Manoilesco sobre o comércio internacional e a teoria estruturalista de Raúl Prebisch (Love, 1998:251),

Manoilesco propunha a teoria corporativista como solução para a crise resultante das transformações ocorridas na Europa dos anos 1930, mas que poderia ser adaptada às particularidades de diferentes países que estivessem em conjunturas de crise (VIEIRA, 1981, p.40). Demonstrando uma perspectiva bem próxima a de Manoilesco, Azevedo Amaral (2002:117) argumentou que:

> [...] o corporativismo pode incluir-se na estrutura orgânica de qualquer regime político, uma vez que nele se reconheça o princípio fundamental da preponderância da coletividade sobre o indivíduo e do bem político sobre os interesses particulares de cada membro da sociedade.

A estrutura corporativa foi erigida a partir do princípio da "preponderância da coletividade sobre o indivíduo", a qual se materializaria na "organização" da Nação brasileira a partir dos sindicatos, federações e confederações de classe.

Como Gomes (2005:144-145) demonstrou, o princípio da unidade sindical foi estabelecido em 1931 (pelo Decreto nº 19.770) o qual definia que só poderia haver uma *única* associação (de classes) por profissão e, para que elas pudessem representar os interesses de classe, deveriam ser reconhecidas pelo Estado. Na estrutura corporativa proposta pelos intelectuais dos anos 1930, em nível municipal, essa organização profissional se daria nos sindicatos e em nível regional, ela ocorreria através das federações e, por fim, em âmbito nacional, havia as confederações organizadas conforme as categorias profissionais[369].

---

sobretudo a teoria das trocas desiguais. Nela, Manoilesco definiu que pelo fato de a produtividade da mão-de-obra ser muito maior na indústria que na agricultura tradicional, configurava-se uma situação de "trocas desiguais" entre os países de economia agrícola e os industrializados e daí, se justificava o protecionismo. Outro economista corporativista que influenciou a teoria do desenvolvimento do pós-guerra foi François Perroux. Ele foi professor no Brasil, em 1937, e escreveu artigos sobre o corporativismo em algumas publicações brasileiras, dentre as quais os trabalhos de Manoilesco eram citados. Segundo Love (1998:262), as abordagens feitas por Perroux eram claramente semelhantes às apresentadas por Prebisch no final dos anos 1940. Nesse sentido, Love (*id*:274) concluiu que o corporativismo, assim como o keynesianismo e a economia neoclássica, influenciou o estruturalismo latino-americano, do qual Raúl Prebisch foi o maior expoente.

[369] - Ângela de Castro Gomes (2005:146) esclareceu que a forma utilizada pelo Estado para "atrair" os trabalhadores a se filiarem aos sindicatos, foi a criação do Imposto Sindical. Os recursos gerados através desse imposto não só garantiam a manutenção da estrutura dos sindicatos (pagando as despesas administrativas) como era utilizado para oferecer alguns serviços (jurídicos, médicos e de lazer, por exemplo) aos sócios dos sindicatos. O recolhimento desse imposto foi instituído em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.298.

Segundo Boschi (2006:117-118) demonstrou, nessa hierarquização corporativa, definida a partir de critérios territoriais (sindicatos em nível municipal, as federações, em nível estadual e as confederações, em âmbito federal), o empresariado industrial ocupou posição privilegiada.

Assim, enquanto aos trabalhadores somente era permitido que se organizassem em sindicatos segundo a legislação em vigor, ao patronato permaneceu a possibilidade de manutenção de associações pré-existentes e, sobretudo, a criação de associações paralelas à estrutura oficial, ignorando o critério do monopólio de representação (ou seja, a afiliação a um único sindicato), exigido dos trabalhadores.

Nesse aspecto, conforme Araújo (2002:33-34) esclareceu, a abertura de canais de participação política dos trabalhadores pelo Estado estava situada no plano ideológico a partir do qual esses trabalhadores, organizados nos sindicatos, adquiriam cidadania e eram inseridos na "democracia corporativa".

Com base nessa concepção, o corporativismo (em oposição ao liberalismo) foi apontado como forma de superar o "atraso" econômico que predominava no país. Sendo assim, a passagem da economia agrário-exportadora para a economia industrial, ou o chamado processo de "modernização" capitalista no Brasil, resultou em formas específicas de articulação entre o setor público e o privado as quais foram estabelecidas com a implantação da estrutura corporativa a partir dos anos 1930 (DINIZ e BOSCHI, 1991:17).

Conforme Gomes (2007:83-84) destacou, a partir do antiliberalismo o pensamento autoritário dos anos 1930 construiu um discurso no qual a democracia adquiriu novos sentidos e alcançou aceitação entre as elites e as classes populares. A ênfase dessa ideologia recaía sobre a dimensão social (e não política), a partir da qual o Estado era afirmado como o justo e legítimo representante dos interesses da sociedade.

A esse respeito, Vargas afirmou: "O Estado, que é a sociedade organizada, dirigido e impulsionado pelo interesse público, nesse somente, deve encontrar os limites normais a seu poder de intervenção" (VARGAS, 1931 *apud* COSTA, 1999:56). Essas colocações demonstram, seguindo as linhas traçadas por Gomes (2007), que num mesmo movimento, de criação de uma estrutura estatal "moderna" e nacional no Brasil, o Estado afirmava-se impessoal e imparcial a partir de sua burocracia técnica e "cientificamente neutra". Mas, por outro lado, esse mesmo Estado se personificava na figura de Vargas, afirmado enquanto o condutor da Nação.

Nessa dinâmica, portanto, eram definidos os espaços público e privado, mas sem

deixar muito claro os contornos de cada um deles, uma vez que o público se imiscuía no privado e o incorporava (ao menos parte dele) à sua estrutura, a partir da posição privilegiada que a elite industrial ocupou no aparelho de Estado.

Na análise de Alfred Stepan (1980:70), o corporativismo se refere a políticas e dispositivos institucionais utilizados para estruturar a representação de interesses. Dentro desse sistema, o Estado concede privilégios e cria "grupos de interesse" os quais adquirem a aparência de um "monopólio representativo". Em contrapartida, o Estado exige, através de seus mecanismos institucionais, o direito de controlar os grupos representativos e desencorajar os conflitos de classe.

Nesse sentido, concorda-se com o posicionamento de Costa (1991:113) que afirma que o corporativismo institucionalizou o conflito de interesses de grupos antagônicos, levando-lhes a um diálogo ou a "regras mínimas de convivência" sob o controle do Estado. Sendo assim, pode-se afirmar que a reforma político-administrativa engendrada a partir dos anos 1930 constituiu uma reestruturação do aparelho burocrático, ou uma "modernização" do Estado, em moldes autoritários.

A partir dessas mudanças na estrutura administrativa estatal, retomando a análise de Diniz e Boschi (1991), os interesses do setor privado foram incorporados ao aparelho de Estado ao qual caberia a organização e o controle dos grupos que compunham esse setor. Nesse sentido, o corporativismo constituiu uma estrutura político-ideológica responsável por uma rearticulação das relações entre Estado e sociedade cuja preponderância do setor público, ao menos no processo de implantação desse sistema, é nítida.

Portanto, uma vez que a reforma administrativa do Estado, a partir dos anos 1930, se pautou na busca de centralização política, para alcançar esse objetivo, a organização de uma burocracia foi essencial, já que caberia a ela a estruturação das instituições que exerceriam o papel de controle da sociedade.

O sistema corporativista foi instituído com o objetivo de integrar os atores produtivos ao Estado, facilitando assim que este os controlasse. Em comparação ao quadro político estabelecido na Primeira República, se tratava de um "renascimento" do Estado, em oposição ao predomínio dos interesses particulares de uma elite (COSTA, 1991:116).

Sendo assim, a partir da emergência de uma "nova" ordem, pautada no domínio do setor urbano-industrial, tornava-se necessário o desmantelamento de uma rede de relações políticas estabelecidas anteriormente, na qual predominavam os interesses de

uma oligarquia agrária. Era necessária uma reorganização dos setores produtivos sob a base do capitalismo industrial.

A respeito dessa questão, Alfred Stepan (1980:84) afirmou que na América Latina o corporativismo constituiu uma reação da elite frente à ameaça de fragmentação. Assim, o corporativismo do Estado Novo se tornou a ideologia da nova elite política e militar "modernizadora" que, a partir do controle do aparelho de Estado federal, tentou impor maior unidade ao sistema político a qual estava sendo ameaçada pelos militares de São Paulo (Revolução Constitucionalista de 1932)[370].

Nesse sentido é que, em janeiro de 1931, Getúlio Vargas afirmou a necessidade de "extirpar as oligarquias políticas" e estabelecer a "representação por classes em vez do *velho* [e falho] sistema de representação individual" (VARGAS, *apud* COSTA, 1991:119). Seguindo os princípios apresentados nessa mesma argumentação, Vargas definiu as organizações de classe enquanto "colaboradoras da administração pública". Mas essa colaboração não se dava de maneira autônoma, ela era organizada pelo próprio Estado a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao qual caberia a função de cadastrar as organizações profissionais, subordinando os grupos sociais ao controle do Estado.

Fica evidente que a afirmação da ineficiência política da Primeira República vinha ao encontro do projeto de legitimação do governo Vargas que, ao declarar sua proximidade com o povo, se dizia conhecedor de todas as necessidades e assim, enquanto legítimo representante da Nação, não havia mais a necessidade de partidos políticos cujas práticas se voltavam para interesses de grupos específicos. Foi nesse sentido que Azevedo Amaral (1941 *apud* Gomes, 2007:92) afirmou que "a democracia nova só comporta um único partido: o partido do Estado, que é também o partido da Nação".

Seguindo esse raciocínio, a aproximação entre Estado e sociedade seria viabilizada na estrutura corporativa dentro da qual as organizações de classe (ou as chamadas corporações) seriam os instrumentos mediante os quais as demandas sociais se faziam conhecidas. A partir dessas organizações é que se consolidaria a incorporação

[370] - Ainda de acordo com Stepan (1980:106), as políticas corporativistas se pautam em práticas inclusivas e exclusivas. Nessa dinâmica, a elite que assume o controle do aparelho de Estado, na tentativa de impor uma nova ordem ao sistema político, tenta excluir estruturas institucionais com relativa autonomia (em grande parte, as da classe operária) e que, por esse motivo, possam resistir ao seu projeto político. Entretanto, quando há uma intensa mobilização política, aquelas elites percebem a necessidade de reintegrar, e controlar, a classe operária, a fim de que o projeto político-econômico do Estado possa ser prosseguido.

dos diferentes grupos sociais ao espaço público possibilitando-o, dentro dessa mesma dinâmica, de intervir nos diversos setores da sociedade e de controlar os conflitos, inerentes à ordem capitalista, entre a classe trabalhadora e o patronato.

Mas, dentro dessa discussão, é fundamental que seja retomada também a perspectiva analítica de Boschi e Lima (2002:202), pela noção da continuidade existente entre o corporativismo dos anos 1930 e as práticas políticas anteriores (da Primeira República) que ela explora. Na base da argumentação desenvolvida por esses autores está a idéia de que o corporativismo implantado na década de 1930 era uma síntese institucional que delimitava o espaço público e o privado e encobria as apropriações do público pelo privado, mediante a manutenção de práticas clientelistas.

O aspecto mais interessante dessa análise é que ela redireciona a noção de "passividade" das classes sociais frente ao autoritarismo (que de fato existia) do Estado, e busca demonstrar a dinâmica da ação coletiva no período. Nesse sentido, Boschi e Lima (2002:203) destacaram que, embora fosse uma imposição institucional do Estado, o processo de consolidação do corporativismo (e, com ele, a delimitação do espaço público), na prática, esse anseio era alterado pela atuação dos atores sociais.

Atinente a essa questão, a abordagem de Costa (1999:96) parte de uma perspectiva muito próxima à utilizada pelos referidos autores, ao destacar que as possibilidades de "cooperação" entre os diferentes grupos sociais na política corporativista "dependem dos conflitos que se desenvolvem no interior de cada grupo, do tipo de interesse que une cada um deles, das condições objetivas de organização, e finalmente do contexto político, econômico e institucional que é o território da ação".

Partindo dessa premissa, acredita-se que no processo de implantação da estrutura corporativa no Brasil, os industriais (especificamente a elite industrial paulista) não haviam organizado sua representação de classe e, portanto, conforme palavras da referida autora, desempenharam o papel de "coadjuvantes necessários à implementação de algumas políticas estratégicas para o governo, em especial, a legislação social"[371]. Exemplo disso, como a própria autora em questão destacou, era a sobreposição de órgãos que visavam à representação dos industriais enquanto classe, como foi o caso da CIESP (Confederação das Indústrias de São Paulo), FIP (Federação das Indústrias Paulistas) e OSP (Organização Sindical Paulista), instituições as quais disputavam o monopólio de representação da classe industrial (COSTA, 1999:124-127).

[371] - Costa, *id*., *ib*.

Deve-se ressaltar, portanto (e esse é um elemento presente na análise de Boschi e Lima (2002)), que embora o empresariado tenha tido um maior espaço de participação do que as classes operárias dentro da estrutura corporativista, no período de sua implantação (que se deu no início do desenvolvimentismo) a ação do Estado foi de fato predominante frente à sociedade civil, ou seja, na relação entre setor público e privado, prevaleceu o primeiro, ao menos no processo de implantação da estrutura corporativa.

Ainda a respeito da elite industrial paulista é fundamental enfatizar que, a exemplo do que ocorreu com os intelectuais vinculados ao Estado Novo, há elementos consistentes que evidenciam o fato de que eles dialogaram com as teorias corporativistas. O primeiro deles, apresentado por Joseph Love (1998, pp. 245), se refere ao fato de que Mihail Manoilesco era frequentemente convidado pela Associação dos Industriais de São Paulo para proferir palestras no Brasil[372].

Além disso, ainda segundo Love (*ib:.*342), no início dos anos 1930, três dos considerados "porta-vozes" da indústria brasileira (Pupo Nogueira, Alexandre Siciliano Jr. e Roberto Simonsen) haviam se pautado em algumas das teorias de Manoilesco na defesa dos interesses industriais. E, por fim, cita-se o fato de que a CIESP (antecessora da FIESP) publicou a tradução em português do livro de Manoilesco intitulado "A teoria do protecionismo", em 1931.

Relembra-se também que, do lado do setor público, Azevedo Amaral traduziu uma das obras mais importantes do mesmo Manoilesco ("O século do corporativismo") para o português, em 1938, a qual foi utilizada enquanto fundamentação teórica para a justificativa ideológica do Estado Novo.

Considerando essas questões, pode-se afirmar que o setor privado teve uma participação importante nesse processo de justificação ideológica do regime instaurado por Vargas, uma vez que ao reafirmar os princípios corporativistas (sobretudo a partir das obras de Manoilesco), como *organização*, *elitismo*, *industrialização* e *intervenção* do Estado na economia, os industriais paulistas acabavam por colaborar com a legitimação das práticas que estruturavam a ditadura estadonovista[373].

A partir dessas informações, pode-se inferir que Manoilesco foi o teórico corporativista comum ao grupo de intelectuais do setor público e os do setor privado nos anos 1930. Assim, o corporativismo, adotado como prática política pelo Estado

[372] - Embora ele nunca tenha vindo (*sic*).
[373] - Essa perspectiva analítica toma como referência os elementos apresentados por Joseph Love (1998:342-345).

autoritário no Brasil e teorizado pelos intelectuais do setor público, também abriu possibilidades de participação para o setor privado nessa estrutura política. Ou seja, os líderes industriais encontraram no mesmo referencial teórico utilizado pelos intelectuais autoritários do Estado Varguista, o romeno Mihail Manoilesco, a "legitimação científica" para a defesa de seus interesses e a busca por uma maior participação no aparelho de Estado[374].

Com base na perspectiva teórica adotada neste estudo, ou seja, a noção de "elites orgânicas" discutida por Dreifuss (1986), essas referências à teoria de Manoilesco por parte dos industriais nos 1930, pode ser vista como uma tática desse grupo (ou um "ajuste de curso") na tentativa de verem seus interesses incluídos na ação política do Estado.

Já no que se refere aos intelectuais dos anos 1950, pode-se afirmar que as elites que se consolidaram no poder naquele período (essencialmente os técnicos e os industriais) viram na participação corporativista dirigida pelo Estado, um artifício político útil para se consolidarem no aparelho estatal. Ou seja, essas elites que pretendiam se consolidar no poder encontraram no corporativismo a possibilidade de "dialogarem" com o Estado em busca da viabilização de seus projetos políticos.

Nesse sentido, é interessante perceber como esses intelectuais (agrupados em torno de instituições como o ISEB, a CEPAL e integrando órgãos estatais, como a Assessoria Econômica de Vargas e o BNDE, por exemplo, como foi o caso de Ignácio Rangel), diante do impasse de intensificar a industrialização brasileira no período do pós-guerra (o qual consolidou o "abismo" existente entre os denominados países centrais, industrializados, e os países periféricos, de industrialização tardia), propuseram seus "projetos políticos", nos quais eles defendiam suas próprias posições sociais, de condutores (direta ou indiretamente) desses projetos[375].

---

[374] - Um exemplo da ocorrência desse diálogo entre representantes do setor público e do setor privado a partir da teoria de Manoilesco foi apresentado por Costa (1999:76-77). Conforme os documentos levantados pela autora, no segundo semestre de 1939 os industriais paulistas, sob a liderança de Roberto Simonsen (a partir da FIESP) elaboraram um dossiê ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) no qual, a partir das obras, dentre outros, de Manoilesco e de Oliveira Vianna, buscaram se resguardar de uma possível anulação das instituições industriais já existentes por parte do MTIC a partir da premissa corporativista do monopólio de representação de classes.

[375] - Nessa perspectiva o debate Gudin/Simonsen (apresentado no capítulo anterior), que reinaugurou as discussões em torno do modelo político a ser adotado pelo Estado, é bastante representativo. Isso porque tais discussões demarcaram um período histórico no qual o pós-guerra deixou claras as dificuldades de manutenção do ritmo de crescimento econômico alcançado no período da Segunda Guerra, sobretudo pela incapacidade de a indústria brasileira concorrer com as chamadas economias centrais e, diante dessa dificuldade, o Estado brasileiro teria que se reordenar politicamente, a fim de garantir o crescimento

Assim, considerando as características assumidas pelo corporativismo no Brasil a partir dos anos 1950, percebe-se que o **setor público,** a partir dos intelectuais que ocupavam cargos-chave no aparelho de Estado, retomou a ideologia corporativa "assimilada" e adaptada pelos intelectuais autoritários da década de 1930 visando à consolidação do projeto desenvolvimentista a partir de uma política de industrialização intensiva e da concentração de técnicos nos quadros estatais.

Já do lado do **setor privado**, os industriais viram nessa mesma ideologia corporativa elementos que legitimavam seus interesses, essencialmente a consolidação da indústria e as possibilidades de participação no aparelho de Estado (mais especificamente nas instituições criadas para a execução do projeto corporativista, entre elas o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial - CNPIC), a fim de justamente defenderem seus interesses. Foi nesse sentido que Diniz (1996:58-60) afirmou que nesse arranjo entre Estado e sociedade, o empresariado industrial, organizado em suas associações, se ajustou à estrutura corporativa definida pelo Estado e por meio dela ocupou espaços dentro do aparelho estatal[376].

Nesse aspecto, a análise desenvolvida por Stepan (1980:81) é elucidativa, ao afirmar que as novas elites (dentre as quais se pode citar não só os intelectuais ou tecnocratas, mas integrantes da classe dos industriais e dos militares também) descobriram na participação corporativista dirigida pelo Estado um artifício político útil para seus projetos de desenvolvimento voltados para a superação de "crises"[377].

---

econômico do país, bem com a manutenção de sua hegemonia. A partir desse impasse, Gudin e Simonsen, dentre outros, através de sua inserção nos órgãos estatais (a CPE e o CNPIC, respectivamente), encontraram a abertura política necessária, ou um "espaço ideológico viável", para discutirem os rumos que a política econômica brasileira deveria seguir (liberalismo ou intervencionismo).

[376]- De acordo com Diniz (1996:60), para o empresariado brasileiro essa incorporação a partir das estruturas estatais resultou em ganhos e custos. O aspecto positivo foi o acesso a arenas estratégicas que lhes possibilitava a defesa de interesses setoriais. Mas do lado negativo, o custo desse acesso foi a perda da oportunidade de consolidar um sistema de representação de interesses que fosse autônomo.

[377]- Considerando a ideologia corporativa, pode-se compreender melhor a coexistência de órgãos que representavam interesses visivelmente distintos, como a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), conduzida pelo liberal Eugênio Gudin, e o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), representado pelo industrial Roberto Simonsen. Essa inserção de diferentes atores sociais no aparelho de Estado, a partir das instituições por eles representadas, fazia parte do processo de constituição do Estado nacional e capitalista no Brasil o qual, a partir de uma política corporativista, metamorfoseou, nas palavras de Draibe (2004:76), diferentes interesses sociais em "interesses nacionais" controlados pelo Estado. De acordo com a referida autora: "na materialidade da sua ossatura, o Estado brasileiro avança seu processo de constituição de Estado Nacional e capitalista. Mas o faz sob essa forma específica, inscrevendo nos seus aparelhos os diferentes interesses sociais que, assim, sofrem um processo de generalização e abstração, metamorfoseando-se, agora, em 'interesses nacionais' e constituindo-se na substância das políticas do Estado. Desse modo, o caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a nova máquina burocrático-administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade".

Ou seja, setores importantes dessas elites demonstraram o desejo de usar o poder no aparelho de Estado para "reconstruir" a sociedade civil, sob novas linhas (conforme os projetos políticos que cada um desses grupos propunha). Seguindo os pressupostos destacados por Dreifuss (1986:24), essas elites visavam "articular e organizar seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade".

Numa análise comparativa, para os intelectuais de ambos os períodos (1930 e 1950), o reconhecimento da estrutura política corporativa significava a consolidação de um projeto de organização social (através do controle do conflito capital/trabalho) no qual, a partir do Estado, esses mesmos intelectuais buscavam ocupar uma posição central, enquanto legitimadores "científicos" do ordenamento social que se estabelecia[378].

Porém, deve-se fazer a ressalva de que nas análises apresentadas pelos intelectuais dos anos 1950, a questão da inserção dos trabalhadores em suas argumentações pode ser mais evidenciada do que nas análises feitas pelos intelectuais autoritários do período anterior. Essa diferenciação se dá, essencialmente, devido ao estabelecimento do regime "democrático" (em meados da década de 1940) o qual "obrigava" o Estado a pensar em formas de incorporação, mesmo que ideológica, dos trabalhadores, ou do "povo", nos seus projetos políticos[379].

Sobre essa situação, Sola (1998:151) enfatizou que as regras do acesso formal ao poder, a partir do período de redemocratização da política brasileira, passavam a depender do voto universal, de um processo eleitoral (o qual os viabilizaria a ocupar cargos públicos). Sendo assim, passou a haver, por parte dos que aspiravam aqueles cargos (notadamente os tecnocratas), a busca por um "apoio direto" dos movimentos de massa como forma de legitimação[380].

---

[378] - Nesse sentido, Dreifuss (1986:23) explicou que um dos recursos utilizados pelas elites orgânicas para assegurar seus objetivos (de controle político e ideológico da sociedade) é justamente o "aproveitamento dos espaços ideológicos".

[379] - Referências nítidas a essa situação podem ser observadas inclusive no discurso do presidente Getúlio Vargas, quando da abertura dos trabalhos no Congresso Nacional, em 1951; discurso esse, aliás, que constituiu o primeiro trabalho do grupo da Assessoria[379], conforme já destacado no capítulo 3. Naquela ocasião, Vargas enfatizou a implantação do "sistema de mérito", enquanto uma exigência da nova realidade política do país. Segundo ele: "a primeira diretriz das urnas é a do Estado-serviço, com o qual o govêrno [*sic*] do povo se exerce também como o govêrno para o povo. Isso impõe a remodelação da Administração e a revisão gradual de seus processos e métodos tradicionais, no sentido de implantar uma atitude democrática ao serviço público, isto é, de servo do povo, no sentido mais puro da expressão" (BRASIL, 1947-1964:128-129).

[380] - Nesse processo, ainda conforme as proposições da referida autora, o nacionalismo econômico dos anos 1950, para além de um projeto de desenvolvimento, adquiriu a função de um "instrumento de mobilização das massas". É o que pode ser observado, por exemplo, nas argumentações dos isebianos

Por fim, deve-se enfatizar que a organização corporativa não foi substancialmente alterada após o fim do Estado do Novo e até o Regime Militar, quando ocorreu o fechamento dos sindicatos. A esse respeito, Gomes (2005:149-151) esclareceu que nos anos 1970, o movimento sindical foi retomado, mas não desestruturou as bases do corporativismo que, na década seguinte, permaneceu como uma prática política de intermediação de interesses, mas, diferentemente da década de 1930, num regime democrático.

Essa longa duração das práticas corporativistas, ou a "plasticidade"[381] da estrutura corporativa, é explicada por Stepan (1980: 127) pelo fato de os governos subseqüentes a Vargas terem achado os mecanismos corporativistas tão úteis às suas intenções políticas que não os destruíram. Nessa ótica, quando os militares assumiram o poder (em 1964) eles se utilizaram daqueles mecanismos já existentes os quais garantiam o controle da sociedade.

Somente nos anos 1980, ao final do desenvolvimentismo (quando ficou nítida a impossibilidade de um aprofundamento do modelo de industrialização pautado na substituição de importações), se iniciou um processo de desconstrução da ordem estabelecida nos anos 1930, sobretudo marcada por uma reforma no Estado, cujo intervencionismo foi considerado um dos elementos da crise econômica do período.

O "novo" corporativismo, nitidamente nos anos 1990, foi marcado pela intensificação da atividade regulatória do Estado, a partir da criação de agências autônomas ligadas ao Executivo às quais caberiam as tarefas de controlar as atividades empresariais e os direitos dos consumidores. Entretanto, tal como no corporativismo anterior, permaneceram as práticas clientelistas[382] (BOSCHI e LIMA, 2002:206-208). Nessa perspectiva analítica, afirma-se que nos anos 1980 houve um fortalecimento do setor privado frente ao setor público, ou da sociedade civil frente ao Estado.

---

cujas proposições, de uma maneira geral, incluíam os trabalhadores ou, nos termos propostos por Álvaro Vieira Pinto, as "massas brasileiras" (conforme demonstrado no capítulo anterior).

[381] - Termo utilizado por Diniz e Boschi (1991:24).

[382] - Boschi e Lima (2002:211-213) esclareceram ainda que essas agências regulatórias (tais como a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações e a ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica, além das agências estaduais e municipais) davam continuidade às práticas corporativistas da Era Vargas, no que se referia ao papel do Executivo. Isso porque, elas isolavam a burocracia no interior do aparelho de Estado e garantiam assim a permanência dos interesses de grupos organizados, no interior da administração estatal. Nesse sentido, se no corporativismo inaugurado nos anos 1930 o controle exercido pelo Estado se dava através de um sistema de representatividade dos interesses de classe, por meio dos sindicatos, a partir da década de 1980 as agências regulatórias, vinculadas ao Executivo, desempenharam esse papel de controle, e de insulamento de uma elite burocrática, garantindo a tendência de privilegiar alguns grupos (de investidores) e restaurando as práticas clientelistas fortemente presentes no corporativismo "anterior".

Tendo analisado as bases que estruturaram esse processo de implantação/ consolidação do sistema corporativista no Brasil é fundamental, para os objetivos deste estudo, uma análise da teoria desenvolvida por Ignácio Rangel à luz desses princípios. Essa é justamente a intenção das colocações seguintes.

5.4 - Princípios da Ideologia Corporativa em Ignácio Rangel:

Como já foi destacado, os intelectuais, enquanto "elite pensadora de uma classe"[383], viram na ideologia corporativa uma possibilidade de se consolidar no poder e, a partir dele, propor seus projetos políticos. Por outro lado, havia uma "contrapartida" do Estado, um interesse na participação desses intelectuais no seu aparelho, como legitimadores de suas práticas e ideólogos dos seus projetos.

Desse modo, uma elite intelectual vinculada à instituições como o ISEB e a CEPAL encontraram na estrutura corporativa (dada a posição privilegiada que os técnicos ocuparam no aparelho de Estado, enquanto legitimadores das práticas governamentais) condições favoráveis para a apresentação de seus projetos políticos, que nesse caso iam ao encontro daquelas práticas, com o anseio de que o Estado acolhesse essas propostas e incorporasse essa elite em seus quadros institucionais. Não coincidentemente é que muitos desses intelectuais assessoraram governantes e alguns deles chegaram inclusive a ser politicamente eleitos, como foi o caso de Rômulo Almeida e Roland Corbisier, por exemplo.

As teorias dos intelectuais em questão (enquanto formuladores de um discurso político-ideológico, ou seja, uma elite orgânica), são "validadas" a partir de um diálogo com o discurso político-ideológico do Estado o qual, por sua vez, é legitimado pelo espaço que esses intelectuais ocupam em relação ao (ou no próprio) aparelho de Estado.

Nesse sentido, considerando a situação de Ignácio Rangel em relação à ideologia corporativa, pode-se afirmar que os princípios corporativistas podem ser nitidamente identificados em sua teoria, como pode ser observado no capítulo 2. São eles: o

[383] - Termo proposto por Dreifuss (1986:26).

recrudescimento do intervencionismo estatal; antiliberalismo; a definição de papéis sociais (para além da ideologia da igualdade e da cooperação entre os diferentes setores da sociedade) e a ênfase no setor urbano-industrial.

Sendo assim, embora Rangel tenha apresentado posições distintas e aparentemente contraditórias em relação ao corporativismo, ao longo das suas obras, pode-se afirmar que a sua teoria reafirma a defesa das práticas autoritário-corporativistas, seguindo as premissas estabelecidas pelos intelectuais vinculados ao Estado Novo, como será demonstrado em seguida.

Para esse fim, foram selecionadas duas (dentre as poucas) passagens nas quais Rangel se posicionou em relação ao corporativismo. A primeira delas encontra-se no livro "Recursos Ociosos e Política Econômica", composto por uma série de artigos escritos entre os anos 1960 e 1980; e a segunda está inserida na obra "A Inflação Brasileira".

Antes de apresentar a primeira citação, é necessário um esclarecimento prévio: embora não se identifique questões referentes ao *feudalismo* nas argumentações apresentadas pelos intelectuais do corporativismo, o fato de elas estarem presentes na análise rangeliana não invalida a afirmação de que ele integrou um projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir de bases corporativas, como se verá adiante.

Tendo preparado o leitor para o raciocínio que se deseja desenvolver, pode-se retomar a primeira citação, retomada das obras de Ignácio Rangel, sobre o corporativismo. De acordo com ele:

> [...] O Brasil posterior a 1930 não somente preservou as relações de produção feudais, como estendeu-as a novas áreas do sistema socioeconômico, inclusive no quadro urbano, que deveria ser o campo próprio do processo de industrialização, transpondo para elas institutos obviamente lastreados daquelas relações de produção, a começar pelo direito do trabalho, tal como surgiu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), francamente corporativista (RANGEL, 2005a:537).

Num primeiro momento, essas colocações "negativas" acerca do direito trabalhista corporativo (considerando-o como um instituto mantenedor das relações feudais de produção), parecem invalidar a tese de que há elementos da ideologia

corporativista na teoria de Ignácio Rangel[384]. Entretanto, em um excerto presente na obra "A Inflação Brasileira" (1963) essa aparente contradição é imediatamente desfeita, uma vez que, nele, Rangel se posicionou diretamente em relação à estrutura político-ideológica erigida com o sistema corporativista, e não somente à influência corporativista na legislação do trabalho de 1943, a CLT, como o fizera na passagem citada acima.

Na citação apresentada na obra de 1963, de forma muito semelhante ao que os intelectuais autoritários dos anos 1930 fizeram, Ignácio Rangel se posicionou em defesa das práticas corporativistas no Brasil, a partir de uma argumentação que as diferenciava do corporativismo fascista. É o que as seguintes afirmações demonstram:

> Tendo isso acontecido [a instauração de um direito corporativo] numa época em que, em certos países desenvolvidos, o sindicalismo moderno era substituído por um **símile** de corporativismo medieval, sob a égide do fascismo, alguns estudiosos brasileiros não viram o caráter progressista e necessário do nosso corporativismo. Com efeito, o corporativismo fascista era uma tentativa de retorno a relações de trabalho havia muito superadas, e, por isso mesmo, era reacionário. O corporativismo brasileiro não implicava retorno algum, pois ainda não tínhamos sindicalismo moderno, e correspondia aos interesses não apenas das indústrias e do patronato, como também aos das próprias massas trabalhadoras. Não se admira, portanto, que esse direito trabalhista imposto e outorgado às massas trabalhadoras – as quais, pelos seus elementos mais ativos, aspiravam já ao sindicalismo moderno -, tenha-se tornado, depois, um motivo de gratidão e fidelidade, mesmo depois da morte, ao estadista cujo nome se ligou a esta instituição, isto é, a Getúlio Vargas. O bom senso das massas guiou-os pelo **caminho certo**, aquele que levava à solução mais prática dos seus problemas maduros (RANGEL, 2005a:590 – grifos acrescentados pela autora).

Conforme pode ser observado nesses argumentos, Ignácio Rangel não só se esforçou em diferenciar o corporativismo brasileiro e o fascismo europeu, como defendeu a necessidade de, sobretudo, as massas trabalhadoras[385] se inserirem nessa estrutura política como forma de resolver os conflitos de classe no Brasil. Nesse sentido,

[384] - Como já foi destacado inicialmente, esses elementos são, basicamente: antiliberalismo, a defesa do intervencionismo estatal, uma organização da sociedade a partir da definição de "papeis sociais" e a ênfase no setor urbano-industrial

[385] - Relembrando que, pelo processo de redemocratização vivido no país a partir de 1945, observa-se, nos intelectuais dos anos 1950, uma "preocupação" maior quanto à inserção (ainda que ideológica) dos trabalhadores em suas análises ou em seus "projetos nacionais", se comparados aos intelectuais das décadas anteriores.

como os argumentos apresentados na citação anterior indicam, Rangel demonstra um posicionamento muito próximo ao apresentado pelos ideólogos do corporativismo brasileiro destacados neste capítulo, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

Mas deve-se destacar também que mesmo aquela declaração ("negativa") de Rangel, que associava o direito trabalhista (de características corporativistas, promulgado na CLT) à manutenção e expansão das relações de produção feudais ao setor urbano, pode ser muito bem compreendida ao se levar em consideração seus pressupostos acerca da relação Estado/ Sociedade no Brasil.

Como já foi demonstrado no capítulo 2, a teoria rangeliana da dualidade promulgou que a relação entre setor público e privado era, em todos os seus âmbitos (direito, relações de produção, instituições), *dual*. Partindo dessa premissa, Rangel (2005b:553-554) afirmou que "o Estado brasileiro não pode senão refletir a dualidade da economia e da sociedade"; assim, o poder político nesse Estado, "não é nunca exercido por uma só classe dirigente, mas por uma frente única de duas classes dirigentes, solidárias, mas, ao mesmo tempo, em conflito".

Essa dualidade se materializaria, segundo essa perspectiva, na presença de uma classe hegemônica que se desdobrava em "duas formações potencialmente antagônicas" as quais "coexistem sem consciência de suas diferenças" até que a expansão da economia (o desenvolvimento das relações de produção) as leve a um "conflito inevitável" o qual deverá ser resolvido pela opção por uma das formações (Rangel, 2005a:92).

Sendo assim, "a unidade das instituições é uma unidade de contrários" a qual é determinada pelo conflito entre dois pólos (um "atrasado" e um "moderno" / "progressista"), ou seja, o poder político nesse Estado "não é nunca exercido por uma só classe dirigente, mas por uma frente única de duas classes dirigentes, solidárias, mas, ao mesmo tempo, em conflito" (Rangel, 2005b:554). Portanto, dentro desse processo político, marcado pela dualidade, a transmissão de um regime para outro se daria pela exclusão, "pelo próprio grupo dirigente, dos elementos mais arcaicos, e sua substituição por outros, representativos das novas forças sociais em ascensão (RANGEL, *id., ib.*)[386]".

[386] - Dessa maneira, a ótica rangeliana não via a mudança de regime enquanto *revolucionária*, mas processual, "um processo de contínua renovação do grupo dirigente", até que se chegasse ao fim da dualidade, a qual resultaria num Estado socialista, conforme abordado no capítulo 2 O final desse processo seria o estabelecimento de um "mundo só", ou de uma "sociedade universal". Nas palavras de Rangel (2005a:450): "Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra [*sic]* caminham para uma

Nessa análise, o desenvolvimento das relações de produção impulsionaria um conflito (já potencialmente existente) dentro da classe dirigente formada, ao mesmo tempo, por elementos "retrógrados" e elementos "progressistas"[387]. Tendo sido deflagrado o conflito, prevaleceriam os elementos "progressistas", numa dinâmica processual que resultaria na superação de uma dualidade após outra, até que se chegasse ao fim completo dessas dualidades, quando o país alcançaria a "vanguarda socioeconômica da humanidade" [388] (no caso, o socialismo).

Seguindo a dinâmica das dualidades, Rangel estabeleceu ainda, que a emergência do capitalismo industrial brasileiro (na 3ª Dualidade)[389] foi impulsionada sob a hegemonia do latifúndio feudal. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o latifúndio feudal teria passado a abrigar "duas ordens de interesses conflitantes" (integrantes "retrógrados" e integrantes "progressistas"), pela sua incapacidade de manter a liderança do processo de industrialização. Sendo assim, nessa perspectiva, o latifúndio feudal trazia em si sua própria antítese (os elementos "progressistas" que viabilizariam as condições para a emergência do capitalismo industrial).

Conforme essa mesma análise, nos anos 1930 os fazendeiros comerciantes (os "coronéis) eram os elementos "retrógrados", mas também eram os "sócios maiores" ou, a classe hegemônica da terceira dualidade[390]. Mas, por outro lado, havia os "elementos progressistas", a burguesia industrial nascente (que ainda não possuía a hegemonia do poder político e, por isso mesmo, eram os "sócios menores").

Considerando essa situação, fica mais inteligível a argumentação exposta por Rangel na primeira citação, sobre o corporativismo, retomada neste tópico. Ao associar a CLT com a manutenção de relações feudais, Rangel o fazia mediante a perspectiva da teoria da dualidade. Assim, à luz dessa teoria, a CLT, por excluir os trabalhadores rurais

---

comunidade única, para um 'mundo só'. Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis de solução dentro dos marcos nacionais. Não antes disso. [...] A sociedade universal, na qual desapareçam gradualmente todas as sociedades nacionais presentes, não é, por certo, uma utopia".

[387] - De acordo com Rangel (2005b:666), cada classe social é uma classe "dual", ou seja, possui uma fração "progressista" ("partidária da ordem de interesses correspondente ao lado externo do pólo") e uma fração "retrógrada" ou conservadora, "apegada à preservação do vigente estado de coisas".

[388] - RANGEL, 2005b:552.

[389] - Como demonstrado no capítulo 2

[390] - Segundo Rangel (2005b:677-682), os anos 1920-1948 constituíram a "fase B" da 3ª dualidade. Nesse período, o "edifício político do Estado" era formado por dois grupos: os fazendeiros comerciantes (grupo hegemônico, os chamados "sócios maiores") e a burguesia industrial nascente (os "sócios menores"), cada um deles representava um pólo das relações de produção brasileiras, o pólo interno (as relações de produção que prevaleciam no âmbito nacional) e o pólo externo (relações de produção com as economias internacionais). Assim, os fazendeiros comerciantes, naquele período, representavam o pólo interno e a burguesia industrial nascente representava o pólo externo.

(dos benefícios das leis trabalhistas), demonstrava a força política que os "coronéis" ainda detinham nos anos 1930, enquanto "sócios maiores" (embora "retrógrados") da coalizão de poder que prevalecia naquele momento (fase B da terceira dualidade).

Sendo assim, o posicionamento de Rangel acerca do corporativismo, ou mais especificamente do direito trabalhista (firmado na CLT) corporativo, ao tomar como base a teoria da dualidade, inevitavelmente consideraria as instituições do período (assim como toda a sociedade brasileira) pautadas pelo princípio da dualidade. E o sistema corporativista, enquanto parte dessa realidade, não seria diferente.

Acredita-se que essa era a perspectiva rangeliana ao destacar que "o Brasil posterior a 1930 não somente preservou as relações de produção feudais", mas as estendeu para as outras áreas do sistema socioeconômico, "inclusive no quadro urbano, que deveria ser o campo próprio do processo de industrialização" (Rangel, 2005a, p.537), conforme já destacado no que este texto denominou de "primeira citação".

Sendo assim, as críticas feitas por Ignácio Rangel ao corporativismo presente na CLT, (associando-o à manutenção de relações feudais de produção) não indicam que sua teoria não se vinculava à defesa de um projeto de "desenvolvimento" assentado em bases corporativas, já que o que em princípio parecia contraditório é, na verdade, uma leitura das instituições do pós-1930 (nesse caso, especificamente a CLT) sob a ótica da teoria da dualidade. Essa leitura, para além de uma interpretação da realidade, configurava um projeto ideológico que, essencialmente, se contrapunha à ideologia promulgada pelo próprio Estado e que visava defender os interesses de uma classe, a tecnocracia brasileira na qual Rangel estava inserido.

5.5 - Considerações Finais:

Este capítulo demonstrou que, em linhas gerais, a teoria rangeliana da dualidade contém as premissas básicas da ideologia corporativista implantada no Brasil a partir dos anos 1930. Além disso, pôde-se observar também que nas análises de Rangel esses

princípios corporativos[391] foram apresentados de uma maneira bem semelhante ao que se pode observar nas obras dos intelectuais responsáveis pela teorização da ideologia autoritária do Estado Novo.

Entretanto, deve-se ressaltar o fato de que se Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, por exemplo, desenvolveram suas teorias no sentido de "amparar" e legitimar as ações autoritárias do Estado brasileiro nos anos 1930, a teoria da dualidade desenvolvida por Ignácio Rangel duas décadas depois, "incorporou" esses princípios corporativos numa ótica distinta.

Para Rangel, o corporativismo (enquanto projeto ideológico que possibilitou a consolidação do modelo desenvolvimentista[392]) era parte de um processo, uma das etapas da sua "revolução" nacional a qual consolidaria um Estado socialista no Brasil. Mas, por outro lado, esse mesmo corporativismo "facilitava" a participação de integrantes do setor privado no aparelho de Estado, como era o caso dele, a partir dos Conselhos e órgãos técnicos os quais funcionaram como "canais de acesso" da tecnocracia brasileira para as instituições vinculadas ao processo decisório.

Sendo assim, a compreensão da estrutura (ideológica) corporativa implantada no Brasil a partir da década de 1930 (apresentada neste capítulo) é essencial para que se possa ter uma noção mais exata do significado da teoria e da trajetória de Ignácio Rangel nas instituições burocrático-administrativas do Estado. Isso porque, dada a "abertura política" encontrada no corporativismo, Rangel, enquanto integrante da tecnocracia brasileira, encontrou (assim como os representantes de outras elites) um "espaço ideológico" propício para a defesa de seus interesses de classe.

E uma vez inserido nesse "centro decisório", a partir da Assessoria Econômica do presidente Vargas, Ignácio Rangel teve a possibilidade não só de participar da formulação de projetos políticos fundamentais para o país (como o da Petrobrás e Eletrobrás) como ele mesmo, a partir de sua teoria da dualidade, elaborou um projeto ideológico no qual defendeu a atuação daquela tecnocracia (fundamentada em seu "saber científico") na condução das políticas do Brasil, direta ou indiretamente, ou seja, assessorando governantes ou ocupando, ela mesma, esses cargos políticos.

---

[391] - Basicamente a defesa da necessidade do intervencionismo estatal e a incorporação (mesmo que ideológica) dos grupos sociais ao aparelho de Estado; o antiliberalismo; a definição de "papéis sociais" para um projeto de *cooperação* entre as classes e a ênfase no setor urbano-industrial.

[392] - A partir da "união" de diferentes classes sociais (os industriais, a chamada tecnocracia e a "ala nacionalista" dos militares) em prol de um mesmo interesse: o "desenvolvimento" do país a partir da intensificação do processo de industrialização o qual deveria priorizar políticas que possibilitassem, o quanto fosse possível, um crescimento econômico "independente" do capital estrangeiro.

Desse modo, considerando o contexto político no qual Rangel estava inserido, percebe-se que a sua teoria foi a expressão do seu projeto ideológico, parte de uma ação política que estabelecia uma mediação entre uma fração da classe dominante (no caso a tecnocracia, à qual ele pertencia e representava) e as demais classes, propondo uma "diplomacia privada" [393], na qual prevalecia a retórica de que seus projetos político-ideológicos visavam o "bem-comum", em prol dos interesses de uma classe específica.

Na sua teoria, Rangel apresentou um projeto político-ideológico que enfatizava a necessidade de as classes sociais aderirem a um projeto no qual os seus argumentos não deixavam explícitas as demandas da sua própria classe, mas eram apresentados como expressão das "necessidades nacionais". Na perspectiva rangeliana, o "bem-comum" dos brasileiros estaria assegurado pela ação estatal, apontada como a única capaz de criar a estrutura necessária ao "desenvolvimento" de um país com características tão peculiares como o Brasil; mas, desde que essa ação fosse assessorada (ou até mesmo dirigida) por quem realmente teria o conhecimento científico de como realizá-la, a tecnocracia brasileira.

Seguindo o modelo analítico desenvolvido por Dreifuss (1986:26-27), e estendendo-o à trajetória política de Ignácio Rangel, este tecnocrata pode ser considerado "pensador de uma classe", integrante de uma elite orgânica que, enquanto agente "ideológico e político de uma força social" (responsável pela formação de uma "consciência de classe"), propôs, através de sua teoria, as "diretrizes que deveriam nortear o funcionamento do Estado e da sociedade".

Considerando essa perspectiva, a qual demonstra que os integrantes dessas elites orgânicas são os responsáveis pela formulação e desenvolvimento de uma ideologia das classes dominantes [394], dois fatos bastante curiosos da trajetória política de Rangel se tornam compreensíveis.

O primeiro deles, se refere à permanência de Rangel (o qual se afirmava um "esquerdista"[395], mesmo após seu afastamento do Partido Comunista, em 1947) em instituições governamentais, mesmo após o regime ditatorial, que fechou o ISEB (em sua última fase, considerada a mais "esquerdista" do Instituto[396]) e que cassou Jesus

[393] - Essa argumentação se pauta na perspectiva analítica de Dreifuss (1986:27) o qual propôs o termo "diplomacia privada" em referência à estratégica política do que se pode chamar de uma "convivência pacífica" entre as classes, com a finalidade de alcançar objetivos particulares (à classe dominante).
[394] - Como Dreifuss (1986:26) sugeriu.
[395]- Esse "esquerdismo" de Rangel foi reafirmado, por ele próprio, em 1979, em um dos artigos que compõem a coletânea "Ciclo, tecnologia e crescimento".
[396] - Conforme demonstrou a análise realizada por Toledo (1977:186-190).

Soares (conforme destacado no capítulo 3), por estar "muito vinculado à figura do presidente Vargas"[397]. Diante dessas situações, Ignácio Rangel não foi cassado[398] e, ao contrário, permaneceu nos quadros burocráticos do poder até o final de sua vida.

A explicação dada por Rangel, no prefácio do livro póstumo de Jesus Soares ("O homem e sua ficha" - 1980), foi a seguinte:

> [*Após a morte de Vargas*] fui, com efeito, indagado sobre se estaria disposto a servir ao governo, ao que respondi que nesse serviço já estava, visto como nem me demitira, nem fora cassado. [...] acrescentei que já vira em meu país governos das mais contraditórias extrações prestarem serviços à sociedade brasileira, e não me sentia inclinado a negar ao novo governo, *a priori*, a possibilidade de voltar a fazê-lo (PEREIRA, 1988:13).

Conforme essas palavras demonstram, Rangel evidenciou que sua permanência nas funções burocrático-administrativas se justificava por sua participação na "prestação de serviços à sociedade brasileira". Mas, considerando o modelo teórico proposto por Dreifuss (1986), acredita-se que tal permanência tenha sido resultado do reconhecimento, de governantes e de tecnocratas, da atuação de Rangel enquanto "mentor intelectual da classe dominante"[399], cuja atuação seria importante para a consolidação de um projeto político - ideológico favorável às demais elites (ou à burguesia de um modo geral).

O segundo fato se refere à interferência de Roberto Campos para viabilizar a entrada de Rangel no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A esse respeito, em uma entrevista, Rangel (1991:133- 134) teria afirmado que quando entrou no BNDE não havia concurso público[400], mas ele teria assinado uma cláusula se comprometendo a fazer as provas quando elas fossem abertas.

---

[397] - Pereira, 1988:82.

[398] - Em uma entrevista Rangel (1991:133) teria afirmado que embora não tivesse sido cassado, ele teria perdido o "atestado de ideologia" no governo Café Filho.

[399] - Esse reconhecimento de Rangel, enquanto "mentor intelectual da classe dominante", pode ser visto, por exemplo, na sua atuação na Assessoria Econômica do presidente Vargas, abordada no capítulo 3.

[400] - Retomando as informações apresentadas no capítulo 1, em uma de suas entrevistas, a respeito de sua entrada para o BNDE, Rangel (1991:15) teria esclarecido que: "quando a tarefa terminou, a Casa Civil perguntou, em nome do presidente, se eu desejava alguma coisa do serviço público. Eu estava sentindo que aquilo estava acabando e disse: 'O BNDE está se formando, está recebendo funcionários interinos com o compromisso de fazerem concurso quando vier. Se o Banco quiser me aceitar nessas condições, ficarei muito feliz'".

Na época do concurso, em 1954[401], Rangel teria passado, mas por não possuir um atestado ideológico (concedido pelo Dops), o qual teria sido perdido no governo Café Filho, sua aprovação e permanência no Banco seriam vetadas. Mas pela interferência de Roberto Campos o qual teria conseguido que o presidente da República anulasse a cláusula que obrigava que os candidatos aprovados tivessem um atestado ideológico.

Retomadas essas afirmações, o fato intrigante está justamente nessa interferência de Roberto Campos, ocupante de uma posição política de extrema direita, em auxílio ao "esquerdista" Rangel. Uma vez mais, ao considerar a teoria de Dreifuss (1986) sobre as elites orgânicas, esse fato se torna compreensível. Ou seja, Ignácio Rangel e Roberto Campos estavam ideologicamente ligados por atuarem enquanto "mentores intelectuais da classe dominante" e, sendo assim, os interesses classistas comuns transcendiam as posições partidárias.

Por fim, vale ressaltar ainda que dentro dessas elites orgânicas, Rangel teve um diferencial que indubitavelmente o favoreceu: diferente da maioria dos tecnocratas brasileiros, ele apresentou uma grande produção teórica (que expressava seu projeto político-ideológico) a qual foi formulada a partir de uma posição estratégica, ou seja, dentro do aparelho de Estado, no centro das decisões políticas.

[401] - O ano em que teria ocorrido esse concurso foi esclarecido por Rangel, como já informado no capítulo 1, no Projeto Memória do BNDE (1981), composto por entrevistas filmadas em VHS.

Ignácio Rangel e a "Revolução Democrático-Burguesa" no Brasil: Algumas Considerações Finais

Este estudo destacou que o maranhense Ignácio de Mourão Rangel foi um economista autodidata que se tornou um importante tecnocrata do Estado, mas que se mantém praticamente desconhecido pelos círculos acadêmicos. As poucas análises ao seu respeito foram realizadas essencialmente por economistas os quais, com unanimidade, apontam a sua independência e originalidade teórica[402].

Entretanto, ao resgatar informações referentes à sua atuação nos quadros burocráticos do Estado, bem como o núcleo dos tecnocratas com os quais ele atuou, percebe-se que essa "independência intelectual" deve ser relativizada, uma vez que foi a partir das temáticas discutidas pelo grupo da Assessoria, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e da CEPAL (Comissão Econômica da América Latina e Caribe) que Rangel desenvolveu as bases da sua teoria.

Além disso, embora Rangel tenha se desvinculado do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em 1947, ao qual ele havia se filiado nos anos 1930, é interessante perceber que as suas análises configuram um modelo teórico (pautado na *teoria da dualidade básica*) no qual as questões discutidas pelos comunistas (como a idéia de "revolução agrária", por exemplo) foram reavaliadas.

Em um artigo de 1979[403], Rangel reafirmou seu "esquerdismo" e seu esforço "por traçar para o país caminhos progressistas, cientificamente mapeados, livres do voluntarismo utopizante [...], [ele afirmou ainda] que continuou, infatigavelmente, a trabalhar seus esquemas, contra vento e maré [...]"[404]. Mas é interessante perceber como esse mesmo esquerdismo, que resultou no fechamento do ISEB (o qual ele integrou) e no afastamento de Jesus Soares Pereira (seu amigo da Assessoria Econômica) dos cargos burocráticos do Estado, não afastou Ignácio Rangel de suas funções

[402]- Dentre esses autores estão: Armen Mamigonian, Márcio Rego, Bresser Pereira e Ricardo Bielschowsky.
[403] - O título desse artigo é "O direitismo da esquerda", publicado na obra *Ciclo, tecnologia e crescimento* (1982) e republicado no segundo volume das *Obras Reunidas* de Ignácio Rangel (2005).
[404] - Rangel, 2005b: 394.

tecnocráticas. Acredita-se que essa situação se deveu à sua habilidade política (um traço fundamental nas ações da *elite orgânica*[405], da qual ele fez parte) e o exemplo mais representativo disso foi a intervenção do "direitista" Roberto Campos em defesa da sua permanência nos quadros do BNDE, mesmo sem o requisitado "atestado ideológico".

Considerando que o "caso brasileiro" se diferenciava do "caso clássico" (segundo os preceitos socialistas) de revolução democrático-burguesa, Rangel passou a questioná-los (como foi destacado no capítulo 1), situação que culminou com a sua saída do PCB. O que o intrigava era o fato de que, diferente do que era postulado pela ANL[406] e pelo PCB, o Brasil continuava se desenvolvendo economicamente, mesmo sem ter realizado uma reforma agrária ampla, ou a "revolução agrária" contra o latifúndio feudal e antiimperialista.

A partir daí, no final dos anos 1940, Ignácio Rangel começou a desenvolver sua interpretação acerca da revolução socialista que deveria se processar dentro das condições apresentadas pela realidade brasileira. Sua *teoria da dualidade básica* foi a forma encontrada para explicar essas questões. Segundo ela, o caso brasileiro era uma particularidade, um caso *sui generis* na história universal[407], dada a sua *duplicidade:* como parte da economia mundial (por suas relações com o comércio exterior) ela era vista como parte de um complexo econômico, mas, por sua produção orientada ao mercado interno, era uma economia capitalista pouco desenvolvida[408].

Na ótica rangeliana, dadas as "particularidades brasileiras"[409], o processo revolucionário no país (diferente das economias centrais) seria parcial, dividido em "dois processos que normalmente não coincidem no tempo". Sendo assim, invariavelmente, ele seria composto por uma "meia revolução" (nas relações externas de produção), que se completaria por outra "meia revolução" (nas relações internas de produção)[410]. Desse modo, a passagem de um modo de produção para outro seria um processo muito lento e gradativo no qual o modo de produção anterior continha, em si mesmo, "fulcros" do modo de produção seguinte. O socialismo estaria no fim de todo esse processo, enquanto "superação" do modo de produção capitalista.

---

[405] - Como já foi destacado na introdução deste estudo.
[406] - Aliança Nacional Libertadora.
[407] - Rangel, 2005a: 537.
[408] - Rangel, 2005a: 55.
[409]- As principais "particularidades" ou "anomalias" eram a crise agrária, a atuação dos monopólios de produtos agrícolas, a inflação e uma industrialização contrária à das economias centrais, já que foi iniciada pelo Departamento II da Economia (de bens de consumo) e não pelo Departamento I (de bens de produção) , como ocorreu com as economias centrais.
[410] - Rangel, 2005a: 314.

Em sua interpretação da revolução democrático-burguesa no Brasil, a qual culminaria com o estabelecimento de um Estado socialista, embora se utilizando de referenciais teóricos russos (como Lenin, Kondratiev e M. Draguilev) Ignácio Rangel definiu um "modelo" de Estado bem diferente do preconizado pelos socialistas. Na sua definição de "papéis sociais" para os integrantes da Nação brasileira, a classe trabalhadora estaria muito longe de ser o personagem central na condução do Estado socialista o qual, aliás, não nasceria de uma revolução dos trabalhadores que tomariam o controle decisório (a chamada ditadura do proletariado), mas de revoluções graduais, resultantes da dinâmica das dualidades brasileiras. Nessas mesmas definições, a tecnocracia é que deveria assumir a condução desse Estado.

No projeto político-ideológico proposto por Rangel, havia a intenção de criar um projeto de unidade entre as classes "progressistas", mas, nesse caso, entre os industriais e os latifundiários capitalistas. Sendo assim, diferente do modelo socialista, esse projeto não contrariava, diretamente, os interesses dos latifundiários já que o fim do "atraso" no campo (associado ao feudalismo) seria uma "imposição evolutiva" das forças produtivas e, além disso, com a expansão do capitalismo para o setor agrícola, haveria uma aproximação entre os interesses dos latifundiários capitalistas e os industriais.

Como tecnocrata do Estado (integrante de uma elite orgânica caracterizada como "agente ideológico e político de uma força social"[411] ou, ainda, como representante da "parcela esclarecida da burguesia"[412]), Rangel realizou uma complexa tarefa: tentou conciliar a defesa de seus interesses de classe com a formulação de um modelo teórico pautado nos ideais "esquerdistas" da revolução socialista. O mecanismo encontrado por ele para resolver essa "contradição" foi a proposição de uma releitura da revolução democrático-burguesa para as condições brasileiras, através da sua *teoria da Dualidade Básica*.

Nela, Rangel demonstrou seu "apoio" ao corporativismo de Vargas (fazendo inclusive a clássica diferenciação desse modelo político-ideológico com os regimes fascistas e totalitaristas, como o fizeram Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, nos anos 1930-40, dois grandes formuladores (adaptadores) da doutrina corporativista no Brasil), mas sem deixar de ser coerente com o seu modelo teórico, pautado na teoria da dualidade.

Como já discutido no capítulo 5, foi a partir da perspectiva dualista que Rangel

411 - Dreifuss, 1986:26.
412 - Dreifuss, *id*.: *ib*.

resolveu a questão do "atraso" contido na legislação trabalhista que, segundo ele mesmo, possuía características corporativistas (ou seja, características do modelo ideológico que ele defendeu). Sendo assim, se por um lado Rangel associou o direito trabalhista à manutenção e expansão das relações de produção feudais ao setor urbano, por outro ele também afirmou que "o corporativismo brasileiro não implicava retorno algum, pois ainda não tínhamos sindicalismo moderno, e correspondia aos interesses não apenas das indústrias e do patronato, como também aos das próprias massas trabalhadoras"[413].

Tal contradição, vista sob a perspectiva dualista, torna-se aparente, já que para a teoria rangeliana, a CLT[414], por excluir os trabalhadores rurais (dos benefícios das leis trabalhistas), demonstrava a força política que os "coronéis" ainda detinham nos anos 1930, enquanto "sócios maiores" (embora "retrógrados") da coalizão de poder que prevalecia naquele momento (fase B da terceira dualidade). Pode-se inferir, a partir daí, que o próprio corporativismo era visto, na teoria rangeliana, como estando presente tanto em "institutos retrógrados" quanto nos "progressistas", devido à essência dualista da sociedade brasileira. Desse modo, Rangel apoiava as práticas estatais no período de sua atuação como tecnocrata do Estado e se mantinha "coerente" com o seu modelo teórico "esquerdista".

A perspectiva dualista, portanto, para além de constituir os fundamentos do modelo teórico rangeliano, foi a "arma de combate" - para se utilizar uma expressão proposta por Dreifuss (1986) – que Rangel utilizou na luta político-ideológica que ele enfrentou dentro do aparelho de Estado. A partir dela, ele demonstrou sua interpretação sobre a história econômica brasileira, formulou sua concepção de revolução brasileira (como já destacado) e defendeu a posição dos tecnocratas (enquanto elite intelectual) na condução do processo político nacional.

Por fim, considerando todas essas questões, chama a atenção o fato de que a teoria rangeliana da dualidade não esteja sendo estudada, ao lado das análises desenvolvidas pelos intelectuais da esquerda brasileira, tais como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender[415]. Assim como eles, Ignácio

---

413 - Rangel, 2005a:590.

414 - Consolidação das Leis Trabalhistas.

415 - Rangel inclusive debateu com Gorender o qual, em sua obra O *escravismo colonial*, questionou a perspectiva rangeliana da dualidade que via a coexistência entre feudalismo e escravismo no Brasil. As críticas de Gorender foram rebatidas por Rangel em um artigo (intitulado "Dualidade e escravismo colonial") publicado no terceiro volume da *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, em 1978. Esse mesmo artigo foi republicado no segundo volume das *Obras Reunidas* de Ignácio Rangel. Segundo a

Rangel apresentou uma interpretação da história do Brasil na qual as condições da revolução democrático-burguesa foram discutidas, mas com uma variável fundamental: o fato de ele ter sido um tecnocrata do Estado e, como tal, ter desenvolvido suas análises a partir de uma posição privilegiada, o próprio aparelho de Estado. Espera-se que este estudo seja um ponto de partida para a inserção de Rangel entre a *intelligentsia* brasileira e entre os principais tecnocratas do país.

teoria da dualidade, desenvolvida por Rangel, "a escravidão, salvo como exceção – antecipação, sobrevivência ou acidente – numa sociedade feudal é, por certo, um contra-senso, mas numa sociedade (e economia) externamente feudal, pode haver relações de produção essenciais de caráter escravista, internamente" (RANGEL, 2005b:627).

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo: voltado para o futuro*. Fortaleza, BNB, 1986.

ALMEIDA, Aristeu Barreto de. *Rômulo Almeida: O construtor de sonhos*. Bahia, CORECON, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicato e partido no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Cortez/Ensaio, 1988.

AMARAL, Azevedo. *A aventura política do Brasil.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.

_____ *O Estado autoritário e a realidade nacional.* Câmara dos Deputados, Ed. da Universidade de Brasília, 1938/1981.

_____ *O Brasil na crise atual.* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1934.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). "Estado e Trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil". *In: Do Corporativismo ao Neoliberalismo*: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 2002, pp.29-58

ARRUDA, Hélio Mário de. *Oliveira Vianna e a legislação do trabalho no Brasil (1932-1940).* Dissertação de Mestrado, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

BHERING, Marcos Jungmann. *Ignácio Rangel e a economia brasileira: 1945-1964*. Monografia. Programa de graduação em História, UFF, Niterói, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal.* trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. (pp.13-68)

_____ *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* 4ª ed., Rio de Janeiro, Contraponto, 2000b.

BOSCHI, Renato Raúl. "Corporativismo". *In:* ANASTÁSIA; AVRITZER. Fátima; Leonardo (org.). *Reforma Política no Brasil.* Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2006, pp.116-122.

_____ *Corporativismo Societal* – A democratização do Estado e as

bases social-democratas do capitalismo brasileiro. Revista Smoking, jan-mar/ 2010, pp.84-103.

BOSCHI e DINIZ. Renato Raul e Eli. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil.* Rio de Janeiro, Forense- Universitária, 1978.

BOSCHI e LIMA. Renato Raúl e Maria Regina Soares. "O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: do Desmonte da Era Vargas ao Novo intervencionismo regulatório". *In*:VIANNA, Luís Werneck (org.). *A Democracia e os três poderes no Brasil.* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002, pp. 195-253.

BRASIL. *Mensagens Presidenciais*: 1933-1937. Getúlio Vargas. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978a.

_____ *Mensagens Presidenciais:* 1947-1964. Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitscheck de Oliveira, Jânio da Silva Quadros, João Goulart. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978b.

BRESSER- PEREIRA. Luis Carlos. *Prefácio à terceira edição de A inflação Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1978.

BRESSER-PEREIRA; REGO. Luís Carlos; José Márcio. "Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel". *In*: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo, Ed.34, 1998.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. *As interventorias estaduais no Maranhão:* um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-1930. UNICAMP, dissertação de mestrado, 1981.

CALICCHIO, Vera. "Jesus Soares Pereira". *In*: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, vol.4, 2ª ed. ABREU, Alzira Alves de. (et al.). Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 2001. (pp.4552-4554)

CARNEIRO, Alan. "Rômulo de Almeida" *In*: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930,* vol.1, 2ª ed. ABREU, Alzira Alves de. (et al.). Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 2001. (pp.149, 150)

CARONE, Edgard. *A Segunda República.* São Paulo, Difel, 1973.

CEPAL. “Transformação e Crise na América Latina e no Caribe (1950-1984)”. *In*: BIELSCHOWSKY (org.), *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal.* trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. (pp.817-850)

CEPAL/UNESCO. Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Eqüidade”. *In*: BIELSCHOWSKY (org.), *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal.* trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. (pp.911-971)

CORBISIER, Roland. *Formação e Problema da Cultura Brasileira.* 2ª ed. Rio de Janeiro, MEC/Iseb, 1958.

_____ *Responsabilidade das Elites.* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1956.

_____ *Reforma ou Revolução?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____ *Filosofia, Política e Liberdade.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A armadilha do Leviatã:* a construção do corporativismo no Brasil. Rio de Janeiro, Ed.UERJ, 1999.

_____ Origens do corporativismo brasileiro. In: BOSCHI, Renato Raúl (org.) *Corporativismo e desigualdade*: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro, Iuperj/Rio Fundo, 1991, pp.113-146.

CRUZ**,** Paulo Roberto Davidoff Chagas. *Ignácio Rangel, um pioneiro* – o debate econômico dos anos sessenta. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1980.

D’ARAÚJO, Maria Celina de. *O segundo governo Vargas (1951-54):* democracia, partidos e crise política. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1992.

DEL ROIO, Marcos. “A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”. *In:* MORAES; João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil.* Vol. IV. Campinas, Ed. da Unicamp, 2000.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____ *As elites empresariais e a Nova República*: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. Ensaios FEE, Porto Alegre, nº 17,vol.2, 1996, pp.55-79.

DINIZ; BOSCHI. Eli; Renato Raúl. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, Renato Raúl (org.) *Corporativismo e desigualdade*: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro, Iuperj/Rio Fundo, 1991, pp.11-30.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004, 2ª ed.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República:* história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914), Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização:* a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ANL e PC do B (1962-1979). Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2008.

FERNANDES, Arissane Dâmaso. *A dinâmica da fronteira agrícola em Goiás (1970-1985).* Dissertação de Mestrado, Goiânia, UFG, 2006.

FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção do Brasil***.** Campinas/SP**:** Autores Associados**;** São Paulo**:** EDUC **(**Editora da PUC-SP), 2004.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. "O Tempo das Ilusões". In: FRANCO; CHAUÍ. Maria Sylvia Carvalho; Marilena. *Ideologia e Mobilização Popular.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1978, pp. 151-209.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 2ª ed.

_____ Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. *In*: BIELSCHOWSKY (org.), *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal.* trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. (pp.239-262)

GOLDAMN, Lucien. *El hombre y lo absoluto (Le Dieu Caché).* Barcelona, Ed. Península, 1968.

GOMES, Ângela de Castro. "A força da tradição: corporativismo e organização sindical no Brasil". *In: Revista Plenarium*, n.2, v.2, 2005, pp.136-155.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil*: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo, Ática, 1978.

HALL, Michael M. "Corporativismo e Fascismo". *In: Do Corporativismo ao Neoliberalismo*: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 2002, pp.13-28.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

JAGUARIBE, Hélio. A Crise Brasileira. *In: Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, ano I, n.2, mar/1953, pp.120-160.

_____ *O nacionalismo na atualidade brasileira.* Rio de Janeiro, Iseb, 1958.

_____ *Condições Institucionais do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro, MEC/Iseb, 1958.

KORNIS, Mônica. "Lúcio Meira". In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, vol.3, 2ª ed.ABREU, Alzira Alves de. (et al.). Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 2001. (pp.3699-3701)

KURSHINIR, Beatriz. "Roland Corbisier". *In*: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, vol.2, 2ª ed. ABREU, Alzira Alves de. (et al.). Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 2001. (pp.1591, 1592)

LAMBERT, Jacques. *Os Dois Brasis*. Cia. Editorial Nacional. São Paulo, 5ª ed., 1969.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54)". *In*: GOMES; VILLAS-BÔAS.

Ângela de Castro; Corrêa (orgs.). *Vargas e a crise dos anos 1950.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, pp.161-204.

LINHARES; SILVA. Maria Yedda; Francisco Carlos Teixeira da. *A História da Agricultura Brasileira*: combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LOVE, Joseph LeRoy. *A construção do Terceiro Mundo:* teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

MAMIGONIAN, Aremen. *O pensamento de Ignácio Rangel.* Armen Mamigonian e José Márcio Rego (orgs.). São Paulo, ed. 34, 1998.

MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

MAZA, Fábio. *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen*: Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação. São Paulo, Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MIGLIOLI, Jorge. *O ISEB e a Encruzilhada Nacional. In*: TOLEDO,Caio Navarro (org.). *Intelectuais e Política no Brasil*: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro, Renavam, 2005. (pp.59-76)

MORAES, João Quartim de. "O programa nacional –democrático: fundamentos e permanência". *In:* MORAES; João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil.* Vol. IV, Campinas, Ed. da Unicamp, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. Os " boêmios cívicos" da Assessoria Econômica: saber técnico e decisão política no governo Vargas (1951-54). *In: HISTÓRIA Oral*: história, cultura e poder. Juiz de Fora (MG), 2005.

PAIVA, Márcia de. "Hélio Jaguaribe". *In*: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, vol.3, 2ª ed. ABREU, Alzira Alves de. (*et al*.). Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 2001, pp.2828, 2829.

PAIVA, Vanilda Pereira. Paulo Freire e o Nacionalismo - Desenvolvimentista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil:* entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990, trad. Maria Júlia Goldwasser.

PEREIRA, Alexsandro Eugênio. *O ISEB na Perspectiva de Seu Tempo:* Intelectuais, Política e Cultura no Brasil (1952-1964). Tese de Doutorado. FFLCH-FIL, São Paulo, USP, 2002.

PEREIRA, Jesus Soares. *O homem e sua ficha.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

_____ *Petróleo, energia elétrica, siderurgia:* a luta pela emancipação, um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas. Medeiros Lima (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e Realidade Nacional*. A Consciência Crítica. Rio de Janeiro, MEC/Iseb, v.2, 1960.

PINTO, João Alberto da Costa. "O ISEB 'por ele mesmo': Práticas Institucionais e Modelos Ideológicos". *In*: MENDONÇA, Sônia Regina de. (org.). *Estado e Historiografia no Brasil.* Niterói, Ed. UFF, 2006, pp.323-342.

PIZZO, Maria do Rosário. "Rangel e a Concessão de Serviços à Iniciativa Privada". *In*: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo, Ed.34, 1998.

PREBISCH, Raúl. *Transformação e Desenvolvimento:* a grande tarefa da América Latina. Relatório apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, FGV, 1973. Trad.Eliane Zagury.

_____ *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. Trad.Vera Neves Pedroso.

_____ "Problemas Teóricos e Práticas do Desenvolvimento Econômico". *In*: BIELSCHOWSKY (org.), *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal.* trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. (pp.179-216)

_____ "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais". *In*: BIELSCHOWSKY (org.), *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal.* trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. (pp.69-136)

_____ "Por uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano". *In*: BIELSCHOWSKY (org.), *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal.* trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. (pp.451-494)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (de 10 de novembro de 1937). Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 13 de setembro de 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução aos Problemas Brasileiros.* Rio de Janeiro, MEC/ Iseb, 1956.

_____ *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.* Rio de Janeiro, Ed. Andes Limitada, 1957.

_____ *As Condições Sociais do Poder Nacional***.** Rio de Janeiro, MEC/Iseb, 1957b.

RAMPINELLI, Waldir José. *O PCB e sua atuação nos anos 50* - Waldir José Rampinelli entrevista Jacob Gorender. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 303-309, 2003.

RANGEL, Ignácio. "A Dinâmica da Dualidade Brasileira (1962)", *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol.pp.552-566.

_____ "A História da Dualidade Brasileira (1981)", *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol. pp. 655-685.

_____ "A inflação Brasileira (1963)" *In*: *Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol. pp.551-680.

_____ "A problemática política do Brasil Contemporâneo (1979)", *In*: *Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol.pp.636-644.

_____ "A Quarta Dualidade (1980)". *In*: *Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol., pp.645-654.

_____ "Do ponto de vista nacional (1960-1961)". *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol., pp.163-254.

_____ "Desenvolvimento industrial do Brasil e suas características dominantes (1969)", *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol.pp.605-622.

_____ "Dualidade básica da economia brasileira (1957)", *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol., pp.285-354.

_____ "Dualidade e Ciclo Longo (1984)", *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol.pp.697-711.

_____ "Dualidade e 'Escravismo Colonial'" (1978), *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol., pp. 623-635.

_____ "Economia brasileira contemporânea" (1983-1987). *Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol., pp.409-551.

_____ "Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955)", *In*: *Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol.pp.129-202.

_____ "O desenvolvimento econômico no Brasil (1954)". *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol, pp.39-126.

_____ "Textos sobre a Questão Agrária (1955-1989)". *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 2º vol, pp.15-162.

_____ *Inácio (sic) Rangel (depoimento 1988)*. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991. 140 p.

_____ Entrevista com o professor Ignácio de Mourão Rangel. *Revista Geosul*. Florianópolis, nº 12/13, ano IV, 2ºsem. 1991 e 1º sem. 1992. pp. 103-130.

RIBEIRO, Sylvio Wanick. "O pensamento de Ignácio de Mourão Rangel". *In*: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo, Ed.34, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados (Biblioteca do pensamento político republicano), 6ª edição, 1981.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB.* 2ª ed., Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.

SIMONSEN, Roberto. *A Margem da Profissão.* São Paulo, Ed. Limitada Imprimiu, 1932.

_____ *História Econômica do Brasil (1500 – 1820).* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. "Prebisch (1949): contestação à teoria econômica convencional e utopia reformadora?". *In: Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*, Uberlândia, 2004.

SOLA, Lourdes. *Idéias Econômicas, Decisões Políticas:* desenvolvimento, estabilidade, populismo. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1998.

SONINHO, Guilherme Marques. *O Novo Sindicalismo* - a Estrutura Sindical e a Voz dos Trabalhadores**.** Rio de Janeiro, *Editora ADIA, 2004.*

SOTANA, Edvaldo Correa. *A militância comunista do escritor Graciliano Ramos.* Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. Ano VI, n. n. 61, 2006

SOUZA, Aristeu. *A serviço do Brasil:* a trajetória de Rômulo Almeida. Rio de Janeiro, A. Souza, 2006.

SOUZA, Francisco Martins de. *Raízes teóricas do corporativismo brasileiro.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. *O Economista*: A História da Profissão no Brasil. Revista Análise, Porto Alegre v. 17, n. 2, p. 377-383, jul./dez. 2006.

SPIRITO, Ugo. *Princípios fundamentais de economia corporativa.* Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1934. Trad. Antonio Perez Durão.

STEPAN, Alfred. *Estado, corporativismo e autoritarismo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Trad. Mariana Leão Teixeira.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro:* Ensaios Sobre Economia Brasileira. 11ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias.* São Paulo, Ática, 1977.

VALE, Antônio Marques do. *O ISEB, os intelectuais e a diferença*: um diálogo teimoso na educação. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Direito do Trabalho e Democracia Social* – o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.

_____ *Instituições Políticas Brasileiras.* 2º vol., Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

_____ *O idealismo na Constituição.* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

_____ *Problemas de Política Objetiva*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Record Cultural, 1974a.

_____ *Problemas de Organização e Problemas de Direção.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2ª ed., 1981.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Arquivos eletrônicos:

BNDES: "BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais". Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/livsetorial.asp> Acesso em: 15 abr 2010

BORGES, B.G. *A economia agrária goiana (1930-1960)*. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/BARSANUF.pdf.> Acesso em: 19 abr 2009

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. *O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Revisitado.* Trabalho apresentado ao IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 8 a 11 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2017%20-%20Economia%20Pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20II/O%20Conceito%20Desenvol%20do%20ISEB.pdf> Acesso em: 14 jan 2010

BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos; RÊGO, José Marcio. *Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel.* Revista de Economia Política, vol.13, nº 2 (50), abril-junho, 1993. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=253> Acesso em*:* 14 jan 2009.

CPDOC. Diretrizes do Estado Novo: CFCE. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia> Acesso em: 10 jun 2010.

CPDOC. Diretrizes do Estado Novo: CTEF Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EstadoEconomia/ConselhoFinancas> Acesso em: 20 jun 2010.

_____ Diretrizes do Estado Novo: *(1937-45):* Estado e Economia http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_estecon_cfce.htm

_____ *Política Cambial e Indústria.* Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/3E_ele_voltou/Politica_cambial_e_industria.asp Acesso em: 10 mai 2010

ESPÍNDOLA; BASTOS. J.E; J.M. Ignácio Rangel e a crise brasileira. In: *O Projeto Nacional e a Integração da América do Sul*. Revista princípios, 1999, ed nº 76 Disponível em: http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp? edicao =76&cod_not=528

MANTEGA, G. *Teoria da Dependência Revisitada* – um balanço crítico. São Paulo, EAESP/FGV/NPP, 1997, relatório de pesquisa nº 27. Disponível em: http://www.eaesp.fgvsp.br/Interna.aspx?PagId=DLMJMMTJ&ID=18

PCB. *Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro – março 1958.* Versão eletrônica: www.declaracaomarco1958.org.br/imagem/declaracao-de-marco-1958.pdf Acesso em: 20/09/2009

RAMPINELLI, Waldir. *O PCB e sua Atuação nos anos 50* – entrevista com Jacob Gorender. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/316/253 > Acesso em: 20 jun 2010

Regimento do CNPIC - Decreto nº 16.578, de 12 de Setembro de 1944. Pg. 4. Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 03/10/1944. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16578-12-setembro-1944-472081-publicacao-1-pe.html Acesso em: 20/06/2010

24º Batalhão de Caçadores. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Batalhao/Cacadore/24BC/indice.htm> Acesso em: 02 abr 2009

Outras Fontes Audiovisuais:

Projeto Memória do BNDES: Entrevista: Ignácio de Mourão Rangel e João Batista Pinheiro. Partes I e II. 95 min. Departamento de Projetos de Comunicação – Área de Relações Institucionais do BNDES, 1982.